

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano XCVIII • Nº 41

Poder Executivo

Recife, terça-feira, 2 de março de 2021

Governo de Pernambuco amplia medidas restritivas para combater a Covid-19

Estão proibidas atividades não essenciais das 20h às 5h, durante a semana, e ao longo de todo o dia, nos sábados e domingos. Restrições são válidas até o próximo dia 17.

O Governo de Pernambuco, após análise do Comitê de Enfrentamento à Covid-19, anunciou, ontem (01.03), a proibição das atividades não essenciais das 20 às 5h, de segunda a sexta em todo o Estado. Além disso, aos sábados e domingos, somente serviços essenciais poderão funcionar. Também estarão fechados clubes sociais, praias e parques nos finais de semana. Nas praias, no entanto, será permitida apenas a prática de atividades esportivas individuais. As medidas, anunciadas pelo governador Paulo Câmara em pronunciamento, entram em vigor nesta quarta-feira (03.03) e são válidas até o dia 17 de março.

“Passamos o final de semana monitorando os dados da pandemia. O trabalho continuou nesta segunda-feira e, infelizmente, o cenário só se agravou, mesmo com a abertura de novos leitos de UTI. Estamos agora com 93% de ocupação em nossos leitos de terapia intensiva, e nada aponta para a melhora desse quadro. A contaminação e a hospitalização decorrentes da Covid-19 estão em aceleração, e precisamos reduzir o contato social para frear essa escalada dos números”, afirmou Paulo Câmara, lembrando ainda que supermercados, padarias, farmácias, postos de gasolina e serviços de delivery e pontos de coleta dos restaurantes permanecerão funcionando.



FOTO: ALUÍSIO MOREIRA/SEI

O Governador anunciou também que o esforço de abertura de leitos de UTI continua. “Amanhã, teremos 18 novos leitos no Hospital Agamenon Magalhães em funcionamento, e até o final da semana

chegaremos a 50 novas vagas. Estamos trabalhando com dedicação total para colocar em funcionamento a segunda maior rede de leitos de terapia intensiva do País”, reforçou Paulo Câmara, justificando que

NA REUNIÃO, também ficou definido que clubes sociais e parques serão fechados nos finais de semana, e nas praias só será permitida a prática de atividades esportivas individuais

o cenário de aceleração da doença levou a taxa de ocupação para perto dos piores índices registrados no ano passado.

Hoje (02.03), o Governador estará em Brasília, para negociar a aquisição direta da vacina Sputnik. “Vamos buscar todas as possibilidades existentes para ampliar a imunização de todos os pernambucanos e pernambucanas”, finalizou.

Parceria vai auxiliar artesãos beneficiários do Chapéu de Palha

As Secretarias de Planejamento e Gestão (Seplag) e do Trabalho, Emprego e Qualificação (Seteq) se uniram para oferecer oportunidades aos artesãos beneficiários do programa Chapéu de Palha, que agora podem se cadastrar na plataforma online Compre PE, garantindo maior visibilidade dos seus produtos no mercado local. Não é necessário possuir Carteira Nacional do Artesão. Para se inscrever, basta acessar o site www.comprepe.pe.gov.br/registro, informar o CPF, endereço, telefone, email e logotipo do negócio.

As informações serão analisadas pela equipe da secretaria executiva de Micro e Pequena Empresa da Seteq. O cadastro será validado e es-

tará disponível assim que a análise for concluída. Uma vez que as informações forem confirmadas, o artesão receberá um email avisando que a empresa ou negócio está ativo no portal Compre PE.

De acordo com Maria Oliveira, coordenadora do Chapéu de Palha, com a pandemia e a impossibilidade de realizar ações presenciais, como as capacitações, é necessário pensar em outras formas de ajudar os beneficiários do programa. “Essa parceria com a Seteq é muito importante, porque vai permitir que os artesãos beneficiários do Chapéu de Palha possam ter um novo canal para escoar sua produção. É fundamental pensar em novos formatos

de auxílio neste momento de restrições impostas pela pandemia do Covid-19”, afirmou. Para tirar dúvidas ou receber orientações, o beneficiário pode entrar em contato pelo email atendimento@seteq.pe.gov.br, ou pelos telefones, (81) 9.8494.2874/3184.7880.

COMPRE PE - O Compre PE é um site de compras focado exclusivamente no mercado local, idealizado pelo Governo de Pernambuco. A iniciativa é uma forma de estimular a economia do Estado e incentivar a economia do Estado e incentivar micro, pequenos e médios empreendedores, além de prestadores de serviços e trabalhadores de todas as regiões de Pernambuco.



FOTO: DIVULGAÇÃO

PROFISSIONAIS que participam do programa poderão se cadastrar na plataforma Compre PE, que amplia a visibilidade dos produtos

EQUIPAMENTO INÉDITO AJUDA NA QUALIFICAÇÃO DE JOVENS EM REINserÇÃO SOCIAL

O Governo de Pernambuco, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ), inaugura hoje (02.03), o Parque Profissionalizante Professor Paulo Freire. O equipamento, que funcionará no bairro de Afogados, no Recife, será o primeiro do Brasil a oferecer qualificação profissional para adolescentes

e jovens do sistema socioeducativo em uma estrutura exclusiva e centralizada, fora de unidades de privação ou restrição de liberdade. O espaço tem capacidade para formar mil socioeducandos por ano, contribuindo para a reinserção desse público na sociedade de forma produtiva e distante da violência. Batizado com o nome de

Paulo Freire, em homenagem ao centenário do educador, celebrado em 2021, o parque conta com laboratórios de automação e eletrônica, informática, recondicionamento de computadores, barbearia e culinária, além de uma sala multifuncional e de instalações administrativas. A Fundação de Atendimento So-

cioeducativo (Funase) será responsável pela operação do equipamento. O espaço foi reformado e implantado por meio de um convênio firmado com o Ministério Público do Trabalho (MPT), que destinou recursos de multas trabalhistas obtidos em ações judiciais com atuação de procuradores do Trabalho.

Governo do Estado

Governador: **Paulo Henrique Saraiva Câmara**

DECRETO Nº 50.346, DE 1º DE MARÇO DE 2021.

Estabelece novas medidas restritivas em relação a atividades sociais e econômicas, por período determinado, e consolida as normas vigentes, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus.

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II e IV do art. 37 da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde – OMS classificou, em 11 de março de 2020, que a COVID-19, nova doença causada pelo novo coronavírus (denominado SARS-CoV-2), é uma pandemia;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 196 da Constituição Federal de 1988, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 49.959, de 16 de dezembro de 2020, que mantém a declaração de situação anormal caracterizada como estado de calamidade pública no âmbito do Estado, homologado pela Assembleia Legislativa por meio do Decreto Legislativo nº 195, de 14 de janeiro de 2021;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de estabelecer novas regras restritivas, por período determinado, em face dos novos números de casos confirmados de pessoas contaminadas pelo novo coronavírus e a elevada ocupação dos leitos de UTI existentes no Estado,

CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade de consolidar a legislação, conferindo maior segurança e transparência em relação às normas em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto estabelece as medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, em vigor a partir de 3 de março de 2021 em todo o Estado.

CAPÍTULO I DA OBRIGATORIEDADE DE USO DE MÁSCARAS

Art. 2º Permanece obrigatório, em todo território do Estado de Pernambuco, o uso de máscaras pelas pessoas, mesmo que artesanais, nos espaços de acesso aberto ao público, incluídos os bens de uso comum da população, vias públicas, no interior dos órgãos públicos, nos estabelecimentos privados e nos veículos públicos e particulares, inclusive ônibus e táxis.

§ 1º Os órgãos públicos, os estabelecimentos privados e os condutores e operadores de veículos ficam obrigados a exigir o uso de máscaras pelos seus servidores, empregados, colaboradores, consumidores, usuários e passageiros.

§ 2º Os órgãos públicos e os estabelecimentos privados devem fornecer as máscaras, ainda que artesanais, a seus servidores, funcionários e colaboradores.

CAPÍTULO II DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS E SOCIAIS

Art. 3º O desempenho de atividades econômicas e sociais no Estado deve observar o uso obrigatório de máscaras, higiene, quantidade máxima e distanciamento mínimo entre as pessoas, inclusive em filas de atendimento internas e externas, devidamente sinalizadas, e as regras estabelecidas em normas complementares e protocolos sanitários setoriais expedidos pela Secretaria de Saúde e Secretaria de Desenvolvimento Econômico, já em vigor ou editados posteriormente, isoladamente ou em conjunto com as demais secretarias de estado envolvidas.

Parágrafo único. Incluem-se no disposto no *caput* as atividades e celebrações religiosas.

Art. 4º Fica vedado, até o dia 17 de março de 2021, inclusive, o exercício de atividades econômicas e sociais:

I - de segunda à sexta-feira, das 20h até as 5h do dia seguinte; e

II - aos sábados e domingos, em qualquer horário.

§ 1º As restrições previstas no *caput* não se aplicam às atividades indicadas no Anexo Único.

§ 2º As restrições previstas no *caput* não se aplicam à realização de jogos de futebol profissional, desde que cumprido o protocolo específico e não haja público.

§ 3º Desde que possuam acesso externo e independente aos shopping centers e similares, os estabelecimentos destinados ao abastecimento alimentar da população neles localizados, a exemplo dos supermercados, ficam excluídos das restrições previstas no *caput*.

Art. 5º Permanece vedada, até 17 de março de 2021, inclusive, a utilização de som nos bares, lanchonetes, restaurantes e estabelecimentos similares.

Art. 6º Fica vedada aos sábados e domingos, até o dia 17 de março de 2021, inclusive, a prática de atividades econômicas e sociais nas praias e parques do Estado de Pernambuco.

Parágrafo único. A vedação prevista no *caput* não se aplica à prática de atividades esportivas em modalidades individuais.

Art. 7º Permanece vedada, até 17 de março de 2021, inclusive, a utilização de som na faixa de areia das praias e em bares, lanchonetes, restaurantes e estabelecimentos similares nela localizados.

Art. 8º Permanece vedada, até 17 de março de 2021, inclusive, a realização de eventos corporativos, institucionais, públicos ou privados, para fins de reuniões, treinamentos, seminários, congressos e similares.

Art. 9º Permanece vedada a realização de shows, festas, eventos sociais de qualquer tipo, com ou sem comercialização de ingressos, em ambientes fechados ou abertos, públicos ou privados, inclusive em clubes sociais, hotéis, bares, restaurantes, faixa de areia e barracas de praia, independentemente do número de participantes.

Art. 10. Permanecem suspensas as operações de atracação de cruzeiros e outras embarcações de passageiros de grande porte, em todo o Estado de Pernambuco, inclusive no Distrito Estadual de Fernando de Noronha.

Parágrafo único. As entidades da Administração Pública Estadual responsáveis pela administração de porto organizado deverão fazer cumprir o disposto no *caput*, nos termos dos incisos VIII e X do §1º do art. 17 da Lei Federal nº 12.815, de 5 de junho de 2013.

Art. 11. As operações de pouso e decolagem de aeronaves no Distrito Estadual de Fernando de Noronha - DEFN, devem observar os protocolos específicos para admissão de turistas, de moradores regulares ou temporários e de servidores públicos e profissionais da iniciativa privada, que desempenharem atividades profissionais na ilha.

Parágrafo único. Para os fins de aplicação do disposto no *caput*, o Administrador Geral do DEFN editará atos normativos complementares, que poderão inclusive limitar o número de pousos e decolagens diários, observadas as orientações das autoridades sanitárias.

Art. 12. Em relação ao Distrito Estadual de Fernando de Noronha, não se aplica o disposto nos incisos I e II do art. 4º e art. 6º, ficando vedadas as atividades econômicas e sociais no período de 22h às 5h do dia seguinte, inclusive nos finais de semana.

CAPÍTULO III DAS ATIVIDADES ESCOLARES

Art. 13. A partir de 18 de março de 2021, fica permitida a retomada das atividades pedagógicas, de forma presencial, do Ensino Fundamental e da Educação Infantil das instituições de ensino públicas, situadas no Estado de Pernambuco, observados os protocolos sanitários, os cronogramas de retorno às atividades, bem como as demais determinações contidas em Portaria da Secretaria de Educação e Esportes.

Parágrafo único. Incluem-se, na autorização prevista no *caput*, as aulas e atividades da Educação de Jovens e Adultos.

Art. 14. Permanecem vedadas as aulas de iniciação em modalidade esportiva coletiva para praticantes com idade igual ou inferior a 12 (doze) anos, bem como as práticas esportivas em modalidades coletivas voltadas ao lazer.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. O descumprimento do disposto neste Decreto poderá acarretar responsabilização dos infratores, nos termos previstos nos arts. 268 e 330 do Código Penal, se a infração não constituir crime mais grave, sem prejuízo de aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 e no Regulamento do Código Sanitário Estadual, com a redação dada pelo Decreto nº 20.786, de 10 de agosto de 1998, ou instrumento legal que venha a cominar sanção mais específica, além da responsabilidade civil e/ou penal cabíveis.

Art. 16. Portarias do Secretário Estadual de Saúde, editadas isoladamente ou em conjunto com outros secretários de estado, poderão estabelecer normas complementares específicas, necessárias ao implemento das medidas estabelecidas neste Decreto.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor em 3 de março de 2021.

Art. 18. Ficam revogados os Decretos de nº 49.055, de 31 de maio de 2020; nº 50.308, de 23 de fevereiro de 2021; nº 50.322, de 26 de fevereiro de 2021.

Palácio do Campo das Princesas, Recife, 1º de março do ano de 2021, 204º da Revolução Republicana Constitucionalista e 199º da Independência do Brasil.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
GERALDO JÚLIO DE MELLO FILHO
JOSÉ FRANCISCO DE MELO CAVALCANTI NETO
PEDRO EURICO DE BARROS E SILVA
MARCELO ANDRADE BEZERRA BARROS
ERNANI VARJAL MEDICIS PINTO
ANTÔNIO DE PÁDUA VIEIRA CAVALCANTI



ESTADO DE PERNAMBUCO

DIÁRIO OFICIAL - PODER EXECUTIVO

GOVERNADOR
Paulo Henrique Saraiva Câmara

VICE-GOVERNADORA
Luciana Barbosa de Oliveira Santos

SECRETÁRIOS DE ESTADO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO
Marília Raquel Simões Lins

SECRETÁRIO DA CASA CIVIL
José Francisco de Melo Cavalcanti Neto

SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Lucas Cavalcanti Ramos

SECRETÁRIA DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
Érika Gomes Lacerf

SECRETÁRIO DE CULTURA
Gilberto de Mello Freyre Neto

SECRETÁRIO DE DEFESA SOCIAL
Antônio de Pádua Vieira Cavalcanti

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
Claudio Ferreira Martins Filho

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Geraldo Júlio de Mello Filho

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CRIANÇA E JUVENTUDE
Sileno de Sousa Guedes

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO
Marcelo Bruto da Costa Correia

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
Marcelo Andrade Bezerra Barros

SECRETÁRIO DA FAZENDA
Décio José Padilha da Cruz

SECRETÁRIO DE IMPRENSA
Eduardo Jorge de Albuquerque Machado Moura

SECRETÁRIA DE INFRAESTRUTURA E RECURSOS HÍDRICOS
Fernandha Batista Lafayette

SECRETÁRIO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS
Pedro Eurico de Barros e Silva

SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
José Antônio Bertotti Júnior

SECRETÁRIA DA MULHER
Silvia Maria Cordeiro

SECRETÁRIO DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E ÀS DROGAS
Cloves Eduardo Benevides

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Alexandre Rebelo Távora

SECRETÁRIO DE SAÚDE
André Longo Araújo de Melo

SECRETÁRIO DO TRABALHO, EMPREGO E QUALIFICAÇÃO
Albères Haniery Patrício Lopes

SECRETÁRIO DE TURISMO E LAZER
Rodrigo Cavalcanti Novaes

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
Ernani Varjal Medicis Pinto

Cepe
COMPANHIA EDITORA DE
PERNAMBUCO
Consulte o nosso site:
www.cepe.com.br

GERENTE DE PRODUÇÃO DE CONTEÚDO
Sérgio Montenegro

TEXTO
Secretaria de Imprensa

EDITOR
Sérgio Montenegro

EDITOR ASSISTENTE
Marcus Andrey

DIAGRAMAÇÃO E EDIÇÃO DE IMAGEM
Higor Vidal

DIRETOR PRESIDENTE
Luiz Ricardo Leite de Castro Leitão

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
Bráulio Mendonça Meneses

DIRETOR DE PRODUÇÃO E EDIÇÃO
Edson Ricardo Teixeira de Melo

PUBLICAÇÕES:

Coluna de 6,2 cmR\$ 142,98

Quaisquer reclamações sobre matérias publicadas deverão ser efetuadas no prazo máximo de 10 dias.

COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO

CNPJ 10.921.252/0001-07

Insc. Est. 18.1.001.0022408-15

Rua Coelho Leite, 530 – Santo Amaro

Recife-PE – CEP. 50.100-140

Telefone: (81) 3183-2700 (Busca Automática)

Fax: (81) 3183-2747

cepecom@cepe.com.br

Ouvidoria - Fone: 3183-2736

ouvidoria@cepe.com.br

ANEXO ÚNICO

ESTABELECIMENTOS E SERVIÇOS AUTORIZADOS A FUNCIONAR

I - serviços públicos municipais, estaduais e federais, inclusive os outorgados ou delegados, nos âmbitos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, dos Ministérios Públicos e dos Tribunais de Contas;

II - farmácias e estabelecimentos de venda de produtos médico-hospitalares;

III - postos de gasolina;

IV - serviços essenciais à saúde, como médicos, clínicas, hospitais, laboratórios e demais estabelecimentos relacionados à prestação de serviços na área de saúde, observados os termos de portaria ou outras normas regulamentares editadas pelo Secretário Estadual de Saúde;

V - serviços de abastecimento de água, gás e demais combustíveis, saneamento, coleta de lixo, energia, telecomunicações e internet;

VI - clínicas e os hospitais veterinários e assistência a animais;

VII - serviços funerários;

VIII - hotéis e pousadas, incluídos os restaurantes e afins, localizados em suas dependências, com atendimento restrito aos hóspedes;

IX - serviços de manutenção predial e prevenção de incêndio;

X - serviços de transporte, armazenamento de mercadorias e centrais de distribuição, para assegurar a regular atividade dos estabelecimentos cujo funcionamento não esteja suspenso;

XI - estabelecimentos industriais e logísticos, bem como os serviços de transporte, armazenamento e distribuição de seus insumos, equipamentos e produtos;

XII - oficinas de manutenção e conserto de máquinas e equipamentos para indústrias e atividades essenciais previstas neste Decreto, veículos leves e pesados e, em relação a estes, a comercialização e serviços associados de peças e pneumáticos;

XIII - restaurantes, lanchonetes e similares, por meio de entrega a domicílio, em ponto de coleta, na modalidade *drive thru* e para atendimento presencial exclusivo a caminhoneiros, sem aglomeração;

XIV - serviços de auxílio, cuidado e atenção a idosos, pessoas com deficiência e/ou dificuldade de locomoção e do grupo de risco, realizados em domicílio ou em instituições destinadas a esse fim;

XV - serviços de segurança, limpeza, vigilância, portaria e zeladoria em estabelecimentos públicos e privados, condomínios, entidades associativas e similares;

XVI - imprensa;

XVII - serviços de assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

XVIII - transporte coletivo de passageiros, incluindo taxis e serviços de aplicativos de transporte, devendo observar normas complementares editadas pela autoridade que regulamenta o setor;

XIX - supermercados, padarias, mercados e demais estabelecimentos voltados ao abastecimento alimentar da população;

XX - atividades de construção civil;

XXI - processamento de dados ligados a serviços essenciais;

XXII - serviços de entrega em domicílio de qualquer mercadoria ou produto;

XXIII - atividades de preparação, gravação e transmissão de missas, cultos e demais celebrações religiosas pela internet ou por outros meios de comunicação, realizadas em igrejas, templos ou outros locais apropriados;

XXIV - serviços de suporte portuário, como operadores portuários, agentes de navegação, praticagem e despachantes aduaneiros.

Secretarias de Estado

ADMINISTRAÇÃO

Secretária: **Marília Raquel Simões Lins**

PUBLICAÇÕES SAD DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2021

Nº 325-Fazer retornar à Secretaria de Educação e Esportes, o servidor Vital Medeiros de Melo, matrícula nº 189.319-0, cedido ao Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco - DETRAN, a partir de 01.01.2021.

Nº 326-Fazer retornar à Secretaria de Educação e Esportes, o servidor George André Gomes Bezerra, matrícula nº 259.486-2, cedido à Secretaria de Cultura.

Nº 327-Fazer retornar à Prefeitura Municipal de Juazeiro - BA, a servidora Sandra Leite Sá Menezes, cedida ao Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros - SUAPE, a partir de 01.02.2021.

Nº 328-Fazer retornar à Secretaria de Defesa Social/Polícia Civil, o servidor Harlan de Andrade Barcelos, matrícula nº 151.698-1, cedido à Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco/Superintendência de Inteligência Legislativa.

Nº 329-Fazer retornar à Secretaria de Defesa Social/Polícia Civil, o servidor Wilton dos Santos Silva, matrícula nº 152.069-5, cedido à Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco/Superintendência de Inteligência Legislativa.

Nº 330-Fazer retornar à Agência Estadual de Tecnologia da Informação - ATI, o servidor Fernando Cássio Correia Rodrigues, matrícula nº 1541, cedido à Prefeitura Municipal do Jaboatão dos Guararapes, a partir de 01.02.2021.

Nº 331-Fazer retornar à Secretaria de Defesa Social/Polícia Civil, o servidor José Oliveira Silvestre Júnior, matrícula nº 213.910-3, cedido à Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco/Superintendência de Inteligência Legislativa.

Nº 332-Fazer retornar à Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, o servidor João Alberto Costa Faria, matrícula nº 7060-2, cedido à Prefeitura Municipal do Recife, a partir de 04.12.2020.

Nº 333-Fazer retornar ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - TJPE, o servidor João Vinícius de Macedo Figueiredo, cedido à Companhia Pernambucana de Abastecimento - COMPESA, a partir de 01.01.2021.

Nº 334-Fazer retornar à Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, o servidor **William Ferreira da Silva**, matrícula nº 10933, cedido à Prefeitura Municipal do Recife, a partir de 04.01.2021.

Nº 335-Fazer retornar à Secretaria de Administração, a servidora Josilda Valença Araújo, matrícula nº 127.383-3, cedida à Prefeitura Municipal da Ilha de Itamaracá, a partir de 01.01.2021.

Nº 336-Fazer retornar ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE, o servidor Adailton Feitosa Filho, cedido à Secretaria de Administração, a partir de 01.03.2021.

Nº 337-Colocar à disposição da Universidade de Pernambuco - UPE, o servidor Josildo Fernandes da Silva, matrícula nº 195.137-8, da Secretaria de Educação e Esportes, com ônus para o órgão de origem, até 31.12.2021.

Nº 338-Considerar autorizada a prorrogação da cessão à Prefeitura Municipal de Granito, dos servidores Izabel Cristina Gonçalves Rodrigues, matrícula nº 302.516-0, Ricardo Medeiros de Luna, matrícula nº 255.128-4, e Maria Lauricéia de Oliveira, matrícula nº 174.625-1 da Secretaria de Educação e Esportes, com ônus para o órgão de origem, mediante permuta, no exercício 2019.

Nº 339-Prorrogar a cessão ao Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, do servidor Ricardo Motta Pansera, matrícula nº 324.058-4, da Secretaria de Planejamento e Gestão, com ônus para o órgão de origem, até 31.12.2021.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PESSOAL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria SAD nº 1000, de 16 de abril de 2014 e alterações, e considerando o disposto no Decreto nº 44.105, de 16 de fevereiro de 2017 e alterações, c/c a Lei nº 12.341, de 27 de janeiro de 2003, e alterações, **RESOLVE**:

Nº 340-Colocar à disposição do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, para ter exercício na Assistência Militar e Policial Civil, a servidora Simone Duque da Silva, matrícula nº 102.941-0, com ônus para o órgão de origem, até 31.12.2021.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PESSOAL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria SAD nº 1000, de 16/04/2014 e considerando o disposto no art. 178, da Lei nº 6.123, de 20/07/1968, nos artigos 4º e 14, do Decreto nº 40.200, de 13/12/2013, **RESOLVE**:

Nº 341-Autorizar o afastamento parcial da servidora AMANDA DE MORAIS PINTO RIBEIRO ESCOBAR, matrícula nº 369.606-5, para elaboração da tese relativa ao Curso de Mestrado em Hebiatria – Determinantes de Saúde na Adolescência, promovido pela Universidade de Pernambuco - UPE, a partir da data de publicação até 28/02/2022, com redução de 50% (cinquenta por cento) da carga horária de trabalho, sem ônus para o Poder Executivo Estadual, mantidos os direitos e vantagens inerentes ao cargo da servidora.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PESSOAL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, no uso das suas atribuições, considerando o disposto no artigo 174-A, da Lei nº 6.123, de 20/07/1968, na Lei Complementar nº 371, de 26/09/2017, no Decreto nº 45.185, de 26/10/2017, bem como no art. 1º, alínea "c", item 1.16, da Portaria SAD nº 1.000, de 16/04/2014, **RESOLVE**:

Nº 342-Conceder horário especial de trabalho à servidora abaixo relacionada, conforme Laudo do Serviço de Perícias Médicas e Segurança do Trabalho do Estado, datado de 28/08/2019, e NOTA TÉCNICA - SAD - NÚCLEO DE APOIO E CONTROLE DISCIPLINAR - Nº 20/2021 (11885273):

Processo	Matrícula	Nome do servidor	Cargo	Órgão	Carga horária a ser reduzida
9411334-7/2019	122726	Daniela Andrade de Araújo	Enfermeira	UPE	10 (dez) horas semanais até 27 de agosto de 2021

Nº 343-Renovar a concessão de horário especial de trabalho à servidora abaixo relacionada, conforme Laudo do Serviço de Perícias Médicas e Segurança do Trabalho do Estado, datado de 05/12/2020 e Cota nº 21/2021/SAD- NACOD (11806980):

Processo	Matrícula	Nome da servidora	Cargo	Órgão	Carga horária a ser reduzida
0040100074.001281/2020-66	360.781-0 e 10.199-2	Márcia Levita Rêgo Duarte	Assessora Jurídica	SES (cedida à FUNAPE)	10 horas semanais até 04 de dezembro de 2022

Nº 344-Conceder horário especial de trabalho à servidora abaixo relacionada, conforme Laudo do Serviço de Perícias Médicas e Segurança do Trabalho do Estado, datado de 27/11/2020, e NOTA TÉCNICA - SAD - NÚCLEO DE APOIO E CONTROLE DISCIPLINAR - Nº 21/2021 - NACOD/GEJUR (11887373):

Processo	Matrícula	Nome da servidora	Cargo	Órgão	Carga horária a ser reduzida
0001200144.001312/2020-82	173.536-5	Geude Pereira da Silva	Professora	SEE	07 horas-aula diurnas semanais até 26 de novembro de 2022

Adailton Feitosa Filho
Secretário Executivo de Pessoal e Relações Institucionais

DESPACHOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PESSOAL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2021.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PESSOAL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, RESOLVE:

Deferir o pedido de afastamento do servidor abaixo citado, com fundamento no Art. 14 da Constituição Federal c/c a Lei complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, pelo período de três meses, a partir de 15.08.2020, para concorrer ao cargo eletivo de Prefeito.

PROCESSO SAD Nº	SERVIDOR	MAT.	SECRETARIA
0014150-2/2020	FLÁVIO EDNO NOBREGA	224.345-8	SECRETARIA DE SAÚDE
0014149-1/2020	FLÁVIO EDNO NOBREGA	230.027-3	SECRETARIA DE SAÚDE

Conceder aos servidores (as) abaixo relacionados (as), afastamento para exercício de mandato eletivo de Prefeito (a), com opção remuneratória pelo cargo de Prefeito (a) a partir de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024.

PROCESSO Nº	SERVIDOR	MATRÍCULA	ÓRGÃO/ENTIDADE
2300000266.000120/2021-05	LEANDRO RIBEIRO GOMES DE LIMA	370.725-3	SECRETARIA DE SAÚDE
1400003022.000047/2021-23	JUDITE MARIA DE SANTANA SILVA	157.102-8	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
3900000879.000019/2021-50	JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA	221.484-9	SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Conceder aos servidores (as) abaixo relacionados (as), afastamento para exercício de mandato eletivo de Vice-Prefeito (a), com opção remuneratória pelo cargo de Vice-Prefeito (a), a partir de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024.

PROCESSO Nº	SERVIDOR	MATRÍCULA	ÓRGÃO/ENTIDADE
2300011411.000023/2021-18	EDILTON ALVES DE CARVALHO NUNES	233.724-0	SECRETARIA DE SAÚDE
1400005336.000414/2021-81	CRISTIANE MARCIA DAS CHAGAS	255.278-7	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
2300011411.000129/2020-22	SONIA MARIA MARTINS DE SOUZA	230.612-3	SECRETARIA DE SAÚDE

Conceder ao servidor (a) abaixo relacionado (a), afastamento para exercício de mandato eletivo de Vereador, com opção remuneratória pelo cargo de Vereador, a partir de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024.

PROCESSO Nº	SERVIDOR	MATRÍCULA	ÓRGÃO/ENTIDADE
1400005623.000016/2021-29	AGAEUDES SAMPAIO GONDIM	384.210-0	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

Deferir o pedido de afastamento dos servidores abaixo citados, com fundamento no Art. 14 da Constituição Federal c/c a Lei complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, pelo período de três meses, a partir de 15.08.2020, para concorrer ao cargo eletivo de Vereador.

PROCESSO SAD Nº	SERVIDOR	MAT.	SECRETARIA
2300000261.000947/2020-70	JOSE NAPOLEÃO DA SILVA	224.204-4	SECRETARIA DE SAÚDE
2300000261.000947/2020-70	JOSÉ ADELSON DE MACEDO	138.174-1	SECRETARIA DE SAÚDE
2300000261.000828/2020-17	ORESTES NEVES DE ALBUQUERQUE	233.802-5	SECRETARIA DE SAÚDE
0014208-6/2020	VÂNIA MACÁRIO DOS SANTOS	230.942-4	SECRETARIA DE SAÚDE
3900000737.000080/2020-31	NILSON SEVERINO DA SILVA	221.297-8	SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
2300000266.014053/2020-17	ANA PAULA SILVA DE ASSIS	246.272-9	SECRETARIA DE SAÚDE
2300000266.010561/2020-26	FÁBIO RAMOS DA SILVA	192.998-4	SECRETARIA DE SAÚDE

ADAILTON FEITOSA FILHO
Secretário Executivo de Pessoal e Relações Institucionais

DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PESSOAL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

O **Secretário Executivo de Pessoal e Relações Institucionais**, no uso da competência que lhe é delegada pela Portaria nº 1.000, de 16 de Abril de 2014, nos termos da Nota Técnica nº 13/2021, de 09/02/2020 da GEJUR/SAD, **RESOLVE**:

a) atribuir a Gratificação de Risco de Vida e Saúde, ao servidor:

PROCESSO SAD Nº	SERVIDOR	MATRÍCULA	ÓRGÃO
3900009512.000079/2020-15	LILIANE COELHO DE ARAÚJO	263.419-8	SDS

b) dispensar da Gratificação de Risco de Vida e Saúde, o servidor:

PROCESSO SAD Nº	SERVIDOR	MATRÍCULA	ÓRGÃO
3900009512.000079/2020-15	EDUARDO VICTOR GONÇALVES BEZERRA	268.886-7	SDS

ADAILTON FEITOSA FILHO
Secretário Executivo de Pessoal e Relações Institucionais
(REPUBLICADO POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÃO NO ORIGINAL)

DESPACHOS HOMOLOGATÓRIOS DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2021.

Homologo, com fundamento na Portaria SAD nº 1000, de 16 de abril de 2014, o inteiro teor do relatório da Comissão de Acumulação de Cargos, Empregos e Funções – CACEF, instituída pelo Decreto nº 38.540, de 17/08/2012.

Nº 59-Reconhecendo a **ilegalidade, com boa-fé**, da acumulação listada abaixo, sendo concedido o prazo de 30 (trinta) dias para que o servidor faça a opção pelo vínculo em que deseja permanecer e comprova, perante a Comissão, a sua regularização funcional.

TURMA	PROCESSO Nº	SERVIDOR	VÍNCULOS
1	0001200206.000607/2020-60	DIDEANNE CYNARA ALVES NUNES	Agente Socioeducativo (FUNASE/PE), matrícula nº 422576;
			Assistente Social (Prefeitura do Recife/PE);
4	0001200206.000549/2020-74	LAUANA ROBERTA BATISTA DE SOUZA	Analista de Saúde/Sanitarista (SES/PE), matrícula nº 4023056;
			Fiscal de Vigilância Sanitária/Enfermeira (APEVISA/PE), matrícula nº 4058348;
2	0001200206.000185/2020-22	RODRIGO DIEGO RODRIGUES	Assistente em Saúde/Técnico de Enfermagem (SES/PE), matrícula nº 3770591
			Agente de Segurança Municipal (Prefeitura do Recife/PE);
4	0001200206.000628/2020-85	ELIEZER LIMA DA SILVA FILHO	Agente de Polícia (PCPE/SDS), matrícula nº 2210380;
			Assistente em Obras e Serviços Urbanos (Prefeitura do Recife/PE);
4	0001200206.000630/2020-54	DAIANNY DE PAULA SANTOS	CTD Apoiadora Institucional em Vigilância em Saúde/Técnico de Nível Superior (SES/PE), matrícula nº 11087137;
			Enfermeiro (Prefeitura do Recife/PE);
4	0001200206.000631/2020-07	LAIS MANUELLA MARINHO FERRAO	Assistente em Saúde/Técnico em Farmácia (SES/PE), matrícula nº 4007140;
			Agente Administrativo ((Prefeitura do Recife/PE);

Nº 60-Reconhecendo a **ilegalidade**, com indícios de má-fé, da acumulação listada abaixo, sendo enviado os autos do processo à Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar – CPAD, para providências.

TURMA	PROCESSO Nº	SERVIDOR	VÍNCULOS
2	0001200206.000185/2020-22	RODRIGO DIEGO RODRIGUES	Assistente em Saúde/Técnico de Enfermagem (SES/PE), matrícula nº 3770591
			Agente de Segurança Municipal (Prefeitura do Recife/PE);
5	0001200206.000070/2018-13	JOSIVALDO DE FRANÇA	CTD Professor (SEE/PE), matrícula nº 3564541;
			Policia Penal do Estado (SERES/PE), matrícula nº 1799037;

Adailton Feitosa Filho
Secretário Executivo de Pessoal e Relações Institucionais
(REPUBLICADOS POR HAVEREM SAÍDO COM INCORREÇÃO NOS ORIGINAIS)

ERRATA

Na Portaria SAD nº 201 do dia 03.02.2021, publicada no DOE de 04.02.2021, no que concerne aos servidores da Secretaria de Defesa Social/Policia Militar.

Onde se lê: ...Rinaldo Carlos Vieira Cavalcanti, matrícula nº 25.728-1...

Leia-se: ...Rinaldo Cabral da Silva, matrícula nº 930.680-3...

CULTURA

Secretário: **Gilberto de Mello Freyre Neto**

PORTARIA Nº04/2021, DE 01 DE MARÇO DE 2021

O Secretário de Cultura do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**: I – Alterar a Função Gratificada da servidora **Ana Rita Campos da Silva**, matrícula nº **362.075-1**, de Supervisão II – Símbolo: FGS-2, para Função Gratificada de Supervisão I – Símbolo: FGS-1 da Casa dos Conselhos. II - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2021. Recife, de 01 de março de 2021. **Gilberto de Mello Freyre Neto**. Secretário de Cultura

DEFESA SOCIAL

Secretário: **Antônio de Pádua Vieira Cavalcanti**

PORTARIA DO SECRETÁRIO DE DEFESA SOCIAL

Nº 991, DE 01/03/2021- DELIBERAÇÃO - CD - SIGPAD Nº 2019.12.5.001344 - CG/SDS - SEI Nº 2019.12.5.001344
Aconselhado: SGT RRP Mat. 11534-7 ALUÍZIO FRANCISCO DA SILVA

O Secretário de Defesa Social, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º, §3º, da Lei nº 11.929/2001, c/c o art. 10, Inc. I da Lei nº 11.817/2000. CONSIDERANDO que o presente Conselho de Disciplina foi instaurado com a finalidade de apurar possíveis desvios de conduta praticados pelo aconselhado por ter no dia 18 de junho de 2019 se envolvido em caso de violência doméstica, e quando acionada a viatura da PMPE para atender a ocorrência, o aconselhado desrespeitou, agrediu superior hierárquico e subordinados os quais compunham a guarnição, resistiu a ordem legal recebida, tendo por estas razões sido autuado em flagrante delito pelos crimes tipificados nos arts. 160, 177 e 223 do CPM. CONSIDERANDO que diante de tais fatos, na esfera penal, o mesmo se encontra submetido nos autos do processo-crime nº 0017331-80.2019.8.17.0001, perante a Vara da Justiça Militar Estadual, sem haver, até o presente, nenhuma deliberação quanto ao mérito. CONSIDERANDO que finalizadas as diligências, no tocante a apuração do noticiado, a seleta Comissão Processante chegou ao entendimento, através de relatório, de que o aconselhado é culpado das acusações constantes na notificação disciplinar. CONSIDERANDO que ao analisar as peças que compõem os autos, o Corregedor Geral da SDS decidiu não homologar o versado relatório conclusivo, em razão dos apontamentos exarados na Nota Técnica do Corregedor Auxiliar Militar e no Parecer Técnico da Assessoria da aludida Casa Correcional, com arrimo no §1º, Art. 50 da Lei Estadual 11.781/2000. RESOLVE: I - Julgar o subsequente militar culpado das acusações apuradas no presente Processo Administrativo Disciplinar, bem como, incapaz de permanecer integrando a aludida Corporação, consequentemente, determino a aplicação da reprimenda de EXCLUSÃO A BEM DA DISCIPLINA, em desfavor do SGT RRP Mat. 11534-7 ALUÍZIO FRANCISCO DA SILVA, por entender que a conduta do aconselhado é inescusável e carregada

de elevado grau de reprovação dentro da hierarquia e disciplina militar tendo malferido gravemente os preceitos éticos inerentes aos militares estaduais, violando os dispositivos legais constantes no Art. 4º, § 1º, 3º e 4º, Art. 6º incisos III, IV,VIII,IX,X e XI e art. 7º incisos, II,IV,VI,VII,XVI e XVII do Decreto 22.114/00 (Regulamento de Ética Profissional dos Militares do Estado de Pernambuco), a teor dos fundamentos fáticos e jurídicos constantes na Nota Técnica do Corregedor Auxiliar Militar, no Parecer Técnico da Assessoria, e no Despacho Homologatório. II - Publique-se em **DOE**. III - Retornem os autos à Corregedoria Geral para as medidas decorrentes desta deliberação.

ANTÔNIO DE PÁDUA VIEIRA CAVALCANTI
Secretário de Defesa Social

PORTARIA DO SECRETÁRIO DE DEFESA SOCIAL

Nº 992, DE 01/03/2021 – DELIBERAÇÃO - CD - SIGPAD Nº 2020.12.5.002773 - CG/SDS - 3ª CPDPM - SEI Nº 2020.12.5.002773
Aconselhado: CB RRP Mat. 19838-0 ALMIR TEIXEIRA DOS SANTOS

O Secretário de Defesa Social, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º, §3º, da Lei nº 11.929/2001, c/c o art. 10, Inc. I da Lei nº 11.817/2000. CONSIDERANDO que o presente Conselho de Disciplina foi instaurado com a finalidade de apurar se a condenação do militar a pena de 03 (três) anos de reclusão, pelo tipificado no disposto no art. 240 §6º do CPM, já transitada em julgado nos autos do processo-crime nº 0004886-02.1997.8.17.0001, perante a VARA DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL, feriu os preceitos éticos da legislação castrense. CONSIDERANDO que finalizadas as diligências, no tocante a apuração do noticiado, a seleta Comissão Processante chegou ao entendimento, através de relatório, de que diante de tais fatos o aconselhado defenestrou a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe, razão pela qual, reputa ao respectivo aconselhado a incapacidade de permanecer integrando as fileiras da Corporação. CONSIDERANDO que ao analisar as peças que compõem os autos, o Corregedor Geral da SDS decidiu homologar o versado relatório conclusivo, bem como, a Nota Técnica do Corregedor Auxiliar Militar e o Parecer Técnico da Assessoria da aludida Casa Correcional, arriada no §1º, Art. 50 da Lei Estadual 11.781/2000. RESOLVE: I - Julgar o subsequente militar culpado das acusações apuradas no presente Processo Administrativo Disciplinar, bem como, incapaz de permanecer integrando a aludida Corporação, consequentemente, determino a aplicação da reprimenda de EXCLUSÃO A BEM DA DISCIPLINA, prevista no art. 28, inciso V da Lei 11.817/00, em desfavor do CB RRP Mat. ALMIR TEIXEIRA DOS SANTOS, por entender que o mesmo violou, em decorrência de tal condenação, os preceitos éticos contidos nos Artigos 4º, 6º, incisos IV,V,VI,IX,X e XI, art. 7º incisos IV,V,VI,VII XI,XVI e XIX e Art. 8º,§ 1º, do Decreto Estadual nº 22.114/00 (Regulamento de Ética dos Militares do Estado de Pernambuco), dilacerou o disposto no Art. 27, incisos I, II, IV, VII, VIII e XIII, da Lei Estadual nº 6.783/74, e ainda defenestrou o Art. 6º, parágrafo 1º, inciso I, IV, V e VI da Lei Estadual nº 11.817/00, sendo sua conduta reprovável, pois feriu lealmente o pundonor policial militar, o decoro da classe e o sentimento do dever, revelando a sua incompatibilidade com a vida castrense, sendo, por isso, considerado incapaz de permanecer integrando o quadro de pessoal da Polícia Militar de Pernambuco, a teor dos fundamentos fáticos e jurídicos constantes no relatório conclusivo, na Nota Técnica do Corregedor Auxiliar Militar, no Parecer Técnico da Assessoria, e no Despacho Homologatório. II - Publique-se em **DOE**. III - Retornem os autos à Corregedoria Geral para as medidas decorrentes desta deliberação.

ANTÔNIO DE PÁDUA VIEIRA CAVALCANTI
Secretário de Defesa Social.

PORTARIA DO SECRETÁRIO DE DEFESA SOCIAL

Nº 993, DE 01/03/2021 – DELIBERAÇÃO - PL - SIGPAD Nº 2018.5.5.001520 - CG/SDS - SEI Nº 5761565-8/2015

Licenciando: SD PM Mat. 116467-8 LUIZ FERNANDO CASSIANO DOS SANTOS
O Secretário de Defesa Social, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º, §3º, da Lei nº 11.929/2001, c/c o art. 10, Inc. I da Lei nº 11.817/2000. CONSIDERANDO que o presente Processo de Licenciamento "ex-offício" a Bem da Disciplina foi instaurado com a finalidade de apurar o homicídio praticado pelo licenciando contra civil, fato este ocorrido no dia 16/03/2014, na Rua Sargento Sebastião Chaves, UR-02, em frente ao Pagode Titanic, Ibura. CONSIDERANDO que diante de tais fatos, na esfera penal, o mesmo foi condenado, em primeira instância, a 11 anos de reclusão em regime fechado, nos autos do processo-crime nº 0041901-09.2014.8.17.0001, perante a Segunda Vara do Tribunal do Juri Capital. CONSIDERANDO que finalizadas as diligências, no tocante a apuração do noticiado, a seleta Autoridade Processante chegou ao entendimento, através de relatório, de que os autos revelaram a prática de condutas que defenestraram a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe, razão pela qual, reputa ao respectivo licenciando a incapacidade de permanecer integrando as fileiras da Corporação. CONSIDERANDO que ao analisar as peças que compõem os autos, o Corregedor Geral da SDS decidiu homologar o versado relatório conclusivo, bem como, a Nota Técnica do Corregedor Auxiliar Militar e o Parecer Técnico da Assessoria da aludida Casa Correcional, arriada no §1º, Art. 50 da Lei Estadual 11.781/2000. RESOLVE: I - Julgar o subsequente militar culpado das acusações apuradas no presente Processo Administrativo Disciplinar, bem como, incapaz de permanecer integrando a aludida Corporação, consequentemente, determino a aplicação da reprimenda de **LICENCIAMENTO A BEM DA DISCIPLINA**, constante no art. 28 inciso IV, em desfavor do SD PM Mat. 116.467-8 LUIZ FERNANDO CASSIANO DOS SANTOS, por entender que o mesmo com sua conduta defenestrou os preceitos éticos insculpidos na Lei nº 6.783/74 em seu art. 27, caput e incisos, III, IV, XII, XIII, XVI e XIX, assim como menoscabou os valores éticos insculpidos no Decreto nº 22.114/00 em seus arts. 1º,2º,3º e 4º, § 1º a 4º, art. 6º incisos IV e X e art. 7º incisos II, IV, V, VII, XVI, XIX e XXX, a teor dos fundamentos fáticos e jurídicos constantes no relatório conclusivo, na Nota Técnica do Corregedor Auxiliar Militar, no Parecer Técnico da Assessoria, e no Despacho Homologatório. II - Publique-se em **DOE**. III - Retornem os autos à Corregedoria Geral para as medidas decorrentes desta deliberação.

ANTÔNIO DE PÁDUA VIEIRA CAVALCANTI
Secretário de Defesa Social.

PORTARIA DO SECRETÁRIO DE DEFESA SOCIAL

Nº 994, DE 01/03/2021 - ELIBERAÇÃO - CD - SIGPAD Nº 2019.12.5.002377 - CG/SDS - 2ª CPDPM - SEI Nº 2019.12.5.002377

Aconselhados: SGT PM Mat. 920025-8 MAVIAEL FERREIRA DE OLIVEIRA LIMA e SD PM Mat. 120835-7 LUIZ CARLOS CARVALHO DE MELO

O Secretário de Defesa Social, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º, §3º, da Lei nº 11.929/2001, c/c o art. 10, Inc. I da Lei nº 11.817/2000. CONSIDERANDO que o presente Conselho de Disciplina foi instaurado com a finalidade de apurar desvios de condutas cometidos pelos aconselhados quando de serviço na GT 1312, no dia 29 de maio de 2019, além de se encontrarem fora da área de atuação, exigiram vantagem econômica indevida, a vítima menor de idade, onde para conseguirem seu intento a privaram de sua liberdade. CONSIDERANDO que diante de tais fatos, na esfera penal, os mesmos se encontram submetidos nos autos do processo-crime nº 0018516-56.2019.8.17.0001, perante a VARA DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL, sem haver, até o presente, nenhuma deliberação quanto ao mérito. CONSIDERANDO que finalizadas as diligências, no tocante a apuração do noticiado, a seleta Comissão Processante chegou ao entendimento, através de relatório, de que os autos revelaram a prática de condutas que defenestraram a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe, razão pela qual, reputa aos respectivos aconselhados a incapacidade de permanecerem integrando as fileiras da Corporação. CONSIDERANDO que ao analisar as peças que compõem os autos, o Corregedor Geral da SDS decidiu homologar o versado relatório conclusivo, bem como, a Nota Técnica do Corregedor Auxiliar Militar e o Parecer Técnico da Assessoria da aludida Casa Correcional, arriada no §1º, Art. 50 da Lei Estadual 11.781/2000. RESOLVE: I - Julgar os subsequentes militares culpados das acusações apuradas no presente Processo Administrativo Disciplinar, bem como, incapazes de permanecerem integrando a aludida Corporação, consequentemente, determino a aplicação da reprimenda de **EXCLUSÃO A BEM DA DISCIPLINA**, constante no inciso V do art. 28 da Lei 11.817/00 (Código Disciplinar dos Militares do Estado), em desfavor dos Aconselhados SGT PM Mat. 920.025-8 MAVIAEL FERREIRA DE OLIVEIRA LIMA e SD PM Mat. 120.835-7 LUIZ CARLOS CARVALHO DE MELO, por entender que os mesmos incidiram no disposto no Art. 2º inciso I alíneas «b» e «c» do decreto 3639 de 19/08/1975, afrontando os preceitos éticos constantes no Decreto nº 22.114/00 em seus arts. 1º, 4º § 1º a 4º, 6º incisos IV,V,VII,IX,X,XI e 7º incisos, I,II,IV,V,VII, XI e XVI, a teor dos fundamentos fáticos e jurídicos constantes no relatório conclusivo, na Nota Técnica do Corregedor Auxiliar Militar, no Parecer Técnico da Assessoria, e no Despacho Homologatório. II - Publique-se em **DOE**. III - Retornem os autos à Corregedoria Geral para as medidas decorrentes desta deliberação.

ANTÔNIO DE PÁDUA VIEIRA CAVALCANTI
Secretário de Defesa Social

DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CRIANÇA E JUVENTUDE

Secretário: **Sileno de Sousa Guedes**

A SDSCJ INFORMA que foi publicada no **BIS 006/2021** de 26/02/2021, no endereço eletrônico www.sdscj.pe.gov.br, Resolução Nº 526 de 22/02/2021 - CEAS/PE, referente à XIV Conferência Estadual de Assistência Social de Pernambuco.

EDUCAÇÃO E ESPORTES

Secretário: **Marcelo Andrade Bezerra Barros**

PORTARIA SEE-GGPE DE 01 DE 03 DE 2021.

O GERENTE GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO ESTADO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, CONSIDERANDO O ATO Nº 230 DE 22.01.2021. **RESOLVE**:

Nº 683 - Dispensar ROSEANA BATISTA DOS PRAZERES, Prof. LPE, II, A, mat. 249.773-5, da função de Diretor Adjunto da Esc. Est. de Matriz da Luz, São Lourenço, GRE Metro Sul, a partir de 01.01.2021.

Nº 684 - Dispensar MARIA DAS DORES LOPES DE MORAES NOGUEIRA, Profª LPE, III, D, mat. 175.672-9, da função de Chefe de Secretaria da esc. José Vitorino de Barros, Salgueiro, e remover para a Unidade de Desenvolvimento de Pessoas/CGAF/GRE Salgueiro, com 200 h/a mensais, a partir de 04.02.2021. 1400005623.000136/2021-26.

Nº 685 - Remover FÁBIO HENRIQUE DA SILVA, Prof. LPE, II, A, mat. 251.660-8, para a Esc. José Maria, Sto. Amaro, GRE Recife Norte, com 200 h/a mensais, a partir de 01.02.2021. 1400005293.000201/2021-01.

Nº 686 - Designar FÁBIO HENRIQUE DA SILVA, Prof. LPE, II, A, mat. 251.660-8, para a função de Chefe de Secretaria da Esc. José Maria, Sto. Amaro, GRE Recife Norte, atribuindo - lhe a gratificação referente a Esc. de Pequeno Porte, a partir de 01.02.2021. 1400005293.000201/2021-01.

Nº 687 - Dispensar ROSEANA BATISTA DOS PRAZERES, Prof. LPE, II, A, mat. 249.773-5, da função de Diretor Adjunto da Esc. Est. de Matriz da Luz, São Lourenço, GRE Metro Sul, a partir de 01.01.2021. 1400005565.000027/2021-41.

Nº 688 - Remover ANTONIO MARTINS CABRAL, Prof. LPE, III, D, mat. 173.428-8, para a EREM Frei Jaboatão, Jaboatão, GRE Metro Sul, com 200 h/a mensais de Matemática. 1400005541.000227/2020-91.

Nº 689 - Remover MARIA IJACI GOMES CORREIA, Prof. LPE, II, D, mat. 242.257-3, para a CGDE da GRE Palmares, com 150 h/a mensais, a partir de 01.09.2020. 1400005365.000440/2020-81.

Nº 690 - Localizar THAIS MARIA DE FIGUEREDO PEDROSA ALVES CORREIA, Prof. LPM, I, D, mat. 270.519-2, na EREM Creusa de Freitas Cavalcanti, Macaparana, GRE Nazaré, com 150 h/a mensais de Biologia, a partir de 02.01.2021. 1400005336.000270/2021-62.

Nº 691 - Localizar GILBERTO DE SOUSA TAVARES, Prof. LPE, II, A, mat. 250.983-0, na Esc. Brigadeiro Eduardo Gomes, Macaparana/ GRE Nazaré, com 150 h/a mensais de Inglês, a partir de 02.01.2021. 1400005336.000276/2021-30.

Nº 692 - Remover MARIA SUSANA DO NASCIMENTO CAMILO, Prof. LP, I, A, mat. 396.290-3, para a Esc. Vale das Pedreiras, Camaragibe, GRE Metro Sul, com 150 h/a mensais de Matemática e Física, a partir de 03.02.2021. 1400005565.000106/2021-51.

Nº 693 - Remover HADMAM SANTOS DE SOUZA, Prof. LPM, II, A, mat. 252.203-9, para a EREM Clotilde de Oliveira, Casa Amarela , GRE Recife Norte, com 200 h/a mensais de Geografia, a partir de 03.02.2021. 1400005293.000269/2021-81.

Nº 894 - Remover CILENE DA SILVA FERREIRA, Prof. LP, II, A, mat. 262.381-1, para a Esc. Vale das Pedreiras, Camaragibe, GRE Metro Sul, com 200 h/a mensais de Português e Artes, a partir de 03.02.2021. 1400005565.000134/2021-79.

Nº 895 - Localizar MARIA ZILMA DE SOUZA NASCIMENTO, Auxiliar de Serviços Administrativos Educacional, IV, D, mat. 146.286-5, na EREM Luiz Gonzaga Duarte, Araripina, com 40 horas semanais, a partir de 01.02.2021. 1400005651.000123/2021-10.

Nº 896 - Remover BRENO ALMEIDA VAZ LISBOA, Prof. LPD, II, A, mat. 252.181-4, para a Gerência de Políticas Educacionais dos Anos Finais do Ensino Fundamental, GEPAF/SEDE, com 200 h/a mensais a partir de 22.02.2021. 1400003561.000014/2021-86. **Nº 897** - Localizar NELMA GOMES DA SILVA BARBOZA, Prof. LPE, II, A, mat. 251.034-0, na Esc. Ana Eufrásia Cabral de Moura, Timbaúba, Nazaré, com 200 h/a mensais de Português, a partir de 02.01.2021. 1400005336.000325/2021-34.

Nº 898 - Remover JANECLEIA ALVES FERREIRA, Prof., LPE, II, A, mat. 259.799-3, para a EREM Saturnino de Brito, GRE Metro Sul, com 200 h/a mensais de História, Integral, conforme Dec. nº 45.544, de 08.01.2018, e LC nº 125, de 10.07.2008, § 4º, art. 5º, a partir de 19.02.2021. 1400005572.000022/2021-29

Nº 899 - Remover MANUELA BONIFÁCIO DE ALBUQUERQUE, Prof., LPE, II, A, mat. 254.221-8, para a EREM Desportista Rubem Rodrigues Moreira, Jaboatão dos Guararapes, GRE Metro Sul, com 200 h/a na Função de Prof. Apoio Pedagógico, Semi-integral, conforme Dec. nº 39.039, de 04.01.2013, e LC nº 125, de 10.07.2008, § 4º, art. 5º, a partir de 01.02.2021. 1400004087.000050/2021-55.

Nº 900 - Remover WALMIR PEREIRA DE SIQUEIRA , Prof., LPE, II, D, mat. 241.241-1, para a EREFEM Deputado Oscar Carneiro, Camaragibe, GRE Metro Sul, com 200 h/a na Função de Prof. Apoio Pedagógico, Semi-integral 2 turnos, conforme Dec. nº 39.039, de 04.01.2013, e LC nº 125, de 10.07.2008, § 4º, art. 5º, a partir de 01.02.2021. 1400004076.000063/2021-53.

PORTARIA SEE-GGPE DE 01 DE 03 DE 2021.

O GERENTE GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO ESTADO no uso de suas atribuições, considerando Ato nº 230 de 22.01.2021, **RESOLVE**:

Nº 901- Dispensar AURELIO DOS SANTOS CORREA, Assistente Administrativo Educacional, IV, D, mat. 300.099-0, da função de Chefe de Secretaria da EREM Escritor José de Alencar, Paulista, GRE Metro Norte, a partir de 03.02.21. 1400005269.000416/2021-11.

Nº 902- Remover AURELIO DOS SANTOS CORREA, Assistente Administrativo Educacional, IV, D, mat. 300.099-0, para a Esc. Profª. Maria Alves Machado, Paulista, GRE Metro Norte, com 40 horas semanais, a partir de 03.02.21. 1400005269.000416/2021-11.

Nº 903- Dispensar CRISTIANE MARINHO RODRIGUES, Prof. LPE, III, A, mat. 189.567-2, da função de Diretor Adjunto da Esc. Mons. José Kehrlé, Arcoverde, ficando localizada na referida Esc. com 200 h/a mensais em Disciplinas Pedagógicas, a partir de 03.02.21. 1400005509.000371/2021-12.

Nº 904- Remover MARIA ELVIRA GALVÃO DE OLIVEIRA, Prof. LP, III, D, mat. 146.168-0, para Esc. Anete Vale de Oliveira, Pedra, GRE Arcoverde, com 200 h/a mensais de Português, a partir de 02.01.2021. 1400005509.000329/2021-93.

Nº 905- Remover PAULO FERNANDO FERREIRA, Prof. LPE, I, D, mat. 256. 585-4, para Coordenação Geral de Planejamento e Articulação da GRE de Vitória, com 200 h/a mensais, a partir de 03.02.2021. 1400005378.000455/2021-81.

Nº 906- Localização CARMEM SILVA CARVALHO BORGES DOS SANTOS, Prof. LP, III, D, mat. 106.301-4, na Esc. Coronel José Abílio, Bom Conselho, GRE Garanhuns, com 200 h/a mensais de Biologia, a partir de 04.01.2021. 1400005482.000279/2021-90

Nº 907- Remover JANIEIDE PORFIRIO ROLDÃO, Analista em Gestão Educacional, II, A, mat. 305.122-6, para a Esc. Walfrido Advíncula, Paulista, GRE Metro Norte, a partir de 22.02.2021. 1400005269.000531/2021-95.

Nº 908- Localizar CARMEN SILVIA CARVALHO BORGES, Prof. LP, II, D, mat. 160.861-4, na Esc. Coronel José Abílio, Bom Conselho, GRE Garanhuns, com 150 h/a mensais de Biologia, a partir de 04.01.2021. 1400005482.000278/2021-45.

Nº 909- Remover ANA KARINA TENÓRIO PORTO, Prof. LP, I, D, mat. 189.977-5, Readaptado Definitivo, para Esc. Senador Aderbal Jurema, Garanhuns, com 150 h/a mensais em Atividades Pedagógicas, a partir de 18.02.2021. 1400005482.000282/2021-11.

Nº 910- Remover SIMONE FRANCISCA DA SILVA SOBRAL, Prof. LPE, II, A, mat. 303.114-4, para Esc. Professor Arruda Marinho, Pesqueira, GRE Arcoverde, com 200 h/a mensais de Português, a partir de 08.02.2021. 1400005509.000440/2021-80.

Nº 911- Dispensar MARIA VERÔNICA DE SOUZA FERREIRA, Prof., LPE II A, mat. 264.213-1, da função de Coordenador de Biblioteca da EREM Manoel Guilherme da Silva, Integral, Passira, GRE Vale do Capibaribe - Limoeiro, a partir de 01.02.2021. Permanecendo com a gratificação de localização especial do Programa de Educação Integral. (Processo SEI: 1400005424.000171/2021-91).

Nº 912- Remover MARIA VERÔNICA DE SOUZA FERREIRA, Prof., LPE II A, mat. 264.213-1, para a EREFEM Ginásio de Limoeiro Arthur Correia de Oliveira, Município, GRE Vale do Capibaribe - Limoeiro, com 200 h/a na Função de Prof. Apoio Pedagógico, Semi-Integral de 2 turnos, conforme Dec. nº 47.122, de 14.02.2019, e LC nº 125, de 10.07.2008, § 4º, art. 5º, a partir de 01.02.2021. (Processo SEI: 1400005424.000171/2021-91).

Nº 913- Remover DAVID DE CARVALHO BARBALHO, Prof. LPE, II, A, mat. 300.029-0, para a EREM Escritor José de Alencar, Paulista, GRE Metro Norte, com 200 h/a mensais, a partir de 03.02.21. 1400005269.000417/2021-65.

Nº 914- Designar DAVID DE CARVALHO BARBALHO, Prof. LPE, II, A, mat. 300.029-0, para a função de Chefe de Secretaria da EREM Escritor José de Alencar, Paulista, GRE Metro Norte, atribuindo-lhe a gratificação referente Esc. de Grande Porte, com 200 h/a mensais, a partir de 03.02.21. 1400005269.000417/2021-65.

Nº 915- Localizar HELON DA ROCHA GOUVEIA JUNIOR, Prof. LPE, IV, C, mat. 127.821-5, na EREM Senador João Cleofas de Oliveira, Vitória, com 200 h/a mensais de Matemática, a partir de 03.02.2021. 1400005395.000130/2021-90.

Nº 916- Remover VITÓRIA REGIA DOMINGUES DE SOUZA, Prof. LPE, II, A, mat. 262.539-3, para a EREM Clídio de Lima Nigro, Olinda, GRE Metro Norte, com 150 h/a mensais de Educação Física, a partir de 03.02.2021. 1400005269.000412/2021-32.

Nº 917- Remover MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA IRMÃ, Prof. LPE, II, A, mat. 277.707-0, para a EREM Senador João Cleofas de Oliveira, GRE vitória, com 200 h/a mensais de Pedagógicas, a partir de 04.02.2021. 1400005395.000106/2021-51.

Nº 918- Remover NICANOR VALÉRIO DE OLIVEIRA, Prof. LPE, II, D, mat. 239.715-3, para a EREM João Pessoa Guerra, Igarassu, GRE Metro Norte, com 150 h/a mensais de Biologia, a partir de 03.02.2021. 1400005269.000404/2021-96.

Nº 919- Remover MARIA EDILMA FERREIRA PATRIOTA, Analista em Gestão Educacional, ESP, II, A, mat. 301.813-0, para a EREM Cônego Olímpio Torres, Tuparetama, GRE Afogados, a partir de 03.02.2021. 1400005676.000073/2021-92.

Nº 920- Remover MARIA BETANIA CRUZ DE ALMEIDA, Prof., LPE, III, D, mat. 174.319-8, para a EREM Profª Helena Pugó, GRE Recife Sul, com 200 h/a mensais de Biologia, Semi-integral, conforme Dec. nº 39.039, de 04.01.2013, e LC nº 125, de 10.07.2008, § 4º, art. 5º, a partir de 23.02.2021. 1400004076.000136/2021-15.

Nº 921- Remover LUCIANA ALVES SALES DA SILVA, Prof., LP, I, A, mat. 257.739-9, para a EREM de Olinda, Olinda, GRE Metro Norte, com 200 h/a mensais de Português, Semi-integral, conforme Dec. nº 39.039, de 04.01.2013, e LC nº 125, de 10.07.2008, § 4º, art. 5º, a partir de 22.02.2021. 1400005277.000020/2021-74.

Nº 922- Localizar MARIA AUXILIADORA ARRUDA DA SILVA, Prof. LPE, I, D, mat. 189.283-5, na EREM Ana Faustina, Surubim, GRE Limoeiro, com 200 h/a mensais de matemática, a partir de 20.01.2020. 1400005424.000424/2021-27.

Nº 923- Localizar MARCOS ANTONIO FERREIRA, Prof. LPE, III, D, mat. 154.573-6 na EREM Senador José Ermirio de Moraes, Itapissuma, GRE Metro Norte, com 200 h/a mensais de Educação Física, a partir de 01.01.2021. 1400005269.000414/2021-21.

Nº 924- Remover ANDRE LUIZ RODRIGUES MONTEIRO, Prof., LPE, II, D, mat. 240.469-9, para a EREM Santos Cosme e Damião, Igarassu, GRE Metro Norte, com 200 h/a mensais de História, Semi-integral de 2 turnos, conforme Dec. nº 47.122, de 14.02.2019, e LC nº 125, de 10.07.2008, § 4º, art. 5º, a partir de 23.02.2021. 1400005277.000016/2021-14.

Nº 925- Remover MARIA BETANIA TORRES DE ALBUQUERQUE, Prof., LPE, IV, D, mat. 45.784-1, para a EREM Desembargador Renato Fonseca, Olinda, GRE Metro Norte, com 200 h/a mensais de História, Integral, conforme Dec. nº 31.322, de 11.01.2008, e LC nº 125, de 10.07.2008, § 4º, art. 5º, a partir de 10.02.2021. 1400005293.000301/2021-29

PORTARIA SEE Nº 926 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES, por intermédio da Secretaria Executiva de Planejamento e Coordenação (SECO), tendo em vista o parecer favorável da Gerência de Normalização do Sistema Educacional (GENSE) e, de acordo com o Art. 10, Inciso IV, com base no Art 32, da Lei Federal nº 9.394 (DOU de 23.12.1996), RESOLVE: aprovar o **REGIMENTO ESCOLAR SUBSTITUTIVO** e autorizar a **Adequação** do Ensino Fundamental do 1º ao 5º Ano, proposto pela **ESCOLA ANA BARROS**, Cadastro Escolar nº **P-459.026**, mantida por IGREJA COMUNIDADE EVANGÉLICA KERIGMA, CNPJ 12.660.452/0002-60, localizada à **Rua Joaquim Távora, nº 44, São José**, no município de **Garanhuns**, neste Estado, CEP **55.295-410**, jurisdicionada à **Gerência Regional de Educação Agreste Meridional**, funcionando com **Educação Infantil e Ensino Fundamental do 1º ao 5º Ano**.

PORTARIA SEE Nº 927 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES, por intermédio da Secretaria Executiva de Planejamento e Coordenação (SECO), tendo em vista o parecer favorável da Gerência de Normalização do Sistema Educacional (GENSE) e, de acordo com o Art. 10, Inciso IV, e com base no Art. 32, da Lei Federal nº 9394 (DOU de 23.12.1996), RESOLVE: autorizar a **Implantação** do Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano, bem como a **MUDANÇA DE DENOMINAÇÃO** do COLÉGIO ISABELA ALCÂNTARA para **COLÉGIO ATITUDE**, Cadastro Escolar nº **P-109.361**, mantido por COLEGIO ATITUDE NÚCLEO EDUCACIONAL EIRELI, CNPJ nº 11.293.275/0001-87, localizado à **Rua Equador, nº 366, Pau Amarelo**, CEP **53.429-630**, no município de **Paulista**, neste Estado, jurisdicionado à **Gerência Regional de Educação Metropolitana Norte**, funcionando com Educação Infantil (Pré-Escolar) e Ensino Fundamental do 1º ao 9º Ano.

PORTARIA SEE Nº 928 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES, por intermédio da Secretaria Executiva de Planejamento e Coordenação (SECO), tendo em vista o parecer favorável da Gerência de Normalização do Sistema Educacional (GENSE), de acordo com o Art. 10, Inciso IV, da Lei Federal nº 9.394 (DOU de 23.12.1996), e mediante solicitação da **Gerência Regional de Educação Mata Norte**, por meio do Ofício nº 91/2021 - CNS/CGPA GRE MNN, RESOLVE: **PARALISAR** por 01 (um) ano, a partir do ano letivo de 2021, as atividades escolares na **ESCOLA IDEAL**, Cadastro Escolar nº **P-163.023**, mantida por EDUCACIONÁRIO SACRADO CORAÇAO DE JESUS LTDA, CNPJ nº 09.088.213/0001-91, localizada à **Praça José Lins do Rego, nº 162, Centro**, no Município de **Timbaúba**, CEP **55.870-000**, neste Estado, ficando o referido Estabelecimento de Ensino, responsável pela guarda do acervo escolar e pela emissão e expedição de documentos escolares.

PORTARIA SEE Nº 929 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES, por intermédio da Secretaria Executiva de Planejamento e Coordenação (SECO), tendo em vista o parecer favorável da Gerência de Normalização do Sistema Educacional (GENSE) e, de acordo com o Art. 10, Inciso IV da Lei Federal nº 9.394 (DOU de 23.12.1996), RESOLVE: aprovar a **EXTINÇÃO**, mediante solicitação da **Gerência Regional de Educação Mata Norte**, por meio do **Ofício Nº 487/2020 - CNS/CGPA GREMNN**, das atividades escolares, a partir do ano letivo de 2007, no **COLÉGIO DECISÃO**, Cadastro Escolar nº **P-163.026**, mantido por GRUPO EDUCACIONAL DE TIMBAÚBA LTDA, CNPJ nº 03.199.774/0001-81, localizado na Rua Maciel Pinheiro, nº 159, no município de Timbaúba, neste Estado, CEP **55.870-000**, ficando a referida Gerência Regional responsável pela sobre do acervo escolar, pela emissão de quaisquer informações sobre o referido estabelecimento de ensino e pela expedição de documentos escolares.

PORTARIA SEE Nº 930 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

O SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Federal nº 9.394/96 e da Resolução do CEE/PE nº 01/2017, de 03/07/2017, torna público o **Parecer CEE/PE nº 001/2021-CES, de 27/01/2021, que aprova** à Renovação de Reconhecimento do Curso de Bacharelado em Secretariado Executivo Bilingue ofertado pela Faculdades Integradas de Garanhuns (FACIGA), credenciada pelo Parecer CEE/PE nº 121/2017-CES, Instituição mantida pela Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns (AESGA), Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) nº 11.224.920/0001-00, no município de Garanhuns, localizada na Avenida Caruaru, 508 – Heliópolis, Garanhuns, Pernambuco, Código de Endereçamento Postal (CEP) nº 55.295-380, na modalidade presencial, no turno noturno, com 100 (cem) vagas anuais, sendo duas entradas, uma a cada semestre, de 50 (cinquenta) alunos pelo prazo de 06 (seis) anos, contados a partir de 16/12/2019. Esta portaria entra em vigor na data da publicação no Diário Oficial do Estado.

PORTARIA SEE Nº 931 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

O SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Federal nº 9.394/96 e da Resolução do CEE/PE nº 01/2017, de 03/07/2017, torna público o **Parecer CEE/PE nº 002/2021-CES, de 27/01/2021, que aprova** à Renovação do Reconhecimento do Curso de Bacharelado em Enfermagem, na modalidade presencial, ofertado pela Universidade de Pernambuco (UPE), Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) nº 11.022.597/0006-04, por sua Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora das Graças (FENSG), no Campus Santo Amaro – Rua Arnóbio Marques, 310 - Santo Amaro – Recife/ PE – Código de Endereçamento Postal (CEP) nº 50.100-130, pelo prazo de 4 (quatro) anos, retroativo ao 04/12/2018, com 120 (cento e vinte) vagas anuais, com 2 (duas) entradas, em turmas de no máximo 50 (cinquenta) alunos, sem prejuízo da expansão das suas vagas. Justifique-se o prazo, considerando o artigo 36 da Resolução CEE/PE nº 01/2017. Esta portaria entra em vigor na data da publicação no Diário Oficial do Estado.

PORTARIA SEE Nº 932 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

O SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Federal nº 9.394/96 e da Resolução do CEE/PE nº 03/2016, de 09/05/2016 que torna público o **Parecer CEE/PE nº 03/2021-CEB, de 03/02/2021**, que aprova o **Credenciamento da MMF Cursos Técnicos Ltda.**, CNPJ nº 14.628.957/0001-91, mantenedora do Centro de Ensino Técnico Grau T, localizado na Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 230, Piedade, Jaboatão dos Guararapes, CEP nº 54.420-220 para a oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na modalidade de Educação a Distância (EAD), para funcionamento no âmbito territorial do Estado de Pernambuco, pelo prazo de 08 (oito) anos, bem como à Autorização dos Cursos: Técnico em Administração, Técnico em Recursos Humanos e, Técnico em Logística, Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, sem saídas intermediárias, na modalidade EAD pelo prazo de 06 (seis) anos. A oferta fora da Sede requer autorização deste Conselho para Habilitação de Polo de Apoio Presencial, em conformidade com a Resolução CEE/PE nº 03/2016. Os prazos relativos ao credenciamento institucional e à autorização dos cursos serão contados a partir da publicação da portaria no Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Esta portaria entra em vigor na data da publicação no Diário Oficial do Estado.

PORTARIA SEE Nº 933 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

O SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Federal nº 9.394/96 e da Resolução do CEE/PE nº 02/2016, de 02/05/2016 que torna público o **Parecer CEE/PE nº 05/2021-CEB, de 03/02/2021**, que aprova à **Renovação da Autorização do Curso Técnico em Enfermagem**, Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, sem saídas intermediárias, na modalidade Presencial, a ser ofertado pelo Centro de Ensino Técnico Grau T, unidade localizada na Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 230, Piedade, Jaboatão dos Guararapes/PE, Código de Endereçamento Postal (CEP) nº 54.420-220, mantida pela MMF Cursos Técnicos Ltda., CNPJ nº 14.628.957/0001-91, recredenciada pelo Parecer CEE/PE nº 045/2019-CEB, publicado no DOE de 15/05/2019, pela Portaria SEE nº 3169. A renovação da autorização será concedida pelo prazo de 06 (seis) anos retroativo a 16/09/2019. Esta portaria entra em vigor na data da publicação no Diário Oficial do Estado.

PORTARIA SEE Nº 934 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

O SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Federal nº 9.394/96 e da Resolução do CEE/PE nº 01/2017, de 03/07/2017, torna público o **Parecer CEE/PE nº 006/2021-CES, de 10/02/2021, que aprova** à Renovação do Reconhecimento do Curso de Licenciatura em Pedagogia, ofertado pela Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul (FAMASUL), recredenciada pelo Sistema de Ensino do Estado de Pernambuco, por força do Parecer CEE/PE nº 099/2020-CES, Instituição mantida pela Autarquia Educacional da Mata Sul (AEMASUL), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), sob o nº 08.653.810/0001-15, localizada na BR 101 Sul, KM 186 – Campus Universitário, Código de Endereçamento Postal (CEP) nº 55.540.000, Palmares – Pernambuco, na modalidade presencial, com alteração da Matriz Curricular, no turno noturno, com 100 (cem) vagas, com 02 (duas) entradas, com turmas de 50 (cinquenta) alunos, pelo prazo de 06 (seis) anos, retroativo a 28/06/2020. Esta portaria entra em vigor na data da publicação no Diário Oficial do Estado.

PORTARIA SEE Nº 935 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

O SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Federal nº 9.394/96 e da Resolução do CEE/PE nº 01/2017, de 03/07/2017, torna público o **Parecer CEE/PE nº 008/2021-CES, de 17/02/2021, que aprova** à **Renovação do Reconhecimento do Curso de Licenciatura em Matemática, com alteração da Matriz Curricular**, ofertado na modalidade presencial, pela Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada – FAFOPST, recredenciada pelo Parecer CEE/PE nº 085/2020-CES aprovado pelo Plenário em 07/10/2020, publicado no DOE de 28/10/2020 pela Portaria SEE nº 3187/2020, de 27/10/2020. Instituição mantida pela Autarquia Educacional de Serra Talhada – AESET, CNPJ nº 11.115.011/0001-33, localizada na Avenida Afonso Magalhães, nº 380, Bairro: Nossa Senhora da Penha – Código de Endereçamento Postal (CEP) nº 56.912-380, Serra Talhada – PE, no turno noturno, com 50 (cinquenta) vagas anuais, pelo prazo de 06 (seis) anos, contados a partir de 28/02/2020, quando expirou o último ato de renovação de reconhecimento do Curso. Esta portaria entra em vigor na data da publicação no Diário Oficial do Estado.

PORTARIA SEE Nº 936 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

O SECRETÁRIO E EDUCAÇÃO E ESPORTES, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto no art. 178, da Lei nº 6.123, de 20/07/1968, no artigo 21, do Decreto nº 40.200, de 13/12/2013, **RESOLVE**: fazer retornar do afastamento parcial para curso de Mestrado em Matemática, promovido pela Universidade Federal de Campina Grande, a servidora Lucineima Meyre da Silva Almeida, matrícula nº 303.564-6, a partir de 27 de outubro de 2020, SEI nº 1400005509.000370/2020-89.

ERRATAS DE PORTARIAS

Na Portaria SEE Nº 6834 de 23 de dezembro de 2019, publicada no no Diário Oficial de Pernambuco D.O.E. de 24/12/2019 - Referente a Escola Técnica Estadual Governador Eduardo Campos - São Bento do Una/PE.
Onde se lê: ... Curso Técnico em Agropecuária e do Curso Técnico em Rede de Computadores, ...
Leia-se: ... Curso Técnico em Agroecologia e do Curso Técnico em Redes de Computadores, ...

Na Portaria SEE Nº 6836 de 23 de dezembro de 2019, publicada no no Diário Oficial de Pernambuco D.O.E. de 24/12/2019 - Referente a Escola Técnica Estadual Pedro Leão Leal - São José do Belmonte/PE.
Onde se lê: ... Renovação de Autorização do Curso Técnico em Administração e do Curso Técnico em Logística, ambos do Eixo Tecnológico Gestão e Negócios ofertados de forma Integrada ao Ensino Médio e Subsequente...
Leia-se: ... Renovação de Autorização do Curso Técnico em Administração de forma Integrada ao Ensino Médio e Subsequente e do Curso Técnico em Logística de forma Subsequente, ambos do Eixo Tecnológico Gestão e Negócios...

Na Portaria SEE Nº 6837 de 23 de dezembro de 2019, publicada no no Diário Oficial de Pernambuco D.O.E. de 24/12/2019 - Referente a Escola Técnica Estadual Miguel Batista - Recife/PE.
Onde se lê: ... com efeito retroativo a 18 de agosto de 2018. ...
Leia-se: ... com efeito retroativo a 1º de agosto de 2019.

Na Portaria SEE Nº 6838 de 23 de dezembro de 2019, publicada no no Diário Oficial de Pernambuco D.O.E. de 24/12/2019 - Referente a Escola Técnica Estadual Miguel Arraes de Alencar - Timbauba/PE.
Onde se lê: ... Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistema...
Leia-se: ... Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas...

FAZENDA

Secretário: **Décio José Padilha da Cruz**

PORTARIA SF Nº 045, DE 01.03.2021.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, considerando o inciso II do artigo 438 do Decreto nº 44.650, de 30.6.2017, que dispõe sobre a divulgação das quotas de óleo diesel a ser adquirido por empresa ou consórcio de empresas responsáveis pela exploração de serviço de transporte público de passageiros, no âmbito do Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife - STPP / RMR, sob gestão do Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife - CTM, com a isenção do ICMS de que trata a alínea "a" do inciso I do artigo 436 do mencionado Decreto nº 44.650, de 2017, **RESOLVE**:

Art. 1º As quotas de óleo diesel a ser adquirido com a isenção do ICMS de que trata a alínea "a" do inciso I do artigo 436 do Decreto nº 44.650, de 30.6.2017, por empresa ou consórcio de empresas responsáveis pela exploração de serviço de transporte público de passageiros, nos termos ali estabelecidos, relativamente às aquisições realizadas no mês de março de 2021, são aquelas previstas no Anexo Único.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÉCIO JOSÉ PADILHA DA CRUZ

Secretário da Fazenda

ANEXO ÚNICO

(art. 1º)

EMPRESA OPERADORA	INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ	QUOTA MENSAL DE ÓLEO DIESEL (EM LITROS)	DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEL
Borborema Imperial Transportes Ltda.	0146738-78	10.882.777/0001-80	540.000	Petrobras Distribuidora S/A
Borborema Imperial Transportes Ltda.	0245761-07	10.882.777/0003-42	360.000	Ipiranga Produtos de Petróleo S/A
Caxangá Empresa de Transporte Coletivo Ltda.	0439109-80	41.037.250/0001-83	330.000	Ipiranga Produtos de Petróleo S/A
Caxangá Empresa de Transporte Coletivo Ltda.	0587413-05	41.037.250/0003-45	305.000	Ipiranga Produtos de Petróleo S/A
Cidade Alta Transportes e Turismo Ltda.	0195894-17	70.227.608/0001-39	265.000	Petrobras Distribuidora S/A
			260.000	Ipiranga Produtos de Petróleo S/A
Transportadora Itamaracá Ltda.	0169433-25	10.687.226/0001-66	120.000	Raizen Combustíveis S/A
			510.000	Petrobras Distribuidora S/A
			10.000	Dislub Combustíveis S/A
Rodotur Turismo Ltda.	0146715-81	12.790.622/0001-40	200.000	Petrobras Distribuidora S/A
Empresa Pedrosa Ltda.	0523766-13	09.868.134/0001-01	105.000	Raizen Combustíveis S/A
			105.000	Ipiranga Produtos de Petróleo S/A
			10.000	Dislub Combustíveis S/A
Transcol Transportes Coletivos Eireli	0334136-49	10.934.008/0001-89	80.000	Raizen Combustíveis S/A
			75.000	Petrobras Distribuidora S/A
			10.000	Dislub Combustíveis S/A
			10.000	Dislub Combustíveis S/A
Metropolitana Empresa de Transporte Coletivo Ltda.	0266413-56	10.407.005/0001-97	565.000	Ipiranga Produtos de Petróleo S/A
Transportadora Globo Ltda.	_____	12.601.233/0002-00	255.000	Petrobras Distribuidora S/A
Mobibrasil Expresso S/A	0581966-09	18.938.887/0001-29	440.000	Raizen Combustíveis S/A
Mobibrasil Expresso S/A	0664281-06	18.938.887/0002-00	330.000	Raizen Combustíveis S/A
José Faustino e Companhia Ltda.	0175258-88	09.929.134/0001-66	140.000	Petrobras Distribuidora S/A
			200.000	Ipiranga Produtos de Petróleo S/A
			20.000	Dislub Combustíveis S/A
Viação Mirim Ltda.	0523664-99	08.107.369/0001-00	60.000	Petrobras Distribuidora S/A
Expresso Vera Cruz Ltda.	0151303-63	10.984.821/0001-63	550.000	Ipiranga Produtos de Petróleo S/A
			30.000	Dislub Combustíveis S/A
TOTAL			5.875.000	

EDITAL DBF Nº 031/2021

CREDENCIAMENTO DE ESTÍMULO À ATIVIDADE PORTUÁRIA

A Diretoria de Controle e Acompanhamento de Benefícios Fiscais – DBF, considerando o disposto no art. 3º do Decreto nº 34.560, de 05.02.2010, que trata do credenciamento previsto do inciso IV do § 1º do art. 2º do mencionado Decreto, que regulamenta o Programa de Estímulo à Atividade Portuária, e de acordo com o Despacho Autorizativo para Importação nº 053/2021, **resolve** credenciar o contribuinte **NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.**, inscrito no CAECEPE sob o nº 0878107-94, processo nº 150000073.000167/2021-54, tendo os seus termos inicial e final em 02.03.2021 e 01.03.2022, respectivamente. Os efeitos deste edital ficam condicionados ao cumprimento dos requisitos previstos no Convênio ICMS nº 190, de 15.12.2017.

Recife, 01 de março de 2021.

Elias Alexandrino da Silva Júnior

Diretor

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO DO ESTADO - TRIBUNAL PLENO

1. CONSULTAS ACOLHIDAS:

01. CONSULTA SF Nº 2020.000004921279-74. **TATE 00.443/20-4**. CONSULENTE: NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA. I.E: 06.914.211-4 E CAECEPE: 0106861-00. **Relatora: Julgadora Sônia Maria Correia Bezerra de Matos.**
02. CONSULTA SF Nº 2020.000005205584-23. **TATE 00.487/20-1**. CONSULENTE: COMERCIAL MOSTAERT LTDA. CAECEPE: 0072875-69. ADV: ELIANE MENDES DE LIMA, OAB/PE Nº 18.636. **Relatora: Julgadora Sônia Maria Correia Bezerra de Matos.**
03. CONSULTA SF Nº 2020.000005662075-77. **TATE 00.565/20-2**. CONSULENTE: FIPEL FRIGORÍFICO INDUSTRIAL PERNAMBUCANO LTDA. CNPJ/MF: 01.774.866/0001-12. ADV: DANIEL NEJAIM LEMOS, OAB/PE Nº 28.754 E OUTRO. **Relatora: Julgadora Sônia Maria Correia Bezerra de Matos.**
04. CONSULTA SF Nº 2020.000006374290-03. **TATE 00.672/20-3**. CONSULENTE: CNS PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS EIRELI - ME. CNPJ/MF: 10.876.413/0001-98. **Relatora: Julgadora Sônia Maria Correia Bezerra de Matos.**
05. CONSULTA SF Nº 2020.000006524921-79. **TATE 00.744/20-4**. CONSULENTE: SINDCAMEPE – SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE DROGAS E MEDICAMENTOS DE PERNAMBUCO. CNPJ/MF: 11.014.933/0001-54. ADV: FÁBIO ALEXANDRE QUEIROZ T. DA SILVA, OAB/PE Nº 21.379. **Relatora: Julgadora Sônia Maria Correia Bezerra de Matos.**
06. CONSULTA SF Nº 2020.000006458350-41. **TATE 00.725/20-0**. CONSULENTE: HP FINANCIAL SERVICES BRASIL LTDA. CNPJ/MF: 04.548.036/0001-65. ADV: LEANDRO BERTOLO CANARIM, OAB/SP: 241.477 E OUTROS. **Relatora: Julgadora Sônia Maria Correia Bezerra de Matos.**
07. CONSULTA SF Nº 2020.000006458374-17. **TATE 00.726/20-6**. CONSULENTE: HP FINANCIAL SERVICES BRASIL LTDA. CNPJ/MF: 04.548.036/0001-65. ADV: LEANDRO BERTOLO CANARIM, OAB/SP: 241.477 E OUTROS. **Relatora: Julgadora Sônia Maria Correia Bezerra de Matos.**
08. CONSULTA SF Nº 2021.000000553722-90. **TATE 00.009/21-0**. CONSULENTE: TRAMONTINA DELTA S/A. CAECEPE: 0828209-96. **Relatora: Julgadora Sônia Maria Correia Bezerra de Matos.**
09. CONSULTA SF Nº 2021.000000306690-36. **TATE 00.017/21-3**. CONSULENTE: SAMSUNG SDS LATIN AMÉRICA SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA. CNPJ/MF: 06.159.434/0001-15. **Relatora: Julgadora Sônia Maria Correia Bezerra de Matos.**
10. CONSULTA SF Nº 2021.000000885440-31. **TATE 00.079/21-9**. CONSULENTE: M. DIAS BRANCO S.A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS. CNPJ/MF: 07.206.816/0001-15. **Relatora: Julgadora Sônia Maria Correia Bezerra de Matos.**
11. CONSULTA SF Nº 2020.000006244773-57. **TATE 00.670/20-0**. CONSULENTE: SIW KITS EÓLICOS LTDA. CAECEPE: 0864158-75. **Relatora: Julgadora Iracema de Souza Antunes.**

Recife, 25 de fevereiro de 2021.

Marco Antonio Mazzoni,

Presidente

DIRETORIA GERAL DE FISCALIZAÇÃO E ATENDIMENTO – DFA

EDITAL DE INDEFERIMENTO À OPÇÃO ANUAL DO SIMPLES NACIONAL Nº 6/2021

Ficam notificados do indeferimento à opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, com base no disposto na Lei nº 13.263, de 29.06.2007, que incorpora a legislação estadual as normas tributárias constantes da Lei Complementar Federal nº 123, de 14.12.2006, bem como nos artigos 13 e 14 da Resolução CGSN nº 140, de 22.05.2018, todos os contribuintes identificados pelo número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, constantes na relação publicada no site www.sefaz.pe.gov.br, em Publicações -> Editais -> Simples Nacional -> Editais de Indeferimento. **O presente edital refere-se apenas a irregularidades perante a SEFAZ-PE.** Dentro de 30 (trinta) dias contados da data da publicação deste Edital, o contribuinte de posse do certificado digital poderá impugnar eletronicamente o Termo de Indeferimento pelo site www.sefaz.pe.gov.br, em ARE Virtual -> Gestão do Simples Nacional (GSN) -> Consultas Gerais -> Consultar Termo Emitidos, selecionando o termo na consulta e clicando em "Gerar Impugnação". Caso não possua certificado digital, o contribuinte poderá protocolar impugnação por escrito, em qualquer Agência da Receita Estadual.

Diretoria Geral de Fiscalização e Atendimento - DFA

WILLAMS DA ROCHA SILVA

DIRETORIA GERAL DE FISCALIZAÇÃO E ATENDIMENTO – DFA

EDITAL DE INDEFERIMENTO À OPÇÃO DO SIMPLES NACIONAL Nº 7/2021

Ficam notificados do indeferimento à opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, com base no disposto na Lei nº 13.263, de 29.06.2007, que incorpora a legislação estadual as normas tributárias constantes da Lei Complementar Federal nº 123, de 14.12.2006, bem como nos artigos 13 e 14 da Resolução CGSN nº 140, de 22.05.2018, todos os contribuintes identificados pelo número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, constantes na relação publicada no site www.sefaz.pe.gov.br, em Publicações -> Editais -> Simples Nacional -> Editais de Indeferimento. **O presente edital refere-se apenas a irregularidades perante a SEFAZ-PE.** Dentro de 30 (trinta) dias contados da data da publicação deste Edital, o contribuinte de posse do certificado digital poderá impugnar eletronicamente o Termo de Indeferimento pelo site www.sefaz.pe.gov.br, em ARE Virtual -> Gestão do Simples Nacional (GSN) -> Consultas Gerais -> Consultar Termo Emitidos, selecionando o termo na consulta e clicando em "Gerar Impugnação". Caso não possua certificado digital, o contribuinte poderá protocolar impugnação por escrito, em qualquer Agência da Receita Estadual.

Diretoria Geral de Fiscalização e Atendimento – DFA

WILLAMS DA ROCHA SILVA

DIRETORIA DE PROCESSOS E SISTEMAS TRIBUTÁRIOS – DPS

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 009/2021

A DIRETORIA DE PROCESSOS E SISTEMAS TRIBUTÁRIOS - DPS, com fundamento no art. 115 do Decreto nº 44.650/2017, **INTIMA** os contribuintes constantes na relação publicada na internet no site da SEFAZ/PE, em PUBLICAÇÕES (ou acessando o link abaixo), a **SANAR IRREGULARIDADES** perante a Fazenda Pública Estadual, no prazo máximo de cinco (05) dias a contar da data de publicação do presente edital, a fim de evitar a INAPTIDÃO DA INSCRIÇÃO ESTADUAL.

https://www.sefaz.pe.gov.br/Publicacoes/Editais/Intimacao-Inaptidao-Inscricao-Estadual/Intimao/Edital-de-Intimacao-009_02032021.pdf

REINALDO MIRANDA DA SILVA

DIRETOR DE PROCESSOS E SISTEMAS TRIBUTÁRIOS

DIRETORIA DE PROCESSOS E SISTEMAS TRIBUTÁRIOS – DPS

EDITAL DE INAPTIDÃO Nº 009/2021

A DIRETORIA DE PROCESSOS E SISTEMAS TRIBUTÁRIOS - DPS, com fundamento no art. 115 c/c art. 129 do Decreto nº 44.650/2017 e respectivas alterações, declara **INAPTAS** as inscrições no CAECEPE, **NULOS** os atos praticados e **INIDÔNEOS** os documentos fiscais que sejam emitidos por quaisquer dos contribuintes constantes na relação publicada na internet, no site da SEFAZ/PE, em PUBLICAÇÕES, ou acessando o link https://www.sefaz.pe.gov.br/Publicacoes/Editais/Intimacao-Inaptidao-Inscricao-Estadual/Cancelamento/Edital-de-Inaptidao-009_02032021.pdf

REINALDO MIRANDA DA SILVA

DIRETOR DE PROCESSOS E SISTEMAS TRIBUTÁRIOS

CERTIFICADO
DIGITAL É
NA CEPE

Um documento eletrônico com os dados da sua empresa para transações ainda mais seguras.

FAÇA SEU AGENDAMENTO
81 31832720 | 31832745
cepe.com.brCepe
DIGITAL

ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO/2020

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ em Milhares

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				Insuficiência Financeira verificada no Consórcio Público (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)=(a-(b+c+d+e+f))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i = g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	2.621.515	86.695	525.784	-	1.127.212	-	881.824	-	-	881.824
Recursos Ordinários	1.281.698	69.049	487.530	-	1.127.212	-	(402.093)	-	-	(402.093)
Outros Recursos não Vinculados	1.339.818	17.646	38.254	-	-	-	1.283.917	-	-	1.283.917
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	2.237.984	88.438	202.690	-	535.124	-	1.411.733	-	-	1.411.733
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	19.177	11.393	7.784	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do FUNDEB	89.114	1.684	3.061	-	-	-	84.370	-	-	84.370
Outros Recursos Destinados à Educação	295.202	1.383	2.513	-	-	-	291.306	-	-	291.306
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	136.601	43.289	49.831	-	-	-	43.481	-	-	43.481
Outros Recursos Destinados à Saúde	784.156	22.117	109.689	-	-	-	652.350	-	-	652.350
Recursos Destinados à Assistência Social	5.879	952	5.508	-	-	-	(582)	-	-	(582)
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	26.098	512	701	-	535.124	-	(510.238)	-	-	(510.238)
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	258.687	952	5.677	-	-	-	252.058	-	-	252.058
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	14.920	-	38	-	-	-	14.883	-	-	14.883
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	608.150	6.156	17.889	-	-	-	584.105	-	-	584.105
TOTAL (III) = (I + II)	4.859.499	175.133	728.474	-	1.662.336	-	2.293.557	-	-	2.293.557

FONTE : E-FISCO / PE - Secretaria da Fazenda / CGE

Recife, 1º de Março de 2021.

Notas:

Dos Critérios utilizados na Elaboração do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa Consolidado

O Estado de Pernambuco modificou o formato do demonstrativo para adequá-lo, no que fosse possível, às orientações da STN, em especial àquelas contidas no Manual dos Demonstrativos Fiscais – MDF. Como o Estado não adota contas de Caixa e Equivalentes de Caixa segregadas por fonte de recursos, o mesmo acontecendo com as contas de Depósitos e outras obrigações a pagar, vem sendo necessária a definição de critérios objetivos para a geração do demonstrativo em tela. Das contas que compõem a Dívida Flutuante, apenas as contas de Restos a Pagar podem ser detalhadas por fonte. Assim, os critérios estão apresentados da seguinte forma:

- O Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes é utilizado para determinar a Disponibilidade Bruta e as Obrigações Financeiras a Pagar – coincidentes com a Dívida Flutuante. A Demonstração da Dívida Flutuante foi utilizada para separar os Restos a Pagar, que podem ser discriminados por fonte, das demais Dívidas, que não podem;
- As obrigações que não puderam ser discriminadas por fonte, como é o caso de Depósitos e Consignações, foram consideradas dívidas relativas a recursos não vinculados – Ordinários, com exceção das vinculadas à assistência Social e ao RPPS;
- A classificação de fonte de recursos utilizada pelo Estado de Pernambuco não identifica as Transferências de Recursos do FNDE de forma individualizada por programas, como PDDE, PNAE, PNATE etc.;
- Os demonstrativos foram gerados por Poder e/ou Órgão para permitir a separação do Poder Executivo dos demais Poderes;
- Nos casos dos Recursos destinados à Assistência Social e ao RPPS, foram considerados, respectivamente, o Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e a Demonstração da Dívida Flutuante dos respectivos órgãos: FEAS e FUNAFIN/FUNAPE;
- A disponibilidade bruta total foi obtida pelo saldo das contas de Caixa ou Equivalente de Caixa, também constante do Balanço Patrimonial;
- A disponibilidade bruta dos recursos vinculados foi obtida, para cada fonte vinculada, a partir da soma do saldo da conta de disponibilidade por fonte com os saldos das contas de restos a pagar inscritos, é o caso da Disponibilidade Bruta das fontes do Salário Educação (0105), FUNDEB (0109), Convênios e Operações de Crédito, entre outras. Como exceção, as disponibilidades brutas dos Recursos vinculados à Assistência Social e ao RPPS foram obtidas diretamente da conta de Caixa ou Equivalentes dos respectivos Órgãos;
- No caso dos recursos vinculados oriundos de Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos, em que as disponibilidades orçamentárias por fonte são negativas, como é o caso da fonte 0101 vinculada à Educação e à Saúde, foi considerado como disponibilidade bruta o total dos restos processados inscritos, pois, nestes casos, a despesa já havia sido liquidada e, como regra, o Estado de Pernambuco paga, em sua totalidade, as despesas liquidadas inscritas em Restos a Pagar;
- O total dos recursos não vinculados foi obtido a partir da diferença entre o saldo da conta de Caixa ou Equivalente e o total dos recursos vinculados, obtido pela forma das notas 7 e 8 anteriores. Com exceção das fontes 0101 e 0241 (recursos ordinários), a disponibilidade bruta dos recursos não vinculados foi obtida pela forma utilizada na nota 7. Como o total das disponibilidades dos recursos ordinários – fontes 0101 e 0241 – estão negativas (invertidas) a disponibilidade total dos recursos dessas fontes foi obtida pela diferença entre o total da disponibilidade bruta dos recursos não vinculados e o total da disponibilidade bruta das demais fontes não vinculadas calculados na forma acima;
- Para o cálculo das obrigações com restos a pagar inscritos de exercícios anteriores e no próprio exercício, foram utilizados os saldos das contas detalhadas por fonte de recursos e por isso mesmo discriminadas entre vinculadas e não vinculadas.
- Quanto às demais obrigações, os seguintes critérios foram utilizados:
 - Pelo Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, determina-se a Disponibilidade Bruta e as Obrigações Financeiras a Pagar – coincidentes com a Dívida Flutuante. A Demonstração da Dívida Flutuante é utilizada para separar os Restos a Pagar, que podem ser discriminados por fonte, das demais Dívidas, que não podem;
 - O Estado de Pernambuco exclui das Obrigações a Pagar os valores referentes ao Ativo Financeiro de natureza Compensatória, conforme definido no MDF;
 - Também foram excluídos os Restos a Pagar, calculados e discriminados por fonte na forma da nota 10;
 - Devido à impossibilidade de se obter os saldos discriminados por fonte das demais obrigações, por se tratarem de Depósitos, Consignações e outras obrigações não discriminados por fonte de recursos, optamos por considerar essas obrigações como obrigações com fontes ordinárias não vinculadas, com exceção dos recursos vinculados à Assistência Social (FEAS) e ao RPPS (FUNAFIN/FUNAPE), que foram calculados e demonstrados separadamente, juntos com os demais recursos vinculados.

Flávio Martins Sodré da Mota
Coordenador de Controle do Tesouro Estadual

Érika Gomes Lacet
Secretária da Controladoria Geral do Estado

Décio José Padilha da Cruz
Secretário da Fazenda

Paulo Henrique Saraiva Câmara
Governador

SE DEPENDER DA GENTE,
NÃO VAI FALTAR LIVRO
NA SUA ESTANTE.

CONFIRA OS
LANÇAMENTOS

EDITORACEPE.COM.BR

Cepe
EDITORA

f /cepeeditora @cepeeditora

ESTADO DE PERNAMBUCO	
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO/2020	

LRF, art. 48 - Anexo 6 R\$ em Milhares

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente Líquida	27.238.979
Receita Corrente Líquida Ajustada p/ Cálculo dos Limites Endividamento	27.221.876
Receita Corrente Líquida Ajustada p/ Cálculo dos Limites da Despesa Pessoal	27.166.954

DESPESA COM PESSOAL - CONSOLIDADO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do limite - TDP	14.908.992	54,88%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	16.300.172	60,00%
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	15.485.164	57,00%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	14.670.155	54,00%

DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do limite - TDP	12.443.181	45,80%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	13.311.807	49,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	12.646.217	46,55%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	11.980.627	44,10%

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada Líquida	13.081.473	48,06%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	54.443.751	200,00%

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Total das Garantias de Valores	-	0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.988.813	22,00%

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito Externas e Internas	186.177	0,68%
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	4.355.500	16,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0,00%
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	1.905.531	7,00%

RESTOS A PAGAR - CONSOLIDADO	RESTOS A PAGAR EMPENHADO E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	-	2.293.557

RESTOS A PAGAR - PODER EXECUTIVO	RESTOS A PAGAR EMPENHADO E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	-	1.983.510

FONTE: E-FISCO / PE - Secretaria da Fazenda / CGE Recife, 1º de Março de 2021.
 Publicação da Disponibilidade de Caixa Consolidada, em atendimento ao determinado pelo MDF 10º Ed.

Flávio Martins Sodré da Mota
 Coordenador de Controle do Tesouro Estadual

Érika Gomes Lacet
 Secretário da Controladoria Geral do Estado

Décio José Padilha da Cruz
 Secretário da Fazenda

Paulo Henrique Saraiva Câmara
 Governador

ESTADO DE PERNAMBUCO	BALANÇO PATRIMONIAL	EXERCÍCIO/2020
SECRETARIA DA FAZENDA		QUADRO 13
COORDENAÇÃO DE CONTROLE DO TESOUREO ESTADUAL	(Ano (Anexo 14 da Lei 4.320/64))	
CONTADORIA GERAL DO ESTADO		R\$1,00

ATIVO	NE	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO CIRCULANTE			
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	10	4.859.499.303,79	3.725.398.725,39
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	11	2.658.909.207,89	2.291.984.758,92
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	12	1.188.877.110,15	634.061.703,79
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	13	16.149.279,67	-
ESTOQUES	14	648.428.705,83	549.784.500,62
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	15	7.540.993,02	237.274.233,53
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		9.379.404.600,35	7.438.503.922,25
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		13.315.711.475,92	12.324.124.687,59
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	16	12.636.769.798,79	11.703.055.292,53
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	17	600.426.552,34	542.554.270,27
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	18	78.515.124,79	78.515.124,79
INVESTIMENTOS	19	11.317.506.033,79	10.786.422.763,56
IMOBILIZADO	20	11.533.099.685,08	11.073.311.895,39
INTANGÍVEL	21	127.671.261,44	121.888.116,46
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		36.293.988.456,23	34.305.747.463,00
TOTAL DO ATIVO		45.673.393.056,58	41.744.251.385,25
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE			
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	22	1.680.920.698,56	1.777.835.417,63
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CURTO PRAZO	23	1.169.427.048,61	1.148.611.740,14
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	24	899.154.920,37	1.153.282.439,24
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	25	27.693.780,50	26.623.491,61
OBRIGAÇÕES DE RAPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	26	338.155.974,15	382.038.001,19
PROVISÕES A CURTO PRAZO	27	738.178.022,24	717.572.978,51
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	28	1.704.822.489,75	1.822.907.582,18
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		6.558.352.934,18	7.028.871.650,50
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	22	319.192.842,83	456.744.310,14
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - LONGO PRAZO	23	15.519.486.699,19	13.840.263.788,33
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	25	7.790.043,16	9.272.222,88
PROVISÕES A LONGO PRAZO	27	92.519.950.042,95	68.314.626.990,21
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	28	1.085.299.669,36	995.644.910,48
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		109.451.719.297,49	83.616.552.222,04
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29		
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		29.967.414,58	29.967.414,58
RESERVAS DE CAPITAL		28.699.976,11	28.699.976,11
RESERVAS DE LUCROS		8.518.811,03	5.185.783,03
DEMAIS RESERVAS		4.963.843,33	5.285.039,42
RESULTADOS ACUMULADOS		(70.408.829.220,14)	(48.970.310.700,43)
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		(69.442.562.881,64)	(47.998.211.110,44)
PREJUÍZOS ACUMULADOS		(966.266.338,50)	(972.099.589,99)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(70.336.679.175,09)	(48.901.172.487,29)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		45.673.393.056,58	41.744.251.385,25

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Nota: As demais Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31.12.2020, estabelecidas na Lei nº 4.320/64 e respectivas Notas Explicativas, assim como todos os demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal e as Informações Complementares constantes da Prestação de Contas do Governador, encontram-se disponíveis através do site: <https://www.sefaz.pe.gov.br/Transparencia/Financas/Paginas/Balancos.aspx>

RECIFE, 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

RAIMUNDO NONATO FARIAS
 Contador Geral do Estado
 Reg. 23.410/O-0 - CRC - PE

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
 Governador do Estado

INFRAESTRUTURA E RECURSOS HÍDRICOS

Secretária: **Fernandha Batista Lafayette**

PORTARIA SEINFRA Nº 06 de 26 de fevereiro de 2021.

A Secretária de Infraestrutura e Recursos Hídricos, no uso das suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela força da Lei Estadual nº 16.520, de 27 de dezembro de 2018, **RESOLVE**:

I – Instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação referente ao Termo de Colaboração nº 001/2020 entre SEINFRA e a Associação Socioambiental e Cultura Jacupe firmado em 28/12/2020, tendo como objeto a elaboração de estudo de solo e Projeto Básico de engenharia para a Barragem de Contenção no Distrito de Santa Terezinha em Água Preta/PE. II – Fica designada Comissão, integrada pelos servidores:

José de Assis Ferreira - Matrícula nº 363.018-8; **Vladimir Fonseca do Nascimento** – Matrícula nº 361.888-9; **Viselme Juliano Botelho** – Matrícula nº 382.652-0

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDHA BATISTA LAFAYETTE

Secretária de Infraestrutura e Recursos Hídricos

PORTARIA SEINFRA Nº 007, 26 de fevereiro de 2021.

A Secretária de Infraestrutura e Recursos Hídricos, no uso de suas atribuições, e considerando a necessidade legal de dar seguimento às medidas de Gerenciamento e Controle do órgão, **RESOLVE**:

I – Fixar o quantitativo de responsáveis por suprimento individual para a UGE 180101 em 15 (quinze) e para UGE 240101 em 02 (dois);

II Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo os seus efeitos a partir de 01/01/2021.

FERNANDHA BATISTA LAFAYETTE
 Secretária de Infraestrutura e Recursos Hídricos

JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Secretário: **Pedro Eurico de Barros e Silva**

SECRETARIA DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

PORTARIA SJDH Nº 15 DE 01 DE MARÇO DE 2021

EMENTA: Regulamenta, no âmbito da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco, com base no disposto da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

O Secretário de Justiça e Direitos Humanos, no uso de suas atribuições legais, no tocante à necessidade de preservar a população privada de liberdade da contaminação e a disseminação do COVID-19,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado, até 30 de março de 2021, o prazo de suspensão dos recambiamentos interestaduais de pessoas privadas de liberdade estabelecido pela Portaria SJDH nº 22, de 19 de março de 2020 e prorrogado pela Portaria SJDH nº 51, de 21 de julho de 2020, Portaria SJDH nº 57, de 02 de setembro de 2020, Portaria SJDH nº 69, de 07 de outubro de 2020 e Portaria SJDH nº 03, de 12 de janeiro de 2021, ressalvadas as transferências oriundas com o Sistema Penitenciário Federal.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria retroagirá seus efeitos ao dia 01 de março de 2021.

Art. 4º Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Pedro Eurico de Barros e Silva
Secretário de Justiça e Direitos Humanos

MULHER

Secretária: **Silvia Maria Cordeiro**

PORTARIA SEC MULHER Nº 002, DE 01 DE MARÇO DE 2021.

A SECRETÁRIA DA MULHER, no uso de suas atribuições, Resolve: Dispensar o servidor Waldir Barbosa da Silva Santos, matrícula nº 385.885-5, da Função Gratificada de Apoio I, símbolo FGA-1, com efeito a partir de 01 de março de 2021.

Silvia Cordeiro
Secretária da Mulher

POLÍTICAS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E ÀS DROGAS

Secretário: **Cloves Eduardo Benevides**

Portaria Nº 14, de 24 de fevereiro de 2021

A SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E ÀS DROGAS RESOLVE: Rescindir, a pedido, os Contratos Temporários abaixo oriundos da Seleção Pública Simplificada da Portaria Conjunta SAD/SPVD nº 090/2020:

Ordem	Contrato nº	Nome do contratado	Matrícula	Função	Data de rescisão
1	07/2021	YOLENE MARIA CAVALCANTE CYSNEIROS	408.508-6	ARTICULADOR(A) DO SISTEMA DE CONTROLE SOCIAL - RMR/PE	18/02/2021
2	08/2021	MANASSÉS BRAZ BEZERRA	408.517-5	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - ZONA DA MATA/PE	09/02/2021
3	32/2021	KALLINE FLÁVIA SILVA DE LIRA	408.460-8	ARTICULADOR(A) DE POLÍTICAS PÚBLICAS INTEGRADAS - RMR/PE	12/02/2021
4	48/2021	SEVERINO DIEGO DA SILVA	408.459-4	ARTICULADOR(A) DE POLÍTICAS PÚBLICAS INTEGRADAS - AGRESTE/PE	05/02/2021

Cloves Benevides
Secretário de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas

Repartições Estaduais

AGÊNCIA DE DEFESA E FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA DE PERNAMBUCO-ADAGRO

PORTARIA Nº 005 de 1º de março de 2021.

O DIRETOR-PRESIDENTE desta ADAGRO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, RESOLVE:

I – Designar o servidor **JOSÉ LOPES DA SILVA JÚNIOR**, matrícula 335.581-0, para responder pela Gerência Regional do Recife, no período de **01/03/2021** a **29/04/2021**, em virtude de gozo de férias e licença prêmio do titular. II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Paulo Roberto de Andrade Lima – Diretor-Presidente.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE PERNAMBUCO - DER

O DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE PERNAMBUCO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ATO GOVERNAMENTAL Nº 5353, DE 06/05/2019, PUBLICADO NO DOE DE 07/05/2019, PORTARIA Nº 14 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021

Designar o servidor **AFONSO ANTÔNIO DA SILVA**, mat. 12.962-3, lotado na DPP-GTT-Unidade de Fiscalização e Vistoria, para exercer a Função Gratificada de Apoio - 1, símbolo FGA-1, ficando, consequentemente, dispensado da Função Gratificada de Apoio - 3, símbolo FGA-3, contando-se os seus efeitos a partir de 1º de março de 2021.

PORTARIA Nº 15 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021

Designar o servidor **RONALDO AGRIPINO TAVARES**, mat. 12.729-9, lotado na DPP-GTT-Unidade de Fiscalização e Vistoria, para exercer a Função Gratificada de Apoio - 3, símbolo FGA-3, contando-se os seus efeitos a partir de 1º de março de 2021. **MAURÍCIO CANUTO MENDES** - Diretor Presidente

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE PERNAMBUCO - DETRAN

O Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/PE assinou as seguintes Portarias:

PORTARIA DP Nº 1252/2021 – O Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco – DETRAN/PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto-Lei nº 23, de 24 de maio de 1969, aprovado pelo Decreto Estadual nº 38.447, de 23 de julho de 2012 e, finalmente, pelo artigo 22, do Código de Trânsito Brasileiro - CTB:

CONSIDERANDO os termos do requerimento de **EDINALDO MENEZES DE FREITAS JÚNIOR**, devidamente protocolado sob o nº **2020.108107**;

CONSIDERANDO o posicionamento expresso do Instituto de Criminalística Prof. Armando Samico, através do **Laudo Pericial de nº 33.543/2020**, no Relatório da Corregedoria DP/CO Nº **321/2020** e **CI nº 128/2020**, da Diretoria de Registro de Veículos e Diretoria Jurídica deste DETRAN/PE, no referido procedimento Administrativo,

RESOLVE:
Art. 1º. CANCELAR o registro de propriedade do veículo com as características básicas Marca/Modelo: **I/CHEVROLET AGILE LTZ**, Chassi: **8AGCN48X0DR150767**, Renavam: **502885491**, Ano Fab./Modelo: **2012 /2013** de Placa: **PFU-3032**, em nome de **EDINALDO MENEZES DE FREITA JÚNIOR**, CPF nº **375.405.994-72**, alienado à **BANCO PAN SA**.

Art. 2º. RESTAURAR a propriedade do veículo identificado no artigo anterior para o nome de **RUTH DE OLIVEIRA CAVALCANTI**

, inscrito no CPF: **448.559.904-34**.

Art. 3º. ENCAMINHAR o processo à Diretoria de Operações para as providências necessárias junto à Gerência de Registro de Veículos – DOV e da Gerência de Fiscalização e Infrações de Trânsito - DTF, inclusive, a devida comunicação ao DENATRAN. **Art. 4º.** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação. **PORTARIA DP Nº 1253/2021** – O Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco – DETRAN/PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto-Lei nº 23, de 24 de maio de 1969, aprovado pelo Decreto Estadual nº 38.447, de 23 de julho de 2012 e, finalmente, pelo artigo 22, do Código de Trânsito Brasileiro - CTB:

CONSIDERANDO os termos do requerimento de **ANDERSON SOUZA DE ANDRADE**, devidamente protocolado sob o nº **2019.178827**;

CONSIDERANDO o posicionamento expresso do Instituto de Criminalística Prof. Armando Samico, através do **Laudo Pericial de nº 34.984/2020**, no Relatório da Corregedoria DP/CO Nº **587/2019** e **CI nº 118/2020**, da Diretoria de Registro de Veículos e Diretoria Jurídica deste DETRAN/PE, no referido procedimento Administrativo,

RESOLVE:
Art. 1º. CANCELAR a 2º via CRV emitido em nome de **ANDERSON SOUZA DE ANDRADE**, inscrito no CPF nº **097.487.494-95**.
Art. 2º. RESTAURAR a 1º via CRV em nome de **ANDERSON SOUZA DE ANDRADE**, inscrito no CPF nº **097.487.494-95**.

Art. 3º. ENCAMINHAR o processo à Diretoria de Operações para as providências necessárias junto à Gerência de Registro de Veículos – DOV e da Gerência de Fiscalização e Infrações de Trânsito - DTF, inclusive, a devida comunicação ao DENATRAN. **Art. 4º.** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação. **PORTARIA DP Nº 1254/2021** – O Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco – DETRAN/PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto-Lei nº 23, de 24 de maio de 1969, aprovado pelo Decreto Estadual nº 38.447, de 23 de julho de 2012 e, finalmente, pelo artigo 22, do Código de Trânsito Brasileiro - CTB:

CONSIDERANDO os termos do requerimento de **JOSÉ GALDINO PEREIRA**, devidamente protocolado sob o nº **2019.079394** e **2019.120526**;

CONSIDERANDO o posicionamento expresso do Instituto de Criminalística Prof. Armando Samico, através do **Laudo Pericial de nº 1.482/2020**, no Relatório da Corregedoria DP/CO Nº **303/2019** e **CI Nº 014/2021**, da Diretoria de Registro de Veículos e Diretoria Jurídica deste DETRAN/PE, no referido procedimento Administrativo,

RESOLVE:
Art. 1º. CANCELAR o registro de propriedade do veículo com as características básicas Marca/Modelo: **I/VW BORA**, Chassi: **3VWSL49M8AM045082**, Renavam: **296346438**, Ano Fab./Modelo: **2010/2010** de Placa: **PFJ- 3512**, em nome de **JOSÉ GALDINO PEREIRA**, CPF nº **920.717.244-53**, alienado aop **ITAU ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS L**.

Art. 2º. RESTAURAR a propriedade do veículo identificado no artigo anterior para o nome de **MARIA JULIA V LEITE NAPOLES DE CARVALHO**, inscrito no CPF nº **074.997.404-47**.

Art. 3º. ENCAMINHAR o processo à Diretoria de Operações para as providências necessárias junto à Gerência de Registro de Veículos – DOV e da Gerência de Fiscalização e Infrações de Trânsito - DTF, inclusive, a devida comunicação ao DENATRAN. **Art. 4º.** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação. **PORTARIA DP Nº 1255/2021** – O Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco – DETRAN/PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto-Lei nº 23, de 24 de maio de 1969, aprovado pelo Decreto Estadual nº 38.447, de 23 de julho de 2012 e, finalmente, pelo artigo 22, do Código de Trânsito Brasileiro - CTB:

CONSIDERANDO os termos do requerimento de **SEBASTIÃO RICARDO DE MOURA PINHEIRO**, devidamente protocolado sob o nº **2020.102316**;

CONSIDERANDO o posicionamento expresso do Instituto de Criminalística Prof. Armando Samico, através do **Laudo Pericial de nº 35.920/2020**, no Relatório da Corregedoria DP/CO Nº **325/2020** e **CI nº 125/2020**, da Diretoria de Registro de Veículos e Diretoria Jurídica deste DETRAN/PE, no referido procedimento Administrativo,

RESOLVE:
Art. 1º. CANCELAR o registro de propriedade do veículo com as características básicas Marca/Modelo: **CHEVORLET/MONTANA LS**, Chassi: **9BGCA80X0DB276771**, Renavam: **529713489**, Ano Fab./Modelo: **2013/2013** de Placa: **PGE-8415**, em nome de **SEBASTIÃO RICARDO DE MOURA PINHEIRO**, CPF nº **947.834.624-53**, alienado à **BANCO GM AS**

Art. 2º. RESTAURAR a propriedade do veículo identificado no artigo anterior para o nome de **PEDRAGON AUTOS LTDA**, inscrito no CNPJ nº **03.935.826/0001-30**.

Art. 3º. ENCAMINHAR o processo à Diretoria de Operações para as providências necessárias junto à Gerência de Registro de Veículos – DOV e da Gerência de Fiscalização e Infrações de Trânsito - DTF, inclusive, a devida comunicação ao DENATRAN. **Art. 4º.** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação. **PORTARIA DP Nº 1256/2021** – O Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco – DETRAN/PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto-Lei nº 23, de 24 de maio de 1969, aprovado pelo Decreto Estadual nº 38.447, de 23 de julho de 2012 e, finalmente, pelo artigo 22, do Código de Trânsito Brasileiro - CTB:

CONSIDERANDO os termos do requerimento de **SEBASTIÃO RICARDO DE MOURA PINHEIRO**, devidamente protocolado sob o nº **2020.102316**;

CONSIDERANDO o posicionamento expresso do Instituto de Criminalística Prof. Armando Samico, através do **Laudo Pericial de nº 35.920/2020**, no Relatório da Corregedoria DP/CO Nº **325/2020** e **CI nº 125/2020**, da Diretoria de Registro de Veículos e Diretoria Jurídica deste DETRAN/PE, no referido procedimento Administrativo,

RESOLVE:
Art. 1º. CANCELAR o registro de propriedade do veículo com as características básicas Marca/Modelo: **CHEVORLET/MONTANA LS**, Chassi: **9BGCA80X0DB276771**, Renavam: **529713489**, Ano Fab./Modelo: **2013/2013** de Placa: **PGE-8415**, em nome de **SEBASTIÃO RICARDO DE MOURA PINHEIRO**, CPF nº **947.834.624-53**, alienado à **BANCO GM AS**

Art. 2º. RESTAURAR a propriedade do veículo identificado no artigo anterior para o nome de **PEDRAGON AUTOS LTDA**, inscrito no CNPJ nº **03.935.826/0001-30**.

Art. 3º. ENCAMINHAR o processo à Diretoria de Operações para as providências necessárias junto à Gerência de Registro de Veículos – DOV e da Gerência de Fiscalização e Infrações de Trânsito - DTF, inclusive, a devida comunicação ao DENATRAN. **Art. 4º.** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação. **PORTARIA DP Nº 1256/2021** – O Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco – DETRAN/PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto-Lei nº 23, de 24 de maio de 1969, aprovado pelo Decreto Estadual nº 38.447, de 23 de julho de 2012 e, finalmente, pelo artigo 22, do Código de Trânsito Brasileiro - CTB:

CONSIDERANDO os termos do requerimento de **SEBASTIÃO HENRIQUE DE SOUSA**, devidamente protocolado sob o nº **2011.096784** e **2011.110895**;

CONSIDERANDO o posicionamento expresso do Instituto de Criminalística Prof. Armando Samico, através do **Laudo Pericial de nº 1.248/2017**, no Relatório da Corregedoria DP/CO Nº **388/2011** e **CI nº 113/2017**, da Diretoria de Registro de Veículos e Diretoria Jurídica deste DETRAN/PE, no referido procedimento Administrativo,

RESOLVE:
Art. 1º. CANCELAR o registro de propriedade do veículo com as características básicas Marca/Modelo: **HONDA/CG 125 TITAN**, Chassi: **9C2JC250WWR170426**, Renavam: **699881293**, Ano Fab./Modelo: **1998/1998** de Placa: **KIK-6465**, em nome de **SEBASTIÃO HENRIQUE DE SOUSA**, CPF nº **113.145.834-68**.

Art. 2º. RESTAURAR a propriedade do veículo identificado no artigo anterior para o nome de **MOTARAC LTDA**, inscrito no CNPJ nº **11.700.630/0001-95**.

Art. 3º. ENCAMINHAR o processo à Diretoria de Operações para as providências necessárias junto à Gerência de Registro de Veículos – DOV e da Gerência de Fiscalização e Infrações de Trânsito - DTF, inclusive, a devida comunicação ao DENATRAN. **Art. 4º.** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação. **PORTARIA DP Nº 1257/2021** – O Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco – DETRAN/PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto-Lei nº 23, de 24 de maio de 1969, aprovado pelo Decreto Estadual nº 38.447, de 23 de julho de 2012 e, finalmente, pelo artigo 22, do Código de Trânsito Brasileiro - CTB:

CONSIDERANDO os termos do requerimento de **NUT LEÃO RAMPAZZO**, devidamente protocola do sob o nº **2020.092769**;

CONSIDERANDO o posicionamento expresso do Instituto de Criminalística Prof. Armando Samico, através do **Laudo Pericial de nº 38.889/2020**, **39.178/2020** e **40.672/2020**, no Relatório da Corregedoria DP/CO Nº **236/2020**, da Diretoria de Registro de Veículos e Diretoria Jurídica deste DETRAN/PE, no referido procedimento Administrativo,

RESOLVE:
Art. 1º. CANCELAR o registro de propriedade do veículo com as características básicas Marca/Modelo: **HYUNDAI/HB20 1.6A COMF**, Chassi: **9BHBG51DBFP361618**, Renavam: **1035569660**, Ano Fab./Modelo: **2014/2015** de Placa: **PCL-8831**, em nome de **VALDENILTON DA SILVA ARAUJO**, CPF nº **037.947.364-00**.

CANCELAR o registro de propriedade do veículo com as características básicas Marca/Modelo: **HYUNDAI/HB20 1.6A COMF**, Chassi: **9BHBG51DBFP361618**, Renavam: **1035569660**, Ano Fab./Modelo: **2014/2015** de Placa: **PCL-8831**, em nome de **JOSÉ CARLOS FERREIRA GOUVEIA**, CPF nº **100.019.088-98**.

CANCELAR o registro de propriedade do veículo com as características básicas Marca/Modelo: **HYUNDAI/HB20 1.6A COMF**, Chassi: **9BHBG51DBFP361618**, Renavam: **1035569660**, Ano Fab./Modelo: **2014/2015** de Placa: **PCL-8831**, em nome de **NAYLA FERNANDA FERREIRA CAVALCANTI**, CPF nº **132.464.984-40**.

Art. 2º. RESTAURAR a propriedade do veículo identificado no artigo anterior para o nome de **NUT LEÃO RAMPAZZO**, inscrito no CPF nº **057.899.094-69**.

Art. 3º. ENCAMINHAR o processo à Diretoria de Operações para as providências necessárias junto à Gerência de Registro de Veículos – DOV e da Gerência de Fiscalização e Infrações de Trânsito - DTF, inclusive, a devida comunicação ao DENATRAN.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação. **PORTARIA DP Nº 1258/2021** – O Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco – DETRAN/PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto-Lei nº 23, de 24 de maio de 1969, aprovado pelo Decreto Estadual nº 38.447, de 23 de julho de 2012 e, finalmente, pelo artigo 22, do Código de Trânsito Brasileiro - CTB:

CONSIDERANDO os termos do requerimento de **LUCIANO JORGE FALCAO ALVES SOUTO**, devidamente protocolado sob o nº **2020.060759**;

CONSIDERANDO o posicionamento expresso do Instituto de Criminalística Prof. Armando Samico, através do **Laudo Pericial de nº 24.981/2020**, no Relatório da Corregedoria DP/CO Nº **102/2020** e **CI nº 122/2020**, da Diretoria de Registro de Veículos e Diretoria Jurídica deste DETRAN/PE, no referido procedimento Administrativo,

RESOLVE:
Art. 1º. CANCELAR o registro de propriedade do veículo com as características básicas Marca/Modelo: **FIAT/PALIO FIRE ECONOMY**, Chassi: **9BD17164LA5398342**, Renavam: **130889237**, Ano Fab./Modelo: **2009/2010** de Placa: **KHW 9163**, em nome de **LUCIANO JORGE FALCAO ALVES SOUTO**, inscrito no CPF nº **233.597.304-53**, alienado à **BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO**.

Art. 2º. RESTAURAR a propriedade do veículo identificado no artigo anterior para o nome de **MARIA JANETE BARBOSA DA SILVA**, inscrito no CPF nº **763.342.524-53**, alienado à **BANCO DO BRASIL SOCIEDADE ANONIMA**.

Art. 3º. ENCAMINHAR o processo à Diretoria de Operações para as providências necessárias junto à Gerência de Registro de Veículos – DOV e da Gerência de Fiscalização e Infrações de Trânsito - DTF, inclusive, a devida comunicação ao DENATRAN. **Art. 4º.** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação. Recife, 1º de Março de 2021.

ROBERTO FONTELLES
Diretor Presidente

EMPRESA PERNAMBUCANA DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL - EPTI

PORTARIA EPTI Nº 13 /2021, DE 01 DE MARÇO DE 2021. A DIRETORA PRESIDENTE DA EMPRESA PERNAMBUCANA DE TRANSPORTE COLETIVO INTERMUNICIPAL – EPTI, no uso de suas atribuições conferidas pelo Ato nº 451, de 14 de fevereiro de 2020, publicado no DOE em 15 de fevereiro de 2020 e pelo Diretor de Gestão, no uso das atribuições que lhes são delegadas pelo Estatuto da EPTI. **RESOLVEM:** Art. 1º Designar a pessoa abaixo qualificada como **Controlador Interno** da unidade jurisdicionada **EMPRESA PERNAMBUCANA DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL – EPTI**

Giovanni Pelinca Falcão Pereira, CPF nº 274.745.694-34, E-mail: giovanni@epti.pe.gov.br
Art.2º Determinar que esta Portaria produza seus efeitos a partir de **25 de março de 2020**.

Recife, 01 de março de 2021.

MARÍLIA BEZERRA
Diretora Presidente
LUÍS SIQUEIRA
Diretor de Gestão

EMPRESA PERNAMBUCANA DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL - EPTI

PORTARIA EPTI Nº 14 /2021, DE 01 DE MARÇO DE 2021. A DIRETORA PRESIDENTE DA EMPRESA PERNAMBUCANA DE TRANSPORTE COLETIVO INTERMUNICIPAL – EPTI, no uso de suas atribuições conferidas pelo Ato nº 451, de 14 de fevereiro de 2020, publicado no DOE em 15 de fevereiro de 2020 e pelo Diretor de Gestão, no uso das atribuições que lhes são delegadas pelo Estatuto da EPTI. **RESOLVEM:** Art.1º Designar a pessoa abaixo qualificada como **Suplente de Controlador Interno** da unidade jurisdicionada **EMPRESA PERNAMBUCANA DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL – EPTI**

Priscila da Silva Ramos, CPF nº 046.080.134.16, E-mail: priscilaramos@epti.pe.gov.br
Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Recife, 01 de março de 2021.

MARÍLIA BEZERRA
Diretora Presidente
LUÍS SIQUEIRA
Diretor de Gestão

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - FUNASE

PORTARIA FUNASE Nº 112/20, DE 01 DE MARÇO DE 2021

A Diretora Presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:
Da convocação dos aprovados na Seleção Pública Simplificada – 2018

I - Considerando a Seleção Pública Simplificada, realizada no período de 18 de janeiro de 2018, Portaria Conjunta SAD/FUNASE nº 101, de 04 de julho de 2018, autorizada pelo Decreto nº 46.156 de 18 de junho de 2018 e da Resolução nº 005, de 16 de janeiro de 2018, da Câmara de Política de Pessoal – CPP, homologada pelo Ato Governamental nº 617, de 20 de fevereiro de 2018, que visa à contratação temporária de (496) agentes socioeducativos, para atender à situação de excepcional interesse público da Fundação de Atendimento Socioeducativo - FUNASE; observados os termos da Lei Estadual nº 14.547, de 21 de dezembro de 2011.

II - Considerando a publicação do resultado final da referida seleção simplificada homologada através da portaria Conjunta SAD/FUNASE nº 126 de 14/09/2018;

III - Considerando a autorização contida no **Ofício SAD nº 102/2021**, de 23/02/2021.

A Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE, vem **CONVOCAR** o candidato por ordem de classificação abaixo indicado à comparecer entre os dias **02, 03, 04, 05 e 08 de março de 2021, no horário das 8:00 as 11:00 horas, na AV. Conselheiro Rosa e Silva nº 773, Afiflitos -Recife/PE - CEP 52.050-225**, para entrega de documentos para fins de contratação. (**Relação de documentos consultar o site da FUNASE**). O não comparecimento será considerado desistência.

Nº	CLASSIFICAÇÃO	NOME	DEFICIENTE	PONTUAÇÃO
01	811º	GIRLEIDE MARIA DA SILVA	NÃO	53
02	812º	DEBORA ALVES GALVAO	NÃO	53
03	813º	FLAVIO JOSE SOARES PEDROSA	NÃO	53
04	814º	ELIANE DE OLIVEIRA BOTELHO FULACI	NÃO	53
05	815º	MARIA AUXILIADORA BEZERRA CABRAL	NÃO	53
06	816º	EDUARTE FABRICIO DOS SANTOS	NÃO	53
07	817º	MARILENE ALVES DA SILVA	NÃO	53

08	818°	ADRIANA GOLBERTO ARCANJO	NÃO	53
09	819°	CECILLIA MACIEL DA FONSECA	NÃO	53
10	820°	OSVALDO PEREIRA DA SILVA	NÃO	53
11	821°	ELIZANGELA SOARES BOTELHO	NÃO	53
12	822°	DINORAN GOMES DA SILVA	NÃO	53
13	823°	CRISTIANE VALÉRIA DA SILVA BISPO	NÃO	53
14	824°	CARLOS ALEXANDRE SOUZA DA SILVA	NÃO	53
15	825°	SERGIO TAVARES DE OLIVEIRA	NÃO	53
16	826°	ELIETE MARIA DA SILVA	NÃO	53
17	827°	CARLOS MANOEL DA SILVA	NÃO	53
18	828°	JOÃO JEFFERSON AUGUSTO DE MELO	NÃO	53
19	829°	EDILEUZA MARIA RODRIGUES	NÃO	53

NADJA MARIA ALECAR VIDAL PIRES
Diretora Presidente

PORTARIA FUNASE Nº. 113/2021, DE 01 DE MARÇO DE 2021

A Diretora Presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Da convocação dos aprovados na Seleção Pública Simplificada para região de Timbaúba – 2018

I - Considerando a Seleção Pública Simplificada, realizada no período de 30 de outubro de 2018, Portaria Conjunta SAD/FUNASE nº 149, de 14 de novembro de 2018, autorizada pelo Decreto nº 46.703 de 30 de outubro de 2018 e da Resolução nº 053, de 05 de julho de 2018, da Câmara de Política de Pessoal – CPP, homologada pelo Ato Governamental nº 2976 de 07 de agosto de 2018, que visa à contratação temporária de (12) agentes socioeducativos, para atender à situação de excepcional interesse público da Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE-(CASE TIMBAUBA); observados os termos da Lei Estadual nº 14.547, de 21 de dezembro de 2011 e suas alterações.

II - Considerando a publicação do resultado final da referida seleção simplificada homologada através da portaria Conjunta SAD/FUNASE nº048 de 31/07/2019;

III - Considerando a autorização contida no Ofício SAD nº. 820/2020-GGJUG/GSAD, de 23/11/2020e o não comparecimento dos candidatos convocados através da portaria Funase nº 094/21, de 17/02/2021;

A Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE, vem CONVOCAR o candidato por ordem de classificação abaixo indicado à comparecer entre os dias **02,03,04,05 e 08 de março/2021, no horário das 8:00 as 11:00 horas, na AV. Conselheiro Rosa e Silva nº 773, Afifitos-Recife/PE - CEP 52.050-225, para entrega de documentos para fins de contratação. (Relação de documentos consultar o site da FUNASE).**

O não comparecimento será considerado desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	DEFICIENTE	PONTUAÇÃO
35º	KILMA CRISTINA CARNEIRO DA SILVA	NÃO	83
36º	CEZAR GOMES DA SILVA	NÃO	83
37º	ROSANGELA VICTOR DA SILVA PRIMO	NÃO	83

NADJA MARIA ALENCAR VIDAL PIRES
Diretora Presidente

PORTARIA FUNASE Nº. 114/2021, DE 01 DE MARÇO DE 2021

A Diretora Presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Da convocação dos aprovados na Seleção Pública Simplificada – 2017

I - Considerando a Seleção Pública Simplificada, realizada no período de 06 de junho de 2017, Portaria Conjunta SAD/FUNASE nº 042, de 05 de junho de 2017; autorizada pelo Decreto nº 44.513, de 31 de maio de 2017, bem como na DeliberaçãoAd Referendum nº 029/2017, de 21 de março de 2017, da Câmara de Política de Pessoal – CPP, que visa à contratação temporária de (100) agentes socioeducativos, para atender à situação de excepcional interesse público da Fundação de Atendimento Socioeducativo - FUNASE;

II - Considerando a publicação do resultado final da referida seleção simplificada homologada através da portaria Conjunta SAD/FUNASE nº064 de 23/08/2017;

III - Considerando a autorização contida no Ofício SAD 824/20 GGJUG/GSAD de 23/11/2020 e o não comparecimento do candidato convocado através da Portaria Funase nº 095/21 de 17/02/2021;

A Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE, vem CONVOCAR os candidatos por ordem de classificação abaixo indicados à comparecerem entre os dias **02,03,04,05 e 08 de março/2021, no horário das 8:00 as 11:00 horas, nos endereços abaixo, conforme opção do candidato no ato da inscrição, para entrega de documentos para fins de contratação. (Relação de documentos consultar o site da FUNASE).**

O não comparecimento será considerado desistência.

REGIAO	ENDEREÇO	TELEFONES
PETROLINA	RUA FEBRONIO DE SOUZA, S/N. PALHINHAS (POR TRÁS DO HOSPITAL HGU)-PETROLINA-PE-CEP. 56.308.350	(87) 3866-6790/38666791

PETROLINA - AGENTE SOCIOEDUCATIVO				
Nº	CLASSIFICAÇÃO	NOME	DEFICIENTE	NOTA
01	34 °	MARISVALDO ELIAS DA SILVA	NÃO	40.00

NADJA MARIA ALENCAR VIDAL PIRES
Diretora presidente

FUND DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PE-FUNDARPE

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO - SECULT/PE

CONSELHO ESTADUAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL - CEPPC

XVI CONCURSO PÚBLICO DO REGISTRO DO PATRIMÔNIO VIVO DO ESTADO DE PERNAMBUCO - RPV-PE | EDIÇÃO 2021

O Governo do Estado de Pernambuco, por intermédio da Secretaria de Cultura - Secult/PE e da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - Fundarpe, torna pública a realização do XVI Concurso Público do Registro do Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco - RPV-PE, Edição 2021. O presente Edital atende aos artigos 22, § 4º e 52 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, assim como o previsto na Lei Estadual nº 12.196, de 02 de maio de 2002, alterada pela Lei Estadual nº 15.944, de 14 de dezembro de 2016, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 27.503, de 27 de dezembro de 2004. O Certame disponibilizará seis (6) vagas para Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco referentes ao ano de 2021, beneficiando pessoa natural ou grupo dotado ou não de personalidade jurídica. Os requerimentos de inscrição para o preenchimento das mencionadas vagas serão recebidos no período de **16 de abril até às 18h00 do dia 30 de abril de 2021**, exclusivamente pela Internet, através da plataforma Prosas, no endereço www.prosas.com.br. O Concurso cumprirá os trâmites previstos nas seguintes fases: publicidade, inscrição, seleção, divulgação do resultado e registro final em livro específico, a cargo da Secult/PE, em conformidade com as normas e condições estabelecidas no Regulamento, que estará à disposição dos(as) candidatos(as), a partir de 2 de março de 2021, no Portal Cultura. PE, no endereço www.cultura.pe.gov.br. Recife, 1º de março de 2021. **GILBERTO DE MELLO FREYRE NETO**, Secretário de Cultura. **MARCELO CANUTO MENDES**, Diretor-Presidente da Fundarpe.

INSTITUTO DE TERRAS E REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO - ITERPE

PORTARIA N.º 08 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

O Diretor-Presidente do Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco – ITERPE, conforme Ato nº 428, republicado no DOE de 11/02/2021, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei n.º 13.900, de 27 de outubro de 2009 e de acordo no art. 11, IV e X do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 34.497/2009, **RESOLVE:**

Art. 1º Designar como ordenadores de despesa os servidores abaixo relacionados:
Nome: **Henrique José Queiroz Costa**
CPF: 024.311.904-63,
Cargo: Diretor-Presidente.
Nome: **Rênya Carla Medeiros da Silva**
CPF: 027.043.474-76,
Cargo: Coordenadora de Planejamento e Gestão
Art. 2º Revogando-se as disposições anteriores quanto ao presente objeto.

HENRIQUE JOSÉ QUEIROZ COSTA
Diretor-Presidente

INSTITUTO DE TERRAS E REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO - ITERPE

PORTARIA Nº 07, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021.

O Diretor-presidente do Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco-ITERPE, nomeado pelo Ato Governamental nº 428, de 09/02/2021, republicado no DOE-PE em 11/02/2021, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei nº 13.900, de 27 de outubro de 2009, de acordo com o inciso IV, art. 11, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 34.497, de 31 de dezembro de 2009, **CONSIDERANDO** as exigências da Lei de Acesso à Informação nº 14.804/2012. **RESOLVE:**

Art. 1º Designar **João Vitor Silva do Carmo**, Apoio Administrativo ao Gabinete, matrícula: 12.283-1, para exercer a função de Autoridade de Monitoramento da LAI, no âmbito do ITERPE, em substituição a **Maria da Penha Gonçalves de Lima**, matrícula: 12.278-5.

Art. 2º Esta portaria tem efeitos retroativos a 1º/02/2021.

Henrique José Queiroz Costa
Diretor-presidente.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO - UPE / REITORIA

O Reitor da Universidade de Pernambuco – UPE assinou as seguintes Portarias:

PORTARIA Nº256/2021, DE 23.02.2021

I - Reconhecer o direito ao Abono de Permanência da servidora **FRANCISCA MARIA DAMASCENO SILVA DO COUTO SOARES**, mat. nº 6666-4, Médico F02 CII FS-F, do Quadro Efetivo de Pessoal desta Universidade, com lotação no hospital Oswaldo Cruz - HUOC, a partir de 17.12.2020, nos termos das Regras de Transição da EC nº 47/05, Art. 3º e Parecer nº 20/2021, da Procuradoria Jurídica da Universidade de Pernambuco-PROJUR/UPE.

PORTARIA Nº257/2021, DE 23.02.2021

I - Reconhecer o direito ao Abono de Permanência da servidora **MÁRCIA ALMEIDA GALVÃO TEIXEIRA**, mat. nº 7188-9, Professor Universitário/Adjunto M03 CIII FS-D, do Quadro Efetivo de Pessoal desta Universidade, com lotação na Faculdade

de Ciências Médicas - FCM, a partir de 21.02.2020, nos termos das Regras de Transição da EC 47/05, Art. 3º e Parecer nº 22/2021, da Procuradoria Jurídica da Universidade de Pernambuco-PROJUR/ UPE.

PORTARIA Nº259/2021, DE 23.02.2021

I - Conceder prorrogação de licença sem vencimentos, para Acompanhar Marido, à servidora **ANNE RAFAELLA CARNEIRO ROZA**, mat. nº 12647-0, Médico F01 CI FS-C, do Quadro Efetivo de Pessoal desta Universidade, com lotação no Hospital Universitário Oswaldo Cruz-HUOC, por um período de 02 (dois) anos, a contar de **01.10.2020**.

PORTARIA Nº260/2021, DE 23.02.2021

I - Exonerar, a pedido, o servidor **EDUARDO PORTO CARREIRO NEVES**, mat. nº 14959-4, Professor Universitário/Assistente M02 CI FS-A, do Quadro Efetivo de Pessoal desta Universidade, com lotação na Faculdade de Administração e Direito de Pernambuco - FCAP, a contar de **10.03.2021**.

PORTARIA Nº314/2021, DE 25.02.2021

I - Fazer retornar do Afastamento para Curso de Pós-Doutorado em Linguística na Universidade Federal do Pará - UFPA, promovido pela Universidade Federal do Pará - UFPA, em Belém/ PA, o servidor **FERNANDO AUGUSTO DE LIMA OLIVEIRA**, mat. nº 12989-5, Professor Universitário/Adjunto M03 CI FS-G, do Quadro Efetivo de Pessoal desta Universidade, com lotação na UPE Multicampi Garanhuns, a partir de **01 de dezembro de 2020**.

Prof. Dr. Pedro Henrique de Barros Falcão
REITOR

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO - UPE / REITORIA

O Reitor da Universidade de Pernambuco – UPE: RESOLVE: Rescindir, a pedido, o Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, abaixo relacionado, a partir da data respectivamente indicada.

I - Espécie: Contrato de Trabalho por tempo determinado, firmado pela Universidade de Pernambuco/UPE, com autorização da Secretaria de Administração através de AD REFERENDUM da CPP nº 014/2020 de 23.03.2020, da Lei Federal nº 13.979/2020, da Lei Complementar do Estado de Pernambuco nº 425/2020, do Decreto Estadual nº 48.809/2020 e da Portaria Conjunta SAD/UPE nº 036, de 24 de março de 2020.

PORT Nº	Nº CTD	MAT.	NOME	CARGO	RESCISÃO
Hospital Universitário Oswaldo Cruz - HUOC					
277/ 2021 de 23.02. 2021	1212/2020	15750-3	IVANE BENJAMIM DOS SANTOS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM-CTD	09.02.2021
318/ 2021 de 25.02. 2021	1033/2020	15731-7	MARTA MARIA DA SILVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM-CTD	05.02.2021
286/ 2021 de 23.02. 2021	1823/2020	16189-6	CELIANE DIOGENES FARIAS DE QUEIROZ CAVALCANTE	TÉCNICO EM ENFERMAGEM-CTD	09.02.2021

Prof. Dr. Pedro Henrique de Barros Falcão
REITOR

Licitações e Contratos

AGÊNCIA DE DESENVOL. ECONÔMICO DE PERNAMBUCO S.A. - AD DIPER

Convênio Nº 20/2021. Cooperação Téc. e financeira, apoio ao projeto **TOMATES DO AGRESTE DE PERNAMBUCO – Organização e Gestão para pequenos produtores da COOPASA Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Sapucarana**, no período de **fevereiro a outubro de 2021**. CONVENIENTE: **SEBRAE PE**. CNPJ 09.829.524/0001-64. Valor da Concedente: **R\$ 61.022,50**. Conveniente: **R\$ 113.327,50** . **Total: R\$ 174.350,00**. Vigência: 26.02.2021 a 26.01.2022.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO 0001.2021.CPL-ALEPE.PE.0001.ALEPE

Objeto: **REPETIÇÃO LOTE 02** - Registro De Preços Para Contratação De Empresa Para Fornecimento Parcelado De Suprimentos De Informática, A Fim De Atender Às Demandas Internas Da Assembleia Legislativa Do Estado De Pernambuco. Valor Máximo Global Estimado: **R\$ 132.138,19**. **RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:** Até 15/03/2021 às 14h00min. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 15/03/2021 às 14h15min. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA:** 15/03/2021 às 15h00min. O Edital na íntegra pode ser consultado no site www.peintegrado.pe.gov.br. Marcela Freitas-Pregoeira. Recife, 01 de março de 2021.

AUTARQUIA TERRITORIAL DISTRITO ESTADUAL DE FERNANDO DE NORONHA

AVISO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO Nº 010.2021.DL.007

Reconheço e ratifico, com base na Portaria AG/ATDEFN nº 018/2019, datada de 26/02/2019, para fins do disposto no art. 24, inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93, e à vista da justificativa do setor técnico responsável e do parecer AJUR nº 011/2021 da Assessoria Jurídica, a Dispensa de Licitação, Processo nº 010.2021.DL.007, cujo objeto é: **AQUISIÇÃO EMERGENCIAL COM FORNECIMENTO INTEGRAL DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES PARA ABASTECER AS UNIDADES DE SAÚDE PÚBLICA NO ARQUIPÉLAGO DE FERNANDO DE NORONHA**. Item 44, no valor total de **R\$ 460,00** (quatrocentos e sessenta reais), em favor da empresa **EXOMED REPRESENTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA**, CNPJ: 12.882.932/0001-94; Itens 6 e 9, no valor total de **R\$2.797,50** (dois mil setecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos), em favor da empresa **REFIT HOSPITALAR EIRELI EPP**, CNPJ: nº 25.447.067/0001-08; Itens 4,10,11,12,17,19,22,23 e 25 no valor total de **R\$ 19.687,10** (dezenove mil seiscentos e oitenta e sete reais e dez centavos), em favor da empresa **CIRURGICA MONTEBELLO LTDA**, CNPJ: 08.674.752/0001-40; Item 5, no valor total de **R\$ 3.600,00** (três mil e seiscentos reais), em favor da empresa **DPROSMED DISTRIBUIDORA**

DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES EIRELI, CNPJ: nº 11.449.180/0001-00; Itens 7,13,18,20,21,24,27,28,30,31,34,35, 36,37,38,39,40,41 e 42, no valor total de **R\$ 8.805,30** (oitto mil, oitocentos e cinco reais e trinta centavos), em favor da empresa **MOURA E MELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ: 22.940.455/0001-20; Itens 1,8,16,29,32,33 e 45, no valor total de **R\$22.055,00** (vinte e dois mil cinquenta e cinco reais), em favor da empresa **PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ: nº 81.706.251/0001-98. Recife, 01/03/2021. Césio Costa Rodrigues dos Santos, Diretor Administrativo Financeiro-ATDEFN.

CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE AMAURY DE MEDEIROS - CISAM/UPE

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Sexto Termo Aditivo do Contrato nº 007/2016 Contratada Elus Engenharia Limpeza Urbana e Sinalização Ltda CNPJ 01.459.413/0001-00 Objeto Prorrogação do prazo de execução e da vigência de Forma Excepcional, pelo período de 01/04/2021 até 31/03/2022

Quarto Termo Aditivo do Contrato nº 003/2017 Contratada Clearwater Comércio e Serviços Ltda Epp CNPJ 03.626.669/0001-81 Objeto Prorrogação do prazo de execução e da vigência, pelo período de 13/03/2021 até 12/03/2022

Terceiro Termo Aditivo do Contrato nº 003/2018 Contratada Lemon Terceirização e Serviços Eireli CNPJ 10.627.870/0001-49 Objeto Prorrogação do prazo de execução e da vigência, pelo período de 01/04/2021 até 31/03/2022

Terceiro Termo Aditivo do Contrato nº 010/2018 Contratada Consórcio Inforconvex-01, formado pelas empresas Inforpartner Informática & Negócios Ltda Epp CNPJ 04.032.156/0001-05 (consorciada **líder**) e Sistemas Convex Locações de Produtos de Informática Ltda CNPJ 73.147.084/0001-64 Objeto Prorrogação do prazo de execução e da vigência, pelo período de 01/09/2020 até 31/08/2021

Primeiro Termo Aditivo do Contrato nº 001/2020 Contratada Companhia Editora de Pernambuco - CEPE CNPJ 10.921.252/0001-07 Objeto prorrogação do prazo de execução e da vigência, pelo período de 11/02/2021 até 10/02/2022

Primeiro Termo Aditivo do Contrato nº 002/2020 Contratada Unimoto Brasil Cooperativa de Transporte Motociclístico de Encomendas Express e Multimodal do Brasil CNPJ 04.393.371/0001-31 Objeto prorrogação do prazo de execução e da vigência, pelo período de 01/03/2021 até 28/02/2022

COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO E OBRAS - CEHAB

EXTRATO DE CONTRATO - Processo de Dispensa de Licitação nº 0024.2020.CCD.DL.0020.CEHAB.FEHIS; Contrato nº 005/2021; Contratada: **LUCENA TOPOGRAFIA E CONSTRUÇÃO LTDA** - CNPJ/MF Nº 02.662.464/0001-99; Objeto: Contratação de empresa de engenharia para realizar a eletrificação, de

acordo com as exigências da CELPE, do Conjunto Mércia de Albuquerque II em Cajueiro Seco- Jaboatão dos Guararapes/PE; Prazo: 03 (três) meses e o de execução é de 30 (trinta) dias, contados a partir da Ordem de Serviço; Valor: R\$ 16.998,88 (dezesseis mil, novecentos e noventa e oito reais e oitenta e oito centavos) Natureza da Despesa: 4.4.90.51; Data da assinatura: 24 de fevereiro de 2021. **BRUNO DE MORAES LISBÓIA** - Diretor Presidente. – TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - O Diretor Administrativo e de Operações, na função de Ordenador de Despesas desta Companhia Estadual de Habitação e Obras – CEHAB, no uso das atribuições e poderes, e nos termos do Parecer Nº 10590760.2020.CEHAB-DAJ, da Diretoria de Apoio Jurídico – DAJ desta Companhia, resolve RATIFICAR E HOMOLOGAR o presente **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0005.2021.CCD. DL.0002.CEHAB**, Dispensa de Licitação. Fundamento Legal: Art. 29, II, da Lei Nº 13.303/16. OBJETO: Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços de Auditoria Externa Independente sobre as demonstrações contábeis e financeiras, Exercício de 2020 da Companhia Estadual de Habitação e Obras do Estado de Pernambuco – CEHAB/PE e do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social – FEHIS, com a emissão de PARECERES e dos relatórios. Período: 6 (seis) meses, a partir da data de assinatura. Empresa: ELILDES FORTALEZA SANTOS CONSULTORIA, inscrita no CNPJ Nº: 16.940.194/0001-45. Valor Total R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais). É DETERMINO que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da referida empresa. Data da assinatura: 26 de fevereiro de 2021. **ANTÔNIO FLORENTINO CALIXTO JUNIOR** – Diretor Administrativo e de Operações

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - BUCASA

Aviso de Adiantamento: LICITAÇÃO.COMPESA 020/2021 CEL2 PROCESSO Nº 8955/2020 - AQUISIÇÃO DE BOMBAS CENTRÍFUGAS E CONJUNTOS MOTOBOMBAS. Abertura: 10/03/2021 às 10:00h. Disputa: 10/03/2021 às 14:00h. Edital disponível 02/03/2021. Patrícia Mendes Cândido Cavalcanti - Agente de Licitação. Regrada pela Lei nº 13.303/2016. Informações: Av. Dr. Jayme da Fonte, s/nº -1º andar – Sto Amaro – Recife/PE – CEP: 50040-905, das 13h às 16h, Fone: 081-3412.9051 ou através do site www.compesa.com.br

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE PERNAMBUCO - DER

AVISO DE LICITAÇÃO

A CPL do DER-PE torna público que fará realizar Procedimento Licitatório na Modalidade: CONCORRÊNCIA Nº 008/2020, Processo Nº 0591/2020, cujo objeto é a EXECUÇÃO DAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DO PAVIMENTO DA RODOVIA PE-576, TRECHO: IPUBI/ENTR. BR-316 (TRINDADE), COM EXTENSÃO DE 18,8km, no valor de R\$ 40.620.643,27. A sessão inicial ocorrerá no dia 05 de abril de 2021 às 10:00 horas, no auditório do Edifício Sede do DER/PE, localizado na Av. Cruz Cabugá, 1033, bairro de Santo Amaro, Recife-PE. O Edital estará disponível a partir do dia 04 de março de 2021, no endereço eletrônico www.licitacoes.pe.gov.br. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone 3181 4300. Recife, 01 de março de 2021. Marcos José Carneiro – Presidente CPL-DER-PE.

EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO S/A – EMPETUR - Aviso de Reabertura

PROCESSO Nº 0015.2021.CPL.PE.0004.EMPETUR
Objeto: contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços especializados em manutenção preditiva, preventiva, corretiva, operação noturna e diurna do sistema de ar condicionado instalado na Arena de Pernambuco. Comunicamos a retomada do processo licitatório, após ajustes no edital. Por motivos operacionais, a numeração do processo citada acima foi alterada para **0025.2021.CPL.PE.0006.EMPETUR**. As propostas anteriormente enviadas pelos licitantes serão canceladas. Portanto, os interessados deverão encaminhar novas propostas, observando a nova numeração no sistema e os novos termos do edital. Data de abertura: 23/03/2021, às 14h30 (Horário de Brasília). O novo Edital está disponível nas páginas eletrônicas: www.peintegrado.pe.gov.br e www.licitacoes.pe.gov.br, por meio de pesquisa à nova numeração. **Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados.** Outras informações: (81) 3182-8188, Isabela Ottoni, Pregoeira CPL EMPETUR

FUND DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PE-FUNDARPE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2020 – CONCORRÊNCIA Nº 001/2020

PROCESSO SEI Nº 00403300013.001334/2020-52

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia e/ou arquitetura para execução de obras, conforme projetos (ANEXO G) e planilha orçamentária (ANEXO D), com fornecimento de materiais, para reforma e requalificação do MISPE, instalado no primeiro pavimento do Raio Norte da Casa da Cultura Luiz Gonzaga, situada a Rua Floriano Peixoto/ Cais da detenção, S/N, Sítio Antonio, Recife/PE. **EMPRESA VENCEDORA: JME ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 24.061.780/0001-48.** Valor: R\$ 676.480,97 (seiscentos e setenta e seis mil, quatrocentos e oitenta reais e noventa e sete centavos).

Recife, 01 de março de 2021.

MARCELO CANUTO MENDES

Presidente da FUNDARPE

GABINETE DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato GAPE nº 02/2021. PROCESSO Nº 0209.2019.CCPL-PE.0147.SAD. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0147.2019. Contratação da prestação de serviços de motoristas, mediante a disponibilização de profissionais devidamente habilitados nas categorias “B”, “C” e “D”, com vistas a atender às demandas deste Gabinete de Projetos Estratégicos, conforme as disposições contidas no Termo de Referência referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0147.2019, PROCESSO Nº 0209.2019.CCPL-PE.0147.SAD. Contratado: **MARANATA PRESTADORA DE SERVIÇOS E CONTRUÇÕES LTDA.** CNPJ: 03.325.436/0001-49. Valor Mensal R\$ 8.227,18 (oito mil, duzentos e vinte e sete reais e dezoito centavos) concernente ao Item 1, e, serviço de pagamento

de diária por demanda com o valor unitário de R\$ 70,00 (setenta) reais. Valor Global: R\$ 103.206,16 (cento e três mil, duzentos e seis reais e dezesseis centavos). Vigência: 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.

Recife, 01 de março de 2021.

RENATO XAVIER THIÉBAUT

Chefe do Gabinete de Projetos Estratégicos

HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE

Aviso de Licitação

Processo nº 010/2021 Pregão Eletrônico nº 009/2021
Objeto Registro de Preços para Eventual Aquisição de Medicamentos Antibióticos para atender as necessidades do Hospital Regional do Agreste
Entrega das Propostas – De 02/03/2021 08:00hs
Abertura das Propostas – Até 16/03/2021 às 09:00hs
Início da Disputa – Em 16/03/2021 às 09:30hs
Horário de Brasília

Processo nº 011/2021 Pregão Eletrônico nº 010/2021
Objeto: Registro de Preços para Eventual Aquisição de Produtos Hospitalares - Diversos II, para atender as necessidades do Hospital Regional do Agreste
Entrega das Propostas – De 02/03/2021 08:00hs
Abertura das Propostas – Até 17/03/2021 às 09:00hs
Início da Disputa – Em 17/03/2021 às 09:30hs
Horário de Brasília

Processo nº 013/2021 Pregão Eletrônico nº 012/2021
Objeto: Registro de Preços para Eventual Aquisição de Material Médico Hospitalar (Aguas e Seringas) para atender as necessidades do Hospital Regional do Agreste
Entrega das Propostas – De 02/03/2021 08:00hs
Abertura das Propostas – Até 18/03/2021 às 09:00hs
Início da Disputa – Em 18/03/2021 às 09:30hs
Horário de Brasília

Caruaru, 01 de Março de 2021

Márcia Santiago Bezerra

Pregoeira/HRA

HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE

Aviso de Licitação

Processo nº 005/2021 Pregão Eletrônico nº 004/2021
Objeto: Registro de Preços para Eventual Aquisição de Medicamentos Antibióticos, para atender as necessidades do Hospital Regional do Agreste
Entrega das Propostas – De 02/03/2021 às 08:00hs
Abertura das Propostas – Até 12/03/2021 às 09:00hs
Início da Disputa – Em 12/03/2021 às 09:30hs
Horário de Brasília

Processo nº 006/2021 Pregão Eletrônico nº 005/2021
Objeto: Registro de Preços para Eventual Aquisição de Medicamentos Antibióticos, para atender as necessidades do Hospital Regional do Agreste
Entrega das Propostas – De 02/03/2021 às 08:00hs
Abertura das Propostas – Até 15/03/2021 às 09:00hs
Início da Disputa – Em 15/03/2021 às 09:30hs
Horário de Brasília

Processo nº 009/2021 Pregão Eletrônico nº 008/2021
Objeto: Registro de Preços para Eventual Aquisição de Medicamentos Antibióticos, para atender as necessidades do Hospital Regional do Agreste
Entrega das Propostas – De 02/03/2021 às 08:00hs
Abertura das Propostas – Até 15/03/2021 às 14:00hs
Início da Disputa – Em 15/03/2021 às 14:30hs
Horário de Brasília

Caruaru, 01 de Março de 2021

Márcia Santiago Bezerra

Pregoeira/HRA

DIRETORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO AO SISTEMA DE SAÚDE - DASIS

Ext. 1ª publ. oARP Nº 001/2021 celebrado com a empresa PROSMED PRODUTOS MÉDICOS COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.249.434/0001-07, referente ao Proc.0163.2020. CPLI.PE.0055.DASIS, Objeto:FORNECIMENTO DE MATERIAIS CIRÚRGICOS DE ORTOPEDIA, TRAUMATOLOGIA E PRÓTESE DE SISTEMA DE BLOQUEIO PARA ATENDER A DEMANDA DE PACIENTES DO SISMEPE, com vigência de 26/02/21 à 25/02/2022. Recife 01/03/2021, Ext. 1ª publ. o ARP Nº 002/2021 celebrado com a empresa CL COMERCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.441.051/0002-81, referente ao Proc. 0054.2020.CPL I.PE.0016.DASIS, Objeto:aquisição eventual de materiais para diagnóstico para atender as demandas do Centro Médico Hospitalar da PMPE/CBMPE, com vigência de 26/02/21 à 25/02/2022. Recife 02/03/2021 Tibério César dos Santos – CEL PM – Diretor da DASIS.

POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo nº 0003.2021.CPL.PE.0002.PMPE-CPL/Capital. Registro de Preços para Fornecimento eventual de materiais penso e medicamentos veterinários para os semoventes da PMPE. **Valor:** R\$ 105.380,2715. **Recebimento das Propostas:** até 16/MAR/2021 às 10h00 (Horário de Brasília). **Disputa de Preços:** 16/MAR/2021 às 10h30min. **OBS:** O edital na íntegra poderá ser retirado na CPL/Capital, sito a Rua Amaro Bezerra s/nº, Derby – Recife/PE, nos sites www.peintegrado.pe.gov.br e www.licitacoes.pe.gov.br, ou pelo e-mail cpl@pm.pe.gov.br. Informações: Fones: (81) 3181.1124/1203. Recife, 01/MAR/2021 – André Felipe Araújo P. do Nascimento – Ten Cel PM – Presidente da CPL/Capital.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - GGGOL/CCPLE IX

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 0058.2020.CCPL-IX.PE.0044.SAD

A COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO ESTADO IX torna público, para conhecimento de todos os

interessados, que a licitação acima mencionada foi declarada FRACASSADA. Talitha Martins, Pregoeira da CCPL IX em exercício.

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.

Contrato 01/21. Adesão à ARP 008.2020.SAD. Objeto: Prestação de serviços de publicação no Diário Oficial de Pernambuco. Contratada: Companhia Editora de Pernambuco-CEPE. CNPJ 10.921.252/0001-07. Valor: R\$ 60.002,40. Vigência: 01/03/21 a 28/02/22. Recife, 01/03/21.

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Contrato Nº 001/2021-GAB/SDS – OBJETO: Fornecimento do Serviço de Suporte Técnico de Software - Licença e Suporte de Atualização de Software para licenças Oracle de propriedade desta Secretaria de Defesa Social de Pernambuco **VIGÊNCIA:** 12 meses **VALOR TOTAL:** R\$ 504.749,32. **CONTRATADA:** ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA **EMPENHO:** 2021NE000001, de 02JAN/2021. **ORIGEM:** Proc. Inex. Lic. nº 0003.2021.CCD. IN.0001.DAG-SDS. Recife-PE, 01MAR/2021. **FLÁVIO DUNCAN MEIRA JÚNIOR**-Sec. Executivo de Gestão Integrada(*)

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO I

ABERTURA DE LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA PL.0011.2021.CPL-I.PE.0008.DAG-SDS-RP para o fornecimento eventual de equipamentos eletrônicos visando suprir as necessidades dos Institutos e Unidades Regionais da Polícia Científica de Pernambuco. **Valor Estimado: R\$ 216.591,9287.** **Data da abertura:** 19/03/2021 às 10:00h (horário de Brasília). Retirada do edital: www.peintegrado.pe.gov.br e www.licitacoes.pe.gov.br. O prego, na forma eletrônica, será realizado por meio da internet. Recife, 01/03/2021. **ROGÉRIO FERREIRA DA SILVA** – Cap BM Pregoeiro e Presidente.

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO I ABERTURA DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI REPUBLICADO POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÃO PL.0008.2021.CPL-I.PE.0006.DAG-SDS.FESPDS-OBJETO: Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para Executar Adaptações no Depósito de Munição do Batalhão de Polícia de Choque–BPCHOQUE–PMPE. **Valor Estimado:** R\$ 32.822,6119. **Data da Abertura: 16/03/2021 às 10:00h (Horário de Brasília).** Retirada do Edital: www.peintegrado.pe.gov.br e www.licitacoes.pe.gov.br. O prego, na forma eletrônica, será realizado por meio da internet. Recife, 01/03/2021. **ROGÉRIO FERREIRA DA SILVA** – Cap BM Pregoeiro e Presidente.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

AVISO DE LICITAÇÃO

SEAF/SULIC/CPL I

PL Nº 0004.2021.CPL I - PE.0003.SEDUC Objeto: Formação de Registro de Preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de administração de benefício de auxílio-alimentação, por meio de cartão eletrônico com chip e/ou tarja magnética visando pagamento de gêneros alimentícios, para estudantes regularmente matriculados nas unidades educacionais da rede pública de ensino do Estado de Pernambuco, conforme especificações contidas no Termo de Referência. Valor estimado: **R\$ 205.749.600,0000 (duzentos e cinco milhões e setecentos e quarenta e nove mil e seiscentos reais)**, Recebimento de Propostas até: 16/03/2021 às 09:50h. Início da Disputa: 16/03/2021 às 10h00 (Horário de Brasília). Edital disponível nas páginas eletrônicas: www.peintegrado.pe.gov.br e www.licitacoes.pe.gov.br. Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados. Recife, 01/03/2021. **Ilze Ferreira / Pregoeira** / Pregoeira em exercício da CPL I/SEE.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

AVISO DE LICITAÇÃO

SEAF/SULIC/CPL I

PL Nº 0124.2020.CPL I - PE. 0062.SEDUC Objeto: Contratação de empresa especializada na disponibilização de aplicativo móvel para transmissão de aulas ao vivo e gravadas, comunicação entre docentes e estudantes e acesso aos conteúdos disponibilizados no portal Educa-PE e UPE Digital com possibilidade de isenção de dados de internet móvel, em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência (TR). Valor estimado: R\$ 834.132,0000 (oitocentos e trinta e quatro mil e cento e trinta e dois reais), Recebimento de Propostas até: 15/03/2021 às 09:50h. Início da Disputa: 15/03/2021 às 10h00 (Horário de Brasília). Edital disponível nas páginas eletrônicas: www.peintegrado.pe.gov.br e www.licitacoes.pe.gov.br. Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados. Recife, 01/03/2021. **Ilze Ferreira / Pregoeira** Público, em exercício da CPL I/SEE.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E RECURSOS HÍDRICOS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2020 – CPL I – CONCORRÊNCIA Nº 002/2020 OBJETO: contratação de empresa de engenharia para restauração do pavimento do sistema de pistas (Pista de Pouso e Decolagem, Taxiway e Pátio de Aeronaves) e sinalização horizontal da área de movimento do Aeródromo de Garanhuns, em Pernambuco. Considerando as razões expressas ao direito de recurso contra o julgamento de propostas de preços, a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos torna pública a homologação do processo supra e a adjudicação em favor do licitante **ESSE – ENGENHARIA, SINALIZAÇÃO E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA**, CNPJ: 40.869.463/0001-09, no valor total de **R\$ 2.579.999,90**, firmada pela autoridade competente. Recife, 01.03.2021. Romero Tavares de Amorim Filho, Presidente da CPL I.

SECRETARIA DA MULHER

EXTRATO

3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 002/2018. Contratada: COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO - CEPE, CNPJ nº 10.921.252/0001-07. Prorrogação do prazo contratual. Vigência: 02/03/2021 a 01/03/2022. Recife, 01 de março de 2021. Sílvia Cordeiro – Secretária da Mulher.

2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 004/2019. Contratada – CS BRASIL FROTAS LTDA, CNPJ nº 27.595.780/0001-16. Objeto: Prorrogação do prazo de 27/02/2021 a 26/02/2022. Valor R\$15.628,92. Recife, 26 de fevereiro de 2021. Sílvia Cordeiro – Secretária da Mulher.

1º Termo Aditivo TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA SECMLHER Nº 001/2019. Participe: SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO CNPJ nº 10.572.048/0001-28. Prorrogação do prazo. Vigência: 21/03/2021 a 20/03/2023. Recife, 01 de março de 2021. Sílvia Cordeiro – Secretária da Mulher.

SECRETARIA DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 005/2021.CONTRATADA: HIPOLABOR FARMACÊUTICA LTDA.CNPJ/MF: 19.570.720/0007-06. OBJETO: NALOXONA, CLORIDRATO - CONCENTRAÇÃO/ DOSAGEM 0,4 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL. VALOR: **R\$ 272.800,00.** VIGÊNCIA: 06 Meses, a partir da data de sua assinatura.**Data de Assinatura: 16/02/2021**

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 126/2016. EMPRESA: SERVIÇO DE IMAGENS RADIOGRÁFICAS DO RECIFE LTDA-UNINEURO MATRIZ.CNPJ(MF): 24.392.243/0001-80.OBJETO: Repactuação do contrato, cuja produção de média e alta complexidade comprovadamente sofreu decréscimo no período de abril a setembro de 2020.VIGÊNCIA: 90 Dias.**Data de Assinatura: 25/02/2021**

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 113/2019. EMPRESA: QUALYSERV SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÃO EIRELI.CNPJ(MF): 10.327.952/0001-78.OBJETO: **prorrogação** de prazo de vigência do Contrato.VIGÊNCIA: **02/03/2021 a 01/03/2022.** **Data de Assinatura: 01/03/2021**

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 053/2017. EMPRESA: INSTITUTO DE OLHOS DO RECIFE LTDA.CNPJ(MF): 10.970.077/0001-48.OBJETO: Repactuação do contrato, cuja produção de média e alta complexidade comprovadamente sofreu decréscimo no período de abril a setembro de 2020.VIGÊNCIA: 90 Dias.**Data de Assinatura: 19/02/2021**

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 122/2016. EMPRESA: SERVIÇO DE IMAGENS RADIOGRÁFICAS DO RECIFE LTDA-UNINEURO GRAÇAS.CNPJ(MF): 24.392.243/0003-42.OBJETO: Repactuação do contrato, cuja produção de média e alta complexidade comprovadamente sofreu decréscimo no período de abril a setembro de 2020.VIGÊNCIA: 90 Dias.**Data de Assinatura: 26/02/2021**

SECRETARIA DE SAÚDE

AV. DE PRORROGAÇÃO – PROC. Nº.0171/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO. Nº.0036/2021 – OBJ: AQUISIÇÃO DE CAIXAS PERFUROCORTANTE, DESTINADAS A COLETAR MATERIAL PERFURAM CORTANTES, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA VACINAÇÃO DE ROTINA DO CENTRO DE REFERÊNCIAS IMUNOBIOLÓGICOS ESPECIAIS – CRIE E DA VACINAÇÃO COVID- 19, V. total est. R\$ 14.800,00 | propostas: até 03/03/2021 , às 14h0 abertura das propostas: 03/03/2021 às 14h10 – início da disputa: 03/03/2021 às 14h20 | o Edital na íntegra poderá ser retirado no site: www.peintegrado.pe.gov.br ou www.licitacoes.pe.gov.br | Recife,01/03/2021. Lindomar Lopes – Presidente/Pregoeira – CPLC - VI.

SECRETARIA DE SAÚDE

EXTRATO DA ARP CPLC LACEN

PROC.0037/2020.PE.0029, OBJ. ATA É O REG. DE PREÇO, TEM COMO OBJETIVO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL PENSO, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES ATENDER O DIAGNOSTICO DE VIRUS RESPIRATORIOS, INCLUSIVE COVID-19, PARA SER UTILIZANDO NO SETOER DE BIOLOGIA MOLECULAR DA COODERNAÇÃO DE VIGILANCIA LABORATORIAL DE DOENÇAS VIRAIS (CVLDV), PERTENCENTE AO LACEN PE, Emp.: **NSG COMERCIO LTDA.** ITEM EXCLUSIVA-2, EXCLUSIVA-3, EXCLUSIVA-7, EXCLUSIVA-8, no valor unitário para os respectivos ITEM **R\$ 32,00, R\$ 0,39, R\$ 148,00, R\$ 0,94,** perfazendo o valor global de **R\$ 89.720,00, CL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA.** ITEM PRINCIPAL-1, no valor unitário para os respectivos ITEM **R\$ 29,90,** perfazendo o valor global de **R\$ 67.275,00, FASTLABOR COMERCIAL EIRELI.** ITEM PRINCIPAL-8, RESEVADA-8, no valor unitário para os respectivos ITEM **R\$ 198,00,** perfazendo o valor global de **R\$ 198.000,00, POINT COMERCIO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E ESCRITORIO EIRELI.** ITEM EXCLUSIVA-9, no valor unitário para os respectivos ITEM **R\$ 18,76,** perfazendo o valor global de **R\$ 4.690,00, Recife, 01/03/2021.** Rosilene Hans Santos Diretora Geral de Laboratórios Público/ LACEN.

EXTRATO DA ARP CPLC V

PROC.1839/2020.PE.0368, OBJ. ATA É O REG. DE PREÇO, TEM COMO O OBJETIVO AQUISIÇÃO EVENTUAL DO MEDICAMENTOS, INDICADOS NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I DO EDITAL), SOB O REGIMENTO DE FORNECIMENTO IMEDIATO Emp.: **DROGAFONTE LTDA, ITEM 06** no valor unitário para os respectivos ITEM **R\$ 0,94,** perfazendo o valor global de **R\$ 91.751,52, CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA, ITEM 01,02 e 04** no valor unitário para os respectivos ITEM **R\$ 1,0570, R\$ 0,3930 e R\$ 26,49,** perfazendo o valor global de **R\$ 708.328,32 Recife, 26/02/2021.** Caio Eduardo Silva Mulatinho - Sec. Exec. de Adm. e Fin./SEAF.

EXTRATO DA ARP CPLC IV

PROC.1848/2020.PE.0372. OBJ. ATA É O REG. DE PREÇO. TEM COMO O OBJETIVO AQUISIÇÃO EVENTUAL DOS INSUMOS (LANCETAS), INDICADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I DO EDITAL), SOB O REGIMENTO DE FORNECIMENTO IMEDIATO E INTEGRAL Emp.: **ASTRA CIENTIFICA EIRELI, ITEM 01** no valor unitário para os respectivos ITEM R\$ 0,05, perfazendo o valor global de **R\$ 37.800,00, Recife, 26/02/2021.** Caio Eduardo Silva Mulatino - Sec. Exec. de Adm. e Fin./SEAF.

SECRETARIA DE SAÚDE

AVISO DE ADIAMENTO - PROC 0289/2020 - PREGÃO Nº. 0051/2020 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE HOSPITAL DE CAMPANHA, COM FORNECIMENTO DE INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA, INCLUINDO LOCAÇÃO E FORNECIMENTO DE BENS, MONTAGEM E DESMONTAGEM, PARA TRATAMENTO DE PACIENTES ACOMETIDOS PELO COVID-19, A SER IMPLANTADO NO BAIRRO DOS COELHOS, RECIFE/PE. Em virtude de necessidade de ajustes/alteração no Edital e seus Anexos, a presente abertura será adiada. Recife, 01/03/2021 - Rodrigo Mancilha de França - Pregoeiro da CPLC I/SES/PE.

SECRETARIA DE SAÚDE

AVISO DE ADIAMENTO - SINE DIE - PROCESSO Nº. 205/2020 - TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2020 - OBJ.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA OBRAS NO HOSPITAL CORREIA PICANÇO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO AMBULATÓRIO PARA IMPLANTAÇÃO DE ÁREA DE TUBERCULOSE E MULTIDROGA RESISTENTE - MDR. Por decisão administrativa, tendo em vista a necessidade de alterações no processo, fica o mesmo adiado SINE DIE. Recife, 01/03/2021. Rodrigo Mancilha de França - Presidente da CPLC- I /SES/PE

Publicações Municipais

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPOJUCA
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 004/PMI-SMDS/2021. CPL. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/PMI-SMDS/2021. Serviço - O Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada, na confecção e fornecimento de fardamentos operacionais, para a uniformização de todos os componentes da atividade-fim da Secretaria Municipal de Defesa Social. **VALOR:** R\$ 835.219,14 **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** a partir do dia 02/03/2021 às 08h00min até o dia 17/03/2021 às 09h00min. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 17/03/2021 às 09h00min.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 17/03/2021 as 11h00min, os horários são de Brasília. A retirada do edital será exclusivamente através do sítio www.licitaipojuca.com.br, e a formalização de consultas e as respectivas respostas, serão feitas através do e-mail: licitacao2.ipojuca@gmail.com. Mais informações através do Fone: (81)3551-1156 ramal 213, Ipojuca-PE, 01/03/2021. **OSVALDO ALMEIDA DE MORAIS JÚNIOR** - Secretário Municipal de Defesa Social (*) (**) (***)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM/PE
Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO. Processo Licitatório nº 009/2021 Pregão Eletrônico nº 004/2020. Menor preço por item. Objeto: Aquisição Parcelada de Material de Expediente destinado a Prefeitura Municipal e suas Secretarias de acordo com ofício nº 015/2021, conforme termo de referência e anexos descritos no edital. Data e Local da Sessão: 15/03/2021 às 11:00h - no Portal : www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações adicionais: Edital, anexos e outras informações podem ser obtidos no mesmo endereço da sessão de abertura ou através do fone (87) 3883 1295, no horário de 08:00h às 13:00h, de segunda a sexta, ou, ainda por: www.portaldecompraspublicas.com.br. Paulo César Gomes Cordeiro - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM/PE
Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO. Processo Licitatório nº 008/2021 Pregão Eletrônico nº 003/2020. Menor preço por item. Objeto: Aquisição Parcelada de Material de informática destinado a Prefeitura Municipal e suas Secretarias de acordo com ofício 017//2021, conforme termo de referência e anexos descritos no edital. Data e Local da Sessão: 15/03/2021 às 09:00h - no Portal : www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações adicionais: Edital, anexos e outras informações podem ser obtidos no mesmo endereço da sessão de abertura ou através do fone (87) 3883 1295, no horário de 08:00h às 13:00h, de segunda a sexta, ou, ainda por: www.portaldecompraspublicas.com.br. Paulo César Gomes Cordeiro - Pregoeiro.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALOÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021 - ITENS COM COTA PRINCIPAL E COTAS RESERVA E ITENS EXCLUSIVOS - Objeto: Fornecimento parcelado de medicamentos, material médico-hospitalar, material penso visando suprir as necessidades do estabelecimentos assistenciais de saúde da rede pública municipal, vinculados à assistência de alta e média complexidade, bem como os departamentos de atenção especializadas (hospital, CAPS, SAMU) e da atenção básica (PSF, NASF). **Início do acolhimento das propostas:** a

partir do dia: 02/03/2021 às 08:00h. **Limite para acolhimento das propostas:** 15/03/2021 as 08:00h. **Início da sessão de disputa:** dia 15/03/2021 às 10:00h. **Valor Global Estimado:** R\$ 5.627.191,69. **Referência de tempo:** horário de Brasília. **O edital completo será disponibilizado exclusivamente na internet no endereço:** <http://bnc.org.br/sistema/>. Informações do Edital: Junto à Comissão de Pregão, de segunda a sexta-feira de 08:00 às 12:00h, na Praça São Vicente, 43 - Centro - Saloá-PE, ou pelo Fone:(87) 3782-1181, e-mail saloalicitacao@gmail.com. Saloá, 01 de março de 2021. **RICARDO FERNANDO DE SOUZA SEGUNDO** - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM NABUCO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 019/2021. CPL. TOMADA DE PREÇO - Nº 05/2021 - NATUREZA: Serviço. - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTOS ROTATIVOS NO MUNICÍPIO DE JOAQUIM NABUCO - PE. Valor R\$: 167.887,28. Data e hora da sessão: às 10:00 h. do dia 18 de março de 2021. Informações: pelo e-mail: cpl2018j.nabuco@hotmail.com (esclarecimentos e impugnações). Edital disponível no site: joaquimnabuco.pe.gov.br local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital.

Joaquim Nabuco, 01 de março de 2021.

Paulo Rogério da Silva Nascimento
Sec. de Infraestrutura

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALOÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021 - LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME, EPP, MEI - Objeto: Aquisição de Material de Limpeza para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação conforme Termo de Referência - Anexo I - deste edital. **Início do acolhimento das propostas:** a partir do dia: 02/03/2021 às 08:00h. **Limite para acolhimento das propostas:** dia 12/03/2021 as 08:00h. **Início da sessão de disputa:** dia 12/03/2021 às 10:00h. **Valor Global Estimado:** R\$ 785.035,97 (setecentos e oitenta e cinco mil, trinta e cinco reais e noventa e sete centavos). **Referência de tempo:** horário de Brasília. **O edital completo será disponibilizado para consulta e cópia exclusivamente na internet no endereço:** <http://bnc.org.br/sistema/>. Informações do Edital: Junto à Comissão de Pregão, de segunda a sexta-feira de 08:00 às 12:00h, na Praça São Vicente, 43 - Centro - Saloá-PE, ou pelo Fone-fax : (87) 3782-1181, ou através do e-mail saloalicitacao@gmail.com. Saloá, 24 de fevereiro de 2021. **RICARDO FERNANDO DE SOUZA SEGUNDO** - Pregoeiro **PROCESSO Nº: 007/2021. CPL. TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021.** Obras. Objeto: Contratação de empresa de engenharia para recapeamento asfáltico em vias públicas do município de

Saloá/PE com mão de obra e material da empresa conforme Contrato de Repasse nº 885.770/2019 - Operação Caixa nº 1.064.531-90. Valor Orçado: R\$ 950.861,90 (novecentos e cinquenta mil, oitocentos e sessenta e um reais e noventa centavos). Data e Local da Sessão de Abertura: 17/03/2021 às 10:00h, com abertura e julgamento virtual através do link: <https://meet.google.com/tws-hygy-jvx>. Edital e anexos podem ser obtidos no horário de 8:00h às 13:00h, de segunda a sexta-feira, na sala da CPL na Praça São Vicente, 43, Centro - Saloá - PE, ou através do e-mail: saloalicitacao@gmail.com. Saloá, 01 de março de 2021. **FERNANDO ÊNIO DE ALBUQUERQUE COSTA** - Presidente da CPL

Publicações Particulares

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO GAIVOTA

Nos termos da Escritura Pública de Destinação, com estipulação de Convenção de Condomínio do EDIFÍCIO GAIVOTA, lavrada nas Notas do 8º Ofício de Notas do Recife, no Livro 0076-E, às folhas 034V a 044, o condomínio REAL HOSPITAL PORTUGUÊS DE BENEFICÊNCIA EM PERNAMBUCO, com CNPJ (MF) 10.892.164/0001-24, na qualidade de proprietário dos Apartamentos 11, 12, 13, 14, 21, 23, 24, 31, 32, e 33, representando mais de 1/4 dos condôminos, vem convocar, na forma permitida pelo Artigo Décimo, da Convenção de Condomínio, todos os condôminos do EDIFÍCIO GAIVOTA a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 11 do mês de março deste ano de 2021, no hall social do EDIFÍCIO GAIVOTA, localizado na Avenida Conselheiro Aguiar, número 2480, em Boa Viagem, nesta cidade do Recife, Pernambuco, às 19:00 horas, em primeira convocação, com a presença mínima de 3/5 dos condôminos proprietários, para deliberar sobre os seguintes assuntos: 1 - **Prestação de contas do exercício de 2020** 2 - **Alteração do Artigo Décimo da Convenção do Condomínio**, que disciplina a convocação das assembleias com obrigatoriedade de edital publicado no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação, além de carta registrada ou protocolada a cada condômino. 3 - **Alteração do Artigo Segundo da Convenção do Condomínio**, que disciplina a utilização das áreas comuns do condomínio. 4 - **Eleição do síndico**. 5 - **Racionalização do consumo de energia**. 6 - **Individualização do consumo de água** 7 - **Inadimplência**. 8 - **Assuntos conexos e do interesse do condomínio**. Os condôminos em atraso no pagamento de suas obrigações condominiais não poderão tomar parte das deliberações, certo que a cada apartamento corresponderá um voto para as deliberações e que as deliberações serão obrigatórias para todos os condôminos, inclusive para os que não tenham comparecido ou para os dissidentes.

Recife, 17 de fevereiro de 2021.

REAL HOSPITAL PORTUGUÊS DE BENEFICÊNCIA EM PERNAMBUCO.

Ouvidoria Cepe

A excelência e a qualidade da Companhia Editora de Pernambuco são compromissos garantidos.

Exerça seu direito de cidadania.
Fale com a nossa Ouvidoria. Sugestões, informações, elogios e reclamações, mande um e-mail ou dê um alô pra gente.

(81) 3183-2736 / 3421-4233 / ouvidoria@cepe.com.br
Rua Coelho Leite, 530, Santo Amaro, Recife - PE



Cepe
EDITORA

ARAPAPÁ ENERGIA S/A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019: MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO: Com eficiência e foco nos resultados, a Arapapá Energia S.A realizou grandes feitos no exercício de 2019. Dentre todos os grandes desafios enfrentados, destaque para a entrada em operação comercial do Parque Eólico, principal objetivo da sociedade, que deverá gerar resultados econômicos, financeiros e sociais bastante positivos em 2020 e nos exercícios seguintes. Em conformidade com as diretrizes de suas acionistas, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf e Sequoia Capital Ltda, a Arapapá Energia S.A realiza seus investimentos, prioritariamente, no segmento de energias renováveis, por se tratar de uma fonte de energia limpa com impactos altamente positivos para o meio ambiente. Suas instalações se encontram localizadas em uma região com expressivo potencial de aproveitamento eólico, com excelentes perspectivas de consolidação da meta estabelecida no seu plano estratégico para a geração e comercialização de energia eólica. A expectativa é muito positiva em termos de novas conquistas em 2020, certo de sua contribuição para o desenvolvimento do Setor Elétrico e do Brasil, especialmente no que diz respeito à consolidação de uma matriz energética com base em fontes limpas e renováveis. Também em 2020, com a consolidação do início de seu processo de geração e comercialização de energia, os resultados financeiros para os próximos exercícios deverão ser positivos possibilitando, assim, o início do retorno dos capitais investidos por seus acionistas.

1. PERFIL DA EMPRESA: A Arapapá Energia S. A. é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE, por ações de capital fechado, constituída pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf (99,90%) e pela Sequoia Capital Ltda (0,10%), cujo objetivo é a estruturação, o desenvolvimento, a implantação e a exploração de energia elétrica por fonte eólica. A comercialização de sua energia é na modalidade de Produtor Independente de Energia Elétrica – PIE, para a qual a outorga da Central Geradora Eólica EOL Arapapá, no município de Pindaí, no estado da Bahia, com potência total de 4,0 MW, foi autorizada pelo Poder Concedente por meio da Portaria MME nº 151 de 10 de abril de 2014. Sua sede está localizada na Av. Engenheiro Abdias de Carvalho, nº 1111, 4º andar, sala 405, no bairro Prado, na cidade de Recife, estado de Pernambuco. A Arapapá Energia S. A., juntamente com outras 10 (dez) Sociedades de Propósito Específico – SPE, é membro do Consórcio GPExpan, com a finalidade de construção e operação de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse restrito entre as SPE. Com uma estrutura organizacional compartilhada com as demais sociedades que compõem o Consórcio GPExpan, tem um quadro operacional adequado ao cenário de negócio atual e focado no melhor desempenho de implantação e operação de suas instalações.

2. NOSSO NEGÓCIO: Com um modelo operacional integrado e compartilhado com outras SPEs integrantes do Consórcio GPExpan, a Companhia estrutura e executa a implementação dos projetos, e consequentemente assume a operação e manutenção dos parques. Nesse contexto, o Parque Eólico é composto atualmente por 02 (dois) aerogeradores, com capacidade unitária de 2MW e potencial de geração anual certificada de 15.500,0 MWh. Participante do leilão 5º LER (005/2013), tem contrato firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE de 1,9 MW médios, por meio de tarifa regulada e corrigida pelo IPCA. Com a conclusão das inversões físicas previstas para o Projeto, a empresa tem como meta principal a geração e comercialização de energia nos patamares previstos em seus orçamentos. O exercício de 2020 se apresenta como o marco da consolidação dos processos de geração e comercialização da energia, com reflexos positivos importantes na geração de caixa e de resultados econômicos e financeiros para a Companhia.

3. GESTÃO CORPORATIVA: A gestão da Companhia conta com a seguinte estrutura: Assembleia Geral dos Acionistas; Conselho de Administração; e Diretoria. Cada um desses órgãos tem o seu papel e responsabilidades claramente definidos, garantindo o respeito às normas e regulamentos internos e à legislação vigente no país, sempre buscando adotar as melhores práticas de mercado e os mais elevados níveis de governança corporativa. A Assembleia Geral, instância máxima de decisão da Companhia, delibera sobre os assuntos mais relevantes para a Companhia, emitindo recomendações para o Conselho de Administração. A reunião anual da Assembleia ocorre até o quarto primeiro mês após o término do exercício social e com participação exclusiva dos acionistas ou seus representantes devidamente constituídos.

3.2. Conselho de Administração: O Conselho de Administração (CA), atuando em sintonia com as estratégias estabelecidas pelos acionistas, é responsável por administrar a Companhia, estabelecendo diretrizes, planos e metas e monitorando os resultados alcançados, bem como a performance da Diretoria Executiva. As reuniões do Conselho são realizadas mensalmente ou extraordinariamente, quando necessário. A atuação do Conselho envolve a análise de cenários riscos e oportunidades relevantes, a fim de proteger o patrimônio da Companhia e assegurar a maximização dos recursos aplicados pelos acionistas.

programas socioambientais desenvolvidos pela Companhia e as demais SPE que compõem o Consórcio GPExpan, ao longo dos quase cinco anos de implantação, atingiram diretamente cerca de 10.000 pessoas, por meio dos programas desenvolvidos, sendo: cursos; palestras; debates; campanhas ambientais; campanhas de preservação patrimonial; campanhas de segurança no trânsito; programa de sinalização das vias de acesso; e, oficinas de formação profissional. Os empreendimentos conseguiram gerar cerca de 2.100 postos de trabalhos diretos e 4.000 postos indiretos. Com uma estratégia de construção focada no menor impacto ambiental, as principais atividades de montagem do parque foram retomadas e concluídas neste ano de 2019. Com pontos de estocagem em locais estratégicos dentro da logística de implantação, os equipamentos foram transportados gerando o menor impacto para as comunidades, tanto sob o aspecto de emissão de particulados, como também para a segurança de uso das vias. Em 2019, também foram desenvolvidas todas as demais atividades exigidas pela Licença de Instalação – LI, ora estabelecida pelo INEMA, por meio da Portaria nº 9.598/2015. Em 15/11/2019, foi obtida a Licença de Operação por meio da Portaria Inema nº 19.580/2019, com prazo de validade até 15/11/2024 e com previsão de renovações sucessivas em conformidade com a legislação e sinergia com a vigência da outorga de autorização. Os Programas Ambientais exigidos na etapa de Operação do empreendimento continuarão a ser desenvolvidos durante o período de operação da central eólica, conforme os condicionantes ambientais solicitadas na referida Portaria do Inema.

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6.1. Balanço Patrimonial

RELATÓRIO AUDITADO ARAPAPÁ	Equivalência Patrimonial ARAPAPÁ		
	CHESF 99,90%	SEQUOIA 0,10%	ARAPAPÁ 100,00%
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3.709.809	3.706.099	3.710
Contas a receber	149.985	149.835	150
Tributos e contrib. sociais a compensar	141.931	141.789	142
Despesas antecip. - Prêmios de seguros	14.144	14.130	14
Demais ativos circulantes	13.037	13.024	13
Créditos com partes relacionadas	9.582	-	-
Dep. judiciais e cauções	112.231	112.119	112
	4.150.719	4.136.996	4.141
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado em serviço - Administração	-	-	-
Imobiliz. em serviço - Ger. de energia	32.216.049	32.183.833	32.216
Imobilizado em andamento - curso	606.790	606.183	607
Intangível	310.000	309.690	310
	33.132.839	33.099.706	33.133
TOTAL DO ATIVO	37.283.558	37.236.702	37.274
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores e contas a pagar	436.000	435.564	436
Obrigações tributárias	33.192	33.159	33
Obrigações com partes relacionadas	28.668	-	-
Arrendamentos	11.000	10.989	11
Demais passivos circulantes	214	214	0
	509.074	479.926	480
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Arrendamentos	299.000	298.701	299
	299.000	298.701	299
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social integralizado	39.422.000	39.382.578	39.422
Reserva de lucros	-	-	-
Prejuízos acumulados	(2.946.516)	(2.924.503)	(2.927)
	36.475.484	36.458.075	36.495
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	37.283.558	37.236.702	37.274

6.2. Demonstração de Resultados

RELATÓRIO AUDITADO ARAPAPÁ	Equivalência Patrimonial ARAPAPÁ		
	CHESF 99,90%	SEQUOIA 0,10%	ARAPAPÁ 100,00%
Receita operacional líquida			
Receita de operação com energia	162.077	161.915	162
Receita de compartilh. de instalações	120.210	120.090	120
Outras receitas	-	-	-
Tributos diretos - PIS e COFINS	(26.112)	(26.086)	(26)
	256.175	255.919	256
Custo dos Serviços Prestados			
Materiais	(63.162)	(63.099)	(63)
Serviços de Terceiros	(197.218)	(197.021)	(197)
Depreciação	(257.079)	(256.822)	(257)
Arrendamentos e Aluguéis	-	-	-
Recuperação de despesas	-	-	-
	(517.459)	(516.942)	(517)
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas:			
- Pessoal	(217.861)	(217.643)	(218)
- Serviços de terceiros	(215.334)	(215.119)	(215)
- Arrendamentos e aluguéis	(11.211)	(11.200)	(11)
- Depreciações e amortizações	(696)	(695)	(1)
- Demais despesas administrativas	(172.913)	(172.740)	(173)
Outras receitas	-	-	-
	(618.015)	(617.397)	(618)
Despesas regulatórias:			
- Suprimento de energia	(152.621)	(152.468)	(153)
- Penalidades contratuais	(397.730)	(397.332)	(398)
	(550.351)	(549.801)	(550)
Resultado financeiro			
Receitas	60.518	60.457	61
Despesas	(35.291)	(35.256)	(35)
	25.227	25.202	25
Prejuízo do exercício	(1.404.423)	(1.403.019)	(1.404)
Prejuízo por ação – R\$	-0,04	(0,04)	(0,04)

Notas da Administração. Nota 1:A Companhia tem a expectativa de recebimento de créditos retidos na CCEE na ordem aproximada de R\$ 0,4 milhão, cujo reconhecimento foi confirmado em fevereiro/2020 por parte da CCEE e a evolução das discussões estão associadas ao equacionamento da inadimplência do setor, decorrente de fatores externos à gestão da SPE. Nota 2:A companhia encerrou o exercício de 2019 com disponibilidades da ordem de R\$ 3,7 milhões. Esses recursos irão fazer face aos compromissos em negociação final junto aos fornecedores, decorrentes da execução da implantação do parque eólico. Em função das incertezas na discussão dos valores, estas despesas serão consideradas nas demonstrações financeiras do primeiro trimestre de 2020.

6.3. Auditores Independentes: Nos termos da Instrução CVM nº 381 a SPE firmou contrato com a PHF – Auditores Independentes S/S para prestação do serviço de auditoria das demonstrações financeiras da empresa, conforme parecer em anexo 01 (um). **6.4. Demonstrações Financeira:** Segue no anexo 02 (dois) o relatório das demonstrações financeiras realizada através da contabilidade.

Recife, 23 de março de 2020

A Administração
Sandro Inácio Carneiro da Cruz
Diretor.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)

Nota Explicativa	31.12.2019	31.12.2018
ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.709.809
Contas a receber	5	149.985
Tributos a compensar	6	141.931
Despesas antecipadas - Prêmios de seguros		14.144
Demais ativos circulantes		13.037
Créditos com partes relacionadas	7	9.582
Depósitos judiciais	10	112.231
	4.150.719	1.815.935
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado	8	32.822.839
Intangível	3 h) e 8	310.000
	33.132.839	30.402.176
TOTAL DO ATIVO	37.283.558	32.218.111

Nota Explicativa	31.12.2019	31.12.2018
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedores		436.000
Obrigações tributárias	9	33.192
Obrigações com partes relacionadas	7	28.668
Arrendamentos	3 h)	11.000
Outros		214
	509.074	558.204
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Arrendamentos	3 h)	299.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social integralizado	11	39.422.000
Prejuízos acumulados		(2.946.516)
	36.475.484	31.659.907
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	37.283.558	32.218.111

Nota Explicativa	31.12.2019	31.12.2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		
Receita operacional líquida	3a) e 12	256.175
Custos dos serviços	13	(517.459)
Lucro bruto		(261.284)
Despesas operacionais	3a) e 14	(618.015)
Despesas regulatórias:	15	(152.621)
- Ressarcimento de energia		(397.730)
- Penalidades contratuais		(550.351)
		(1.168.366)
		(1.429.650)
Resultado financeiro	16	60.518
Receitas		(35.291)
Despesas		25.227
		(1.404.423)
Prejuízo do exercício		(856.155)
Prejuízo por ação – R\$		(0,04)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em reais)

Nota Explicativa	31.12.2019	31.12.2018
Receita operacional líquida		
Receita operacional líquida	3a) e 12	256.175
Custos dos serviços	13	(517.459)
Lucro bruto		(261.284)
Despesas operacionais	3a) e 14	(618.015)
Despesas regulatórias:	15	(152.621)
- Ressarcimento de energia		(397.730)
- Penalidades contratuais		(550.351)
		(1.168.366)
		(1.429.650)
Resultado financeiro	16	60.518
Receitas		(35.291)
Despesas		25.227
		(1.404.423)
Prejuízo do exercício		(856.155)
Prejuízo por ação – R\$		(0,04)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)

Nota Explicativa	31.12.2019	31.12.2018
Prejuízo do exercício		
Outros resultados abrangentes		-
Resultado abrangente do exercício		(1.404.423)
		(856.155)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2017	32.222.000	69.663	(755.601)	31.536.062
Aumento de capital	980.000	-	-	980.000
Prejuízo do exercício	-	-	(856.155)	(856.155)
Absorção de prej. acumulados	-	(69.663)	69.663	-
Saldo em 31/12/2018	33.202.000	-	(1.542.093)	31.659.907
Aumento de Capital	6.220.000	-	-	6.220.000
Prejuízo do exercício	-	-	(1.404.423)	(1.404.423)
Saldo em 31/12/2019	39.422.000	-	(2.946.516)	36.475.484

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Atividades operacionais		
Resultado do exercício	(1.404.423)	(856.155)
Ajustes para conciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
- Depreciações e amortizações	257.775	680
	(1.146.648)	(855.475)

	31.12.2019	31.12.2018
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(149.985)	-
Tributos e contribuições sociais a compensar	(12.670)	32.988
Créditos com partes relacionadas	(8.899)	143.921
Depósitos judiciais e cauções	(2.674)	(109.557)
Demais ativos circulantes	(21.833)	6.512
Fornecedores	(89.988)	(548.725)
Obrigações tributárias	11.065	16.894
Obrigações com partes relacionadas	18.579	10.089
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	310.000	-
Outros passivos	214	-
	53.809	(447.878)
	(1.092.839)	(1.303.353)

	31.12.2019	31.12.2018
Atividades de financiamento		
Integralização de capital	6.220.000	980.000
	5.127.161	(323.353)
Atividades de investimentos		
Imobilizado	(2.692.469)	(1.318.199)
Intangível	(310.000)	-
Transferência de Imobilizados e Intangíveis à empresa líder do consórcio	14.031	-
	(2.988.438)	(1.318.199)

	31.12.2019	31.12.2018
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	2.138.723	(1.641.552)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.571.086	3.212.638
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3.709.809	1.571.086
Varição líquida no caixa	2.138.723	(1.641.552)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em Reais)

1. Contexto operacional e informações gerais: A Arapapá Energia S.A. é uma sociedade de propósito específico (SPE), por ações de capital fechado, oriunda de consórcio entre a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf (99,90%) e a Sequoia Capital Ltda. (0,10%), vencedoras do 5º Leilão de Energia de Reserva (LER/2013) promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel em 23.08.2013, cujo objeto é a estruturação, o desenvolvimento, a implantação e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica localizado no Estado da Bahia, com 4 MW de potência instalada. Foi constituída em 14.11.2013, porém, a primeira integração de capital ocorreu em 14.01.2014. Tem sua sede e foro jurídico na Av. Engenheiro Abdias de Carvalho, 1111, sala 405, Bairro do Prado - CEP 50751-000, na cidade de Recife, PE. A Arapapá Energia S.A., juntamente

continua...

...continuação - ARAPAPÁ

com outras 10 (dez) Sociedades de Propósito Específico – SPE, é membro do Consórcio GPEXpan constituído em 20.01.2015 (com efeitos retroativos a 30.04.2014), com a finalidade de construção e operação de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse restrito entre as SPE. A Companhia entrou em operação comercial em 21.11.2019. **2. Apresentação das demonstrações contábeis.** **a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, cujas principais aplicadas estão descritas na nota explicativa 3. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 14 de fevereiro de 2020. **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. **d) Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado contabilmente. Itens significativos sujeitos à estimativa incluem, entre outros, (i) a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; (ii) a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e (iii) provisão para recuperação de ativos. A liquidação das transações dessas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. **3. Resumo das principais políticas contábeis.** **a) Apuração do resultado:** o resultado é apurado com base no regime de competência. Conforme comentado na Nota Explicativa 1, a Companhia é parte integrante de consórcio constituído com a finalidade de construção, operação, manutenção e uso compartilhado de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse entre as SPE, bem como quaisquer outras instalações, equipamentos e materiais que aproveitem indistintamente a todos os parques eólicos, em conformidade com os procedimentos do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Dessa forma, foi celebrado contrato objetivando regular a relação das consorciadas no âmbito dos contratos celebrados para construção, manutenção e operação dos bens que venham a integrar os "ativos comuns", bem como dos "ativos próprios" mas que venham, eventualmente, a interferir na operação dos "ativos comuns". Outrossim, o contrato regula as condições de rateio de todos os custos e despesas comuns, incluindo as administrativas, incorridas por quaisquer consorciadas em relação à implantação de todos os parques eólicos. Para tanto, foi escolhida e estabelecida uma empresa "líder do consórcio" a quem cabe, entre outros, coordenar e fiscalizar o cumprimento dos pagamentos de gastos relacionados aos contratos de ativos comuns e pelo rateio (participações proporcionais) dos pagamentos de gastos comuns. Para atendimento ao Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR por disponibilidade, que estipula que o suprimento de energia deveria ter se iniciado em 1º de setembro de 2015, a Companhia, face a sua condição de pré-operação, foi obrigada a comprar energia no "mercado de curto prazo" para dar lastro a esta condicionante contratual. **Receita de Compartilhamento de Instalações:** As empresas componentes do Consórcio, por decorrência da autorização outorgada pelo Ministério de Minas e Energia, instalaram, operam e mantêm a Subestação Coletora de sua propriedade, localizada na Fazenda Lapa, Estrada Guirapá a Tanque - zona rural do município de Pindalá/BA ("SE GPEXPAN") e demais instalações de transmissão. O acionista majoritário CHESF, indicou, por razões técnicas e jurídicas, a realização de consulta pública às empresas situadas na área coberta pelo raio de 20 Km (vinte quilômetros) da SE GPEXPAN, a fim de identificar eventual interesse na utilização das mencionadas entradas de linha. Processada a consulta pública, as Eólicas PINDALÁ demonstraram interesse na cessão de uso remunerada das 4 (quatro) entradas de linha da SE GPEXPAN, bem como no compartilhamento dos custos de operação e manutenção das instalações compartilhadas. As Eólicas PINDALÁ irão realizar as obras de implantação das suas Instalações de Conexão, arcando com os investimentos e demais custos associados, e posteriormente firmando o Termo de Transferência Não Onerosa - TTNO, para transferência dos ativos incorporados à SE GPEXPAN ao GPEXPAN. Assim, em 03.07.2019, foi firmado Contrato estabelecendo as condições, procedimentos, responsabilidades técnico-operacionais e comerciais que irão regular o assunto. Pela cessão de uso das Instalações Compartilhadas as Eólicas PINDALÁ pagarão ao GPEXPAN o valor de R\$ 17.994.345 dividido da seguinte forma: a) R\$ 3.000.000 na data de assinatura do instrumento; b) R\$ 3.000.000 na data de formalização do Acordo Operativo, o qual deverá preceder a entrada do primeiro aerogerador para operação em teste; c) R\$ 5.000.000 na data de entrada em operação em teste do primeiro aerogerador de propriedade das Eólicas PINDALÁ; d) R\$ 6.994.345 divididos em 10 (dez) parcelas anuais, corrigidas pela variação do IPCA verificada entre a data de assinatura do instrumento e a data do efetivo pagamento, vencendo a primeira parcela na data de entrada em operação comercial do último aerogerador de propriedade das Eólicas PINDALÁ. Aos valores serão adicionados os correspondentes tributos, taxas setoriais, PIS/PASEP, COFINS, P&D, sem, contudo, se restringir a estes. A apropriação da receita por SPE obedece ao critério da potência instalada de cada uma. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros e estão registrados pelos valores de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **c) Imobilizado:** é demonstrado ao custo de aquisição e, quando aplicável, ajustado ao valor recuperável (impairment). As depreciações são calculadas pelo método linear com base em taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. O custo dos ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. **d) Tributação:** (i) Programa de Integração Social - PIS – 1,65% sobre faturamento e 0,65% sobre receitas financeiras; (ii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS – 7,6% sobre faturamento e 4,0% sobre as receitas financeiras; (iii) Imposto de Renda e Contribuição Social - a forma de tributação adotada é a do Lucro Real. A Contribuição Social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável e o Imposto de Renda calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% nos termos da legislação em vigor. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado. **e) Provisões:** Provisões são reco-

nhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação. **f) Outros ativos e passivos:** um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **g) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo, e os de curto prazo quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. **h) Principais mudanças nas políticas contábeis:** A Companhia analisou as principais políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis anuais. Uma série de novas normas foram efetivas para exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019. Entre elas destacamos como principais: **CPC 06 (R2) – Arrendamentos:** O CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil, substituiu o CPC 06 (R1)/IAS 17 – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2)/IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17. A Companhia e demais empresas do Complexo adotaram o CPC 06 (R2) retrospectivamente com efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro de 2019, somente para arrendamentos de terras com vigência superior a 12 meses a partir da data da adoção inicial (curto prazo). Aluguéis administrativos, por seu valor abaixo do mínimo estabelecido, não foram incluídos nesta mensuração. Anualmente os critérios serão revisados. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo, pelo reconhecimento do direito do uso dos ativos arrendados e o respectivo aumento do passivo, conforme demonstrado:

Ativo de direito de uso – Intangível 310.000
Passivo de arrendamento:
- Circulante 11.000
- Não circulante 299.000
Outras receitas 310.000

ICPC 22 – Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro: O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer o tratamento contábil para os tributos sobre o lucro. A questão principal na contabilização dos tributos sobre o lucro é como contabilizar os efeitos fiscais atuais e futuros de (i) futura recuperação (liquidação) do valor contábil dos ativos (passivos) que são reconhecidos no balanço patrimonial da entidade; e (ii) operações e outros eventos do período atual que são reconhecidos nas demonstrações contábeis da entidade. É inerente ao reconhecimento de ativo ou passivo que a entidade espera recuperar ou liquidar o valor contábil daquele ativo ou passivo. Se for provável que a recuperação ou a liquidação desse valor contábil tornará futuros pagamentos de tributos maiores (menores) do que eles seriam se tal recuperação ou liquidação não tivessem efeitos fiscais, este Pronunciamento exige que a entidade reconheça um passivo fiscal diferido (ativo fiscal diferido), com certas limitadas exceções. A Companhia avaliou e não identificou incertezas sobre o tratamento dos tributos IRPJ e CSLL, consequentemente, não tem impacto em suas demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa 31.12.2019 31.12.2018
Fundos de caixa 584 584
Bancos conta movimento 5.023 13.461
Aplicações financeiras 3.704.202 1.557.041
3.709.809 1.571.086

As aplicações financeiras estão representadas por recursos aplicados, substancialmente, em fundos de investimento de renda fixa, cujas rentabilidades tendem a se igualar à taxa DI, sem venalização pré-determinado, podendo ser resgatados a qualquer momento pela Companhia.

5. Contas a receber: O saldo de R\$ 149.985 em 31.12.2019, com realização no mês seguinte, é oriundo da venda de energia por atendimento ao Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR.

6. Tributos a compensar 31.12.2019 31.12.2018
Imposto de renda retido na fonte - IRRF s/aplic. financeiras 12.669 18.225
Imp. de renda da pessoa jurídica - IRPJ 126.057 107.831
Contrib. soc. sobre o lucro líquido - CSLL 3.205 3.205
141.931 129.261

7. Saldos com partes relacionadas: Conforme mencionado nas Notas Explicativa 1 e 3a), a Companhia, juntamente com outras 10 (dez) SPE é membro de consórcio constituído com a finalidade de construção, operação, manutenção e uso compartilhado de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse entre as SPE e, por esse motivo, incorrem em gastos comuns, que são rateados conforme contrato de compartilhamento. As operações refletem saldos assim demonstrados:

31.12.2019 31.12.2018
• Saldo ativo 9.582 683
• Saldo passivo 28.668 10.089

De acordo com o contrato de compartilhamento, o reembolso dos gastos ocorre mensal ou quinzenalmente mediante emissão de notas de débitos, não havendo geração de lucro ou de qualquer forma de remuneração a qualquer das partes.

8. Imobilizado 31.12.2019 31.12.2018
Imobilizado em Serviço
Benefícios em propriedade de terceiros - 4.671
Móveis e utensílios - 1.889
Equipamentos de informática - 395
6.955

Geração:
Máquinas e equipamentos 32.473.128
Depreciação acumulada (257.079)
32.216.049

Imobilizado em Curso:
Parque eólico - Custos incor. com serviços e aquisição de materiais - 16.842.119
Adiantamentos a fornecedores 606.790 12.828.446
Gastos rateados – CT. CHESF CCT 006/2016 - 19.731
- Instal. de conexão à SE Pindalá II - PND 606.790 29.690.296
32.822.839 29.697.251

Os ativos imobilizados e intangíveis da administração foram transferidos (reclassificados) para a empresa líder do Consórcio, conforme comentado na Nota 3 a). A Companhia elaborou teste de Recuperabilidade de seus ativos para a data base de 31.12.2019, cujos estudos não indicaram a necessidade de se proceder ajuste ao valor registrado (impairment).

9. Obrigações tributárias 31.12.2019 31.12.2018
PIS 2.746 33
COFINS 12.733 180
ISS Terceiros 4.741 2.171
IRRF Terceiros 3.488 767
Contribuição social 989 339
INSS Terceiros 2.169 567
ICMS - 17.154
Outros 6.326 916
33.192 22.127

10. Contingências: A Companhia está exposta a contingências de natureza cível decorrentes do curso normal de suas operações. A política de provisão adotada pela Companhia leva em consideração as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da própria Companhia, amparada na opinião de seus assessores legais. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía processos com risco de perda avaliados como provável. Os processos com probabilidade possível de perda montavam R\$ 8.456 (trabalhistas), envolvendo todas as empresas consorciadas, e R\$ 417.104 (fundárias) envolvendo algumas outras empresas do Complexo. Com possibilidade de perda possível, a Companhia é parte integrante como autora de ação ordinária onde busca provimento jurisdicional que impeça terceiros (demandados) de requererem remuneração para permitirem o livre trânsito nas vias de acesso ao parque eólico em fase de implantação. Em audiência de conciliação de 25.04.2018, a Justiça Federal de 1ª Instância na Bahia, determinou depósito judicial a título de caução pela autora. O saldo do depósito está registrado no ativo circulante tendo em vista a expectativa de solução final em curto prazo.

11. Capital social: O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está representado por ações ordinárias sem valor nominal e está assim composto:

	31.12.2019	31.12.2018
CHESF SEQUOIA Total	39.382.578	39.422.000
CHESF SEQUOIA Total	33.168.798	33.202
33.168.798 33.202		

12. Receita operacional líquida 31.12.2019 31.12.2018
Energia de Reserva – CCEE 162.077
Receita de compartilhamento de instalações 120.210
Outras receitas - 230
Tributos diretos - PIS e COFINS (26.112)
256.175 230

13. Custo dos serviços prestados 31.12.2019 31.12.2018
Materiais 63.162
Serviços de terceiros 197.218
Depreciação 257.079
517.459

14. Despesas operacionais 31.12.2019 31.12.2018
Despesas gerais e administrativas: (217.861) (131.096)
- Pessoal (215.334) (96.772)
- Serviços de terceiros (11.211) (10.275)
- Arrendamentos e aluguéis (696) (680)
- Depreciações e amortizações (172.913) (84.108)
(618.015) (322.931)

15. Despesas operacionais - Regulatórias. a) Ressarcimento de energia - despesa oriunda de obrigação perante o contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para garantia de entrega da energia contratada, tendo em vista o atraso na entrada em operação comercial da unidade geradora; **b) Penalidades contratuais** - despesa decorrente do descumprimento do cronograma de implantação da usina, cujo processo administrativo foi instaurado pela ANEEL.

16. Receitas (despesas) financeiras 31.12.2019 31.12.2018
Receitas
Renda de aplicações financeiras 63.460 82.131
PIS e COFINS sobre receitas financeiras (2.944) (3.802)
Outras 2 -
60.518 78.329

Despesas
IOF, Comissões e Taxas (16.868) (6.600)
Taxas bancárias (*) (13.421) (87.906)
Juros (4.984) (422)
Juros (18)
(35.291) (94.928)
25.227 (16.599)

(*) – O saldo elevado em 2018 decorre de pagamento de tarifa de análise de viabilidade econômico financeira para captação de recursos. **17. Cobertura de seguros:** A Companhia adota como política a busca de seguros cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria externa das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram objeto de exame pelos nossos auditores independentes. **18. Instrumentos financeiros:** A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros de acordo com a sua classificação. Os valores dos instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 são equivalentes aos seus valores de mercado, considerando os critérios de mensuração de cada um. Nessa data, a Companhia não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. **Técnicas de avaliação e informações utilizadas para determinação do valor justo:**
• Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis. • Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis. • Fornecedor e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias. **Fatores de risco financeiro:** A atividade da Companhia expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez. • Risco de crédito: Salvo pelas aplicações financeiras com bancos e eventuais créditos, a Companhia não possui ou-

tros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo. • Risco de capital: A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, e ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. • Risco de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado está relacionado às taxas de juros. A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. • Risco de liquidez: A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros. • Análise de sensibilidade: A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros. **Classificação e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. • Empréstimos e recebíveis: Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa. • Passivos financeiros: São inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. Em 31 de dezembro de 2019, passivos financeiros da Companhia classificados nessa categoria compreendiam as contas a pagar aos fornecedores e contas a pagar para partes relacionadas. **Sandro Inácio Carneiro da Cruz - Diretor. Rejane Costa de Lima - Contador(a) - CRC PE- 15.736/O-8.**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Aos Administradores da Arapapá Energia S.A. Recife – PE. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Arapapá Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Arapapá Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase. a)** A Companhia entrou em operação comercial em 21.11.2019 e as receitas de Energia de Reserva – CCEE, de apenas dois meses, e de Compartilhamento de Instalações, não foram suficientes para contraposição aos custos dos serviços, refletindo lucro bruto negativo no exercício. A administração entende que tal fato é provisório e pontual, e que em 2020, o faturamento integral será suficiente para cobrir os custos e despesas auferindo-se lucro. **b)** Conforme comentado na Nota Explicativa 1 às demonstrações contábeis, a Companhia, juntamente com outras 10 (dez) Sociedades de Propósito Específico – SPE, é membro do Consórcio GPEXpan, com a finalidade de construção e operação de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse restrito entre as SPE, cujo objeto é a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica. A Companhia possui obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais, que serão estimados a incorrer na desmontagem e remoção dos aerogeradores e obras civis, quando do término do contrato de arrendamento das terras rurais. A provisão para desmobilização de ativos imobilizados deve ser contabilizada de acordo com a NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e a ITG 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Companhia optou por constituir tal provisão quando da conclusão de todos os projetos componentes do Complexo. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos continua...

...continuação - ARAPAPÁ

são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Recife - PE, 14 de fevereiro de 2020. PHF – AUDITORES INDEPENDENTES S/S - CRC-PE – 000680/O-0. **Hugo Ferreira da Silva Júnior** - Contador – CRC-PE – 0011620/O.

Qualidade nos serviços prestados à
sociedade é compromisso da
Companhia Editora de Pernambuco.

Envie à nossa Ouvidoria sugestões,
informações, reclamações ou elogios.
Fale ou mande um *e-mail* que a gente atende.

ouvidoria@cepe.com.br
Fone/Fax: **(81) 3183.2736**



CePe
EDITORA

ANGICAL 2 ENERGIA S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019: MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO - Com eficiência e foco nos resultados, a Angical 2 Energia S.A realizou grandes feitos no exercício de 2019. Dentre todos os grandes desafios enfrentados, destaque para a entrada em operação comercial do Parque Eólico, principal objetivo da sociedade, que deverá gerar resultados econômicos, financeiros e sociais bastante positivos em 2020 e nos exercícios seguintes. Em conformidade com as diretrizes de suas acionistas, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf e Sequoia Capital Ltda, a Angical 2 Energia S.A realiza seus investimentos, prioritariamente, no segmento de energias renováveis, por se tratar de uma fonte de energia limpa com impactos altamente positivos para o meio ambiente. Suas instalações se encontram localizadas em uma região com expressivo potencial de aproveitamento eólico, com excelentes perspectivas de consolidação da meta estabelecida no seu plano estratégico para a geração e comercialização de energia eólica. A expectativa é muito positiva em termos de novas conquistas em 2020, certo de sua contribuição para o desenvolvimento do Setor Elétrico e do Brasil, especialmente no que diz respeito à consolidação de uma matriz energética com base em fontes limpas e renováveis. Também em 2020, com a consolidação do início de seu processo de geração e comercialização de energia, os resultados financeiros para os próximos exercícios deverão ser positivos possibilitando, assim, o início do retorno dos capitais investidos por seus acionistas. **1. PERFIL DA EMPRESA:** A Angical 2 Energia S. A. é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE, por ações de capital fechado, constituída pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf (99,96%) e pela Sequoia Capital Ltda (0,04%), cujo objetivo é a estruturação, o desenvolvimento, a implantação e a exploração de energia elétrica por fonte eólica. A comercialização de sua energia é na modalidade de Produtor Independente de Energia Elétrica – PIE, para a qual a outorga da Central Geradora Eólica EOL Angical 2, no município de Pindaré, no estado da Bahia, com potência total de 10,0 MW, foi autorizada pelo Poder Concedente por meio da Portaria MME nº 152 de 10 de abril de 2014. Sua sede está localizada na Av. Engenheiro Abdias de Carvalho, nº 1111, 4º andar, sala 405, no bairro Prado, na cidade de Recife, estado de Pernambuco. A Angical 2 Energia S. A., juntamente com outras 10 (dez) Sociedades de Propósito Específico – SPE, é membro do Consórcio GPExpan, com a finalidade de construção e operação de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse restrito entre as SPE. Com uma estrutura organizacional compartilhada com as demais sociedades que compõem o Consórcio GPExpan, tem um quadro operacional adequado ao cenário de negócio atual e focado no melhor desempenho de implantação e operação de suas instalações. **2. NOSSO NEGÓCIO:** Com um modelo operacional integrado e compartilhado com outras SPEs integrantes do Consórcio GPExpan, a Companhia estrutura e executa a implementação dos projetos, e consequentemente assume a operação e manutenção dos parques. Nesse contexto, o Parque Eólico é composto atualmente por 05 (cinco) aerogeradores, com capacidade unitária de 2MW e potencial de geração anual certificada de 49.100,0 MW.h. Participante do leilão 5º LER (005/2013), tem contrato firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE de 4,9 MW médios, por meio de tarifa regulada e corrigida pelo IPCA. Com a conclusão das inversões físicas previstas para o Projeto, a empresa tem como meta principal a geração e comercialização de energia nos patamares previstos em seus orçamentos. O exercício de 2020 se apresenta como o marco da consolidação dos processos de geração e comercialização da energia, com reflexos positivos importantes na geração de caixa e de resultados econômicos e financeiros para a Companhia. **3. GESTÃO CORPORATIVA:** A gestão da Companhia conta com a seguinte estrutura: Assembleia Geral dos Acionistas; Conselho de Administração; e Diretoria. Cada um desses órgãos tem o seu papel e responsabilidades claramente definidos, garantindo o respeito às normas e regulamentos internos e à legislação vigente no país, sempre buscando adotar as melhores práticas de mercado e os mais elevados níveis de governança corporativa. A Assembleia Geral, instância máxima de decisão da Companhia, delibera sobre os assuntos mais relevantes para a Companhia, emitindo recomendações para o Conselho de Administração. A reunião anual da Assembleia ocorre até o quarto primeiro mês após o término do exercício social e com participação exclusiva dos acionistas ou seus representantes devidamente constituídos. **3.2 Conselho de Administração:** O Conselho de Administração (CA), atuando em sintonia com as estratégias estabelecidas pelos acionistas, é responsável por administrar a Companhia, estabelecendo diretrizes, planos e metas e monitorando os resultados alcançados, bem como a performance da Diretoria Executiva. As reuniões do Conselho são realizadas mensalmente ou extraordinariamente, quando necessário. A atuação do Conselho envolve a análise de cenários riscos e oportunidades relevantes, a fim de proteger o patrimônio da Companhia e assegurar a maximização dos recursos aplicados pelos acionistas.

Composição do Conselho de Administração		
Titular	Suplente	Indicação
-	Eduardo Boudoux Jatobá	Chesf
Armando José Pereira de Barros	Ângelo Coelho de Andrade	Chesf
Sérgio Sarquis Attié	Frederico Junqueira de Andrade Prado	Sequoia

3.3 Diretoria Executiva:

A execução das diretrizes de negócios e a gestão das atividades operacionais, em conformidade com as definições do Conselho de Administração, estão a cargo da Diretoria, que deve ainda garantir que os processos decisórios sejam organizados adequadamente, sendo responsável por assegurar o correto funcionamento da Companhia.

Composição da Diretoria				
Nome	Cargo	Data 1ª eleição	Prazo do Mandato	Término do Mandato
Humberto Maribondo de Moraes	Diretor Técnico	24/10/2018	07/05/2020	09/10/2019
Ricardo José Jucá Pimentel	Diretor Financeiro-administrativo	01/11/2017	07/05/2020	09/10/2019
Denilson Veronese da Costa	Diretor Financeiro-administrativo	15/10/2019	07/05/2020	23/12/2019
Sandro Inácio Carneiro Cruz	Diretor Técnico	15/10/2019	07/05/2020	Em exercício

3.4 Governança Interna:

Objetivando estruturar a empresa nos aspectos de governança corporativa, de acordo com as melhores práticas, foi instituída a função de Governança corporativa e controladoria com as seguintes atribuições:

- aprimorar os processos de controles para redução dos riscos e monitorar o cumprimento de planos de ação definidos junto às áreas envolvidas;
- disseminar a cultura de controles internos e de gestão de riscos na Companhia;
- coordenar a realização de estudos de possibilidades para cumprimento das obrigações financeiras pela própria SPE, incluindo a análise detalhada do fluxo de caixa, redução de custos e novas captações;
- dotar a alta administração com informações estratégicas nos temas de integridade corporativa (Compliance), de gestão de riscos corporativos e do ambiente de controle internos;
- coordenar o encaminhamento das informações financeiras para os acionistas, permitindo a avaliação e consistência entre as premissas e os resultados apresentados pela SPE;
- monitorar o cumprimento dos prazos e assegurar a conformidade no atendimento às demandas internas e externas;
- revisar o conteúdo dos documentos relativos ao Plano Negócios da SPE;
- implementar na SPE o fluxo e a análise prévia das matérias passíveis de aprovações na governança dos acionistas e seus controladores;
- analisar a documentação interna para aprovação de matérias na Diretoria e no Conselho da SPE.

4. PLANEJAMENTO EMPRESARIAL: O Planejamento Empresarial é um processo dinâmico, que envolve a constante avaliação dos fatores internos e externos que influenciam o desempenho empresarial e a consequente adequação dos objetivos estratégicos, visando a aprimorar a gestão e atingir as metas e resultados propostos. A fim de consolidar o Planejamento Empresarial da Companhia, em outubro de 2019, foi aprovado pelos acionistas e Conselho de Administração a Revisão do Plano de Negócio. Esse Plano está focado nos 3 (três) processos mais importantes da Companhia, quais sejam: Geração; Transmissão; e Comercialização de Energia. Regularmente, a Compa-

nhia efetua reuniões de monitoramento de desempenho dos indicadores de realização orçamentária. **4.1 Geração:** Angical 2 Energia S.A entrou em operação teste a partir de maio de 2019 e em operação comercial na data 17/09/2019, conforme o despacho da ANEEL 2.562/2019. Em 2019 a SPE gerou 22.300,0 MWh (sendo 8.400,0 MWh em teste e 13.900,0 MWh em comercial), equivalente a 51,95% do montante anual contratado. Com uma garantia física de 5,1 MW médios, conforme portaria 152/2014 do MME, tem um Contrato para fornecimento e comercialização de energia no ambiente regulado de 42.924,0 MWh por ano, até o ano de 2035. **4.2 Transmissão:** O sistema de transmissão é composto pelo sistema de interligação em média tensão (34,5kV), com uma extensão de 7.626m, dos aerogeradores até a Subestação Coletora/Elevadora de 34,5/230kV. Em complemento e por meio de uma Linha de Transmissão em 230kV, com extensão de 3.435m, o parque eólico se conecta ao Sistema Interligado Nacional – SIN através da ICG – PND, Subestação Pindaré II, da concessionária Chesf. **5. GESTÃO SOCIAL E AMBIENTAL:** Os programas socioambientais desenvolvidos pela Companhia e as demais SPE que compõem o Consórcio GPExpan, ao longo dos quase cinco anos de implantação, atingiram diretamente cerca de 10.000 pessoas, por meio dos programas desenvolvidos, sendo: cursos; palestras; debates; campanhas ambientais; campanhas de preservação patrimonial; campanhas de segurança no trânsito; programa de sinalização das vias de acesso; e, oficinas de formação profissional. Os empreendimentos conseguiram gerar cerca de 2.100 postos de trabalhos diretos e 4.000 postos indiretos. Com uma estratégia de construção focada no menor impacto ambiental, as principais atividades de montagem do parque foram retomadas e concluídas neste ano de 2019. Com pontos de estocagem em locais estratégicos dentro da logística de implantação, os equipamentos foram transportados gerando o menor impacto para as comunidades, tanto sob o aspecto de emissão de particulados, como também para a segurança de uso das vias. Em 2019, também foram desenvolvidas todas as demais atividades exigidas pela Licença de Instalação – LI, ora estabelecida pelo INEMA, por meio da Portaria nº 9.633/2015. Em 28/03/2019, foi obtida a Licença de Operação por meio da Portaria Inema nº 18.071/2019, com prazo de validade até 28/03/2024 e com previsão de renovações sucessivas em conformidade com a legislação e sinergia com a vigência da outorga de autorização. Os Programas Ambientais exigidos na etapa de Operação do empreendimento continuarão a ser desenvolvidos durante o período de operação da central eólica, conforme os condicionantes ambientais solicitados na referida Portaria do Inema. **6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS — 6.1 Balanço Patrimonial**

RELATÓRIO AUDITADO ANGICAL 2	Equivalência Patrimonial ANGICAL 2		
	CHESF	SEQUOIA	ANGICAL 2
	99,96%	0,04%	100,00%
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	8.598.516	8.595.077	3.439
Contas a receber	386.804	386.649	155
Tributos e contribuições sociais a compensar	373.085	372.936	149
Despesas antecipadas - Prêmios de seguros	4.850	4.848	2
Demais ativos circulantes	10.429	10.425	4
Créditos com partes relacionadas	16.736	-	-
Depósitos judiciais e cauções	155.582	155.520	62
	9.546.002	9.525.454	3.812
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado em serviço - Administração	-	-	-
Imobilizado em serviço - Geração de energia	57.814.243	57.791.117	23.126
Imobilizado em andamento - curso	2.198.643	2.197.764	879
Intangível	575.625	575.395	230
	60.588.511	60.564.276	24.235
TOTAL DO ATIVO	70.134.513	70.089.730	28.047

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	PASSIVO CIRCULANTE		
	Fornecedores e contas a pagar	Obrigações tributárias	Obrigações com partes relacionadas
	692.956	692.679	277
	155.563	155.501	62
	116.454	-	-
	23.500	23.491	9
	1.996	1.995	1
	990.469	873.665	350
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Arrendamentos	552.125	551.904	221
	552.125	551.904	221
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social integralizado	74.420.000	74.390.232	29.768
Reserva de lucros	-	-	-
Prejuízos acumulados	(5.828.081)	(5.726.072)	(2.291)
	68.591.919	68.664.160	27.477
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	70.134.513	70.089.730	28.047

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	PASSIVO CIRCULANTE		
	Fornecedores e contas a pagar	Obrigações tributárias	Obrigações com partes relacionadas
	692.956	692.679	277
	155.563	155.501	62
	116.454	-	-
	23.500	23.491	9
	1.996	1.995	1
	990.469	873.665	350
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Arrendamentos	552.125	551.904	221
	552.125	551.904	221
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social integralizado	74.420.000	74.390.232	29.768
Reserva de lucros	-	-	-
Prejuízos acumulados	(5.828.081)	(5.726.072)	(2.291)
	68.591.919	68.664.160	27.477
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	70.134.513	70.089.730	28.047

6.2 Demonstração de Resultados

Receita operacional líquida	CHESF	SEQUOIA	ANGICAL 2
	99,96%	0,04%	100,00%
Receita de operação com energia	1.305.491	1.304.969	522
Receita de compartilhamento de instalações	300.526	300.406	120
Outras receitas	15.475	15.469	6
Tributos diretos - PIS e COFINS	(148.556)	(148.497)	(59)
	1.472.936	1.472.347	589

Custo dos Serviços Prestados	CHESF	SEQUOIA	ANGICAL 2
	99,96%	0,04%	100,00%
Materiais	(150.856)	(150.796)	(60)
Serviços de Terceiros	(603.283)	(603.042)	(241)
Depreciação	(930.119)	(929.747)	(372)
Arrendamentos e Aluguéis	(54.164)	(54.142)	(22)
Recuperação de despesas	-	-	-
	(1.738.422)	(1.737.727)	(695)

Receitas (despesas) operacionais	CHESF	SEQUOIA	ANGICAL 2
	99,96%	0,04%	100,00%
Despesas gerais e administrativas: - Pessoal	(543.514)	(543.297)	(217)
- Serviços de terceiros	(334.333)	(334.199)	(134)
- Arrendamentos e aluguéis	(36.749)	(36.734)	(15)
- Depreciações e amortizações	(1.432)	(1.431)	(1)
- Demais despesas administrativas	(308.248)	(308.125)	(123)
Outras receitas	-	-	-
	(1.224.276)	(1.223.786)	(490)

Despesas regulatórias:	CHESF	SEQUOIA	ANGICAL 2
	99,96%	0,04%	100,00%
- Suprimento de energia	(367.415)	(367.268)	(147)
- Penalidades contratuais	(791.218)	(790.902)	(316)
	(1.158.633)	(1.158.170)	(463)

Resultado financeiro	CHESF	SEQUOIA	ANGICAL 2
	99,96%	0,04%	100,00%
Receitas	171.787	171.718	69
Despesas	(39.831)	(39.815)	(16)
	131.956	131.903	53
Prejuízo do exercício	(2.516.439)	(2.515.432)	(1.007)
Prejuízo por ação - R\$	-0,03	(0,03)	(0,03)

Notas da Administração

Nota 1: A Companhia tem a expectativa de recebimento de créditos retidos na CCEE na ordem aproximada de R\$ 1,5 milhão, cujo reconhecimento foi confirmado em fevereiro/2020 por parte da CCEE e a evolução das discussões estão associadas ao equacionamento da inadimplência do setor, decorrente de fatores externos à gestão da SPE. **Nota 2:** A companhia encerrou o exercício de 2019 com disponibilidades da ordem de R\$ 8,5 milhões. Esses recursos irão fazer face aos compromissos em negociação final junto aos fornecedores, decorrentes da execução da implantação do parque eólico. Em função das incertezas na discussão dos valores, estas despesas serão consideradas nas demonstrações financeiras do primeiro trimestre de 2020. **6.3 Auditores Independentes** – Nos termos da Instrução CVM nº 381 a SPE firmou contrato com a PHF – Auditores Independentes S/S para prestação do serviço de auditoria das demonstrações financeiras da empresa, conforme parecer em anexo 01 (um). **6.4 Demonstrações Financeira** – Segue no anexo 02 (dois) o relatório das demonstrações financeiras realizada através da contabilidade.

Recife, 23 de março de 2020
A Administração
 Sandro Inácio Carneiro da Cruz – Diretor

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)	Nota Explicativa	31.12.2019		31.12.2018	
		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
ATIVO					
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.598.516	8.595.077	3.439	4.727.728
Contas a receber	5	386.804	386.649	155	-
Tributos e contribuições sociais a compensar	6	373.085	372.936	149	329.108
Despesas antecipadas - Prêmios de seguros		4.850	4.848	2	4.422
Demais ativos circulantes		10.429	10.425	4	7.178
Créditos com partes relacionadas	7	16.736	-	-	1.707
Depósitos judiciais e cauções	10	155.582	155.520	62	148.895
		9.546.002	9.525.454	3.812	5.219.038
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Imobilizado	8	60.012.886	57.791.117	23.126	53.670.978
Intangível	3 h) e 8	575.625	575.395	230	1.754.924
		60.588.511	60.564.276	24.235	55.425.902
TOTAL DO ATIVO		70.134.513	70.089.730	28.047	60.644.940
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores e contas a pagar		692.956	692.679	277	547.995
Obrigações tributárias	9	155.563	155.501	62	21.826
Obrigações com partes relacionadas	7	116.454	-	-	26.020
Arrendamentos	3 h)	23.500	23.491	9	-
Outros		1.996	1.995	1	741
		990.469	873.665	350	596.582
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Arrendamentos	3 h)	552.125	551.904	221	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social integralizado	11	74.420.000	74.390.232	29.768	63.360.000
Prejuízos acumulados		(5.828.081)	(5.726.072)	(2.291)	(3.311.642)
		68.591.919	68.664.160	27.477	60.048.358
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		70.134.513	70.089.730	28.047	60.644.940

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)	Nota Explicativa	31.12.2019		31.12.2018	
		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA					
Receita de operação com energia	3a) e 12	1.472.936	1.304.969	522	433
Receita de compartilhamento de instalações		(1.738.422)	(1.737.727)	(695)	-
Outras receitas		(265.486)	(265.486)	(589)	433
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		469.028	301.746	(762)	433
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas operacionais	3a) e 14	(1.224.276)	(1.737.727)	(695)	(679.295)
Despesas regulatórias:					
- Ressarcimento de energia		(367.415			

...continuação - ANGICAL 2 ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)		
	31.12.2019	31.12.2018
Atividades operacionais		
Resultado do exercício	(2.516.439)	(2.128.128)
Ajustes para conciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
- Depreciações e amortizações	931.551	1.416
	(1.584.888)	(2.126.712)
Variações nos ativos e passivos operacionais	(386.804)	-
Tributos e contribuições sociais a compensar	(43.977)	(31.353)
Créditos com partes relacionadas	(15.029)	365.860
Depósitos judiciais e cauções	(6.687)	(148.895)
Demais ativos circulantes	(3.679)	14.203
Fornecedores e contas a pagar	144.961	(12.450)
Obrigações tributárias	133.737	12.552
Obrigações com partes relacionadas	90.434	(53.224)
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	575.625	-
Demais passivos circulantes	1.255	741
	489.836	147.434
	(1.095.052)	(1.979.278)
Atividades de financiamento		
Integralização de capital	11.060.000	5.590.000
	9.964.948	3.610.722
Atividades de investimentos		
Imobilizado - Administração	(7.122)	-
Imobilizado - Geração	(5.539.168)	-
Imobilizado em curso - Geração	-	(4.663.786)
Intangível	(575.625)	-
Transferência de Imobilizados e Intangíveis à empresa líder do consórcio	27.755	-
	(6.094.160)	(4.663.786)
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	3.870.788	(1.053.064)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4.727.728	5.780.792
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	8.598.516	4.727.728
Varição líquida no caixa	3.870.788	(1.053.064)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em Reais)**

1. **Contexto operacional e informações gerais:** A Angical 2 Energia S.A. é uma sociedade de propósito específico (SPE), por ações de capital fechado, oriunda de consórcio entre a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf (99,96%) e a Sequoia Capital Ltda. (0,04%), vencedoras do 5º Leilão de Energia de Reserva (LER/2013) promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel em 23.08.2013, cujo objeto é a estruturação, o desenvolvimento, a implantação e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica localizada no Estado da Bahia, com 10 MW de potência instalada. Foi constituída em 14.11.2013, porém, a primeira integralização de capital ocorreu em 14.01.2014. Tem sua sede e foro jurídico na Av. Engenheiro Abdias de Carvalho, 1111, sala 405, Bairro do Prado - CEP 50751-000, na cidade de Recife-PE. A Angical 2 Energia S.A., juntamente com outras 10 (dez) Sociedades de Propósito Específico - SPE, é membro do Consórcio GPEXpan constituído em 20.01.2015 (com efeitos retroativos a 30.04.2014), com a finalidade de construção e operação de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse restrito entre as SPE. A Companhia entrou em operação comercial em 17.09.2019. **2. Apresentação das demonstrações contábeis. a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, cujas principais aplicações estão descritas na nota explicativa 3. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 14 de fevereiro de 2020. **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. **d) Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado contabilmente. Itens significativos sujeitos à estimativa incluem, entre outros, (i) a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; (ii) a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e (iii) provisão para recuperação de ativos. A liquidação das transações dessas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. **3. Resumo das principais políticas contábeis. a) Apuração do resultado:** o resultado é apurado com base no regime de competência. Conforme comentado na Nota Explicativa 1, a Companhia é parte integrante do consórcio constituído com a finalidade de construção, operação, manutenção e uso compartilhado de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse entre as SPE, bem como quaisquer outras instalações, equipamentos e materiais que aproveitem indistintamente a todos os parques eólicos, em conformidade com os procedimentos do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Dessa forma, foi celebrado contrato objetivando regular a relação das consorciadas no âmbito dos contratos celebrados para construção, manutenção e operação dos bens que venham a integrar os "ativos comuns", bem como dos "ativos próprios" mas que venham, eventualmente, a interferir na operação dos "ativos comuns". Outrossim, o contrato regula as condições de rateio de todos os custos e despesas comuns, incluindo as administrativas, incorridas por quaisquer consorciadas em relação à implantação de todos os parques eólicos. Para tanto, foi escolhida e estabelecida uma empresa "líder do consórcio" a quem cabe, entre outros, coordenar e fiscalizar o cumprimento dos pagamentos de gastos relacionados aos contratos de ativos comuns e pelo rateio (participações proporcionais) dos pagamentos de gastos comuns. A Companhia entrou em operação em 17.09.2019. Para atendimento ao Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR por disponibilidade, que estipula que o suprimento de energia deveria ter se iniciado em 1º de setembro de 2015, a Companhia, face a sua condição de pré-operação, foi obrigada a comprar energia no "mercado de curto prazo" para dar lastro a esta condicionante contratual. **Receita de Compartilhamento de Instalações.** As empresas componentes do Consórcio, por decorrência da autorização outorgada pelo Ministério de Minas e Energia, instalaram, operam e mantêm a Subestação Coletora de sua propriedade, localizada na Fazenda Lapa, Estrada Guirapá a Tanque - zona rural do município de Pindai/BA ("SE GPEXPAN") e demais instalações de transmissão. O acionista majoritário CHESF, indicou, por razões técnicas e jurídicas, a realização de consulta pública às empresas situadas na área coberta pelo raio de 20 Km (vinte quilômetros) da SE GPEXPAN, a fim de identificar eventual interesse na utilização das mencionadas entradas de linha. Processada a consulta pública, as Eólicas PINDAI demonstraram interesse na cessão de uso remunerada das 4 (quatro) entradas de linha da SE GPEXPAN, bem como no compartilhamento dos custos de operação e manutenção das instalações compartilhadas. As Eólicas PINDAI irão realizar as obras de implantação das suas Instalações de Conexão, arcando com os investimentos e demais custos associados, e posteriormente firmando o Termo de Transferência Não Onerosa - TTNO, para transferência dos ativos incorporados à SE GPEXPAN ao GPEXPAN. Assim, em 03.07.2019, foi firmado Contrato estabelecendo as condições, procedimentos, responsabilidades

técnico-operacionais e comerciais que irão regular o assunto. Pela cessão de uso das Instalações Compartilhadas as Eólicas PINDAI pagarão ao GPEXPAN o valor de R\$ 17.994.345 dividido da seguinte forma: **a)** R\$ 3.000.000 na data de assinatura do instrumento; **b)** R\$ 3.000.000 na data de formalização do Acordo Operativo, o qual deverá preceder a entrada do primeiro aerogerador para operação em teste; **c)** R\$ 5.000.000 na data de entrada em operação em teste do primeiro aerogerador de propriedade das Eólicas PINDAI; **d)** R\$ 6.994.345 divididos em 10 (dez) parcelas anuais, corrigidas pela variação do IPCA verificada entre a data de assinatura do instrumento e a data do efetivo pagamento, vencendo a primeira parcela na data de entrada em operação comercial do último aerogerador de propriedade das Eólicas PINDAI. Aos valores serão adicionados os correspondentes tributos, taxas setoriais, PIS/PASEP, COFINS, P&D, sem, contudo, se restringir a estes. A apropriação da receita por SPE obedece ao critério da potência instalada de cada uma. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros e estão registrados pelos valores de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **c) Imobilizado:** é demonstrado ao custo de aquisição e, quando aplicável, ajustado ao valor recuperável (impairment). As depreciações são calculadas pelo método linear com base em taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. O custo dos ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. **d) Tributação:** (i) Programa de Integração Social - PIS - 1,65% sobre faturamento e 0,65% sobre receitas financeiras; (ii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS - 7,6% sobre faturamento e 4,0% sobre as receitas financeiras; (iii) Imposto de Renda e Contribuição Social - a forma de tributação adotada é a do Lucro Real. A Contribuição Social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável e o Imposto de Renda calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% nos termos da legislação em vigor. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações às quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado. **e) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação. **f) Outros ativos e passivos:** um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **g) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo, e os de curto prazo quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. **h) Principais mudanças nas políticas contábeis:** A Companhia analisou as principais políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis anuais. Uma série de novas normas foram efetivas para exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019. Entre elas destacamos como principais: **CPC 06 (R2) - Arrendamentos** O CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil, substituiu o CPC 06 (R1)/IAS 17 - Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2)/IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17. A Companhia e demais empresas do Complexo adotaram o CPC 06 (R2) retrospectivamente com efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro de 2019, somente para arrendamentos de terras com vigência superior a 12 meses a partir da data da adoção inicial (curto prazo). Aluguéis administrativos, por seu valor abaixo do mínimo estabelecido, não foram incluídos nesta mensuração. Anualmente os critérios serão revisados. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo, pelo reconhecimento do direito do uso dos ativos arrendados e o respectivo aumento do passivo, conforme demonstrado:

	31.12.2019	31.12.2018
Ativo de direito de uso - Intangível	575.625	
Passivo de arrendamento:		
- Circulante	23.500	
- Não circulante	552.125	
	575.625	

ICPC 22 - Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro. O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer o tratamento contábil para os tributos sobre o lucro. A questão principal na contabilização dos tributos sobre o lucro é como contabilizar os efeitos fiscais atuais e futuros de (i) futura recuperação (liquidação) do valor contábil dos ativos (passivos) que são reconhecidos no balanço patrimonial da entidade; e (ii) operações e outros eventos do período atual que são reconhecidos nas demonstrações contábeis da entidade. É inerente ao reconhecimento de ativo ou passivo que a entidade espera recuperar ou liquidar o valor contábil daquele ativo ou passivo. Se for provável que a recuperação ou a liquidação desse valor contábil tornará futuros pagamentos de tributos maiores (menores) do que eles seriam se tal recuperação ou liquidação não tivessem efeitos fiscais, este Pronunciamento exige que a entidade reconheça um passivo fiscal diferido (ativo fiscal diferido), com certas limitadas exceções. A Companhia avaliou e não identificou incertezas sobre o tratamento dos tributos IRPJ e CSLL, consequentemente, não tem impacto em suas demonstrações contábeis.

	31.12.2019	31.12.2018
Fundos de caixa	1.920	1.920
Bancos conta movimento	4.106	14.122
Aplicações financeiras	8.592.490	4.711.686
	8.598.516	4.727.728

As aplicações financeiras estão representadas por recursos aplicados, substancialmente, em fundos de investimento de renda fixa, cujas rentabilidades tendem a se igualar à taxa DI, sem vencimento pré-determinado, podendo ser resgatados a qualquer momento pela Companhia.

	31.12.2019	31.12.2018
Imposto de renda retido na fonte - IRRF s/aplicações financeiras	39.315	31.353
Imposto de renda da pessoa jurídica - IRPJ	312.836	281.483
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	16.272	16.272
INSS	4.662	-
	373.085	329.108

5. **Contas a receber**
O saldo de R\$ 386.804 em 31.12.2019, com realização no mês seguinte, é oriundo da venda de energia por atendimento ao Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR.

	31.12.2019	31.12.2018
Imposto de renda retido na fonte - IRRF s/aplicações financeiras	39.315	31.353
Imposto de renda da pessoa jurídica - IRPJ	312.836	281.483
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	16.272	16.272
INSS	4.662	-
	373.085	329.108

	31.12.2019	31.12.2018
Fundos de caixa	1.920	1.920
Bancos conta movimento	4.106	14.122
Aplicações financeiras	8.592.490	4.711.686
	8.598.516	4.727.728

6. **Tributos a compensar**

7. **Saldos com partes relacionadas:** Conforme mencionado nas Notas Explicativas 1 e 3a), a Companhia, juntamente com outras 10 (dez) SPE é membro de consórcio constituído com a finalidade de construção, operação, manutenção e uso compartilhado de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse entre as SPE e, por esse motivo, incorrem em gastos comuns, que são rateados conforme contrato de compartilhamento. As operações refletem saldos assim demonstrados:

	31.12.2019	31.12.2018
• Saldo ativo	16.736	1.707
• Saldo passivo	116.454	26.020

De acordo com o contrato de compartilhamento, o reembolso dos gastos ocorre mensal ou quinzenalmente mediante emissão de notas de débitos, não havendo geração de lucro ou de qualquer forma de remuneração a qualquer das partes.

	31.12.2019	31.12.2018
8. Imobilizado		
Imobilizado em Serviço		
Administração:		
Benefícios em propriedade de terceiros	-	11.577
Móveis e utensílios	-	4.778
Equipamentos de informática	-	786
	-	17.141
Geração:		
Máquinas e equipamentos	58.744.362	-
Depreciação acumulada	(930.119)	-
	57.814.243	-

	31.12.2019	31.12.2018
Imobilizado em Curso:		
Parque eólico - Custos incorridos com serviços e aquisição de materiais	-	20.677.993
Adiantamentos a fornecedores	2.198.643	32.926.517
Gastos rateados - CT. CHESF CCT 006/2016 - Instal. de conexão à SE Pindai II - PND	2.198.643	49.327
	60.012.886	53.670.978

Os ativos imobilizados e intangíveis da administração foram transferidos (reclassificados) para a empresa líder do Consórcio, conforme comentado na Nota 3 a). A Companhia elaborou teste de Recuperabilidade de seus ativos para a data base de 31.12.2019, cujos estudos não indicaram a necessidade de se proceder ajuste ao valor registrado (*impairment*).

9. **Obrigações tributárias**

	31.12.2019	31.12.2018
PIS	23.166	103
COFINS	106.962	598
ISS Terceiros	5.401	4.158
IRRF Terceiros	4.326	13.785
Retenções PIS/COFINS e CSLL	9.782	1.215
Contribuição social	992	720
INSS Terceiros	4.934	1.247
	155.563	21.826

10. **Contingências**
A Companhia está exposta a contingências de natureza cível decorrentes do curso normal de suas operações. A política de provisão adotada pela Companhia leva em consideração as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da própria Companhia, amparada na opinião de seus assessores legais. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía processos com risco de perda avaliados como provável. Os processos com probabilidade possível de perda montavam R\$ 8.456 (trabalhistas), envolvendo todas as empresas consorciadas, e R\$ 417.104 (fundárias) envolvendo algumas outras empresas do Complexo. Com possibilidade de perda possível, a Companhia é parte integrante como autora de ação ordinária onde busca provimento jurisdicional que impeça terceiros (demandados) de requerer remuneração para permitirem o livre trânsito nas vias de acesso ao parque eólico em fase de implantação. Em audiência de conciliação de 25.04.2018, a Justiça Federal de 1ª Instância na Bahia, determinou depósito judicial a título de caução pela autora. O saldo do depósito está registrado no ativo circulante tendo em vista a expectativa de solução final em curto prazo.

11. **Capital social**
O capital social integralizado, 31 de dezembro de 2019 e de 2018 está representado por ações ordinárias sem valor nominal e está assim composto:

	31.12.2019	31.12.2018			
CHESF	SEQUOIA	Total	CHESF	SEQUOIA	Total
74.390.232	29.768	74.420.000	63.334.656	25.344	63.360.000

12. **Receita operacional líquida**

	31.12.2019	31.12.2018
Energia de Reserva - CCEE	1.305.491	-
Receita de compartilhamento de instalações	300.526	-
Outras receitas	15.475	433
Tributos diretos - PIS e COFINS	(148.556)	-
	1.472.936	433

13. **Custo dos serviços prestados**

	31.12.2019	31.12.2018
Materiais	150.856	-
Serviços de terceiros	603.283	-
Depreciação	930.119	-
Arrendamentos e aluguéis	54.164	-
	1.738.422	-

14. **Despesas operacionais**

	31.12.2019	31.12.2018
Despesas gerais e administrativas:	326.342	196.646
- Pessoal	255.829	126.547
- Serviços de terceiros	18.203	21.427
- Arrendamentos e aluguéis	943	926
- Depreciações e amortizações	229.760	46.148
- Demais despesas administrativas	831.077	391.694

15. **Despesas operacionais - Regulatórias**

a) **Ressarcimento de energia** - despesa oriunda de obrigação perante o contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para garantia de entrega da energia contratada, tendo em vista o atraso na entrada em operação comercial da unidade geradora;

b) **Penalidades contratuais** - despesa decorrente do descumprimento do cronograma de implantação da usina, cujo processo administrativo foi instaurado pela ANEEL.

...continuação - ANGICAL 2 ENERGIA S.A.

16. Receitas (despesas) financeiras

	31.12.2019	31.12.2018
Receitas		
Renda de aplicações financeiras	161.059	145.771
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(7.422)	(6.734)
Outras	18.150	-
	171.787	139.037
Despesas		
Juros	(3.226)	(1.110)
IOF, Comissões e Taxas	(13.021)	(10.517)
Taxas bancárias (*)	(16.144)	(202.713)
Multas	(7.440)	-
	(39.831)	(214.340)
	131.956	(75.303)

(*) – O saldo elevado em 2018 decorre de pagamento de tarifa de análise de viabilidade econômico financeira para captação de recursos.

17. Cobertura de seguros: A Companhia adota como política a busca de seguros cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria externa das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram objeto de exame pelos nossos auditores independentes. **18. Instrumentos financeiros:** A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros de acordo com a sua classificação. Os valores dos instrumentos financeiros reconhecidos

nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 são equivalentes aos seus valores de mercado, considerando os critérios de mensuração de cada um. Nessa data, a Companhia não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. **Técnicas de avaliação e informações utilizadas para determinação do valor justo:** • Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis. • Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis. • Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias. **Fatores de risco financeiro:** A atividade da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez. • Risco de crédito – Salvo pelas aplicações financeiras com bancos e eventuais créditos, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo. • Risco de capital – A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. • Risco de mercado – A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado está

relacionado às taxas de juros. A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. • Risco de liquidez – A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros. • Análise de sensibilidade – A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros. **Classificação e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. • Empréstimos e recebíveis – Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa. • Passivos financeiros – São inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. Em 31 de dezembro de 2019, passivos financeiros da Companhia classificados nessa categoria compreendiam as contas a pagar aos fornecedores e contas a pagar para partes relacionadas. **Sandro Inácio Carneiro da Cruz** – Diretor. **Rejane Costa de Lima** – Contador(a) – CRC PE- 15.736-0/8.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da **ANGICAL 2 Energia S.A. Recife – PE. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Angical 2 Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Angical 2 Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** a) A Companhia entrou em operação comercial em 17.09.2019 e as receitas de Energia de Reserva – CCEE, de apenas dois meses, e de Compartilhamento de Instalações, não foram suficientes para contraproporção aos custos dos serviços, refletindo lucro bruto negativo no exercício. A administração entende que tal fato é provisório e pontual, e que em 2020, o faturamento integral será suficiente para cobrir os custos e despesas auferindo-se lucro. b) Conforme comentado na Nota Explicativa 1 às demonstrações contábeis, a Companhia, juntamente com outras 10 (dez) Sociedades de Propósito Específico – SPE, é membro do Consórcio GPExpan, com a finalidade de construção e operação de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse restrito entre as SPE, cujo objeto é a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica. A Companhia possui obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais, que serão estimados a incorrer na desmontagem e remoção dos aerogeradores e obras civis, quando do

término do contrato de arrendamento das terras rurais. A provisão para desmobilização de ativos imobilizados deve ser contabilizada de acordo com a NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e a ITG 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A Companhia optou por constituir tal provisão quando da conclusão de todos os projetos componentes do Complexo. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As

distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Recife - PE, 14 de fevereiro de 2020. **PHF – AUDITORES INDEPENDENTES S/S – CRC-PE – 000680/O-0. Hugo Ferreira da Silva Júnior** – Contador – CRC-PE – 0011620/O



A coleção Infantojuvenil da Cepe Editora tem livros para todas as idades.

Cepe
EDITORA

FAÇA SEU PEDIDO
0800 081 1201

livros@cepe.com.br

CARCARÁ ENERGIA S/A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019: MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO: Com eficiência e foco nos resultados, a Carcará Energia S.A realizou grandes feitos no exercício de 2019. Dentre todos os grandes desafios enfrentados, destaque para a entrada em operação teste do Parque Eólico, principal objetivo da sociedade, com previsão de ser autorizado a entrada em operação comercial na primeira quinzena de Janeiro, que deverá gerar resultados econômicos, financeiros e sociais bastante positivos em 2020 e nos exercícios seguintes. Em conformidade com as diretrizes de suas acionistas, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf e Sequoia Capital Ltda, a Carcará Energia S.A realiza seus investimentos, prioritariamente, no segmento de energias renováveis, por se tratar de uma fonte de energia limpa com impactos altamente positivos para o meio ambiente. Suas instalações se encontram localizadas em uma região com expressivo potencial de aproveitamento eólico, com excelentes perspectivas de consolidação da meta estabelecida no seu plano estratégico para a geração e comercialização de energia eólica. A expectativa é muito positiva em termos de novas conquistas em 2020, certo de sua contribuição para o desenvolvimento do Setor Elétrico e do Brasil, especialmente no que diz respeito à consolidação de uma matriz energética com base em fontes limpas e renováveis. Também em 2020, com a consolidação do início de seu processo de geração e comercialização de energia, os resultados financeiros para os próximos exercícios deverão ser positivos possibilitando, assim, o início do retorno dos capitais investidos por seus acionistas.

1. PERFIL DA EMPRESA: A Carcará Energia S. A. é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE, por ações de capital fechado, constituída pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf (99,96%) e pela Sequoia Capital Ltda (0,04%), cujo objetivo é a estruturação, o desenvolvimento, a implantação e a exploração de energia elétrica por fonte eólica. A comercialização de sua energia é na modalidade de Produtor Independente de Energia Elétrica – PIE, para a qual a outorga da Central Geradora Eólica EOL Carcará, no município de Caetité, no estado da Bahia, com potência total de 10,0 MW, foi autorizada pelo Poder Concedente por meio da Portaria MME nº 174 de 17 de abril de 2014. Sua sede está localizada na Av. Engenheiro Abdias de Carvalho, nº 1111, 4º andar, sala 405, no bairro Prado, na cidade de Recife, estado de Pernambuco. A Carcará Energia S. A., juntamente com outras 10 (dez) Sociedades de Propósito Específico – SPE, é membro do Consórcio GPExpan, com a finalidade de construção e operação de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse restrito entre as SPE. Com uma estrutura organizacional compartilhada com as demais sociedades que compõe o Consórcio GPExpan, tem um quadro operacional adequado ao cenário de negócio atual e focado no melhor desempenho de implantação e operação de suas instalações.

2. NOSSO NEGÓCIO: Com um modelo operacional integrado e compartilhado com outras SPEs integrantes do Consórcio GPExpan, a Companhia estrutura e executa a implementação dos projetos, e consequentemente assume a operação e manutenção dos parques. Nesse contexto, o Parque Eólico é composto atualmente por 05 (cinco) aerogeradores, com capacidade unitária de 2MW e potencial de geração anual certificada de 43.200,0 MWh. Participante do leilão 5º LER (005/2013), tem contrato firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE de 4,6 MW médios, por meio de tarifa regulada e corrigida pelo IPCA. Com a conclusão das inversões físicas previstas para o Projeto, a empresa tem como meta principal a geração e comercialização de energia nos patamares previstos em seus orçamentos. O exercício de 2020 se apresenta como o marco da consolidação dos processos de geração e comercialização da energia, com reflexos positivos importantes na geração de caixa e de resultados econômicos e financeiros para a Companhia.

3. GESTÃO CORPORATIVA: A gestão da Companhia conta com a seguinte estrutura: Assembleia Geral dos Acionistas; Conselho de Administração; e Diretoria. Cada um desses órgãos tem o seu papel e responsabilidades claramente definidos, garantindo o respeito às normas e regulamentos internos e à legislação vigente no país, sempre buscando adotar as melhores práticas de mercado e os mais elevados níveis de governança corporativa. A Assembleia Geral, instância máxima de decisão da Companhia, delibera sobre os assuntos mais relevantes para a Companhia, emitindo recomendações para o Conselho de Administração. A reunião anual da Assembleia ocorre até o quarto primeiro mês após o término do exercício social e com participação exclusiva dos acionistas ou seus representantes devidamente constituídos.

3.2. Conselho de Administração: O Conselho de Administração (CA), atuando em sintonia com as estratégias estabelecidas pelos acionistas, é responsável por administrar a Companhia, estabelecendo diretrizes, planos e metas e monitorando os resultados alcançados, bem como a performance da Diretoria Executiva. As reuniões do Conselho são realizadas mensalmente ou extraordinariamente, quando necessário. A atuação do Conselho envolve a análise de cenários riscos e oportunidades relevantes, a fim de proteger o patrimônio da Companhia e assegurar a maximização dos recursos aplicados pelos acionistas.

servação patrimonial; campanhas de segurança no trânsito; programa de sinalização das vias de acesso; e, oficinas de formação profissional. Os empreendimentos conseguiram gerar cerca de 2.100 postos de trabalhos diretos e 4.000 postos indiretos. Com uma estratégia de construção focada no menor impacto ambiental, as principais atividades de montagem do parque foram retomadas e concluídas neste ano de 2019. Com pontos de estocagem em locais estratégicos dentro da logística de implantação, os equipamentos foram transportados gerando o menor impacto para as comunidades, tanto sob o aspecto de emissão de particulados, como também para a segurança de uso das vias. Em 2019, também foram desenvolvidas todas as demais atividades exigidas pela Licença de Instalação – LI, ora estabelecida pelo INEMA, por meio da Portaria no 9.598/2015. Em 12/02/2020, foi obtida a Licença de Operação por meio da Portaria Inema nº 20.107/2020, com prazo de validade até 12/02/2025 e com previsão de renovações sucessivas em conformidade com a legislação e sinergia com a vigência da outorga de autorização. Os Programas Ambientais exigidos na etapa de Operação do empreendimento continuarão a ser desenvolvidos durante o período de operação da central eólica, conforme os condicionantes ambientais solicitadas na referida Portaria do Inema.

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6.1. Balanço Patrimonial

RELATÓRIO AUDITADO	Equivalência Patrimonial		
	CARCARÁ		
	CHESF	SEQUIOIA	CARCARÁ
	99,96%	0,04%	100,00%
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	8.102.305	8.099.064	3.241
Contas a receber	-	-	-
Tributos e contrib. sociais a compensar	267.568	267.461	107
Desp. antecipadas - Prêmios de seguros	6.394	6.391	3
Demais ativos circulantes	183.357	183.284	73
Créditos com partes relacionadas	1.002.086	-	-
Depósitos judiciais e cauções	171.901	171.832	69
	9.733.611	8.728.032	3.493
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado em serviço - Administração	226.722	226.631	91
Imobiliz. em serviço - Ger. de energia	-	-	-
Imobilizado em andamento - curso	65.632.257	65.606.004	26.253
Intangível	2.418.030	2.417.063	967
	68.277.009	68.249.698	27.311
	78.010.620	76.977.731	30.803
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores e contas a pagar	2.359.489	2.358.545	944
Obrigações tributárias	793.165	792.848	317
Obrigações com partes relacionadas	174.356	-	-
Arrendamentos	24.000	23.990	10
Demais passivos circulantes	13.849	13.843	6
	3.364.859	3.189.227	1.276
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Arrendamentos	581.250	581.018	233
	581.250	581.018	233
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social integralizado	83.980.000	83.946.408	33.592
Reserva de lucros	-	-	-
Prejuízos acumulados	(9.915.489)	(10.738.922)	(4.297)
	74.064.511	73.207.486	29.295
	78.010.620	76.977.731	30.803

6.2. Demonstração de Resultados

RELATÓRIO AUDITADO	Equivalência Patrimonial		
	CARCARÁ		
	CHESF	SEQUIOIA	CARCARÁ
	99,96%	0,04%	100,00%
Receita operacional líquida			
Receita de operação com energia	-	-	-
Receita de compartilhamento	-	-	-
de Instalações	300.526	300.406	120
Outras receitas	67	67	67
Tributos diretos - PIS e COFINS	(27.799)	(27.788)	(11)
	272.794	272.685	109
Custo dos Serviços Prestados			
Materiais	-	-	-
Serviços de Terceiros	-	-	-
Depreciação	-	-	-
Arrendamentos e Aluguéis	-	-	-
Recuperação de despesas	-	-	-
	-	-	-
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas:			
- Pessoal	(534.226)	(534.012)	(214)
- Serviços de terceiros	(605.072)	(604.830)	(242)
- Arrendamentos e aluguéis	(34.441)	(34.427)	(14)
- Depreciações e amortizações	(25.018)	(25.008)	(10)
- Demais despesas administrativas	(496.190)	(495.992)	(198)
Outras receitas	-	-	-
	(1.694.947)	(1.694.269)	(678)
Despesas regulatórias:			
- Suprimento de energia	(346.520)	(346.381)	(139)
- Penalidades contratuais	(1.120.651)	(1.120.203)	(448)
	(1.467.171)	(1.466.584)	(587)
	(2.889.324)	(2.888.168)	(1.156)
Resultado financeiro			
Receitas	110.682	110.638	44
Despesas	(111.545)	(111.500)	(45)
	(863)	(863)	(863)
Prejuízo do exercício	(2.890.187)	(2.889.031)	(1.156)
Prejuízo por ação – R\$	-0,03	(0,03)	(0,03)

Composição do Conselho de Administração

Titular	Suplente	Indicação
-	Eduardo Boudoux Jatobá	Chesf
Armando José Pereira de Barros	Ângelo Coelho de Andrade	Chesf
Sérgio Sarquis Attié	Fredérico Junqueira de Andrade Prado	Sequoia

3.3. Diretoria Executiva: A execução das diretrizes de negócios e a gestão das atividades operacionais, em conformidade com as definições do Conselho de Administração, estão a cargo da Diretoria, que deve ainda garantir que os processos decisórios sejam organizados adequadamente, sendo responsável por assegurar o correto funcionamento da Companhia.

Composição da Diretoria

Nome	Cargo	Data 1ª eleição	Prazo do Mandato	Término do Mandato
Humberto Maribondo de Moraes	Diretor Técnico	24/10/2018	07/05/2020	09/10/2019
Ricardo José Jucá Pimentel	Diretor Financeiro -administrativo	01/11/2017	07/05/2020	09/10/2019
Denilson Veronese da Costa	Diretor Financeiro -administrativo	15/10/2019	07/05/2020	23/12/2019
Sandro Inácio Carneiro Cruz	Diretor Técnico	15/10/2019	07/05/2020	Em exercício

3.4. Governança Interna: Objetivando estruturar a empresa nos aspectos de governança corporativa, de acordo com as melhores práticas, foi instituída a função de Governança corporativa e controladoria com as seguintes atribuições: • aprimorar os processos de controles para redução dos riscos e monitorar o cumprimento de planos de ação definidos junto às áreas envolvidas; • disseminar a cultura de controles internos e de gestão de riscos na Companhia; • coordenar a realização de estudos de possibilidades para cumprimento das obrigações financeiras pela própria SPE, incluindo a análise detalhada do fluxo de caixa, redução de custos e novas captações; • dotar a alta administração com informações estratégicas nos temas de integridade corporativa (Compliance), de gestão de riscos corporativos e do ambiente de controle internos; • coordenar o encaminhamento das informações financeiras para os acionistas, permitindo a avaliação e consistência entre as premissas e os resultados apresentados pela SPE; • monitorar o cumprimento dos prazos e assegurar a conformidade no atendimento às demandas internas e externas; • revisar o conteúdo dos documentos relativos ao Plano Negócios da SPE; • implementar na SPE o fluxo e a análise prévia das matérias passíveis de aprovações na governança dos acionistas e seus controladores; • analisar a documentação interna para aprovação de matérias na Diretoria e no Conselho da SPE.

4. PLANEJAMENTO EMPRESARIAL: O Planejamento Empresarial é um processo dinâmico, que envolve a constante avaliação dos fatores internos e externos que influenciam o desempenho empresarial e a consequente adequação dos objetivos estratégicos, visando a aprimorar a gestão e atingir as metas e resultados propostos. A fim de consolidar o Planejamento Empresarial da Companhia, em outubro de 2019, foi aprovado pelos acionistas e Conselho de Administração a Revisão do Plano de Negócio. Esse Plano está focado nos 3 (três) processos mais importantes da Companhia, quais sejam: Geração; Transmissão; e Comercialização de Energia. Regularmente, a Companhia efetua reuniões de monitoramento de desempenho dos indicadores de realização orçamentária.

4.1. Geração: Carcará Energia S.A entrou em operação teste a partir de dezembro de 2019 e em operação comercial na data 14/02/2020, conforme o despacho da ANEEL 447/2020. Em 2019 a SPE gerou 900,0 MWh (em teste), equivalente a 2,23% do montante anual contratado. Com uma garantia física de 4,6 MW médios, conforme portaria 174/2014 do MME, tem um Contrato para fornecimento e comercialização de energia no ambiente regulado de 40.296,0 MWh por ano, até o ano de 2035.

4.2. Transmissão: O sistema de transmissão é composto pelo sistema de interligação em média tensão (34,5kV), com uma extensão de 19.267m, dos aerogeradores até a Subestação Coletora/Elevadora de 34,5/230kV. Em complemento e por meio da uma Linha de Transmissão em 230kV, com extensão de 3.435m, o parque eólico se conecta ao Sistema Interligado Nacional – SIN através da ICG – PND, Subestação Pindai II, da concessionária Chesf.

5. GESTÃO SOCIAL E AMBIENTAL: Os programas socioambientais desenvolvidos pela Companhia e as demais SPE que compõe o Consórcio GPExpan, ao longo dos quase cinco anos de implantação, atingiram diretamente cerca de 10.000 pessoas, por meio dos programas desenvolvidos, sendo: cursos; palestras; debates; campanhas ambientais; campanhas de pre-

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)

Nota Explicativa	31.12.2019	31.12.2018
ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.102.305
Tributos a compensar	5	267.568
Despesas antecipadas - Prêmios de seguros		6.394
Demais ativos circulantes	6	183.357
Créditos com partes relacionadas	7	1.002.086
Depósitos e cauções	12	171.901
		9.733.611

ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado	8	65.858.979
Intangível	9	2.418.030
		68.277.009

TOTAL DO ATIVO		78.010.620
	Nota Explicativa	31.12.2019

Nota Explicativa	31.12.2019	31.12.2018
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedores e contas a pagar		2.359.489
Obrigações sociais e trabalhistas	10	737.566
Obrigações tributárias	11	55.599
Obrigações com partes relacionadas	7	174.356
Arrendamentos	3 i)	24.000
Outros		13.849
		3.364.859

PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Arrendamentos	3 i)	581.250
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social integralizado	13	83.980.000
Prejuízos acumulados		(9.915.489)
		74.064.511
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		78.010.620

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)

Nota Explicativa	31.12.2019	31.12.2018
Receita operacional líquida		
Receita de compartilhamento de instalações	3a)	300.526
Outras receitas		67
Tributos diretos - PIS e COFINS		(27.799)
		272.794
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas:	3a)	
- Pessoal		(534.226)
- Serviços de terceiros		(605.072)
- Arrendamentos e aluguéis		(34.441)
- Depreciações e amortizações		(25.018)
- Demais despesas administrativas		(496.190)
		(1.694.947)
Despesas regulatórias:		
- Ressarcimento de energia	14	(346.520)
- Penalidades contratuais		(1.120.651)
		(1.467.171)
Resultado financeiro		
Receitas		110.682
Despesas		(111.545)
		(863)
Prejuízo do período		(2.890.187)
Prejuízo por ação – R\$		(0,03)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)

Prejuízo do exercício		(2.890.187)
Outros resultados abrangentes		-
Resultado abrangente do exercício		(2.890.187)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	56.060.000	(4.807.946)	51.252.054
Aumento de capital	10.600.000	-	10.600.000
Prejuízo do exercício	-	(2.217.356)	(2.217.356)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	66.660.000	(7.025.302)	59.634.698
Aumento de capital	17.320.000	-	17.320.000
Prejuízo do exercício	-	(2.890.187)	(2.890.187)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	83.980.000	(9.915.489)	74.064.511

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Atividades operacionais		
Resultado do exercício	(2.890.187)	(2.217.356)
Ajustes para conciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
- Depreciações e amortizações	25.018	18.700
	(2.865.169)	(2.198.656)
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Tributos e contribuições sociais a compensar	(20.901)	7.480
Créditos com partes relacionadas	(870.323)	149.599
Depósitos judiciais e cauções	(6.686)	(148.895)
Demais ativos circulantes	72.153	(88.278)
Fornecedores e contas a pagar	934.184	(1.128.660)
Obrigações sociais e trabalhistas	336.161	47.350
Obrigações tributárias	(194.492)	243.085
Obrigações com partes relacionadas	157.292	(3.476.801)
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	605.250	-
Outros passivos circulantes	(171)	14.020
	1.012.467	(1.012.467)
	(1.852.702)	(6.579.756)
Atividades de financiamento		
Integralização de capital	17.320.000	10.600.000
	15.467.298	4.020.244
Atividades de investimentos		
Imobilizado – Administração	(127.652)	(16.901)
Imobilizado em curso – Geração	(10.169.249)	(2.051.338)
Intangível	(653.031)	-
	(10.949.932)	(2.068.239)
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	4.517.366	1.952.005
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3.584.939	1.632.934
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	8.102.305	3.584.939
Varição líquida no caixa	4	

continuação - CARCARÁ ENERGIA S/A. NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em Reais)

1. Contexto operacional e informações gerais: A Carcará Energia S.A. é uma sociedade de propósito específico (SPE) por ações de capital fechado, oriunda de consórcio entre a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf (99,9600%) e a Sequoia Capital Ltda. (0,0400%), vencedoras do 5º Leilão de Energia de Reserva (LER/2013) promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel em 23.08.2013, cujo objeto é a estruturação, o desenvolvimento, a implantação e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica localizado no Estado da Bahia, com 10 MW de potência instalada. Foi constituída em 14.11.2013, porém, a primeira integralização de capital ocorreu em 14.01.2014. Tem sua sede e foro jurídico na Av. Engenheiro Abdias de Carvalho, 1111, sala 405, Bairro do Prado - CEP 50751-000, na cidade de Recife-PE. A Carcará Energia S.A., juntamente com outras 10 (dez) Sociedades de Propósito Específico - SPE, é membro do Consórcio GPEXpan constituído em 20.01.2015 (com efeitos retroativos a 30.04.2014), com a finalidade de construção e operação de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse restrito entre as SPE. 2. Apresentação das demonstrações contábeis. a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, cujas principais aplicadas estão descritas na nota explicativa 3. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 14 de fevereiro de 2020. b) Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. d) Uso de estimativas e julgamento: A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado contabilmente. Itens significativos sujeitos à estimativa incluem, entre outros, (i) a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; (ii) a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e (iii) provisão para recuperação de ativos. A liquidação das transações dessas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. 3. Resumo das principais políticas contábeis. a) Apuração do resultado: o resultado é apurado com base no regime de competência. Conforme comentado na Nota Explicativa 1, a Companhia é parte integrante de consórcio constituído com a finalidade de construção, operação, manutenção e uso compartilhado de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse entre as SPE, bem como quaisquer outras instalações, equipamentos e materiais que aproveitem indistintamente a todos os parques eólicos, em conformidade com os procedimentos do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Dessa forma, foi celebrado contrato objetivando regular a relação das consorciadas no âmbito dos contratos celebrados para construção, manutenção e operação dos bens que venham a integrar os "ativos comuns", bem como dos "ativos próprios" mas que venham, eventualmente, a interferir na operação dos "ativos comuns". Outrossim, o contrato regula as condições de rateio de todos os custos e despesas comuns, incluindo as administrativas, incorridas por quaisquer consorciadas em relação à implantação de todos os parques eólicos. Para tanto, foi escolhida e estabelecida uma empresa "líder do consórcio" a quem cabe, entre outros, coordenar e fiscalizar o cumprimento dos pagamentos de gastos relacionados aos contratos de ativos comuns e pelo rateio (participações proporcionais) dos pagamentos de gastos comuns. A previsão de entrada em operação comercial da Companhia é 13.02.2020. Receita de Compartilhamento de Instalações: As empresas componentes do Consórcio, por decorrência da autorização outorgada pelo Ministério de Minas e Energia, instalaram, operam e mantêm a Subestação Coletora de sua propriedade, localizada na Fazenda Lapa, Estrada Guirapá a Tanque - zona rural do município de Pindai/BA ("SE GPEXPAN") e demais instalações de transmissão. O acionista majoritário CHESF, indicou, por razões técnicas e jurídicas, a realização de consulta pública às empresas situadas na área coberta pelo raio de 20 Km (vinte quilômetros) da SE GPEXPAN, a fim de identificar eventual interesse na utilização das mencionadas entradas de linha. Processada a consulta pública, as Eólicas PINDAI demonstraram interesse na cessão de uso remunerada das 4 (quatro) entradas de linha da SE GPEXPAN, bem como no compartilhamento dos custos de operação e manutenção das instalações compartilhadas. As Eólicas PINDAI irão realizar as obras de implantação das suas instalações de Conexão, arcando com os investimentos e demais custos associados, e posteriormente firmando o Termo de Transferência Não Onerosa - TTN0, para transferência dos ativos incorporados à SE GPEXPAN ao GPEXPAN. Assim, em 03.07.2019, foi firmado Contrato estabelecendo as condições, procedimentos, responsabilidades técnico-operacionais e comerciais que irão regular o assunto. Pela cessão de uso das Instalações Compartilhadas as Eólicas PINDAI pagarão ao GPEXPAN o valor de R\$ 17.994.345 dividido da seguinte forma: a) R\$ 3.000.000 na data de assinatura do instrumento; b) R\$ 3.000.000 na data de formalização do Acordo Operativo, o qual deverá preceder a entrada do primeiro aerogerador para operação em teste; c) R\$ 5.000.000 na data de entrada em operação em teste do primeiro aerogerador de propriedade das Eólicas PINDAI; d) R\$ 6.994.345 divididos em 10 (dez) parcelas anuais, corrigidas pela variação do IPCA verificada entre a data de assinatura do instrumento e a data do efetivo pagamento, vencendo a primeira parcela na data de entrada em operação comercial do último aerogerador de propriedade das Eólicas PINDAI. Aos valores serão adicionados os correspondentes tributos, taxas setoriais, PIS/PASEP, COFINS, P&D, sem, contudo, se restringir a estas. A apropriação da receita por SPE obedece ao critério da potência instalada de cada uma. b) Caixa e equivalentes de caixa: incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros e estão registrados pelos valores de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. c) Imobilizado: é demonstrado ao custo de aquisição e, quando aplicável, ajustado ao valor recuperável (impairment). As depreciações são calculadas pelo método linear com base em taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. O custo dos ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. d) Intangível: é demonstrado ao custo de aquisição, o qual não excede o seu valor justo ou de realização. e) Tributação: (i) Programa de Integração So-

cial - PIS - 1,65% sobre faturamento e 0,65% sobre receitas financeiras; (ii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS - 7,6% sobre faturamento e 4,0% sobre as receitas financeiras; (iii) Imposto de Renda e Contribuição Social - a forma de tributação adotada é a do Lucro Real. A Contribuição Social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável e o Imposto de Renda calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% nos termos da legislação em vigor. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações às quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado. f) Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou consuetudinária) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação. g) Outros ativos e passivos: um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. h) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo, e os de curto prazo quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. i) Principais mudanças nas políticas contábeis: A Companhia analisou as principais políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis anuais. Uma série de novas normas foram efetivas para exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019. Entre elas destacamos como principais: CPC 06 (R2) - Arrendamentos - O CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil, substituiu o CPC 06 (R1)/IAS 17 - Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2)/IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17. A Companhia e demais empresas do Complexo adotaram o CPC 06 (R2) retrospectivamente com efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro de 2019, somente para arrendamentos de terras com vigência superior a 12 meses a partir data da adoção inicial (curto prazo). Aluguéis administrativos, por seu valor abaixo do mínimo estabelecido, não foram incluídos nesta mensuração. Anualmente os critérios serão revisados. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo, pelo reconhecimento do direito do uso dos ativos arrendados e o respectivo aumento do passivo, conforme demonstrado: Ativo de direito de uso - Intangível 602.250 Passivo de arrendamento: - Circulante 24.000 - Não circulante 581.250 605.250 ICPC 22 - Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro: O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer o tratamento contábil para os tributos sobre o lucro. A questão principal na contabilização dos tributos sobre o lucro é como contabilizar os efeitos fiscais atuais e futuros de (i) futura recuperação (liquidação) do valor contábil dos ativos (passivos) que são reconhecidos no balanço patrimonial da entidade; e (ii) operações e outros eventos do período atual que são reconhecidos nas demonstrações contábeis da entidade. É inerente ao reconhecimento de ativo ou passivo que a entidade espera recuperar ou liquidar o valor contábil daquele ativo ou passivo. Se for provável que a recuperação ou a liquidação desse valor contábil tornará futuros pagamentos de tributos maiores (menores) do que eles seriam se tal recuperação ou liquidação não tivesse efeitos fiscais, este Pronunciamento exige que a entidade reconheça um passivo fiscal diferido (ativo fiscal diferido), com certas limitadas exceções. A Companhia avaliou e não identificou incertezas sobre o tratamento dos tributos IRPJ e CSLL, consequentemente, não tem impacto em suas demonstrações contábeis. 4. Caixa e equivalentes de caixa 31.12.2019 31.12.2018 Fundos de caixa 7.692 5.352 Bancos conta movimento 9.432 12.257 Aplicações financeiras 8.085.181 3.567.330 8.102.305 3.584.939 As aplicações financeiras estão representadas por recursos aplicados, substancialmente, em fundos de investimento de renda fixa, cujas rentabilidades tendem a se igualar à taxa DI, sem vencimento pré-determinado, podendo ser resgatados a qualquer momento pela Companhia. 5. Tributos a compensar 31.12.2019 31.12.2018 Imposto de renda retido na fonte - IRRF sem aplicações financeiras 20.901 17.411 Imposto de renda da pes jurídica - IRPJ 232.896 215.485 Contrib. social sobre o lucro líquido - CSLL 13.771 13.771 267.568 246.667 6. Demais ativos circulantes 31.12.2019 31.12.2018 Adiantamentos a fornecedores 156.009 218.777 Empregados - Adiantamentos de férias 13.499 24.847 Ordem de dispêndios a reembolsar - 2.000 Outros 13.849 12.020 183.357 257.644 7. Saldos com partes relacionadas: Conforme mencionado nas Notas Explicativa 1 e 3a), a Companhia, juntamente com outras 10 (dez) SPE é membro de consórcio constituído com a finalidade de construção, operação, manutenção e uso compartilhado de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse entre as SPE e, por esse motivo, incorrem em gastos comuns, que são rateados conforme contrato de compartilhamento. As operações refletem saldos assim demonstrados: Saldo ativo 31.12.2019 31.12.2018 1.002.086 131.763 Saldo passivo 174.356 17.064 De acordo com o contrato de compartilhamento, o reembolso dos gastos ocorre mensal ou quinzenalmente mediante emissão de notas de débitos, não havendo geração de lucro ou de qualquer

forma de remuneração a qualquer das partes.

8. Imobilizado em serviço 31.12.2019 31.12.2018 Depreciação Custos Acumulados Líquido Custos Acumulados Líquido

Imobilizado em Serviço Administração: Móveis e utensílios 255.522 (70.979) 184.543 37.990 Máquinas e equipamentos 6.165 - 6.165 6.165 Equipam. de informática 67.112 (31.099) 36.013 26.222 Benefetorias em propried. de terceiros - - - 53.073 328.799 (102.078) 226.721 123.450

9. Intangível 31.12.2019 31.12.2018 Estudos e projetos 1.750.000 1.750.000 Ativo de direito de uso - CPC 06 (R2) 605.250 - 62.780 15.636 Softwares 2.418.030 1.765.636

10. Obrigações sociais e trabalhistas 31.12.2019 31.12.2018 INSS 104.956 61.616 FGTS 27.685 16.388 Imposto de renda retido na fonte - folha de pagamento 260.788 66.161 393.429 144.165 Provisões para férias, 13º salário e respectivos encargos sociais: - Férias 247.491 190.126 - Encargos sobre férias 96.646 67.114 344.137 257.240 737.566 401.405

Por se tratar da empresa líder do consórcio, os saldos decorrem das operações com recursos humanos de todas as empresas consorciadas, a serem rateadas de acordo com o contrato de compartilhamento.

11. Obrigações tributárias 31.12.2019 31.12.2018 PIS 206 120 COFINS 912 384 ISS Terceiros 8.263 23.892 IRRF Terceiros 10.063 83.024 Contribuição Social 1.385 50.067 INSS - Terceiros 6.421 14.214 ICMS 2.916 70.537 Retenções PIS/COFINS e CSLL 25.433 7.853 55.599 250.091

12. Contingências: A Companhia está exposta a contingências de natureza civil decorrentes do curso normal de suas operações. A política de provisão adotada pela Companhia leva em consideração as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da própria Companhia, amparada na opinião de seus assessores legais. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía processos com risco de perda avaliados como provável. Os processos com probabilidade possível de perda montavam R\$ 8.456 (trabalhistas), envolvendo todas as empresas consorciadas, e R\$ 417.104 (fundárias) envolvendo algumas outras empresas do Complexo. Com possibilidade de perda possível, a Companhia é parte integrante como autora de ação ordinária onde busca provimento jurisdicional que impeça terceiros (demandados) de requererem remuneração para permitirem o livre trânsito nas vias de acesso ao parque eólico em fase de implantação. Em audiência de conciliação de 25.04.2018, a Justiça Federal de 1ª Instância na Bahia, determinou depósito judicial a título de caução pela autora. O saldo do depósito está registrado no ativo circulante tendo em vista a expectativa de solução final em curto prazo.

13. Capital social: O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está representado por ações ordinárias sem valor nominal e está assim composto:

31.12.2019 31.12.2018 CHESF SEQUOIA Total CHESF SEQUOIA Total 83.946.408 33.592 83.980.000 66.633.336 26.664 66.660.000

14. Despesas operacionais - Regulatórias: a) Ressarcimento de energia - despesa oriunda de obrigação perante o contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para garantia de entrega da energia contratada, tendo em vista o atraso na entrada em operação comercial da unidade geradora; b) Penalidades contratuais - despesa decorrente do descumprimento do cronograma de implantação da usina, cujo processo administrativo foi instaurado pela ANEEL. 15. Receitas (despesas) financeiras 31.12.2019 31.12.2018 Receitas Renda de aplicações financeiras 110.501 83.425 PIS e COFINS sobre receitas financeiras (5.097) (3.812) Outras receitas 5.278 50 110.682 79.663 Despesas Juros (50.648) (16.519) IOF, Comissões e Taxas (33.411) (14.284) Taxas bancárias (*) (20.824) (203.461) Multas (6.662) (1.975) (111.545) (236.239) (863) (156.576)

(*) - O saldo elevado em 2018 decorre de pagamento de tarifa de análise de viabilidade econômico financeira para captação de recursos. Vide Nota Explicativa nº 19. 16. Cobertura de seguros: A Companhia adota como política a busca de seguros cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria externa das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram objeto de exame pelos nossos auditores independentes. 17. Instrumentos financeiros: A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros de acordo com a sua classificação. Os valores dos instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações contá-

beis em 31 de dezembro de 2019 são equivalentes aos seus valores de mercado, considerando os critérios de mensuração de cada um. Nessa data, a Companhia não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. Técnicas de avaliação e informações utilizadas para determinação do valor justo: Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis. Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis. Fornecedor e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias. Fatores de risco financeiro: A atividade da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez. Risco de crédito: Salvo pelas aplicações financeiras com bancos e eventuais créditos, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo. Risco de capital: A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. Risco de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado está relacionado às taxas de juros. A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Risco de liquidez: A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros. Análise de sensibilidade: A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros. Classificação e mensuração: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Empréstimos e recebíveis. Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa. Passivos financeiros: São inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. Em 31 de dezembro de 2019, passivos financeiros da Companhia classificados nessa categoria compreendiam as contas a pagar aos fornecedores e contas a pagar para partes relacionadas. Sandro Inácio Carneiro da Cruz - Diretor. Rejane Costa de Lima - Contador(a) - CRC PE- 15.736-O/8.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da Carcará Energia S.A. Recife - PE. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Carcará Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Carcará Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase: Conforme comentado na Nota Explicativa 10 às demonstrações contábeis, a Companhia, juntamente com outras 10 (dez) Sociedades de Propósito Específico - SPE, é membro do Consórcio GPEXpan, com a finalidade de construção e operação de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse restrito entre as SPE, cujo objeto é a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica. A Companhia possui obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais, que serão estimados a incorrer na desmontagem e remoção dos aerogeradores e obras civis, quando do término do contrato de arrendamento das terras rurais. A provisão para desmobilização de ativos imobilizados deve ser contabilizada de acordo com a NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e a ITG 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Companhia optou por constituir tal provisão quando da conclusão de todos os projetos componentes do Complexo. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração...

...continuação - **CARCARÁ ENERGIA S/A.**

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar à elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas dos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Recife - PE, 14 de fevereiro de 2020. PHF - AUDITORES INDEPENDENTES S/S - CRC-PE - 000680/O-0. **Hugo Ferreira da Silva Júnior** - Contador - CRC-PE - 0011620/O.



A CEPE DOC É RESPONSÁVEL
PELA DIGITALIZAÇÃO,
GUARDA E GESTÃO DOS
SEUS DOCUMENTOS.

FALE COM A GENTE.
doc@cepe.com.br
81 3183 2747
cepe.com.br

Cepe
DOC

ACAUÁ ENERGIA S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019: MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO - Com eficiência e foco nos resultados, a Acauá Energia S.A realizou grandes feitos no exercício de 2019. Dentre todos os grandes desafios enfrentados, destaque para a entrada em operação comercial do Parque Eólico, principal objetivo da sociedade, que deverá gerar resultados econômicos, financeiros e sociais bastante positivos em 2020 e nos exercícios seguintes. Em conformidade com as diretrizes de suas acionistas, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf e Sequoia Capital Ltda, a Acauá Energia S.A realiza seus investimentos, prioritariamente, no segmento de energias renováveis, por se tratar de uma fonte de energia limpa com impactos altamente positivos para o meio ambiente. Suas instalações se encontram localizadas em uma região com expressivo potencial de aproveitamento eólico, com excelentes perspectivas de consolidação da meta estabelecida no seu plano estratégico para a geração e comercialização de energia eólica. A expectativa é muito positiva em termos de novas conquistas em 2020, certo de sua contribuição para o desenvolvimento do Setor Elétrico e do Brasil, especialmente no que diz respeito à consolidação de uma matriz energética com base em fontes limpas e renováveis. Também em 2020, com a consolidação do início de seu processo de geração e comercialização de energia, os resultados financeiros para os próximos exercícios deverão ser positivos possibilitando, assim, o início do retorno dos capitais investidos por seus acionistas. **1. PERFIL DA EMPRESA:** A Acauá Energia S. A. é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE, por ações de capital fechado, constituída pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf (99,93%) e pela Sequoia Capital Ltda (0,07%), cujo objetivo é a estruturação, o desenvolvimento, a implantação e a exploração de energia elétrica por fonte eólica. A comercialização de sua energia é na modalidade de Produtor Independente de Energia Elétrica – PIE, para a qual a outorga da Central Geradora Eólica EOL Acauá, no município de Pindai, no estado da Bahia, com potência total de 6,0 MW, foi autorizada pelo Poder Concedente por meio da Portaria MME nº 150 de 10 de abril de 2014. Sua sede está localizada na Av. Engenheiro Abdias de Carvalho, nº 1111, 4º andar, sala 405, no bairro Prado, na cidade de Recife, estado de Pernambuco. A Acauá Energia S. A., juntamente com outras 10 (dez) Sociedades de Propósito Específico – SPE, é membro do Consórcio GPEXpan, com a finalidade de construção e operação de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse restrito entre as SPE. Com uma estrutura organizacional compartilhada com as demais sociedades que compõem o Consórcio GPEXpan, tem um quadro operacional adequado ao cenário de negócio atual e focado no melhor desempenho de implantação e operação de suas instalações. **2. NOSSO NEGÓCIO:** Com um modelo operacional integrado e compartilhado com outras SPEs integrantes do Consórcio GPEXpan, a Companhia estrutura e executa a implementação dos projetos, e consequentemente assume a operação e manutenção dos parques. Nesse contexto, o Parque Eólico é composto atualmente por 03 (três) aerogeradores, com capacidade unitária de 2MW e potencial de geração anual certificada de 27.500,0 MW.h. Participante do leilão 5º LER (005/2013), tem contrato firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE de 2,6 MW médios, por meio de tarifa regulada e corrigida pelo IPCA. Com a conclusão das inversões físicas previstas para o Projeto, a empresa tem como meta principal a geração e comercialização de energia nos patamares previstos em seus orçamentos. O exercício de 2020 se apresenta como o marco da consolidação dos processos de geração e comercialização da energia, com reflexos positivos importantes na geração de caixa e de resultados econômicos e financeiros para a Companhia. **3. GESTÃO CORPORATIVA:** A gestão da Companhia conta com a seguinte estrutura: Assembleia Geral dos Acionistas; Conselho de Administração; e Diretoria. Cada um desses órgãos tem o seu papel e responsabilidades claramente definidos, garantindo o respeito às normas e regulamentos internos e à legislação vigente no país, sempre buscando adotar as melhores práticas de mercado e os mais elevados níveis de governança corporativa. A Assembleia Geral, instância máxima de decisão da Companhia, delibera sobre os assuntos mais relevantes para a Companhia, emitindo recomendações para o Conselho de Administração. A reunião anual da Assembleia ocorre até o quarto primeiro mês após o término do exercício social e com participação exclusiva dos acionistas ou seus representantes devidamente constituídos. **3.2 Conselho de Administração:** O Conselho de Administração (CA), atuando em sintonia com as estratégias estabelecidas pelos acionistas, é responsável por administrar a Companhia, estabelecendo diretrizes, planos e metas e monitorando os resultados alcançados, bem como a performance da Diretoria Executiva. As reuniões do Conselho são realizadas mensalmente ou extraordinariamente, quando necessário. A atuação do Conselho envolve a análise de cenários riscos e oportunidades relevantes, a fim de proteger o patrimônio da Companhia e assegurar a maximização dos recursos aplicados pelos acionistas.

Composição do Conselho de Administração		
Titular	Suplente	Indicação
-	Eduardo Boudoux Jatobá	Chesf
Armando José Pereira de Barros	Ângelo Coelho de Andrade	Chesf
Sérgio Sarquis Attié	Frederico Junqueira de Andrade Prado	Sequoia

3.3 Diretoria Executiva:

A execução das diretrizes de negócios e a gestão das atividades operacionais, em conformidade com as definições do Conselho de Administração, estão a cargo da Diretoria, que deve ainda garantir que os processos decisórios sejam organizados adequadamente, sendo responsável por assegurar o correto funcionamento da Companhia.

Composição da Diretoria				
Nome	Cargo	Data 1ª eleição	Prazo do Mandato	Término do Mandato
Humberto Maribondo de Moraes	Diretor Técnico	24/10/2018	07/05/2020	09/10/2019
Ricardo José Jucá Pimentel	Diretor Financeiro-administrativo	01/11/2017	07/05/2020	09/10/2019
Denilson Veronese da Costa	Diretor Financeiro-administrativo	15/10/2019	07/05/2020	23/12/2019
Sandro Inácio Carneiro Cruz	Diretor Técnico	15/10/2019	07/05/2020	Em exercício

3.4 Governança Interna:

Objetivando estruturar a empresa nos aspectos de governança corporativa, de acordo com as melhores práticas, foi instituída a função de Governança corporativa e controladoria com as seguintes atribuições:

- aprimorar os processos de controles para redução dos riscos e monitorar o cumprimento de planos de ação definidos junto às áreas envolvidas;
- disseminar a cultura de controles internos e de gestão de riscos na Companhia;
- coordenar a realização de estudos de possibilidades para cumprimento das obrigações financeiras pela própria SPE, incluindo a análise detalhada do fluxo de caixa, redução de custos e novas captações;
- dotar a alta administração com informações estratégicas nos temas de integridade corporativa (Compliance), de gestão de riscos corporativos e do ambiente de controle internos;
- coordenar o encaminhamento das informações financeiras para os acionistas, permitindo a avaliação e consistência entre as premissas e os resultados apresentados pela SPE;
- monitorar o cumprimento dos prazos e assegurar a conformidade no atendimento às demandas internas e externas;
- revisar o conteúdo dos documentos relativos ao Plano Negócios da SPE;
- implementar na SPE o fluxo e a análise prévia das matérias passíveis de aprovações na governança dos acionistas e seus controladores;
- analisar a documentação interna para aprovação de matérias na Diretoria e no Conselho da SPE.

4. PLANEJAMENTO EMPRESARIAL: O Planejamento Empresarial é um processo dinâmico, que envolve a constante avaliação dos fatores internos e externos que influenciam o desempenho empresarial e a consequente adequação dos objetivos estratégicos, visando a aprimorar a gestão e atingir as metas e resultados propostos. A fim de consolidar o Planejamento Empresarial da Companhia, em outubro de 2019, foi aprovado pelos acionistas e Conselho de Administração a Revisão do Plano de Negócio. Esse Plano está focado nos 3 (três) processos mais importantes da Companhia, quais sejam: Geração; Transmissão; e Comercialização de Energia. Regularmente, a Compa-

nhia efetua reuniões de monitoramento de desempenho dos indicadores de realização orçamentária. **4.1 Geração:** Acauá Energia S.A entrou em operação teste a partir de junho de 2019 e em operação comercial na data 13/11/2019, conforme o despacho da ANEEL 3.162/2019. Em 2019 a SPE gerou 10.400,0 MWh (sendo 7.300,0 MWh em teste e 3.100,0 MWh em comercial), equivalente a 45,66% do montante anual contratado. Com uma garantia física de 3,1 MW médios, conforme portaria 150/2014 do MME, tem um Contrato para fornecimento e comercialização de energia no ambiente regulado de 22.776,0 MWh por ano, até o ano de 2035. **4.2 Transmissão:** O sistema de transmissão é composto pelo sistema de interligação em média tensão (34,5kV), com uma extensão de 7.626m, dos aerogeradores até a Subestação Coletora/Elevadora de 34,5/230kV. Em complemento e por meio da uma Linha de Transmissão em 230kV, com extensão de 3.435m, o parque eólico se conecta ao Sistema Interligado Nacional – SIN através da ICG – PND, Subestação Pindai II, da concessionária Chesf. **5. GESTÃO SOCIAL E AMBIENTAL:** Os programas socioambientais desenvolvidos pela Companhia e as demais SPE que compõem o Consórcio GPEXpan, ao longo dos quase cinco anos de implantação, atingiram diretamente cerca de 10.000 pessoas, por meio dos programas desenvolvidos, sendo: cursos; palestras; debates; campanhas ambientais; campanhas de preservação patrimonial; campanhas de segurança no trânsito; programa de sinalização das vias de acesso; e, oficinas de formação profissional. Os empreendimentos conseguiram gerar cerca de 2.100 postos de trabalhos diretos e 4.000 postos indiretos. Com uma estratégia de construção focada no menor impacto ambiental, as principais atividades de montagem do parque foram retomadas e concluídas neste ano de 2019. Com pontos de estocagem em locais estratégicos dentro da logística de implantação, os equipamentos foram transportados gerando o menor impacto para as comunidades, tanto sob o aspecto de emissão de particulados, como também para a segurança de uso das vias. Em 2019, também foram desenvolvidas todas as demais atividades exigidas pela Licença de Instalação – LI, ora estabelecida pelo INEMA, por meio da Portaria nº 9.598/2015. Em 20/06/2019, foi obtida a Licença de Operação por meio da Portaria Inema nº 18.601/2019, com prazo de validade até 20/06/2024 e com previsão de renovações sucessivas em conformidade com a legislação e sinergia com a vigência da outorga de autorização. Os Programas Ambientais exigidos na etapa de Operação do empreendimento continuarão a ser desenvolvidos durante o período de operação da central eólica, conforme os condicionantes ambientais solicitadas na referida Portaria do Inema.

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS — 6.1 Balanço Patrimonial

	RELATÓRIO AUDITADO		Equivalência Patrimonial	
	ACAUÁ		ACAUÁ	
	CHESF	SEQUOIA	ACAUÁ	
	99,93%	0,07%	100,00%	
ATIVO				
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4.629.455	4.626.214	3.241	4.629.455
Contas a receber	205.243	205.099	144	205.243
Tributos e contribuições sociais a compensar	237.471	237.305	166	237.471
Despesas antecipadas - Prêmios de seguros	5.849	5.845	4	5.849
Demais ativos circulantes	13.576	13.566	10	13.576
Créditos com partes relacionadas	12.015	-	-	-
Depósitos judiciais e cauções	183.251	183.123	128	183.251
	5.286.860	5.271.153	3.692	5.274.845
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Imobilizado em serviço - Administração	-	-	-	-
Imobilizado em serviço - Geração de energia	40.815.014	40.786.443	28.571	40.815.014
Imobilizado em andamento - curso	1.209.065	1.208.219	846	1.209.065
Intangível	472.500	472.169	331	472.500
	42.496.579	42.466.831	29.748	42.496.579
TOTAL DO ATIVO	47.783.439	47.737.984	33.440	47.771.424
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores e contas a pagar	522.208	521.842	366	522.208
Obrigações tributárias	45.824	45.792	32	45.824
Obrigações com partes relacionadas	41.946	-	-	-
Arrendamentos	16.000	15.989	11	16.000
Demais passivos circulantes	610	610	0	610
	626.588	584.233	409	584.642
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Arrendamentos	456.500	456.180	320	456.500
	456.500	456.180	320	456.500
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social integralizado	50.730.000	50.694.489	35.511	50.730.000
Reserva de lucros	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	(4.029.649)	(3.996.918)	(2.800)	(3.999.718)
	46.700.351	46.697.571	32.711	46.730.282
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	47.783.439	47.737.984	33.440	47.771.424
6.2 Demonstração de Resultados				
	CHESF	SEQUOIA	ACAUÁ	
	99,93%	0,07%	100,00%	
Receita operacional líquida				
Receita de operação com energia	297.269	297.061	208	297.269
Receita de compartilhamento de instalações	180.316	180.190	126	180.316
Outras receitas	4.228	4.225	3	4.228
Tributos diretos - PIS e COFINS	(44.176)	(44.145)	(31)	(44.176)
	437.637	437.331	306	437.637
Custo dos Serviços Prestados				
Materiais	(92.024)	(91.960)	(64)	(92.024)
Serviços de Terceiros	(208.857)	(208.711)	(146)	(208.857)
Depreciação	(325.697)	(325.469)	(228)	(325.697)
Arrendamentos e Aluguéis	(10.077)	(10.070)	(7)	(10.077)
Recuperação de despesas	-	-	-	-
	(636.655)	(636.209)	(446)	(636.655)
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas:				
- Pessoal	(326.342)	(326.114)	(228)	(326.342)
- Serviços de terceiros	(255.829)	(255.650)	(179)	(255.829)
- Arrendamentos e aluguéis	(18.203)	(18.190)	(13)	(18.203)
- Depreciações e amortizações	(943)	(942)	(1)	(943)
- Demais despesas administrativas	(229.760)	(229.599)	(161)	(229.760)
Outras receitas	-	-	-	-
	(831.077)	(830.495)	(582)	(831.077)
Despesas regulatórias:				
- Suprimento de energia	(220.740)	(220.585)	(155)	(220.740)
- Penalidades contratuais	(544.295)	(543.914)	(381)	(544.295)
	(765.035)	(764.499)	(536)	(765.035)
	(1.795.130)	(1.793.873)	(1.257)	(1.795.130)
Resultado financeiro				
Receitas	118.226	118.143	83	118.226
Despesas	(29.724)	(29.703)	(21)	(29.724)
	88.502	88.440	62	88.502
Prejuízo do exercício	(1.706.628)	(1.705.433)	(1.195)	(1.706.628)
Prejuízo por ação – R\$	-0,03	(0,03)	(0,03)	-0,03

Notas da Administração

Nota 1: A Companhia tem a expectativa de recebimento de créditos retidos na CCEE na ordem aproximada de R\$ 1,6 milhão, cujo reconhecimento foi confirmado em fevereiro/2020 por parte da CCEE e a evolução das discussões estão associadas ao equacionamento da inadimplência do setor, decorrente de fatores externos à gestão da SPE. Nota 2: A Companhia encerrou o exercício de 2019 com disponibilidades da ordem de R\$ 4,6 milhões. Esses recursos irão fazer face aos compromissos em negociação final junto aos fornecedores, decorrentes da execução da implantação do parque eólico. Em função das incertezas na discussão dos valores, estas despesas serão consideradas nas demonstrações financeiras do primeiro trimestre de 2020. **6.3 Auditores Independentes** – Nos termos da Instrução CVM nº 381 a SPE firmou contrato com a PHF – Auditores Independentes S/S para prestação do serviço de auditoria das demonstrações financeiras da empresa, conforme parecer em anexo 01 (um). **6.4 Demonstrações Financeira** – Segue no anexo 02 (dois) o relatório das demonstrações financeiras realizada através da contabilidade.

Recife, 23 de março de 2020

A Administração

Sandro Inácio Carneiro da Cruz – Diretor

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)

	Nota Explicativa	31.12.2019	31.12.2018
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.629.455	3.683.026
Contas a receber	5	205.243	-
Tributos a compensar	6	237.471	210.881
Despesas antecipadas - Prêmios de seguros		5.849	3.011
Demais ativos circulantes		13.576	7.177
Créditos com partes relacionadas	7	12.015	1.024
Depósitos judiciais e cauções	10	183.251	179.239
		5.286.860	4.084.358
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	8	42.024.079	37.965.242
Intangível	3 h) e 8	472.500	1.054.924
		42.496.579	39.020.166
TOTAL DO ATIVO		47.783.439	43.104.524
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		522.208	649.499
Obrigações tributárias	9	45.824	12.393
Obrigações com partes relacionadas	7	41.946	15.653
Arrendamentos	3 h)	16.000	-
Outros		610	-
		626.588	677.545
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Arrendamentos	3 h)	456.500	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	11	50.730.000	44.750.000
Prejuízos acumulados		(4.029.649)	(2.323.021)
		46.700.351	42.426.979
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		47.783.439	43.104.524

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)

	Nota Explicativa	31.12.2019	31.12.2018
Receita operacional líquida	3a) e 12	437.637	277
Custos dos serviços	13	(636.655)	-
Lucro bruto		(199.018)	277
Despesas operacionais	3a) e 14	(831.077)	(391.694)
Despesas regulatórias:	15		
- Ressarcimento de energia		(220.740)	(196.089)
- Penalidades contratuais		(544.295)	(551.075)
		(765.035)	(747.164)
Resultado financeiro	16	(1.596.112)	(1.138.858)
Receitas		(1.795.130)	(1.138.581)
Despesas		118.226	62.770
		(29.724)	(136.383)
		88.502	(73.613)
Prejuízo do exercício		(1.706.628)	(1.212.194)
Prejuízo por ação - R\$		(0,03)	(0,03)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Resultado do exercício	(1.706.628)	(1.212.194)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(1.706.628)	(1.212.194)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2017	37.780.000	171.193	(1.282.020)	36.669.173
Aumento de capital	6.970.000	-	-	6.970.000
Prejuízo do exercício	-	-	(1.212.194)	(1.212.194)

...continuação - ACAUÁ ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Atividades operacionais		
Resultado do exercício	(1.706.628)	(1.212.194)
Ajustes para conciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
- Depreciações e amortizações	326.640	926
	<u>(1.379.988)</u>	<u>(1.211.268)</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(205.243)	-
Tributos e contribuições sociais a compensar	(26.590)	(13.110)
Créditos com partes relacionadas	(10.991)	76.050
Depósitos judiciais e cauções	(4.012)	(179.239)
Demais ativos circulantes	(9.237)	6.731
Fornecedores e contas a pagar	(127.291)	301.775
Obrigações tributárias	33.431	6.787
Obrigações com partes relacionadas	26.293	(18.531)
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	472.500	-
Outras obrigações	610	-
	<u>149.470</u>	<u>180.463</u>
	(1.230.518)	(1.030.805)
Atividades de financiamento		
Integralização de capital	5.980.000	6.970.000
	<u>4.749.482</u>	<u>5.939.195</u>
Atividades de investimentos		
Imobilizado – Administração	(4.274)	-
Imobilizado – Geração	(3.344.939)	-
Imobilizado em curso – Geração	-	(3.977.461)
Intangível	(472.500)	-
Transferência de Imobilizados e Intangíveis à empresa líder do consórcio	18.660	-
	<u>(3.803.053)</u>	<u>(3.977.461)</u>
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	946.429	1.961.734
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3.683.026	1.721.292
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.629.455</u>	<u>3.683.026</u>
	946.429	1.961.734

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em Reais)

1. Contexto operacional e informações gerais: A Acauá Energia S.A. é uma sociedade de propósito específico (SPE), por ações de capital fechado, oriunda de consórcio entre a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf (99,93%) e a Sequoia Capital Ltda. (0,07%), vencedoras do 5º Leilão de Energia de Reserva (LER/2013) promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel em 23.08.2013, cujo objeto é a estruturação, o desenvolvimento, a implantação e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica localizado no Estado da Bahia, com 6 MW de potência instalada. Foi constituída em 14.11.2013, porém, a primeira integralização de capital ocorreu em 14.01.2014. Tem sua sede e foro jurídico na Av. Engenheiro Abdias de Carvalho, 1111, sala 405, Bairro do Prado - CEP 50751-000, na cidade de Recife, PE. A Acauá Energia S.A., juntamente com outras 10 (dez) Sociedades de Propósito Específico - SPE, é membro do Consórcio GPExpan constituído em 20.01.2015 (com efeitos retroativos a 30.04.2014), com a finalidade de construção e operação de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse restrito entre as SPE. A Companhia entrou em operação comercial em 13.11.2019. **2. Apresentação das demonstrações contábeis.** **a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, cujas principais aplicadas estão descritas na nota explicativa 3. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 14 de fevereiro de 2020. **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. **d) Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado contabilmente. Itens significativos sujeitos à estimativa incluem, entre outros, (i) a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; (ii) a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e (iii) provisão para recuperação de ativos. A liquidação das transações dessas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. **3. Resumo das principais políticas contábeis.** **a) Apuração do resultado:** o resultado é apurado com base no regime de competência. Conforme comentado na Nota Explicativa 1, a Companhia é parte integrante de consórcio constituído com a finalidade de construção, operação, manutenção e uso compartilhado de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse entre as SPE, bem como quaisquer outras instalações, equipamentos e materiais que aproveitem indistintamente a todos os parques eólicos, em conformidade com os procedimentos do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Dessa forma, foi celebrado contrato objetivando regular a relação das consorciadas no âmbito dos contratos celebrados para construção, manutenção e operação dos bens que venham a integrar os "ativos comuns", bem como dos "ativos próprios" mas que venham, eventualmente, a interferir na operação dos "ativos comuns". Outrossim, o contrato regula as condições de rateio de todos os custos e despesas comuns, incluindo as administrativas, incorridas por quaisquer consorciadas em relação à implantação de todos os parques eólicos. Para tanto, foi escolhida e estabelecida uma empresa "líder do consórcio" a quem cabe, entre outros, coordenar e fiscalizar o cumprimento dos pagamentos de gastos relacionados aos contratos de ativos comuns e pelo rateio (participações proporcionais) dos pagamentos de gastos comuns. Para atendimento ao Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR por disponibilidade, que estipula que o suprimento de energia deveria ter se iniciado em 1º de setembro de 2015, a Companhia, face a sua condição de pré-operação, foi obrigada a comprar energia no "mercado de curto prazo" para dar lastro a esta condicionante contratual. **Recita de Compartilhamento de Instalações.** As empresas componentes do Consórcio, por decorrência da autorização outorgada pelo Ministério de Minas e Energia, instalaram, operam e mantêm a Subestação Coletora de sua propriedade, localizada na Fazenda Lapa, Estrada Guirapá a Tanque - zona rural do município de Pindai/BA ("SE GPExpan") e demais instalações de transmissão. O acionista majoritário CHESF, indicou, por razões técnicas e jurídicas, a realização de consulta pública às empresas situadas na área coberta pelo raio de 20 Km (vinte quilômetros) da SE GPExpan, a fim de identificar eventual interesse na utilização das mencionadas entradas de linha. Processada a consulta pública, as Eólicas PINDAI demonstraram interesse na cessão de uso remunerada das 4 (quatro) entradas de linha da SE GPExpan, bem como no compartilhamento dos custos de operação e manutenção das instalações compartilhadas. As Eólicas PINDAI irão realizar as obras de implantação das suas Instalações de Conexão, arcando com os investimentos e demais custos associados, e posteriormente firmando o Termo de Transferência Não Onerosa - TTNO, para transferência dos ativos incorporados à SE GPExpan ao GPExpan. Assim, em 03.07.2019, foi firmado Contrato estabelecendo as condições, procedimentos, responsabilidades técnico-operacionais e comerciais que

irão regular o assunto. Pela cessão de uso das Instalações Compartilhadas as Eólicas PINDAI pagarão ao GPExpan o valor de R\$ 17.994.345 dividido da seguinte forma: **a)** R\$ 3.000.000 na data de assinatura do instrumento; **b)** R\$ 3.000.000 na data de formalização do Acordo Operativo, o qual deverá preceder a entrada do primeiro aerogerador para operação em teste; **c)** R\$ 5.000.000 na data de entrada em operação em teste do primeiro aerogerador de propriedade das Eólicas PINDAI; **d)** R\$ 6.994.345 divididos em 10 (dez) parcelas anuais, corrigidas pela variação do IPCA verificada entre a data de assinatura do instrumento e a data do efetivo pagamento, vencendo a primeira parcela na data de entrada em operação comercial do último aerogerador de propriedade das Eólicas PINDAI. Aos valores serão adicionados os correspondentes tributos, taxas setoriais, PIS/PASEP, COFINS, P&D, sem, contudo, se restringir a estes. A apropriação da receita por SPE obedece ao critério da potência instalada de cada uma. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros e estão registradas pelos valores de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **c) Imobilizado:** é demonstrado ao custo de aquisição e, quando aplicável, ajustado ao valor recuperável (impairment). As depreciações são calculadas pelo método linear com base em taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. O custo dos ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. **d) Tributação:** (i) Programa de Integração Social - PIS - 1,65% sobre faturamento e 0,65% sobre receitas financeiras; (ii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS - 7,6% sobre faturamento e 4,0% sobre as receitas financeiras; (iii) Imposto de Renda e Contribuição Social - a forma de tributação adotada é a do Lucro Real. A Contribuição Social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável e o Imposto de Renda calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% nos termos da legislação em vigor. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações às quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado. **e) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação. **f) Outros ativos e passivos:** um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **g) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo, e os de curto prazo quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. **h) Principais mudanças nas políticas contábeis:** A Companhia analisou as principais políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis anuais. Uma série de novas normas foram efetivas para exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019. Entre elas destacamos como principais: **CPC 06 (R2) – Arrendamentos** O CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil, substituiu o CPC 06 (R1)/IAS 17 – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2)/IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17. A Companhia e demais empresas do Complexo adotaram o CPC 06 (R2) retrospectivamente com efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro de 2019, somente para arrendamentos de terras com vigência superior a 12 meses a partir data da adoção inicial (curto prazo). Aluguéis administrativos, por seu valor abaixo do mínimo estabelecido, não foram incluídos nesta mensuração. Anualmente os critérios serão revisados. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo, pelo reconhecimento do direito do uso dos ativos arrendados e o respectivo aumento do passivo, conforme demonstrado:

	31.12.2019
Ativo de direito de uso – Intangível	472.500
Passivo de arrendamento:	
- Circulante	16.000
- Não circulante	456.500
	<u>472.500</u>

ICPC 22 – Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro. O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer o tratamento contábil para os tributos sobre o lucro. A questão principal na contabilização dos tributos sobre o lucro é como contabilizar os efeitos fiscais atuais e futuros de (i) futura recuperação (liquidação) do valor contábil dos ativos (passivos) que são reconhecidos no balanço patrimonial da entidade; e (ii) operações e outros eventos do período atual que são reconhecidos nas demonstrações contábeis da entidade. É inerente ao reconhecimento de ativo ou passivo que a entidade espera recuperar ou liquidar o valor contábil daquele ativo ou passivo. Se for provável que a recuperação ou a liquidação desse valor contábil tornará futuros pagamentos de tributos maiores (menores) do que eles seriam se tal recuperação ou liquidação não tivessem efeitos fiscais, este Pronunciamento exige que a entidade reconheça um passivo fiscal diferido (ativo fiscal diferido), com certas limitadas exceções. A Companhia avaliou e não identificou incertezas sobre o tratamento dos tributos IRPJ e CSLL, consequentemente, não tem impacto em suas demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2019	31.12.2018
Fundos de caixa	1.796	1.796
Bancos conta movimento	4.270	20.261
Aplicações financeiras	<u>4.623.389</u>	<u>3.660.969</u>
	4.629.455	4.683.026

As aplicações financeiras estão representadas por recursos aplicados, substancialmente, em fundos de investimento de renda fixa, cujas rentabilidades tendem a se igualar à taxa DI, sem vencimento pré-determinado, podendo ser resgatados a qualquer momento pela Companhia.

5. Contas a receber

O saldo de R\$ 205.243 em 31.12.2019, com realização no mês seguinte, é oriundo da venda de energia por atendimento ao Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR.

6. Tributos a compensar

	31.12.2019	31.12.2018
Imposto de renda retido na fonte - IRRF s/aplicações financeiras	26.590	13.110
Imposto de renda da pessoa jurídica - IRPJ	-	-
- Saldo negativo	206.471	193.361
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	-
- Saldo negativo	<u>4.410</u>	<u>4.410</u>
	237.471	210.881

7. Saldos com partes relacionadas: Conforme mencionado nas Notas Explicativas 1 e 3a), a Companhia, juntamente com outras 10 (dez) SPE é membro de consórcio constituído com a finalidade de construção, operação, manutenção e uso compartilhado de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse entre as SPE e, por esse motivo, incorrem em gastos comuns, que são rateados conforme contrato de compartilhamento. As operações refletem saldos assim demonstrados:

	31.12.2019	31.12.2018
• Saldo ativo	12.015	1.024
• Saldo passivo	<u>41.946</u>	<u>15.653</u>

De acordo com o contrato de compartilhamento, o reembolso dos gastos ocorre mensal ou quinzenalmente mediante emissão de notas de débitos, não havendo geração de lucro ou de qualquer forma de remuneração a qualquer das partes.

8. Imobilizado

	31.12.2019	31.12.2018
Imobilizado em Serviço		
Administração:		
Benefícios em propriedade de terceiros	-	6.979
Móveis e utensílios	-	2.834
Equipamentos de informática	-	592
	<u>-</u>	<u>10.405</u>

Geração:

Máquinas e equipamentos	41.140.711	-
Depreciação acumulada	<u>(325.697)</u>	<u>-</u>
	40.815.014	-

Imobilizado em Curso:

Parque eólico - Custos incorridos com serviços e aquisição de materiais	-	17.643.830
Adiantamentos a fornecedores	1.209.065	20.281.410
Gastos rateados - CT. CHESF CCT 006/2016 - Instal. de conexão à SE Pindai II - PND	-	29.597
	<u>1.209.065</u>	<u>37.954.837</u>
	42.024.079	37.965.242

Os ativos imobilizados e intangíveis da administração foram transferidos (reclassificados) para a empresa líder do Consórcio, conforme comentado na Nota 3 a). A Companhia elaborou teste de Recuperabilidade de seus ativos para a data base de 31.12.2019, cujos estudos não indicaram a necessidade de se proceder ajuste ao valor registrado (impairment).

9. Obrigações tributárias

	31.12.2019	31.12.2018
PIS	5.059	56
COFINS	23.496	338
ISS Terceiros	3.425	3.164
IRRF	3.026	5.928
Contribuição social	1.297	456
INSS Terceiros	3.258	1.408
Retenções Pis/Cofins/CSll	<u>6.263</u>	<u>1.043</u>
	45.824	12.393

10. Contingências

A Companhia está exposta a contingências de natureza cível decorrentes do curso normal de suas operações. A política de provisão adotada pela Companhia leva em consideração as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da própria Companhia, amparada na opinião de seus assessores legais. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía processos com risco de perda avaliados como provável. Os processos com probabilidade possível de perda montavam R\$ 8.456 (trabalhistas), envolvendo todas as empresas consorciadas, e R\$ 417.104 (fundárias) envolvendo algumas outras empresas do Complexo. Com possibilidade de perda possível, a Companhia é parte integrante como autora de ação ordinária onde busca provimento jurisdicional que impeça terceiros (demandados) de requererem remuneração para permitir o livre trânsito nas vias de acesso ao parque eólico em fase de implantação. Em audiência de conciliação de 25.04.2018, a Justiça Federal de 1ª Instância na Bahia, determinou depósito judicial a título de caução pela autora. O saldo do depósito está registrado no ativo circulante tendo em vista a expectativa de solução final em curto prazo.

11. Capital social

O capital social integralizado, 31 de dezembro de 2019 e de 2018 está representado por ações ordinárias sem valor nominal e está assim composto:

	31.12.2019	31.12.2018			
CHESF	SEQUIOIA	Total	CHESF	SEQUIOIA	Total
50.694.489	35.511	50.730.000	44.718.675	31.325	44.750.000

12. Receita operacional líquida

	31.12.2019	31.12.2018
Energia de Reserva - CCEE	297.269	-
Receita de compartilhamento de instalações	180.316	-
Outras receitas	4.228	277
Tributos diretos - PIS e COFINS	<u>(44.176)</u>	<u>-</u>
	437.637	277

13. Custo dos serviços prestados

	31.12.2019	31.12.2018
Materiais	92.024	-
Serviços de terceiros	208.857	-
Depreciação	325.697	-
Arrendamentos e aluguéis	<u>10.077</u>	<u>-</u>
	636.655	-

14. Despesas operacionais

	31.12.2019	31.12.2018
Despesas gerais e administrativas:	326.342	196.646
- Pessoal	255.829	126.547
- Serviços de terceiros	18.203	21.427
- Arrendamentos e aluguéis	943	926
- Depreciações e amortizações	<u>229.760</u>	<u>46.148</u>
- Demais despesas administrativas	831.077	391.694

15. Despesas operacionais - Regulatórias

a) Ressarcimento de energia - despesa oriunda de obrigação perante o contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para garantia de entrega da energia contratada, tendo em vista o atraso na entrada em operação comercial da unidade geradora;

b) Penalidades contratuais - despesa decorrente do descumprimento do cronograma de implantação da usina, cujo processo administrativo foi instaurado pela ANEEL.

...continuação - ACAUÁ ENERGIA S.A.

16. Receitas (despesas) financeiras

	31.12.2019	31.12.2018
Receitas		
Renda de aplicações financeiras	108.830	65.668
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(5.029)	(2.906)
Outras	14.425	8
	118.226	62.770
Despesas		
IOF, Comissões e Taxas	(12.948)	(12.566)
Taxas bancárias (*)	(14.571)	(123.307)
Juros	(2.146)	(485)
Multas	(59)	(25)
	(29.724)	(136.383)
	88.502	(73.613)

(*) - O saldo elevado em 2018 decorre de pagamento de tarifa de análise de viabilidade econômico financeira para captação de recursos.

17. Cobertura de seguros: A Companhia adota como política a busca de seguros cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria externa das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram objeto de exame pelos nossos auditores independentes.

18. Instrumentos financeiros: A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros de acordo com a sua classificação. Os valores dos instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 são equivalentes aos seus valores de mercado, considerando os critérios de mensuração de cada um. Nessa data, a Companhia não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. Técnicas de avaliação e informações utilizadas para determinação do valor justo

- Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis.
- Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis.
- Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.

Fatores de risco financeiro: A atividade da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

- Risco de crédito - Salvo pelas aplicações financeiras com bancos e eventuais créditos, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.
- Risco de capital - A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.
- Risco de mercado - A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado está relacionado às taxas de juros. A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs.

- Risco de liquidez - A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.
- Análise de sensibilidade - A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Classificação e mensuração: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

- Empréstimos e recebíveis - Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa.
- Passivos financeiros - São inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. Em 31 de dezembro de 2019, passivos financeiros da Companhia classificados nessa categoria compreendem as contas a pagar aos fornecedores e contas a pagar para partes relacionadas.

Sandro Inácio Carneiro da Cruz - Diretor

Rejane Costa de Lima - Contador(a) - CRC PE- 15.736-O/8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
Acauá Energia S.A.
Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Acauá Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Acauá Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

a) A Companhia entrou em operação comercial em 13.11.2019 e as receitas de Energia de Reserva - CCEE, de apenas dois meses, e de Compartilhamento de Instalações, não foram suficientes para contraposição aos custos dos serviços, refletindo lucro bruto negativo no exercício. A administração entende que tal fato é provisório e pontual, e que em 2020, o faturamento integral será suficiente para cobrir os custos e despesas auferindo-se lucro.

b) Conforme comentado na Nota Explicativa 1 às demonstrações contábeis, a Companhia, juntamente com outras 10 (dez) Sociedades de Propósito Específico - SPE, é membro do Consórcio GPEXpan, com a finalidade de construção e operação de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse restrito entre as SPE, cujo objeto é a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica. A Companhia possui obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais, que serão estimadas a incorrer na desmontagem e remoção dos aerogeradores e obras civis, quando do

término do contrato de arrendamento das terras rurais. A provisão para desmobilização de ativos imobilizados deve ser contabilizada de acordo com a NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e a ITG 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Companhia optou por constituir tal provisão quando da conclusão de todos os projetos componentes do Complexo.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife - PE, 14 de fevereiro de 2020.

PHF - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PE - 000680/O-0

Hugo Ferreira da Silva Júnior
Contador - CRC-PE - 0011620/O

CERTIFICADO
DIGITAL É
NA CEPE



FAÇA SEU AGENDAMENTO
81 31832720 | 31832745
cepe.com.br

Cepe
DIGITAL

Um documento
eletrônico com os
dados da sua empresa
para transações
ainda mais seguras.

TEIÚ 2 ENERGIA S/A.

Relatório da Administração 2019. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO: Com eficiência e foco nos resultados, a Teiú 2 Energia S.A realizou grandes feitos no exercício de 2019. Dentre todos os grandes desafios enfrentados, destaca para a entrada em operação comercial do Parque Eólico, principal objetivo da sociedade, que deverá gerar resultados econômicos, financeiros e sociais bastante positivos em 2020 e nos exercícios seguintes. Em conformidade com as diretrizes de suas acionistas, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf e Sequoia Capital Ltda, a Teiú 2 Energia S.A realiza seus investimentos, prioritariamente, no segmento de energias renováveis, por se tratar de uma fonte de energia limpa com impactos altamente positivos para o meio ambiente. Suas instalações se encontram localizadas em uma região com expressivo potencial de aproveitamento eólico, com excelentes perspectivas de consolidação da meta estabelecida no seu plano estratégico para a geração e comercialização de energia eólica. A expectativa é muito positiva em termos de novas conquistas em 2020, certo de sua contribuição para o desenvolvimento do Setor Elétrico e do Brasil, especialmente no que diz respeito à consolidação de uma matriz energética com base em fontes limpas e renováveis. Também em 2020, com a consolidação do início de seu processo de geração e comercialização de energia, os resultados financeiros para os próximos exercícios deverão ser positivos possibilitando, assim, o início do retorno dos capitais investidos por seus acionistas. **1. PERFIL DA EMPRESA:** A Teiú 2 Energia S. A. é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE, por ações de capital fechado, constituída pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf (99,95%) e pela Sequoia Capital Ltda (0,05%), cujo objetivo é a estruturação, o desenvolvimento, a implantação e a exploração de energia elétrica por fonte eólica. A comercialização de sua energia é na modalidade de Produtor Independente de Energia Elétrica – PIE, para a qual a outorga da Central Geradora Eólica EOL Teiú 2, no município de Pindaí, no estado da Bahia, com potência total de 8,0 MW, foi autorizada pelo Poder Concedente por meio da Portaria MME nº 153 de 10 de abril de 2014. Sua sede está localizada na Av. Engenheiro Abdias de Carvalho, nº 1111, 4º andar, sala 405, no bairro Prado, na cidade de Recife, estado de Pernambuco. A Teiú 2 Energia S. A., juntamente com outras 10 (dez) Sociedades de Propósito Específico – SPE, é membro do Consórcio GPExpan, com a finalidade de construção e operação de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse restrito entre as SPE. Com uma estrutura organizacional compartilhada com as demais sociedades que compõe o Consórcio GPExpan, tem um quadro operacional adequado ao cenário de negócio atual e focado no melhor desempenho de implantação e operação de suas instalações. **2. NOSSO NEGÓCIO:** Com um modelo operacional integrado e compartilhado com outras SPEs integrantes do Consórcio GPExpan, a Companhia estrutura e executa a implementação dos projetos, e consequentemente assume a operação e manutenção dos parques. Nesse contexto, o Parque Eólico é composto atualmente por 04 (quatro) aerogeradores, com capacidade unitária de 2MW e potencial de geração anual certificada de 27.000,0 MW.h. Participante do leilão 5º LER (005/2013), tem contrato firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE de 3,7 MW médios, por meio de tarifa regulada e corrigida pelo IPCA. Com a conclusão das inversões físicas previstas para o Projeto, a empresa tem como meta principal a geração e comercialização de energia nos patamares previstos em seus orçamentos. O exercício de 2020 se apresenta como o marco da consolidação dos processos de geração e comercialização da energia, com reflexos positivos importantes na geração de caixa e de resultados econômicos e financeiros para a Companhia. **3. GESTÃO CORPORATIVA:** A gestão da Companhia conta com a seguinte estrutura: Assembleia Geral dos Acionistas; Conselho de Administração; e Diretoria. Cada um desses órgãos tem o seu papel e responsabilidades claramente definidos, garantindo o respeito às normas e regulamentos internos e à legislação vigente no país, sempre buscando adotar as melhores práticas de mercado e os mais elevados níveis de governança corporativa. A Assembleia Geral, instância máxima de decisão da Companhia, delibera sobre os assuntos mais relevantes para a Companhia, emitindo recomendações para o Conselho de Administração. A reunião anual da Assembleia ocorre até o quarto primeiro mês após o término do exercício social e com participação exclusiva dos acionistas ou seus representantes devidamente constituídos. **3.2. Conselho de Administração:** O Conselho de Administração (CA), atuando em sintonia com as estratégias estabelecidas pelos acionistas, é responsável por administrar a Companhia, estabelecendo diretrizes, planos e metas e monitorando os resultados alcançados, bem como a performance da Diretoria Executiva. As reuniões do Conselho são realizadas mensalmente ou extraordinariamente, quando necessário. A atuação do Conselho envolve a análise de cenários riscos e oportunidades relevantes, a fim de proteger o patrimônio da Companhia e assegurar a maximização dos recursos aplicados pelos acionistas.

Composição do Conselho de Administração

Titular	Suplente	Indicação
-	Eduardo Boudoux Jatobá	Chesf
Armando José Pereira de Barros	Ângelo Coelho de Andrade	Chesf
Sérgio Sarquis Attié	Frederico Junqueira de Andrade Prado	Sequoia

3.3. Diretoria Executiva: A execução das diretrizes de negócios e a gestão das atividades operacionais, em conformidade com as definições do Conselho de Administração, estão a cargo da Diretoria, que deve ainda garantir que os processos decisórios sejam organizados adequadamente, sendo responsável por assegurar o correto funcionamento da Companhia.

Composição da Diretoria

Nome	Cargo	Data 1ª eleição	Prazo do Mandato	Término do Mandato
Humberto Maribondo de Moraes	Diretor Técnico	24/10/2018	07/05/2020	09/10/2019
Ricardo José Jucá Pimentel	Diretor Financeiro - administrativo	01/11/2017	07/05/2020	09/10/2019
Denilson Veronese da Costa	Diretor Financeiro - administrativo	15/10/2019	07/05/2020	23/12/2019
Sandro Inácio Carneiro Cruz	Diretor Técnico	15/10/2019	07/05/2020	Em exercício

3.4. Governança Interna: Objetivando estruturar a empresa nos aspectos de governança corporativa, de acordo com as melhores práticas, foi instituída a função de Governança corporativa e controladoria com as seguintes atribuições: • aprimorar os processos de controles para redução dos riscos e monitorar o cumprimento de planos de ação definidos junto às áreas envolvidas; • disseminar a cultura de controles internos e de gestão de riscos na Companhia; • coordenar a realização de estudos de possibilidades para cumprimento das obrigações financeiras pela própria SPE, incluindo a análise detalhada do fluxo de caixa, redução de custos e novas captações; • dotar a alta administração com informações estratégicas nos temas de integridade corporativa (Compliance), de gestão de riscos corporativos e do ambiente de controle internos; • coordenar o encaminhamento das informações financeiras para os acionistas, permitindo a avaliação e consistência entre as premissas e os resultados apresentados pela SPE; • monitorar o cumprimento dos prazos e assegurar a conformidade no atendimento às demandas internas e externas; • revisar o conteúdo dos documentos relativos ao Plano Negócios da SPE; • implementar na SPE o fluxo e a análise prévia das matérias passíveis de aprovações na governança dos acionistas e seus controladores; • analisar a documentação interna para aprovação de matérias na Diretoria e no Conselho da SPE. **4. PLANEJAMENTO EMPRESARIAL:** O Planejamento Empresarial é um processo dinâmico, que envolve a constante avaliação dos fatores internos e externos que influenciam o desempenho empresarial e a consequente adequação dos objetivos estratégicos, visando a aprimorar a gestão e atingir as metas e resultados propostos. A fim de consolidar o Planejamento Empresarial da Companhia, em outubro de 2019, foi aprovado pelos acionistas e Conselho de Administração a Revisão do Plano de Negócio. Esse Plano está focado nos 3 (três) processos mais importantes da Companhia, quais sejam: Geração; Transmissão; e Comercialização de Energia. Regularmente, a Companhia efetua reuniões de monitoramento de desempenho dos indicadores de realização orçamentária. **4.1. Geração:** Teiú 2 Energia S.A entrou em operação teste a partir de agosto de 2019 e em operação comercial na data 20/11/2019, conforme o despacho da ANEEL 3.210/2019. Em 2019 a SPE gerou 7.200,0 MWh (sendo 5.300,0 MWh em teste e 1.900,0 MWh em comercial), equivalente a 22,21% do montante anual contratado. Com uma garantia física de 4,2 MW médios, conforme portaria 153/2014 do MME, tem um Contrato para fornecimento e comercialização de energia no ambiente regulado de 32.412,0 MWh por ano, até o ano de 2035. **4.2. Transmissão:** O sistema de transmissão é composto pelo sistema de interligação em média tensão (34,5kV), com uma extensão de 13.765m, dos aerogeradores até a Subestação Coletora/Elevadora de 34,5/230kV. Em complemento e por meio da uma Linha de Transmissão em 230kV, com extensão de 3.435m, o parque eólico se conecta ao Sistema Interligado Nacional – SIN através da ICG – PND, Subestação Pindaí II, da concessionária Chesf. **5. GESTÃO SOCIAL E AMBIENTAL:** Os programas socioambientais desenvolvidos pela Companhia e as demais SPE que compõe o Consórcio GPExpan, ao longo dos quase cinco anos de implantação, atingiram diretamente cerca de 10.000 pessoas,

por meio dos programas desenvolvidos, sendo: cursos; palestras; debates; campanhas ambientais; campanhas de preservação patrimonial; campanhas de segurança no trânsito; programa de sinalização das vias de acesso; e, oficinas de formação profissional. Os empreendimentos conseguiram gerar cerca de 2.100 postos de trabalhos diretos e 4.000 postos indiretos. Com uma estratégia de construção focada no menor impacto ambiental, as principais atividades de montagem do parque foram retomadas e concluídas neste ano de 2019. Com pontos de estocagem em locais estratégicos dentro da logística de implantação, os equipamentos foram transportados gerando o menor impacto para as comunidades, tanto sob o aspecto de emissão de particulados, como também para a segurança de uso das vias. Em 2019, também foram desenvolvidas todas as demais atividades exigidas pela Licença de Instalação – LI, ora estabelecida pelo INEMA, por meio da Portaria no 9.633/2015. Em 15/11/2019, foi obtida a Licença de Operação por meio da Portaria Inema nº 19.581/2019, com prazo de validade até 15/11/2024 e com previsão de renovações sucessivas em conformidade com a legislação e sinergia com a vigência da outorga de autorização. Os Programas Ambientais exigidos na etapa de Operação do empreendimento continuarão a ser desenvolvidos durante o período de operação da central eólica, conforme os condicionantes ambientais solicitadas na referida Portaria do Inema.

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6.1. Balanço Patrimonial

RELATÓRIO AUDITADO TEIÚ 2	Equivalência Patrimonial TEIÚ 2		
	CHESF 99,95%	SEQUIOA 0,05%	TEIÚ 2 100,00%
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	9.123.060	9.118.498	4.562
Contas a receber	292.077	291.931	146
Tributos e contrib. sociais a compensar	297.623	297.474	149
Desp. antecipadas - Prêmios de seguros	5.393	5.390	3
Demais ativos circulantes	15.122	15.114	8
Créditos com partes relacionadas	15.624	-	-
Depósitos judiciais e cauções	126.715	126.652	63
	9.875.614	9.855.060	4.930
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado em serviço - Administração	-	-	-
Imobiliz. em serviço - Ger. de energia	51.013.821	50.988.314	25.507
Imobilizado em andamento - curso	1.597.662	1.596.863	799
Intangível	610.000	609.695	305
	53.221.483	53.194.872	26.611
TOTAL DO ATIVO	63.097.097	63.049.932	31.541
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores e contas a pagar	504.846	504.594	252
Obrigações tributárias	56.618	56.590	28
Obrigações com partes relacionadas	345.794	-	-
Arrendamentos	22.000	21.989	11
Demais passivos circulantes	214	214	0
	929.472	583.386	292
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Arrendamentos	588.000	587.706	294
	588.000	587.706	294
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social integralizado	66.326.000	66.292.837	33.163
Reserva de lucros	-	-	-
Prejuízos acumulados	(4.746.375)	(4.413.997)	(2.208)
	61.579.625	61.878.840	30.955
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	63.097.097	63.049.932	31.541

6.2. Demonstração de Resultados

RELATÓRIO AUDITADO TEIÚ 2	Equivalência Patrimonial TEIÚ 2		
	CHESF 99,95%	SEQUIOA 0,05%	TEIÚ 2 100,00%
Receita operacional líquida			
Receita de operação com energia	329.051	328.886	165
Receita de compartilhamento de Instalações	240.421	240.301	120
Outras receitas	57	57	57
Tributos diretos - PIS e COFINS	(52.675)	(52.649)	(26)
	516.854	516.596	258
Custo dos Serviços Prestados			
Materiais	(145.409)	(145.336)	(73)
Serviços de Terceiros	(302.404)	(302.253)	(151)
Depreciação	(407.082)	(406.878)	(204)
Arrendamentos e Aluguéis	-	-	-
Recuperação de despesas	-	-	-
	(854.895)	(854.468)	(427)
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas:			
- Pessoal	(434.980)	(434.763)	(217)
- Serviços de terceiros	(295.929)	(295.781)	(148)
- Arrendamentos e alugueis	(22.561)	(22.550)	(11)
- Depreciações e amortizações	(1.188)	(1.187)	(1)
- Demais despesas administrativas	(270.328)	(270.193)	(135)
Outras receitas	-	-	-
	(1.024.986)	(1.024.474)	(512)
Despesas regulatórias:			
- Suprimento de energia	(300.430)	(300.280)	(150)
- Penalidades contratuais	(774.594)	(774.207)	(387)
	(1.075.024)	(1.074.486)	(538)
Resultado financeiro			
Receitas	66.887	66.854	33
Despesas	(51.000)	(50.975)	(26)
	15.887	15.879	8
Prejuízo do exercício	(2.422.164)	(2.420.953)	(1.211)
Prejuízo por ação – R\$	(0,04)	(0,04)	(0,04)

Notas da Administração. Nota 1: A Companhia tem a expectativa de recebimento de créditos retidos na CCEE na ordem aproximada de R\$ 1,3 milhão, cujo reconhecimento foi confirmado em fevereiro/2020 por parte da CCEE e a evolução das discussões estão associadas ao equacionamento da inadimplência do setor, decorrente de fatores externos à gestão da SPE. Nota 2: A companhia encerrou o exercício de 2019 com disponibilidades da ordem de R\$ 9,1 milhões. Esses recursos irão fazer face aos compromissos em negociação final junto aos fornecedores, decorrentes da execução da implantação do parque eólico. Em função das incertezas na discussão dos valores, estas despesas serão consideradas nas demonstrações financeiras do primeiro trimestre de 2020. **6.3. Auditores Independentes:** Nos termos da Instrução CVM nº 381 a SPE firmou contrato com a PHF – Auditores Independentes S/S para prestação do serviço de auditoria das demonstrações financeiras da empresa, conforme parecer em anexo 01 (um). **6.4. Demonstrações Financeira:** Segue no anexo 02 (dois) o relatório das demonstrações financeiras realizada através da contabilidade.

Recife, 23 de março de 2020

A Administração.

Sandro Inácio Carneiro da Cruz

Diretor

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)

Nota Explicativa	31.12.2019	31.12.2018	
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.123.060	1.695.738
Contas a receber	5	292.077	-
Tributos e contribuições sociais a compensar	6	297.623	285.215
Despesas antecipadas – Prêmios de seguros		5.393	2.870
Demais ativos circulantes		15.122	13.745
Créditos com partes relacionadas	7	15.624	1.365
Depósitos judiciais e cauções	10	126.715	121.366
		9.875.614	2.120.299
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	8	52.611.483	47.908.468
Intangível	3 h) e 8	610.000	1.404.924
		53.221.483	49.313.392
TOTAL DO ATIVO		63.097.097	51.433.691
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores e contas a pagar		504.846	478.136
Obrigações tributárias	9	56.618	28.128
Obrigações com partes relacionadas	7	345.794	10.865
Arrendamentos	3h)	22.000	-
Outras obrigações		214	773
		929.472	517.902
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Arrendamentos	3h)	588.000	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social integralizado	11	66.326.000	53.240.000
Prejuízos acumulados		(4.746.375)	(2.324.211)
		61.579.625	50.915.789
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		63.097.097	51.433.691

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)

Nota Explicativa	31.12.2019	31.12.2018	
Receita operacional líquida	3 a) e 12	516.854	351
- Custos dos serviços	13	(854.895)	-
Lucro bruto		(338.041)	351
Despesas operacionais	3 a) e 14	(1.024.986)	(527.687)
Despesas regulatórias:	15		
- Ressarcimento de energia		(300.430)	(253.755)
- Penalidades contratuais		(774.594)	(784.081)
		(1.075.024)	(1.037.836)
		(2.100.010)	(1.565.523)
Resultado financeiro	16		
Receitas		66.887	53.353
Despesas		(51.000)	(173.765)
		15.887	(120.412)
Prejuízo do exercício		(2.422.164)	(1.685.584)
Prejuízo por ação – R\$		(0,04)	(0,03)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Prejuízo do exercício	(2.422.164)	(1.685.584)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(2.422.164)	(1.685.584)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)

	Cap. Social Subscrito	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dez. de 2017	46.190.000	101.282	(739.909)	
Aumento de capital	7.050.000	-	-	7.050.000
Prejuízo do exercício	-	-	(1.685.584)	(1.685.584)
Absorção de prej. acumulados	-	(101.282)	101.282	-
Saldos em 31 de dez. de 2018	53.240.000	-	(2.324.211)	50.915.789
Aumento de Capital	13.086.000	-	-	13.086.000
Prejuízo do exercício	-	-	(2.422.164)	(2.422.164)
Saldos em 31 de dez. de 2019	66.326.000	-	(4.746.375)	61.579.625

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Atividades operacionais		
Resultado do exercício	(2.422.164)	(1.685.584)
Ajustes para conciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
- Depreciações e amortizações	408.270	1.172
	(2.013.894)	(1.684.412)

Variações nos ativos e passivos operacionais

Contas a receber	(292.077)	-
Tributos e contribuições sociais a compensar	(12.408)	58.742
Créditos com partes relacionadas	(14.259)	223.619
Depósitos judiciais e cauções	(5.349)	(119.116)
Demais ativos circulantes	(3.900)	11.118
Fornecedores e contas a pagar	26.710	(13.854)
Obrigações tributárias	28.490	21.721
Obrigações com partes relacionadas	334.929	(7.637)
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	610.000	-
Outras obrigações	(559	

...continuação - TEIÚ 2 ENERGIA S/A

genheiro Abdias de Carvalho, 1111, sala 405, Bairro do Prado - CEP 50751-000, na cidade de Recife-PE. A Teiú 2 Energia S.A., juntamente com outras 10 (dez) Sociedades de Propósito Específico - SPE, é membro do Consórcio GPExpan constituído em 20.01.2015 (com efeitos retroativos a 30.04.2014), com a finalidade de construção e operação de subestação coleitora e da linha de transmissão de interesse restrito entre as SPE. A Companhia entrou em operação comercial em 20.11.2019. **2. Apresentação das demonstrações contábeis.** a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, cujas principais aplicadas estão descritas na nota explicativa 3. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 14 de fevereiro de 2020. b) **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. c) **Moeda funcional e moeda de apresentação.** Apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. d) **Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado contabilmente. Itens significativos sujeitos à estimativa incluem, entre outros, (i) a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; (ii) a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e (iii) provisão para recuperação de ativos. A liquidação das transações dessas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. **3. Resumo das principais políticas contábeis.** a) **Auração do resultado:** o resultado é apurado com base no regime de competência. Conforme comentado na Nota Explicativa 1, a Companhia é parte integrante de consórcio constituído com a finalidade de construção, operação, manutenção e uso compartilhado de subestação coleitora e da linha de transmissão de interesse entre as SPE, bem como quaisquer outras instalações, equipamentos e materiais que aproveitem indistintamente a todos os parques eólicos, em conformidade com os procedimentos do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Dessa forma, foi celebrado contrato objetivando regular a relação das consorciadas no âmbito dos contratos celebrados para construção, manutenção e operação dos bens que venham a integrar os "ativos comuns", bem como dos "ativos próprios" mas que venham, eventualmente, a interferir na operação dos "ativos comuns". Outros, o contrato regula as condições de rateio de todos os custos e despesas comuns, incluindo as administrativas, incorridas por quaisquer consorciadas em relação à implantação de todos os parques eólicos. Para tanto, foi escolhida e estabelecida uma empresa "líder do consórcio" a quem cabe, entre outros, coordenar e fiscalizar o cumprimento dos pagamentos de gastos relacionados aos contratos de ativos comuns e pelo rateio (participações proporcionais) dos pagamentos de gastos comuns. Para atendimento ao Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR por disponibilidade, que estipula que o suprimento de energia deveria ter se iniciado em 1º de setembro de 2015, a Companhia, face a sua condição de pré-operação, foi obrigada a comprar energia no "mercado de curto prazo" para dar lastro a esta condicionante contratual. **Recita de Compartilhamento de Instalações:** As empresas componentes do Consórcio, por decorrência da autorização outorgada pelo Ministério de Minas e Energia, instalaram, operam e mantêm a Subestação Coleitora de sua propriedade, localizada na Fazenda Lapa, Estrada Guirapá a Tanque - zona rural do município de Pindaré/BA ("SE GPExPAN") e demais instalações de transmissão. O acionista majoritário CHESF, indicou, por razões técnicas e jurídicas, a realização de consulta pública às empresas situadas na área coberta pelo raio de 20 Km (vinte quilômetros) da SE GPExPAN, a fim de identificar eventual interesse na utilização das mencionadas entradas de linha. Processada a consulta pública, as Eólicas PINDÁI demonstraram interesse na cessão de uso remunerada das 4 (quatro) entradas de linha da SE GPExPAN, bem como no compartilhamento dos custos de operação e manutenção das instalações compartilhadas. As Eólicas PINDÁI irão realizar as obras de implantação das suas Instalações de Conexão, arcando com os investimentos e demais custos associados, e posteriormente firmando o Termo de Transferência Não Onerosa - TTNO, para transferência dos ativos incorporados à SE GPExPAN ao GPExPAN. Assim, em 03.07.2019, foi firmado Contrato estabelecendo as condições, procedimentos, responsabilidades técnico-operacionais e comerciais que irão regular o assunto. Pela cessão de uso das Instalações Compartilhadas as Eólicas PINDÁI pagará ao GPExPAN o valor de R\$ 17.994.345 dividido da seguinte forma: a) R\$ 3.000.000 na data de assinatura do instrumento; b) R\$ 3.000.000 na data de formalização do Acordo Operativo, o qual deverá preceder a entrada do primeiro aerogerador para operação em teste; c) R\$ 5.000.000 na data de entrada em operação em teste do primeiro aerogerador de propriedade das Eólicas PINDÁI; d) R\$ 6.994.345 divididos em 10 (dez) parcelas anuais, corrigidas pela variação do IPCA verificada entre a data de assinatura do instrumento e a data do efetivo pagamento, vencendo a primeira parcela na data de entrada em operação comercial do último aerogerador de propriedade das Eólicas PINDÁI. Aos valores serão adicionados os correspondentes tributos, taxas setoriais, PIS/PASEP, COFINS, P&D, sem, contudo, se restringir a estes. A apropriação da receita por SPE obedece ao critério da potência instalada de cada uma. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros e estão registrados pelos valores de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. c) **Imobilizado:** é demonstrado ao custo de aquisição e, quando aplicável, ajustado ao valor recuperável (impairment). As depreciações são calculadas pelo método linear com base em taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. O custo dos ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. d) **Tributação:** (i) Programa de Integração Social - PIS - 1,65% sobre faturamento e 0,65% sobre receitas financeiras; (ii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS - 7,6% sobre faturamento e 4,0% sobre as receitas financeiras; (iii) Imposto de Renda e Contribuição Social - a forma de tributação adotada é a do Lucro Real. A Contribuição Social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável e o Imposto de Renda calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% nos termos da legislação em vigor. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado. e) **Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou contratual) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a

qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação. f) **Outros ativos e passivos:** um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. g) **Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo, e os de curto prazo quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. h) **Principais mudanças nas políticas contábeis:** A Companhia analisou as principais políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis anuais. Uma série de novas normas foram efetivas para exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019. Entre elas destacamos como principais: **CPC 06 (R2) - Arrendamentos** - O CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil, substituiu o CPC 06 (R1)/IAS 17 - Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso (imobilizado) e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2)/IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17. A Companhia e demais empresas do Complexo adotaram o CPC 06 (R2) retrospectivamente com efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro de 2019, somente para arrendamentos de terras com vigência superior a 12 meses a partir da adoção inicial (curto prazo). Aluguéis administrativos, por seu valor abaixo do mínimo estabelecido, não foram incluídos nesta mensuração. Anualmente os critérios serão revisados. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo, pelo reconhecimento do direito do uso dos ativos arrendados e o respectivo aumento do passivo, conforme demonstrado: **Ativo de direito de uso - Intangível** 610.000 **Passivo de arrendamento:** - Circulante 22.000 - Não circulante 588.000 610.000 **ICPC 22 - Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro:** O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer o tratamento contábil para os tributos sobre o lucro. A questão principal na contabilização dos tributos sobre o lucro é como contabilizar os efeitos fiscais atuais e futuros de (i) futura recuperação (liquidação) do valor contábil dos ativos (passivos) que são reconhecidos no balanço patrimonial da entidade; e (ii) operações e outros eventos do período atual que são reconhecidos nas demonstrações contábeis da entidade. É inerente ao reconhecimento de ativo ou passivo que a entidade espera recuperar ou liquidar o valor contábil daquele ativo ou passivo. Se for provável que a recuperação ou a liquidação desse valor contábil tornará futuros pagamentos de tributos maiores (menores) do que eles seriam se tal recuperação ou liquidação não tivessem efeitos fiscais, este Pronunciamento exige que a entidade reconheça um passivo fiscal diferido (ativo fiscal diferido), com certas limitadas exceções. A Companhia avaliou e não identificou incertezas sobre o tratamento dos tributos IRPJ e CSLL, consequentemente, não tem impacto em suas demonstrações contábeis. **4. Caixa e equivalentes de caixa** 31.12.2019 31.12.2018 Fundos de caixa 1.536 1.536 Bancos conta movimento 4.212 8.965 Aplicações financeiras 9.117.312 1.685.237 **9.123.060 1.695.738** As aplicações financeiras estão representadas por recursos aplicados, substancialmente, em fundos de investimento de renda fixa, cujas rentabilidades tendem a ser igualar à taxa DI, sem vencimento pré-determinado, podendo ser resgatados a qualquer momento pela Companhia. **5. Contas a receber:** O saldo de R\$ 292.077 em 31.12.2019, com realização no mês seguinte, é oriundo da venda de energia por atendimento ao Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR. **6. Tributos a compensar** 31.12.2019 31.12.2018 Imposto de renda retido na fonte - IRRF sem aplicações financeiras 12.409 12.394 Imposto de renda da pessoa jurídica - IRPJ 270.599 258.206 Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL 14.615 14.615 **297.623 285.215** **7. Saldos com partes relacionadas:** Conforme mencionado nas Notas Explicativas 1 e 3a), a Companhia, juntamente com outras 10 (dez) SPE é membro de consórcio constituído com a finalidade de construção, operação, manutenção e uso compartilhado de subestação coleitora e da linha de transmissão de interesse entre as SPE e, por esse motivo, incorrem em gastos comuns, que são rateados conforme contrato de compartilhamento. As operações refletem saldos assim demonstrados: **31.12.2019 31.12.2018** **• Saldo ativo** 15.624 1.365 **• Saldo passivo** 345.794 10.865 De acordo com o contrato de compartilhamento, o reembolso dos gastos ocorre mensal ou quinzenalmente mediante emissão de notas de débitos, não havendo geração de lucro ou de qualquer forma de remuneração a qualquer das partes. No saldo passivo estão incluídos R\$ 230.000 decorrente de operação de mútuo firmado com a empresa Papagaio Energia S.A. empresa membro do Consórcio GPExpan, conforme comentado na Nota Explicativa 1. As condições contratuais da operação de mútuo preveem encargos da variação da Taxa SELIC. **8. Imobilizado** 31.12.2019 31.12.2018 **Imobilizado em Serviço** Administração: Benfeitorias em propriedade de terceiros 9.325 Móveis e utensílios 3.773 Equipamentos de informática 789 **13.887** **Geração:** Máquinas e equipamentos 51.420.903

Depreciação acumulada (407.082) - 51.013.821 - **Imobilizado em Curso:** Parque eólico - Custos incorridos com serviços e aquisição de materiais - 20.097.954 Adiantamentos a fornecedores 1.597.662 27.757.166 Gastos rateados - CT. CHESF CCT 006/2016 - 39.461 - 1.597.662 47.894.581 **52.611.483 47.908.468** Os ativos imobilizados e intangíveis da administração foram transferidos (reclassificados) para a empresa líder do Consórcio, conforme comentado na Nota 3 a). A Companhia elaborou teste de Recuperabilidade de seus ativos para a data base de 31.12.2019, cujos estudos não indicaram a necessidade de se proceder ajuste ao valor registrado (impairment). **9. Obrigações tributárias** 31.12.2019 31.12.2018 PIS 5.611 39 COFINS 26.063 188 ISS Terceiros 6.470 3.454 IRRF 5.181 1.303 Retenções PIS/COFINS e CSLL 7.437 1.093 INSS Terceiros 4.091 1.009 Contribuição Social 1.765 588 ICMS - Diferencial de alíquota - 20.454 **56.618 28.128** **10. Contingências:** A Companhia está exposta a contingências de natureza cível decorrentes do curso normal de suas operações. A política de provisão adotada pela Companhia leva em consideração as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da própria Companhia, amparada na opinião de seus assessores legais. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía processos com risco de perda avaliados como provável. Os processos com probabilidade possível de perda montavam R\$ 8.456 (trabalhistas), envolvendo todas as empresas consorciadas, e R\$ 417.104 (fundárias) envolvendo algumas outras empresas do Complexo. Com possibilidade de perda possível, a Companhia é parte integrante como autora de ação ordinária onde busca revimento jurisdicional que impeça terceiros (demandados) de requerer remuneração para permitir o livre trânsito nas vias de acesso ao parque eólico em fase de implantação. Em audiência de conciliação de 25.04.2018, a Justiça Federal de 1ª Instância na Bahia, determinou depósito judicial a título de caução pela autora. O saldo do depósito está registrado no ativo circulante tendo em vista a expectativa de solução final em curto prazo. **11. Capital social;** O capital social integralizado, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está representado por ações ordinárias sem valor nominal e está assim composto:

	31.12.2019	Total	CHESF	SEQUOIA	Total	
CHESF	66.292.837	33.163	66.326.000	53.213.380	26.620	53.240.000

12. Receita operacional líquida 31.12.2019 31.12.2018 Energia de Reserva - CCEE 329.051 - Receita de compartilhamento de instalações 240.421 - Outras receitas 57 351 Tributos diretos - PIS e COFINS (52.675) **516.854 351** **13. Custo dos serviços prestados** 31.12.2019 31.12.2018 Materiais 145.409 - Serviços de terceiros 302.404 - Depreciação 407.082 **854.895** **14. Despesas operacionais** 31.12.2019 31.12.2018 Despesas gerais e administrativas: - Pessoal (434.980) (260.696) - Serviços de terceiros (295.929) (139.007) - Arrendamentos e aluguéis (22.561) (20.913) - Depreciações e amortizações (1.188) (1.172) - Demais despesas administrativas (270.328) (105.899) **(1.024.986) (527.687)** **15. Despesas operacionais - Regulatórias. a) Ressarcimento de energia** - despesa oriunda de obrigação perante o contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para garantia de entrega da energia contratada, tendo em vista o atraso na entrada em operação comercial da unidade geradora; **b) Penalidades contratuais** - despesa decorrente do descumprimento do cronograma de implantação da usina, cujo processo administrativo foi instaurado pela ANEEL. **16. Receitas (despesas) financeiras** 31.12.2019 31.12.2018 **Receitas** Renda de aplicações financeiras 69.927 55.956 PIS e COFINS sobre receitas financeiras (3.240) (2.603) Outras receitas 200 - **66.887 53.353** **Despesas** Juros (15.735) (1.002) IOF, Comissões e Taxas (22.780) (7.142) Taxas bancárias (*) (12.428) (165.569) Multas (57) (52) **(51.000) (173.765)** **15.887 (120.412)** (*) - O saldo elevado em 2018 decorre de pagamento de tarifa de análise de viabilidade econômico financeira para captação de recursos. **17. Cobertura de seguros:** A Companhia adota como política a busca de seguros cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria externa das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram objeto de exame pelos nossos auditores independentes. **18. Instrumentos financeiros:** A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros de acordo com a sua classificação. Os valores dos instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 são equivalentes aos seus valores de mercado, considerando os critérios de mensuração de cada um. Nessa data, a Companhia não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. **Técnicas de avaliação e informações utilizadas para determinação do valor justo:** • Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis. • Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis. • Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias. **Fatores de risco financeiro:** A atividade da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez. • Risco de crédito: Salvo pelas aplicações financeiras com bancos e eventuais créditos, a Companhia não possui outros saldos a receber de ter-

ceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo. • Risco de capital: A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. • Risco de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado está relacionado às taxas de juros. A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. • Risco de liquidez: A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros. • Análise de sensibilidade: A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros. **Classificação e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. • Empréstimos e recebíveis: Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa. • Passivos financeiros: São inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. Em 31 de dezembro de 2019, passivos financeiros da Companhia classificados nessa categoria compreendem as contas a pagar aos fornecedores e contas a pagar para partes relacionadas. **Sandro Inácio Carneiro da Cruz - Diretor. Rejane Costa de Lima - Contador(a) - CRC PE- 15.736-0/8.** **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** Aos Administradores da Teiú 2 Energia S.A. Recife - PE. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Teiú 2 Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Teiú 2 Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** a) A Companhia entrou em operação comercial em 20.11.2019 e as receitas de Energia de Reserva - CCEE, de apenas dois meses, e de Compartilhamento de Instalações, não foram suficientes para contraproposição aos custos dos serviços, refletindo lucro bruto negativo no exercício. A administração entende que tal fato é provisório e pontual, e que em 2020, o faturamento integral será suficiente para cobrir os custos e despesas auferindo-se lucro. b) Conforme comentado na Nota Explicativa 1 às demonstrações contábeis, a Companhia, juntamente com outras 10 (dez) Sociedades de Propósito Específico - SPE, é membro do Consórcio GPExpan, com a finalidade de construção e operação de subestação coleitora e da linha de transmissão de interesse restrito entre as SPE, cujo objeto é a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica. A Companhia possui obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais, que serão estimados a incorrer na desmontagem e remoção dos aerogeradores e obras civis, quando do término do contrato de arrendamento das terras rurais. A provisão para desmobilização de ativos imobilizados deve ser contabilizada de acordo com a NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e a ITG 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Companhia optou por constituir tal provisão quando da conclusão de todos os projetos componentes do Complexo. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou ou liquidou. • Risco de crédito: Salvo pelas aplicações financeiras com bancos e eventuais créditos, a Companhia não possui outros saldos a receber de ter-

...continuação - TEIÚ 2 ENERGIA S/A

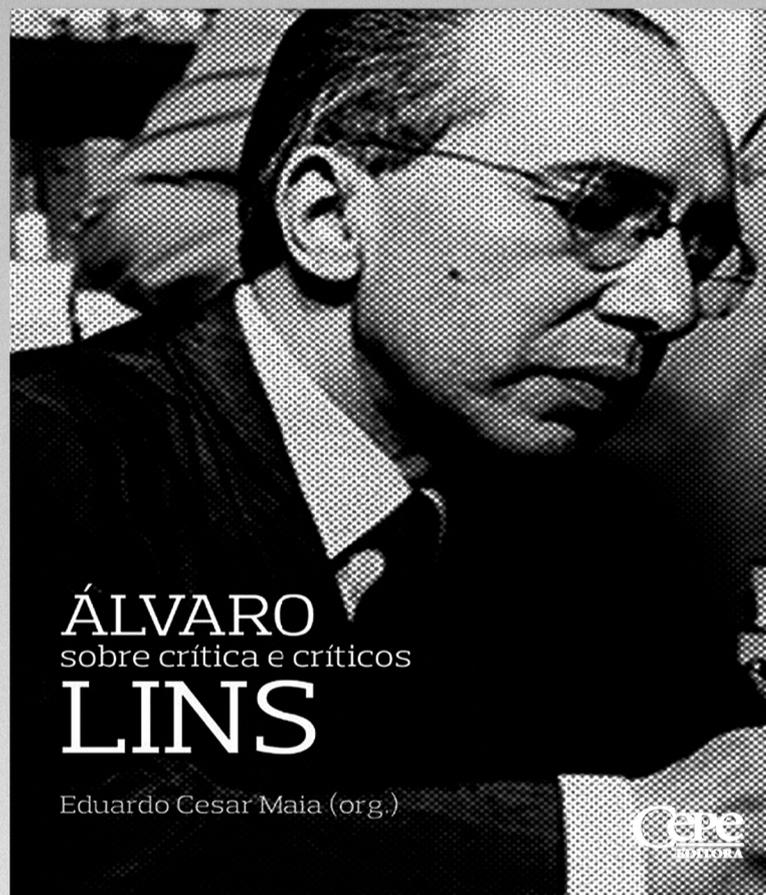
sada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se

perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas feridas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliámos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se

existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Recife - PE, 14 de fevereiro de 2019. **PHF – AUDITORES INDEPENDENTES S/S - CRC-PE – 000680/O-0. Hugo Ferreira da Silva Júnior - Contador – CRC-PE – 0011620/O.**

O poder da crítica

Ocupante da cadeira 17 da Academia Brasileira de Letras, Álvaro Lins (Caruaru, 14 de dezembro de 1912 – Rio de Janeiro, 04 de junho de 1970) foi um homem versátil e incansável, exercendo as atividades de jornalista, diplomata, historiador, professor, pesquisador, ensaísta, político e crítico cultural. Em comemoração ao centenário de nascimento deste que foi um dos maiores críticos literários do Brasil, a Cepe Editora lança o livro *Sobre crítica e críticos*, organizado pelo jornalista Eduardo Cesar Maia.



Pedidos pelo 0800 081 1201
editora.cepe.com.br

Cepe
 EDITORA

TAMANDUÁ MIRIM 2 ENERGIA S/A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO: Com eficiência e foco nos resultados, a Tamandua Mirim 2 Energia S.A. realizou grandes feitos no exercício de 2019. Dentre outros dos grandes desafios enfrentados, destaca para a entrada em operação comercial do Parque Eólico, principal objetivo da sociedade, que deverá gerar resultados econômicos, financeiros e sociais bastante positivos em 2020 e nos exercícios seguintes. Em conformidade com as diretrizes de suas acionistas, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf e Sequoia Capital Ltda, a Tamandua Mirim 2 Energia S.A realiza seus investimentos, prioritariamente, no segmento de energias renováveis, por se tratar de uma fonte de energia limpa com impactos altamente positivos para o meio ambiente. Suas instalações se encontram localizadas em uma região com expressivo potencial de aproveitamento eólico, com excelentes perspectivas de consolidação da meta estabelecida no seu plano estratégico para a geração e comercialização de energia eólica. A expectativa é muito positiva em termos de novas conquistas em 2020, certo de sua contribuição para o desenvolvimento do Setor Elétrico e do Brasil, especialmente no que diz respeito à consolidação de uma matriz energética com base em fontes limpas e renováveis. Também em 2020, com a consolidação do início de seu processo de geração e comercialização de energia, os resultados financeiros para os próximos exercícios deverão ser positivos possibilitando, assim, o início do retorno dos capitais investidos por seus acionistas. **1. PERFIL DA EMPRESA:** A Tamandua Mirim 2 Energia S. A. é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE, por ações de capital fechado, constituída pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf (83,01%) e pela Sequoia Capital Ltda (16,99%), cujo objetivo é a estruturação, o desenvolvimento, a implantação e a exploração de energia elétrica por fonte eólica. A comercialização de sua energia é na modalidade de Produtor Independente de Energia Elétrica – PIE, para a qual a outorga da Central Geradora Eólica EOL Tamandua Mirim 2, no município de Pindai, no estado da Bahia, com potência total de 16,0 MW, foi autorizada pelo Poder Concedente por meio da Portaria MME nº 286 de 20 de junho de 2014. Sua sede está localizada na Av. Engenheiro Abdias de Carvalho, nº 1111, 4º andar, sala 405, no bairro Prado, na cidade de Recife, estado de Pernambuco. A Tamandua Mirim 2 Energia S. A., juntamente com outras 10 (dez) Sociedades de Propósito Específico – SPE, é membro do Consórcio GPExpan, com a finalidade de construção e operação de subestação coletores e da linha de transmissão de interesse restrito entre as SPE. Com uma estrutura organizacional compartilhada com as demais sociedades que compõem o Consórcio GPExpan, tem um quadro operacional adequado ao cenário de negócio atual e focado no melhor desempenho de implantação e operação de suas instalações. **2. NOSSO NEGÓCIO:** Com um modelo operacional integrado e compartilhado com outras SPEs integrantes do Consórcio GPExpan, a Companhia estrutura e executa a implementação dos projetos, e consequentemente assume a operação e manutenção dos parques. Nesse contexto, o Parque Eólico é composto atualmente por 08 (oito) aerogeradores, com capacidade unitária de 2MW e potencial de geração anual certificada de 57.400,0 MWh. Participante do leilão 18º LEN (10/2013), tem contrato firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE de 7,2 MW médios, por meio de tarifa regulada e corrigida pelo IPCA. Com a conclusão das inversões físicas previstas para o Projeto, a empresa tem como meta principal a geração e comercialização de energia nos patamares previstos em seus orçamentos. O exercício de 2020 se apresenta como o marco da consolidação dos processos de geração e comercialização da energia, com reflexos positivos importantes na geração de caixa e de resultados econômicos e financeiros para a Companhia. **3. GESTÃO CORPORATIVA:** A gestão da Companhia conta com a seguinte estrutura: Assembleia Geral dos Acionistas; Conselho de Administração; e Diretoria. Cada um desses órgãos tem o seu papel e responsabilidades claramente definidos, garantindo o respeito às normas e regulamentos internos e à legislação vigente no país, sempre buscando adotar as melhores práticas de mercado e os mais elevados níveis de governança corporativa. A Assembleia Geral, instância máxima de decisão da Companhia, delibera sobre os assuntos mais relevantes para a Companhia, emitindo recomendações para o Conselho de Administração. A reunião anual da Assembleia ocorre até o quarto primeiro mês após o término do exercício social e com participação exclusiva dos acionistas ou seus representantes devidamente constituídos. **3.2. Conselho de Administração:** O Conselho de Administração (CA), atuando em sintonia com as estratégias estabelecidas pelos acionistas, é responsável por administrar a Companhia, estabelecendo diretrizes, planos e metas e monitorando os resultados alcançados, bem como a performance da Diretoria Executiva. As reuniões do Conselho são realizadas mensalmente ou extraordinariamente, quando necessário. A atuação do Conselho envolve a análise de cenários riscos e oportunidades relevantes, a fim de proteger o patrimônio da Companhia e assegurar a maximização dos recursos aplicados pelos acionistas.

Composição do Conselho de Administração

Titular	Suplente	Indicação
-	Eduardo Boudoux Jatobá	Chesf
Armando José Pereira de Barros	Ângelo Coelho de Andrade	Chesf
Sérgio Sarquis Atlíe	Frederico Junqueira de Andrade Prado	Sequoia

3.3. Diretoria Executiva: A execução das diretrizes de negócios e a gestão das atividades operacionais, em conformidade com as definições do Conselho de Administração, estão a cargo da Diretoria, que deve ainda garantir que os processos decisórios sejam organizados adequadamente, sendo responsável por assegurar o correto funcionamento da Companhia.

Composição da Diretoria

Nome	Cargo	Data 1ª eleição	Prazo do Mandato	Término do Mandato
Humberto Maribondo de Moraes	Diretor Técnico	24/10/2018	07/05/2020	09/10/2019
Ricardo José Jucá Pimentel	Diretor Financeiro - administrativo	01/11/2017	07/05/2020	09/10/2019
Denilson Veronese da Costa	Diretor Financeiro - administrativo	15/10/2019	07/05/2020	23/12/2019
Sandro Inácio Carneiro Cruz	Diretor Técnico	15/10/2019	07/05/2020	Em exercício

3.4. Governança Interna: Objetivando estruturar a empresa nos aspectos de governança corporativa, de acordo com as melhores práticas, foi instituída a função de Governança corporativa e controladoria com as seguintes atribuições: • aprimorar os processos de controles para redução dos riscos e monitorar o cumprimento de planos de ação definidos junto às áreas envolvidas; • disseminar a cultura de controles internos e de gestão de riscos na Companhia; • coordenar a realização de estudos de possibilidades para cumprimento das obrigações financeiras pela própria SPE, incluindo a análise detalhada do fluxo de caixa, redução de custos e novas captações; • dotar a alta administração com informações estratégicas nos temas de integridade corporativa (Compliance), de gestão de riscos corporativos e do ambiente de controle internos; • coordenar o encaminhamento das informações financeiras para os acionistas, permitindo a avaliação e consistência entre as premissas e os resultados apresentados pela SPE; • monitorar o cumprimento dos prazos e assegurar a conformidade do atendimento às demandas internas e externas; • revisar o conteúdo dos documentos relativos ao Plano Negócios da SPE; • implementar na SPE o fluxo e a análise prévia das matérias passíveis de aprovações na governança dos acionistas e seus controladores; • analisar a documentação interna para aprovação de matérias na Diretoria e no Conselho da SPE. **4. PLANEJAMENTO EMPRESARIAL:** O Planejamento Empresarial é um processo dinâmico, que envolve a constante avaliação dos fatores internos e externos que influenciam o desempenho empresarial e a consequente adequação dos objetivos estratégicos, visando a aprimorar a gestão e atingir as metas e resultados propostos. A fim de consolidar o Planejamento Empresarial da Companhia, em outubro de 2019, foi aprovado pelos acionistas e Conselho de Administração a Revisão do Plano de Negócio. Esse Plano está focado nos 3 (três) processos mais importantes da Companhia, quais sejam: Geração; Transmissão; e Comercialização de Energia. Regularmente, a Companhia efetua reuniões de monitoramento de desempenho dos indicadores de realização orçamentária. **4.1. Geração:** Tamandua Mirim 2 Energia S.A entrou em operação teste a partir de junho de 2019 e em operação comercial na data 14/11/2019, conforme o despacho da ANEEL 3.175/2019. Em 2019 a SPE gerou 19.900,0 MWh (sendo 14.700,0 MWh em teste e 5.200,0 MWh em comercial), equivalente a 31,55% do montante anual contratado. Com uma garantia física de 7,4 MW médios, conforme portaria 286/2014 do MME, tem um Contrato para fornecimento e comercialização de energia no ambiente regulado de 63.072,0 MWh por ano, até o ano de 2035. **4.2. Transmissão:** O sistema de transmissão é composto pelo sistema de interligação em média tensão (34,5kV), com uma extensão de 12.752m, dos aerogeradores até a Subestação Coletores/Elevadora de 34,5/230kV. Em complemento e por meio de uma Linha de Transmissão em 230kV, com extensão de 3.435m, o parque eólico se conecta ao Sistema Interligado Nacional – SIN através da ICG – PND, Subestação Pindai II, da concessionária Chesf. **5. GESTÃO SOCIAL E AMBIENTAL:** Os programas socioambientais desenvolvidos pela Companhia e as demais SPE que compõem o Consórcio GPExpan, ao longo dos quase cinco anos de implantação, atingiram diretamente cerca de 10.000 pessoas, por meio dos programas desenvolvidos, sendo:

curiosos; palestras; debates; campanhas ambientais; campanhas de preservação patrimonial; campanhas de segurança no trânsito; programa de sinalização das vias de acesso; e, oficinas de formação profissional. Os empreendimentos conseguiram gerar cerca de 2.100 postos de trabalhos diretos e 4.000 postos indiretos. Com uma estratégia de construção focada no menor impacto ambiental, as principais atividades de montagem do parque foram retomadas e concluídas neste ano de 2019. Com pontos de estocagem em locais estratégicos dentro da logística de implantação, os equipamentos foram transportados gerando o menor impacto para as comunidades, tanto sob o aspecto de emissão de particulados, como também para a segurança de uso das vias. Em 2019, também foram desenvolvidas todas as demais atividades exigidas pela Licença de Instalação – LI, ora estabelecida pelo INEMA, por meio da Portaria no 9.633/2015. Em 09/08/2019, foi obtida a Licença de Operação por meio da Portaria Inema nº 18.908/2019, com prazo de validade até 09/08/2024 e com previsão de renovações sucessivas em conformidade com a legislação e sinergia com a vigência da outorga de autorização. Os Programas Ambientais exigidos na etapa de Operação do empreendimento continuarão a ser desenvolvidos durante o período de operação da central eólica, conforme os condicionantes ambientais solicitadas na referida Portaria do Inema.

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6.1. Balanço Patrimonial

RELATÓRIO AUDITADO TAMANDUÁ 2	Equivalência Patrimonial		
	TAMANDUÁ 2		
	CHESF 83,01%	SEQUOIA 16,99%	TAMANDUÁ 2 100,00%
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4.761.557	3.952.568	808.989
Contas a receber	61.160	50.769	10.391
Tributos e contribuições sociais a compensar	1.298.732	1.078.077	220.655
Desp. antecip. - Prêmios de seguros	17.535	14.556	2.979
Demais ativos circulantes	17.014	14.123	2.891
Créditos com partes relacionadas	25.505	-	-
Depósitos judiciais e cauções	298.931	248.143	50.788
	6.480.434	5.358.237	1.096.692
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobiliz. em serviço - Administração	-	-	-
Imobil. em serviço - Ger. de energia	108.921.958	90.416.117	18.505.841
Imobilizado em andamento - curso	2.046.006	1.698.390	347.616
Intangível	1.135.000	942.164	192.837
	112.102.964	93.056.670	19.046.294
TOTAL DO ATIVO	118.583.398	98.414.907	20.142.986
PASSIVO E PATRIMÔN. LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores e contas a pagar	1.404.713	1.166.052	238.661
Obrigações tributárias	93.521	77.632	15.889
Obrigações com partes relacionadas	152.883	-	-
Arrendamentos	41.000	34.034	6.966
Demais passivos circulantes	51.106	42.423	8.683
	1.743.223	1.320.141	270.199
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Arrendamentos	1.094.000	908.129	185.871
	1.094.000	908.129	185.871
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social integralizado	129.003.417	107.085.736	21.917.681
Reserva de lucros	-	-	-
Prejuízos acumulados	(13.257.242)	(10.899.100)	(2.230.764)
	115.746.175	96.186.636	19.686.917
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	118.583.398	98.414.907	20.142.986

6.2. Demonstração de Resultados

RELATÓRIO AUDITADO TAMANDUÁ 2	Equivalência Patrimonial		
	TAMANDUÁ 2		
	CHESF 83,01%	SEQUOIA 16,99%	TAMANDUÁ 2 100,00%
Receita operacional líquida			
Receita de operação com energia	2.458.982	2.041.201	417.781
Receita de compartilhamento de instalações	480.841	399.146	81.695
Outras receitas	29.235	24.268	4.967
Tributos diretos - PIS e COFINS	(271.934)	(225.732)	(46.202)
	2.697.124	2.238.883	458.241
Custo dos Serviços Prestados			
Materiais	(45.801)	(38.019)	(7.782)
Serviços de Terceiros	(711.643)	(590.735)	(120.908)
Depreciação	(869.180)	(721.506)	(147.674)
Arrendamentos e Aluguéis	(28.860)	(23.957)	(4.903)
Recuperação de despesas	1.386.374	1.150.829	235.545
	(269.110)	(223.388)	(45.722)
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas:			
- PESSOAL	(871.010)	(723.025)	(147.985)
- SERVIÇOS DE TERCEIROS	(466.148)	(386.949)	(79.199)
- ARRENDAMENTOS E ALUGUÉIS	(55.857)	(46.367)	(9.490)
- DEPRECIACIONES E AMORTIZAÇÕES	(1.986)	(1.649)	(337)
- DEMAIS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(510.007)	(423.357)	(86.650)
Outras receitas	-	-	-
	(1.905.008)	(1.581.347)	(323.661)
Despesas regulatórias:			
- SUPRIMENTO DE ENERGIA	(2.482.412)	(2.060.650)	(421.762)
- PENALIDADES CONTRATUAIS	-	-	-
	(2.482.412)	(2.060.650)	(421.762)
Resultado financeiro			
Receitas	186.007	154.404	31.603
Despesas	(43.395)	(36.022)	(7.373)
	142.612	118.382	24.230
Prejuízo do exercício	(1.816.794)	(1.508.121)	(308.673)
Prejuízo por ação – R\$	-0,01	(0,01)	(0,01)

Notas da Administração: Nota 1: A Companhia tem a expectativa de recebimento de créditos retidos na CCEE na ordem aproximada de R\$ 3,8 milhões, cujo reconhecimento foi confirmado em fevereiro/2020 por parte da CCEE e a evolução das discussões estão associadas ao equacionamento da inadimplência do setor, decorrente de fatores externos à gestão da SPE. Nota 2: A companhia encerrou o exercício de 2019 com disponibilidades da ordem de R\$ 4,7 milhões. Esses recursos irão fazer face aos compromissos em negociação final junto aos fornecedores, decorrentes da execução da implantação do parque eólico. Em função das incertezas na discussão dos valores, estas despesas serão consideradas nas demonstrações financeiras do primeiro trimestre de 2020. **6.3. Auditores Independentes:** Nos termos da Instrução CVM nº 381 a SPE firmou contrato com a PHF – Auditores Independentes S/S para prestação do serviço de auditoria das demonstrações financeiras da empresa, conforme parecer em anexo 01 (um). **6.4. Demonstrações Financeiras:** Segue no anexo 02 (dois) o relatório das demonstrações financeiras realizada através da contabilidade.

Recife, 23 de março de 2020

A Administração

Sandro Inácio Carneiro da Cruz
Diretor

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)

Nota Explicativa	31.12.2019		31.12.2018	
ATIVO				
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.761.557	5.910.946	
Contas a receber	5	61.160	70.154	
Tributos a compensar	6	1.298.732	433.235	
Despesas antecipadas - Prêmios de seguros		17.535	5.741	
Demais ativos circulantes		17.014	7.327	
Créditos com partes relacionadas	7	25.505	2.730	
Depósitos judiciais e cauções	10	298.931	288.232	
		6.480.434	6.718.365	

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Imobilizado	8	110.967.964	100.831.706
Intangível	3 h) e 8	1.135.000	2.804.924
		112.102.964	103.636.630
		118.583.398	110.354.995

TOTAL DO ATIVO

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores		1.404.713	1.545.877
Obrigações tributárias	9	93.521	519.947
Obrigações com partes relacionadas	7	152.883	38.818
Arrendamentos	3 h)	41.000	-
Demais passivos circulantes		51.106	4.986
		1.743.223	2.109.628

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Arrendamentos	3 h)	1.094.000	-
---------------	------	-----------	---

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social	11	129.003.417	119.685.815
Prejuízos acumulados		(13.257.242)	(11.440.448)
		115.746.175	108.245.367
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		118.583.398	110.354.995

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM

Nota Explicativa	31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em reais)		
	31.12.2019	31.12.2018	
Receita operacional líquida	3a) e 12	2.697.124	4.234.531
Custos dos serviços	13	(269.110)	-
Lucro bruto		2.428.014	4.234.531
Despesas gerais e administrativas	3a) e 14	(1.905.008)	(962.661)
Despesas regulatórias	15	(2.482.412)	(13.713.614)
		(4.387.420)	(14.676.275)
		(1.959.406)	(10.441.744)
Resultado financeiro	16		
Receitas		186.007	80.212
Despesas		(43.395)	(275.865)
		142.612	(195.653)
Prejuízo do exercício		(1.816.794)	(10.637.397)
Prejuízo por ação – R\$		(0,01)	(0,09)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS

Nota Explicativa	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)		
	31.12.2019	31.12.2018	
Prejuízo do exercício		(1.816.794)	(10.637.397)
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente do exercício		(1.816.794)	(10.637.397)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS

	FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em reais)			
	Capital	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 dez. 2017	98.720.000	-	(803.051)	97.916.949
Aumento de capital	23.200.000	(2.234.185)	-	20.965.815
Prejuízo do exercício	-	-	(10.637.397)	(10.637.397)
Saldos em 31 dez. 2018	121.920.000	(2.234.185)	(11.440.448)	108.245.367
Aumento de capital	11.020.000	(1.702.398)	-	9.317.602
Prejuízo do exercício	-	-	(1.816.794)	(1.816.794)
Saldos em 31 dez. 2019	132.940.000	(3.936.583)	(13.257.242)	115.746.175

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM

	31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em reais)	
	31.12.2019	31.12.2018
Atividades operacionais		
Resultado do exercício		(1.816.794)
Ajustes		

...continuação - TAMANDUÁ MIRIM 2 ENERGIA S/A

panhia entrou em operação comercial em 14.11.2019. **2. Apresentação das demonstrações contábeis. a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, cujas principais aplicadas estão descritas na nota explicativa 3. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 14 de fevereiro de 2020. **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. **d) Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado contabilmente. Itens significativos sujeitos à estimativa incluem, entre outros, (i) a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; (ii) a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e (iii) provisão para recuperação de ativos. A liquidação das transações dessas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. **3. Resumo das principais políticas contábeis. a) Apuração do resultado:** o resultado é apurado com base no regime de competência. Conforme comentado na Nota Explicativa 1, a Companhia é parte integrante do consórcio constituído com a finalidade de construção, operação, manutenção e uso compartilhado de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse entre as SPE, bem como quaisquer outras instalações, equipamentos e materiais que aproveitem indistintamente a todos os parques eólicos, em conformidade com os procedimentos do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Dessa forma, foi celebrado contrato objetivando regular a relação das consorciadas no âmbito dos contratos celebrados para construção, manutenção e operação dos bens que venham a integrar os "ativos comuns", bem como dos "ativos próprios," mas que venham, eventualmente, a interferir na operação dos "ativos comuns". Outrossim, o contrato regula as condições de rateio de todos os custos e despesas comuns, incluindo as administrativas, incorridas por quaisquer consorciadas em relação à implantação de todos os parques eólicos. Para tanto, foi escolhida e estabelecida uma empresa "líder do consórcio" a quem cabe, entre outros, coordenar e fiscalizar o cumprimento dos pagamentos de gastos relacionados aos contratos de ativos comuns e pelo rateio (participações proporcionais) dos pagamentos de gastos comuns. Para atendimento a Cláusula 3ª do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR por disponibilidade, que estipula que o suprimento de energia deveria ter se iniciado em 1º de maio de 2018, a Companhia, face a sua condição de pré-operação, foi obrigada a comprar energia no "mercado de curto prazo" para dar lastro a esta condicionante contratual. **Receita de Compartilhamento de Instalações:** As empresas componentes do Consórcio, por decorrência da autorização outorgada pelo Ministério de Minas e Energia, instalaram, operam e mantêm a Subestação Coletora de sua propriedade, localizada na Fazenda Lapa, Estrada Guirapá a Tanque - zona rural do município de Pindaré/BA ("SE GPEXPAN") e demais instalações de transmissão. O acionista majoritário CHESF, indicou, por razões técnicas e jurídicas, a realização de consulta pública às empresas situadas na área coberta pelo raio de 20 Km (vinte quilômetros) da SE GPEXPAN, a fim de identificar eventual interesse na utilização das mencionadas entradas de linha. Processada a consulta pública, as Eólicas PINDARÉ demonstraram interesse na cessão de uso remunerada das 4 (quatro) entradas de linha da SE GPEXPAN, bem como no compartilhamento dos custos de operação e manutenção das instalações compartilhadas. As Eólicas PINDARÉ irão realizar as obras de implantação das suas Instalações de Conexão, armando com os investimentos e demais custos associados, e posteriormente firmando o Termo de Transferência Não Onerosa - TTNO, para transferência dos ativos incorporados à SE GPEXPAN ao GPEXPAN. Assim, em 03.07.2019, foi firmado Contrato estabelecendo as condições, procedimentos, responsabilidades técnico-operacionais e comerciais que irão regular o assunto. Pela cessão de uso das Instalações Compartilhadas as Eólicas PINDARÉ pagarão ao GPEXPAN o valor de R\$ 17.994.345 dividido da seguinte forma: a) R\$ 3.000.000 na data de assinatura do instrumento; b) R\$ 3.000.000 na data de formalização do Acordo Operativo, o qual deverá preceder a entrada do primeiro aerogerador para operação em teste; c) R\$ 5.000.000 na data de entrada em operação em teste do primeiro aerogerador de propriedade das Eólicas PINDARÉ; d) R\$ 6.994.345 divididos em 10 (dez) parcelas anuais, corrigidas pela variação do IPCA verificada entre a data de assinatura do instrumento e a data do efetivo pagamento, vencendo a primeira parcela na data de entrada em operação comercial do último aerogerador de propriedade das Eólicas PINDARÉ. Aos valores serão adicionados os correspondentes tributos, taxas setoriais, PIS/PASEP, COFINS, P&D, sem, contudo, se restringir a estes. A apropriação da receita por SPE obedece ao critério da potência instalada de cada uma. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros e estão registrados pelos valores de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **c) Imobilizado:** é demonstrado ao custo de aquisição e, quando aplicável, ajustado ao valor recuperável (impairment). As depreciações são calculadas pelo método linear com base em taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. O custo dos ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. **d) Tributação:** (i) Programa de Integração Social - PIS - 1,65% sobre faturamento e 0,65% sobre receitas financeiras; (ii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS - 7,6% sobre faturamento e 4,0% sobre as receitas financeiras; (iii) Imposto de Renda e Contribuição Social - a forma de tributação adotada é a do Lucro Real. A Contribuição Social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável e o Imposto de Renda calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% nos termos da legislação em vigor. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado. **e) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação. **f) Outros ativos e passivos:** um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia

e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **g) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo, e os de curto prazo quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. **h) Principais mudanças nas políticas contábeis:** A Companhia analisou as principais políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis anuais. Uma série de novas normas foram efetivas para exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019. Entre elas destacamos como principais: **CPC 06 (R2) – Arrendamentos** - O CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil, substituiu o CPC 06 (R1)/IAS 17 – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2)/IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17. A Companhia e demais empresas do Complexo adotaram o CPC 06 (R2) retrospectivamente com efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro de 2019, somente para arrendamentos de terras com vigência superior a 12 meses a partir data da adoção inicial (curto prazo). Aluguéis administrativos, por seu valor abaixo do mínimo estabelecido, não foram incluídos nesta mensuração. Anualmente os critérios serão reavaliados. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo, pelo reconhecimento do direito de uso dos ativos arrendados e o respectivo aumento do passivo, conforme demonstrado a seguir:

Ativo de direito de uso – Intangível 1.135.000

Passivo de arrendamento:

- Circulante 41.000
- Não circulante 1.094.000
- 1.135.000**

ICPC 22 – Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro: O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer o tratamento contábil para os tributos sobre o lucro. A questão principal na contabilização dos tributos sobre o lucro é como contabilizar os efeitos fiscais atuais e futuros de (i) futura recuperação (liquidação) do valor contábil dos ativos (passivos) que são reconhecidos no balanço patrimonial da entidade; e (ii) operações e outros eventos do período atual que são reconhecidos nas demonstrações contábeis da entidade. É inerente ao reconhecimento de ativo ou passivo que a entidade espera recuperar ou liquidar o valor contábil daquele ativo ou passivo. Se for provável que a recuperação ou a liquidação desse valor contábil tomará futuros pagamentos de tributos maiores (menores) do que eles seriam se tal recuperação ou liquidação não tivesse efeitos fiscais, esse Pronunciamento exige que a entidade reconheça um passivo fiscal diferido (ativo fiscal diferido), com certas limitadas exceções. A Companhia avaliou e não identificou incertezas sobre o tratamento dos tributos IRPJ e CSLL, consequentemente, não tem impacto em suas demonstrações contábeis.

	31.12.2019	31.12.2018
4. Caixa e equivalentes de caixa	31.12.2019	31.12.2018
Fundos de caixa	2.208	2.208
Bancos conta movimento	2.877	2.574
Aplicações financeiras	4.756.472	5.906.164
	4.761.557	5.910.946
As aplicações financeiras estão representadas por recursos aplicados, substancialmente, em fundos de investimento de renda fixa, cujas rentabilidades tendem a ser igualar à taxa DI, sem vencimento pré-determinado, podendo ser resgatados a qualquer momento pela Companhia.		
5. Contas a receber: O saldo de R\$ 61.160 em 31.12.2019 (R\$ 70.154 em 31.12.2018), é oriundo da venda de energia por atendimento à Cláusula 3ª do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, conforme comentado na Nota Explicativa 3a).		
6. Tributos a compensar	31.12.2019	31.12.2018
PIS	129.739	-
COFINS	597.581	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF sem aplicações financeiras	40.873	15.989
Imposto de renda da pessoa jurídica - IRPJ	453.526	370.417
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	71.713	46.829
INSS	5.300	-
	1.298.732	433.235
7. Saldos com partes relacionadas: Conforme mencionado nas Notas Explicativas 1 e 3a), a Companhia, juntamente com outras 10 (dez) SPE é membro de consórcio constituído com a finalidade de construção, operação, manutenção e uso compartilhado de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse entre as SPE e, por esse motivo, incorrer em gastos comuns, que são rateados conforme contrato de compartilhamento. As operações refletem saldos assim demonstrados:		
	31.12.2019	31.12.2018
• Saldo ativo	25.505	2.730
• Saldo passivo	152.883	38.818
De acordo com o contrato de compartilhamento, o reembolso dos gastos ocorre mensal ou quinzenalmente mediante emissão de notas de débitos, não havendo geração de lucro ou de qualquer forma de remuneração a qualquer das partes.		
8. Imobilizado	31.12.2019	31.12.2018
Imobilizado em Serviço		
Administração:		
Benefícios em propriedade de terceiros	-	18.612
Móveis e utensílios	-	7.556
Equipamentos de informática	-	2.799
	-	28.967
Geração:		
Máquinas e equipamentos	109.791.138	-
Depreciação acumulada	(869.180)	-
	108.921.958	-
Imobilizado em Curso:		
Parque eólico - Custos incorridos com serviços e aquisição de materiais	-	42.071.019
Adiantamentos a fornecedores	2.046.006	58.652.796

Gastos rateados - CT. CHESF CCT 006/2016 - Instal.de conexão à SE Pindaré II - PND - 78.924

2.046.006 100.802.739

110.967.964 100.831.706

Os ativos imobilizados e intangíveis da administração foram transferidos (reclassificados) para a empresa líder do Consórcio, conforme comentado na Nota 3 a). A Companhia elaborou teste de Recuperabilidade de seus ativos para a data base de 31.12.2019, cujos estudos não indicaram a necessidade de se proceder ajuste ao valor registrado (impairment).

	31.12.2019	31.12.2018
9. Obrigações tributárias	31.12.2019	31.12.2018
PIS	9.901	77.102
COFINS	45.728	355.061
ISS Terceiros	7.671	26.365
Imposto de Renda retido na Fonte - Terceiros	8.051	8.026
Contribuição social	3.129	1.900
INSS Terceiros	7.463	15.775
Retenções PIS/COFINS e CSLL	11.578	1.937
ICMS - Diferencial de Alíquota	-	33.781
	93.521	519.947
10. Contingências: A Companhia está exposta a contingências de natureza civil decorrentes do curso normal de suas operações. A		
	31.12.2019	31.12.2018
	CHESF	CHESF
	SEQUOIA	SEQUOIA
	Total	Total
• Capital subscrito	110.354.388	132.940.000
• Capital a integralizar	-	(3.936.583)
	110.354.388	129.003.417
	101.206.686	101.206.686
	20.713.314	20.713.314
	(2.234.185)	(2.234.185)
	18.479.129	119.685.815
12. Receita operacional líquida		
Receita de geração de energia	2.458.982	4.665.943
Receita de compartilhamento de instalações	480.841	-
Outras receitas	29.235	188
Tributos diretos - PIS e COFINS	(271.934)	(431.600)
	2.697.124	4.234.531
13. Custo dos serviços prestados		
	31.12.2019	31.12.2018
Materiais	45.801	-
Serviços de terceiros	711.643	-
Arrendamentos e aluguéis	28.860	-
Depreciação	869.180	-
	1.655.484	-
(-) Recuper. de crédito PIS/COFINS (*)	(1.386.374)	-
	269.110	-
(*) - Por ter entrado em operação comercial em 2019, a Companhia procedeu à revisão das apurações desses tributos em anos anteriores, tendo constatado não ter se beneficiado de crédito fiscal referente à compra de energia.		
14. Despesas operacionais	31.12.2019	31.12.2018
Despesas gerais e administrativas:		
- Pessoal	871.010	521.493
- Serviços de terceiros	466.148	216.932
- Arrendamentos e aluguéis	55.857	46.755
- Depreciações e amortizações	1.986	2.152
- Demais despesas administrativas	510.007	175.329
	1.905.008	962.661
15. Despesas operacionais - Regulatórias		
Compra de energia:	31.12.2019	31.12.2018
- Garantia contratual (a)	2.481.976	2.566.563
- Lastro de leilão A-5 CCEAR (b)	-	11.146.431
	2.481.976	13.712.994
	436	620
	2.482.412	13.713.614
(a) - Despesa oriunda de obrigação perante o contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para garantia de entrega da energia contratada, tendo em vista o atraso na entrada em operação comercial da unidade geradora. (b) - Compra de energia no "mercado de curto prazo" para dar lastro à Cláusula 3ª do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, conforme comentado na Nota Explicativa 3a). c) - Despesa decorrente do descumprimento do cronograma de implantação da usina, cujo processo administrativo foi instaurado pela ANEEL.		
16. Receitas (despesas) financeiras	31.12.2019	31.12.2018
Receitas		
Renda de aplicações financeiras	194.472	83.208
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(8.531)	(3.767)
Outras receitas	66	771
	186.007	80.212
Despesas		
IOF, Comissões e Taxas	(13.560)	(15.976)
Taxas bancárias (*)	(12.394)	(257.165)
Juros	(4.895)	(1.830)
Multas	(12.546)	(894)
	(43.395)	(275.865)
	142.612	(195.653)
(*) - O saldo elevado em 2018 decorre de pagamento de tarifa de análise de viabilidade econômica financeira para captação de recursos. 17. Cobertura de seguros: A Companhia adota como política a busca de seguros cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria externa das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram objeto de exame pelos nossos auditores independentes. 18. Instrumentos financeiros: A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros de acordo com a sua classificação. Os valores dos instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 são equivalentes aos seus valores de mercado, considerando os critérios de mensuração de cada um. Nessa data, a Companhia não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. Técnicas de avaliação e informações utilizadas para determinação do valor justo: Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis. • Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis. • Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias. Fatores de risco financeiro: A atividade da Companhia expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez. • Risco de crédito: Salvo pelas aplicações financeiras com bancos e eventuais créditos, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados. • Risco de mercado e risco de liquidez: Salvo pelos projetos componentes do Complexo. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Risco de mercado. A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando		

política de provisão adotada pela Companhia leva em consideração as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da própria Companhia, amparada na opinião de seus assessores legais. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía processos com risco de perda avaliados como provável. Os processos com probabilidade possível de perda montavam R\$ 8.456 (trabalhistas), envolvendo todas as empresas consorciadas, e R\$ 417.104 (fundárias) envolvendo algumas outras empresas do Complexo. Com possibilidade de perda possível, a Companhia é parte integrante como autora de ação ordinária onde busca provimento jurisdicional que impeça terceiros (demandados) de requererem remuneração para permitirem o livre trânsito nas vias de acesso ao parque eólico em fase de implantação. Em audiência de conciliação de 25.04.2018, a Justiça Federal de 1ª Instância na Bahia, determinou depósito judicial a título de caução pela autora. O saldo do depósito está registrado no ativo circulante tendo em vista a expectativa de solução final em curto prazo.

11. Capital social: O capital social integralizado, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está representado por ações ordinárias sem valor nominal e está assim composto:

	31.12.2019	31.12.2018
	CHESF	CHESF
	SEQUOIA	SEQUOIA
	Total	Total
a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado está relacionado às taxas de juros. A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. • Risco de liquidez: A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros. • Análise de sensibilidade: A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros. Classificação e mensuração: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. • Empréstimos e recebíveis: Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber. • Passivos financeiros: São inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. Em 31 de dezembro de 2019, passivos financeiros da Companhia classificados nessa categoria compreendem as contas a pagar aos fornecedores e contas a pagar para partes relacionadas. Sandro Inácio Carneiro da Cruz - Diretor. Rejane Costa de Lima - Contador(a) - CRC PE- 15.736/O/8.		

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

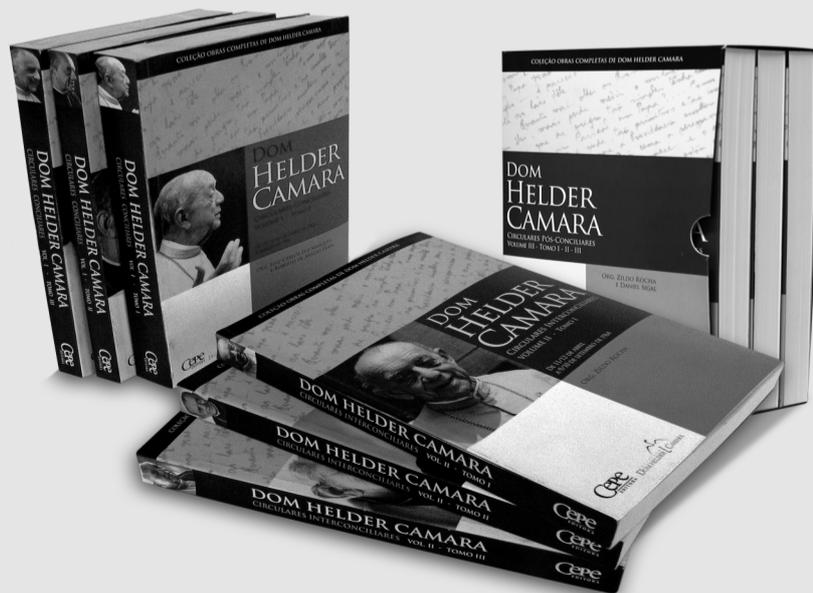
Aos Administradores da **Tamanduá Mirim 2 Energia S.A. Recife - PE. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme comentado na Nota Explicativa 1 às demonstrações contábeis, a Companhia, juntamente com outras 10 (dez) Sociedades de Propósito Específico - SPE, é membro do Consórcio GPEXPAN, com a finalidade de construção e operação de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse restrito entre as SPE, cujo objeto é a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica. A Companhia possui obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais, que serão estimados a incorrer na desmontagem e remoção dos aerogeradores e obras civis, quando do término do contrato de arrendamento das terras rurais. A provisão para desmobilização de ativos imobilizados deve ser contabilizada de acordo com a NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e a ITG 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Companhia optou por constituir tal provisão quando da conclusão de todos os projetos componentes do Complexo. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Risco de mercado. A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando

...continuação - TAMANDUÁ MIRIM 2 ENERGIA S/A tendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser de corrente de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressar nossa opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Recife - PE, 14 de fevereiro de 2020. PHF – AUDITORES INDEPENDENTES S/S - CRC-PE – 000680/O-0. Hugo Ferreira da Silva Júnior - Contador – CRC-PE – 0011620/O.

COLEÇÃO OBRAS COMPLETAS DE DOM HELDER CAMARA

A coleção *Obras completas de Dom Helder Camara* reúne cartas escritas pelo arcebispo, nas quais ele retrata momentos como o Concílio Vaticano II, encontro de líderes religiosos ocorrido em Roma, e os primeiros contatos com a realidade eclesial e sociopolítica da sua arquidiocese. Ao todo são nove livros divididos em três boxes:

*Circulares Conciliares (vol. I),
Circulares Interconciliares (vol. II) e
Circulares Pós-conciliares (vol. III).*



Pedidos pelo 0800 081 1201
editora.cepe.com.br

Cepe
 EDITORA

CORRUPÇÃO 3 ENERGIA S/A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019: MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO: Com eficiência e foco nos resultados, a Corrupção 3 Energia S.A realizou grandes feitos no exercício de 2019. Dentre todos os grandes desafios enfrentados, destaque para a entrada em operação teste do Parque Eólico, principal objetivo da sociedade, com previsão de ser autorizado a entrada em operação comercial na primeira quinzena de Janeiro, que deverá gerar resultados econômicos, financeiros e sociais bastante positivos em 2020 e nos exercícios seguintes. Em conformidade com as diretrizes de suas acionistas, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf e Sequoia Capital Ltda, a Corrupção 3 Energia S.A realiza seus investimentos, prioritariamente, no segmento de energias renováveis, por se tratar de uma fonte de energia limpa com impactos altamente positivos para o meio ambiente. Suas instalações se encontram localizadas em uma região com expressivo potencial de aproveitamento eólico, com excelentes perspectivas de consolidação da meta estabelecida no seu plano estratégico para a geração e comercialização de energia eólica. A expectativa é muito positiva em termos de novas conquistas em 2020, certo de sua contribuição para o desenvolvimento do Setor Elétrico e do Brasil, especialmente no que diz respeito à consolidação de uma matriz energética com base em fontes limpas e renováveis. Também em 2020, com a consolidação do início de seu processo de geração e comercialização de energia, os resultados financeiros para os próximos exercícios deverão ser positivos possibilitando, assim, o início do retorno dos capitais investidos por seus acionistas. **1. PERFIL DA EMPRESA:** A Corrupção 3 Energia S. A. é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE, por ações de capital fechado, constituída pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf (99,96%) e pela Sequoia Capital Ltda (0,04%), cujo objetivo é a estruturação, o desenvolvimento, a implantação e a exploração de energia elétrica por fonte eólica. A comercialização de sua energia é na modalidade de Produtor Independente de Energia Elétrica – PIE, para a qual a outorga da Central Geradora Eólica EOL Corrupção 3, no município de Caetité, no estado da Bahia, com potência total de 10,0 MW, foi autorizada pelo Poder Concedente por meio da Portaria MME nº 176 de 28 de abril de 2014. Sua sede está localizada na Av. Engenheiro Abdias de Carvalho, nº 1111, 4º andar, sala 405, no bairro Prado, na cidade de Recife, estado de Pernambuco. A Corrupção 3 Energia S. A., juntamente com outras 10 (dez) Sociedades de Propósito Específico – SPE, é membro do Consórcio GPExpan, com a finalidade de construção e operação de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse restrito entre as SPE. Com uma estrutura organizacional compartilhada com as demais sociedades que compõe o Consórcio GPExpan, tem um quadro operacional adequado ao cenário de negócio atual e focado no melhor desempenho de implantação e operação de suas instalações. **2. NOSSO NEGÓCIO:** Com um modelo operacional integrado e compartilhado com outras SPEs integrantes do Consórcio GPExpan, a Companhia estrutura e executa a implementação dos projetos, e consequentemente assume a operação e manutenção dos parques. Nesse contexto, o Parque Eólico é composto atualmente por 05 (cinco) aerogeradores, com capacidade unitária de 2MW e potencial de geração anual certificada de 41.700,0 MWh. Participante do leilão 5º LER (005/2013), tem contrato firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE de 4,2 MW médios, por meio de tarifa regulada e corrigida pelo IPCA. Com a conclusão das inversões físicas previstas para o Projeto, a empresa tem como meta principal a geração e comercialização de energia nos patamares previstos em seus orçamentos. O exercício de 2020 se apresenta como o marco da consolidação dos processos de geração e comercialização da energia, com reflexos positivos importantes na geração de caixa e de resultados econômicos e financeiros para a Companhia. **3. GESTÃO CORPORATIVA:** A gestão da Companhia conta com a seguinte estrutura: Assembleia Geral dos Acionistas; Conselho de Administração; e Diretoria. Cada um desses órgãos tem o seu papel e responsabilidades claramente definidos, garantindo o respeito às normas e regulamentos internos e à legislação vigente no país, sempre buscando adotar as melhores práticas de mercado e os mais elevados níveis de governança corporativa. A Assembleia Geral, instância máxima de decisão da Companhia, delibera sobre os assuntos mais relevantes para a Companhia, emitindo recomendações para o Conselho de Administração. A reunião anual da Assembleia ocorre até o quarto primeiro mês após o término do exercício social e com participação exclusiva dos acionistas ou seus representantes devidamente constituídos. **3.2. Conselho de Administração:** O Conselho de Administração (CA), atuando em sintonia com as estratégias estabelecidas pelos acionistas, é responsável por administrar a Companhia, estabelecendo diretrizes, planos e metas e monitorando os resultados alcançados, bem como a performance da Diretoria Executiva. As reuniões do Conselho são realizadas mensalmente ou extraordinariamente, quando necessário. A atuação do Conselho envolve a análise de cenários riscos e oportunidades relevantes, a fim de proteger o patrimônio da Companhia e assegurar a maximização dos recursos aplicados pelos acionistas.

Composição do Conselho de Administração

Titular	Suplente	Indicação
-	Eduardo Boudoux Jatobá	Chesf
Armando José Pereira de Barros	Ângelo Coelho de Andrade	Chesf
Sérgio Sarquis Attié	Frederico Junqueira de Andrade Prado	Sequoia

3.3. Diretoria Executiva: A execução das diretrizes de negócios e a gestão das atividades operacionais, em conformidade com as definições do Conselho de Administração, estão a cargo da Diretoria, que deve ainda garantir que os processos decisórios sejam organizados adequadamente, sendo responsável por assegurar o correto funcionamento da Companhia.

Composição da Diretoria

Nome	Cargo	Data 1ª eleição	Prazo do Mandato	Término do Mandato
Humberto Maribondo de Moraes	Diretor Técnico	24/10/2018	07/05/2020	09/10/2019
Ricardo José Jucá Pimentel	Diretor Financeiro - administrativo	01/11/2017	07/05/2020	09/10/2019
Denilson Veronese da Costa	Diretor Financeiro - administrativo	15/10/2019	07/05/2020	23/12/2019
Sandro Inácio Carneiro Cruz	Diretor Técnico	15/10/2019	07/05/2020	Em exercício

3.4. Governança Interna: Objetivando estruturar a empresa nos aspectos de governança corporativa, de acordo com as melhores práticas, foi instituída a função de Governança corporativa e controladoria com as seguintes atribuições: • aprimorar os processos de controles para redução dos riscos e monitorar o cumprimento de planos de ação definidos junto às áreas envolvidas; • disseminar a cultura de controles internos e de gestão de riscos na Companhia; • coordenar a realização de estudos de possibilidades para cumprimento das obrigações financeiras pela própria SPE, incluindo a análise detalhada do fluxo de caixa, redução de custos e novas captações; • dotar a alta administração com informações estratégicas nos temas de integridade corporativa (Compliance), de gestão de riscos corporativos e do ambiente de controle internos; • coordenar o encaminhamento das informações financeiras para os acionistas, permitindo a avaliação e consistência entre as premissas e os resultados apresentados pela SPE; • monitorar o cumprimento dos prazos e assegurar a conformidade no atendimento às demandas internas e externas; • revisar o conteúdo dos documentos relativos ao Plano Negócios da SPE; • implementar na SPE o fluxo e a análise prévia das matérias passíveis de aprovações na governança dos acionistas e seus controladores; • analisar a documentação interna para aprovação de matérias na Diretoria e no Conselho da SPE. **4. PLANEJAMENTO EMPRESARIAL:** O Planejamento Empresarial é um processo dinâmico, que envolve a constante avaliação dos fatores internos e externos que influenciam o desempenho empresarial e a consequente adequação dos objetivos estratégicos, visando a aprimorar a gestão e atingir as metas e resultados propostos. A fim de consolidar o Planejamento Empresarial da Companhia, em outubro de 2019, foi aprovado pelos acionistas e Conselho de Administração a Revisão do Plano de Negócio. Esse plano está focado nos 3 (três) processos mais importantes da Companhia, quais sejam: Geração; Transmissão; e Comercialização de Energia. Regularmente, a Companhia efetua reuniões de monitoramento de desempenho dos indicadores de realização orçamentária. **4.1. Geração:** Corrupção 3 Energia S.A entrou em operação teste a partir de novembro de 2019 e em operação comercial na data 13/02/2020, conforme o despacho da ANEEL 387/2020. Em 2019 a SPE gerou 100,0 MWh (em teste), equivalente a 0,27% do montante anual contratado. Com uma garantia física de 4,2 MW médios, conforme portaria 176/2014 do MME, tem um Contrato para fornecimento e comercialização de energia no ambiente regulado de 36.792,0 MWh por ano, até o ano de 2035. **4.2. Transmissão:** O sistema de transmissão é composto pelo sistema de interligação em média tensão (34,5kV), com uma extensão de 19.267m, dos aerogeradores até a Subestação Coletora/Elevadora de 34,5/230kV. Em complemento e por meio de uma Linha de Transmissão em 230kV, com extensão de 3.435m, o parque eólico se conecta ao Sistema Interligado Nacional – SIN através da ICG – PND, Subestação Pindai II, da concessionária Chesf. **5. GESTÃO SOCIAL E AMBIENTAL:** Os programas socioambientais desenvol-

vidos pela Companhia e as demais SPE que compõe o Consórcio GPExpan, ao longo dos quase cinco anos de implantação, atingiram diretamente cerca de 10.000 pessoas, por meio dos programas desenvolvidos, sendo: cursos; palestras; debates; campanhas ambientais; campanhas de preservação patrimonial; campanhas de segurança no trânsito; programa de sinalização das vias de acesso; e, oficinas de formação profissional. Os empreendimentos conseguiram gerar cerca de 2.100 postos de trabalhos diretos e 4.000 postos indiretos. Com uma estratégia de construção focada no menor impacto ambiental, as principais atividades de montagem do parque foram retomadas e concluídas neste ano de 2019. Com pontos de estocagem em locais estratégicos dentro da logística de implantação, os equipamentos foram transportados gerando o menor impacto para as comunidades, tanto sob o aspecto de emissão de particulados, como também para a segurança de uso das vias. Em 2019, também foram desenvolvidas todas as demais atividades exigidas pela Licença de Instalação – LI, ora estabelecida pelo INEMA, por meio da Portaria no 9.633/2015. Em 08/02/2020, foi obtida a Licença de Operação por meio da Portaria Inema nº 20.085/2020, com prazo de validade até 08/02/2025 e com previsão de renovações sucessivas em conformidade com a legislação e sinergia com a vigência da outorga de autorização. Os Programas Ambientais exigidos na etapa de Operação do empreendimento continuarão a ser desenvolvidos durante o período de operação da central eólica, conforme os condicionantes ambientais solicitadas na referida Portaria do Inema.

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6.1. Balanço Patrimonial

RELATÓRIO AUDITADO	Equivalência Patrimonial			
	CORRUPÇÃO 3	CHESF	SEQUOIA	CORRUPÇÃO 3
		99,96%	0,04%	100,00%
ATIVO				
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	5.079.076	5.077.044	2.032	5.079.076
Contas a receber	-	-	-	-
Tributos e contrib.sociais a compensar	330.567	330.435	132	330.567
Desp. antecip. - Prêmios de seguros	9.226	9.222	4	9.226
Demais ativos circulantes	3.380	3.379	1	3.380
Créditos com partes relacionadas	16.935	-	-	-
Depósitos judiciais e cauções	155.581	155.519	62	155.581
	5.594.765	5.575.599	2.231	5.577.830
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Imobiliz. em serviço - Administração	-	-	-	-
Imobiliz. em serviço - Ger. de energia	-	-	-	-
Imobilizado em andamento - curso	66.324.642	66.298.112	26.530	66.324.642
Intangível	2.441.500	2.440.523	977	2.441.500
	68.766.142	68.738.636	27.506	68.766.142
TOTAL DO ATIVO	74.360.907	74.314.234	29.738	74.343.972
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores e contas a pagar	593.544	593.307	237	593.544
Obrigações tributárias	20.720	20.712	8	20.720
Obrigações com partes relacionadas	81.596	-	-	-
Arrendamentos	25.500	25.490	10	25.500
Demais passivos circulantes	76	76	0	76
	721.436	639.584	256	639.840
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Arrendamentos	666.000	665.734	266	666.000
	666.000	665.734	266	666.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social integralizado	77.805.000	77.773.878	31.122	77.805.000
Reserva de lucros	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	(4.831.529)	(4.764.961)	(1.907)	(4.766.868)
	72.973.471	73.008.917	29.215	73.038.132
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	74.360.907	74.314.234	29.738	74.343.972

6.2. Demonstração de Resultados

RELATÓRIO AUDITADO	Equivalência Patrimonial			
	CORRUPÇÃO 3	CHESF	SEQUOIA	CORRUPÇÃO 3
		99,96%	0,04%	100,00%
Receita operacional líquida				
Receita de operação com energia	-	-	-	-
Receita de compartilhamento de instalações	300.526	300.406	120	300.526
Outras receitas	62	62	0	62
Tributos diretos - PIS e COFINS	(27.798)	(27.787)	(11)	(27.798)
	272.790	272.681	109	272.790
Custo dos Serviços Prestados				
Materiais	-	-	-	-
Serviços de Terceiros	-	-	-	-
Depreciação	-	-	-	-
Arrendamentos e Aluguéis	-	-	-	-
Recuperação de despesas	-	-	-	-
	-	-	-	-
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas:				
- Pessoal	(543.727)	(543.510)	(217)	(543.727)
- Serviços de terceiros	(316.625)	(316.498)	(127)	(316.625)
- Arrendamentos e alugueis	(30.689)	(30.677)	(12)	(30.689)
- Depreciações e amortizações	(1.432)	(1.431)	(1)	(1.432)
- Demais despesas administrativas	(294.713)	(294.595)	(118)	(294.713)
Outras receitas	-	-	-	-
	(1.187.186)	(1.186.711)	(475)	(1.187.186)
Despesas regulatórias:				
- Suprimento de energia	(381.056)	(380.904)	(152)	(381.056)
- Penaldades contratuais	(1.005.048)	(1.004.646)	(402)	(1.005.048)
	(1.386.104)	(1.385.550)	(554)	(1.386.104)
	(2.300.500)	(2.299.580)	(920)	(2.300.500)
Resultado financeiro				
Receitas	87.322	87.287	35	87.322
Despesas	(49.842)	(49.822)	(20)	(49.842)
	37.480	37.465	15	37.480
Prejuízo do exercício	(2.263.020)	(2.262.115)	(905)	(2.263.020)
Prejuízo por ação – R\$	-0,03	(0,03)	(0,03)	(0,03)

Notas da Administração. Nota 1: A Companhia tem a expectativa de recebimento de créditos retidos na CCEE na ordem aproximada de R\$ 0,02 milhão, cujo reconhecimento foi confirmado em fevereiro/2020 por parte da CCEE e a evolução das discussões estão associadas ao equacionamento da inadimplência do setor, decorrente de fatores externos à gestão da SPE. Nota 2: A companhia encorrou o exercício de 2019 com disponibilidades da ordem de R\$ 5,0 milhões. Esses recursos irão fazer face aos compromissos em negociação final junto aos fornecedores, decorrentes da execução da implantação do parque eólico. Em função das incertezas na discussão dos valores, estas despesas serão consideradas nas demonstrações financeiras do primeiro trimestre de 2020. **6.3. Auditores Independentes:** Nos termos da Instrução CVM nº 381 Auditoria das demonstrações financeiras da empresa, conforme parecer em anexo 01 (um). **6.4. Demonstrações Financeira:** Segue no anexo 02 (dois) o relatório das demonstrações financeiras realizada através da contabilidade.

Recife, 23 de março de 2020

A Administração

Sandro Inácio Carneiro da Cruz
Diretor

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em Reais)		31.12.2019	31.12.2018
Nota Explicativa			
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.079.076	4.701.650
Tributos e contribuições sociais a compensar	5	330.567	310.753
Despesas antecipadas – Prêmios de seguros		9.226	3.588
Demais ativos circulantes		3.380	9.188
Créditos com partes relacionadas	6	16.935	1.707
Depósitos judiciais e cauções	10	155.581	148.895
		5.594.765	5.175.781
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado em andamento - Geração de energia	7	66.324.642	56.238.244
Intangível	8	2.441.500	1.754.924
		68.766.142	57.993.168
TOTAL DO ATIVO		74.360.907	63.168.949
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		593.544	503.480
Obrigações tributárias	9	20.720	34.173
Obrigações com partes relacionadas	6	81.596	24.871
Arrendamentos	3 i)	25.500	-
Demais passivos circulantes		76	14.934
		721.436	577.458
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Arrendamentos	3 i)	666.000	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social integralizado	11	77.805.000	65.160.000
Prejuízos acumulados		(4.831.529)	(2.568.509)
		72.973.471	62.591.491
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		74.360.907	63.168.949
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018			
(Em Reais)			
Nota Explicativa	31.12.2019	31.12.2018	
Receita operacional líquida			
Receita de compartilhamento de instalações	3a)	300.526	-
Outras receitas		62	386
Tributos diretos - PIS e COFINS		(27.798)	-
		272.790	386
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas:	3 a)		
- Pessoal		(543.727)	(326.665)
- Serviços de terceiros		(316.625)	(156.070)
- Arrendamentos e alugueis		(30.689)	(27.295)
- Depreciações e amortizações		(1.432)	(1.416)
- Demais despesas administrativas		(294.713)	(132.664)
		(1.187.186)	(644.110)
Despesas regulatórias:	12		
- Ressarcimento de energia		(381.056)	(325.785)
- Penalidades contratuais		(1.005.048)	(889.998)
		(1.386.104)	(1.215.783)
		(2.573.290)	(1.859.893)
		(2.300.500)	(1.859.507)
Resultado financeiro	13		
Receitas		87.322	83.873
Despesas		(49.842)	(236.805)
		37.480	(152.932)
Prejuízo do período		(2.263.020)	(2.012.439)
Prejuízo por ação – R\$		(0,03)	(0,03)
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018			
(Em Reais)			
	31.12.2019	31.12.2018	
Prejuízo do exercício		(2.263.020)	(2.012.439)
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente do exercício		(2.263.020)	(2.012.439)
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018			
(Em Reais)			
	Capital Social	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados
	Subscrito		Total
Saldos em 31 de dez. de 2017	52.460.000	447.066	(1.003.136)
Aumento de capital	12.700.000	-	12.700.000
Prejuízo do exercício	-	-	(2.012.439)
Absorção de prej. acumulados	-	(447.066)	447.066
Saldos em 31 de dez. de 2018	65.160.000	-	(2.568.509)
Aumento de Capital	12.645.000	-	12.645.000
Prejuízo do exercício	-	-	(2.263.020)
Saldos em 31 de dez. de 2019	77.805.000	-	(4.831.529)

continuação - CORRUPÇÃO 3 ENERGIA S/A.
NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em Reais)

1. Contexto operacional e informações gerais: A Corruptão 3 Energia S.A. é uma sociedade de propósito específico (SPE), por ações de capital fechado, oriunda de consórcio entre a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf (99,96%) e a Sequoia Capital Ltda. (0,04%), vencedoras do 5º Leilão de Energia de Reserva (LER/2013) promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel em 23.08.2013, cujo objeto é a estruturação, o desenvolvimento, a implantação e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica localizado no Estado da Bahia, com 10 MW de potência instalada. Foi constituída em 14.11.2013, porém, a primeira integralização de capital ocorreu em 14.01.2014. Tem sua sede e foro jurídico na Av. Engenheiro Abdias de Carvalho, 1111, sala 405, Bairro do Prado - CEP 50751-000, na cidade de Recife-PE. A Corruptão 3 Energia S.A., juntamente com outras 10 (dez) Sociedades de Propósito Específico - SPE, é membro do Consórcio GPEXpan constituído em 20.01.2015 (com efeitos retroativos a 30.04.2014), com a finalidade de construção e operação de subestação coletoira e da linha de transmissão de interesse restrito entre as SPE. **2. Apresentação das demonstrações contábeis. a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, cujas principais aplicadas estão descritas na nota explicativa 3. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 14 de fevereiro de 2020. **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. **d) Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado contabilmente. Itens significativos sujeitos à estimativa incluem, entre outros, (i) a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; (ii) a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e (iii) provisão para recuperação de ativos. A liquidação das transações dessas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. **3. Resumo das principais políticas contábeis. a) Apuração do resultado:** o resultado é apurado com base no regime de competência. Conforme comentado na Nota Explicativa 1, a Companhia é parte integrante de consórcio constituído com a finalidade de construção, operação, manutenção e uso compartilhado de subestação coletoira e da linha de transmissão de interesse entre as SPE, bem como quaisquer outras instalações, equipamentos e materiais que aproveitem indistintamente a todos os parques eólicos, em conformidade com os procedimentos do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Dessa forma, foi celebrado contrato objetivando regular a relação das consorciadas no âmbito dos contratos celebrados para construção, manutenção e operação dos bens que venham a integrar os "ativos comuns", bem como dos "ativos próprios" mas que venham, eventualmente, a interferir na operação dos "ativos comuns". Outrossim, o contrato regula as condições de rateio de todos os custos e despesas comuns, incluindo as administrativas, incorridas por quaisquer consorciadas em relação à implantação de todos os parques eólicos. Para tanto, foi escolhida e estabelecida uma empresa "líder do consórcio" a quem cabe, entre outros, coordenar e fiscalizar o cumprimento dos pagamentos de gastos relacionados aos contratos de ativos comuns e pelo rateio (participações proporcionais) dos pagamentos de gastos comuns. A previsão de entrada em operação da Companhia é 12.02.2020. **Receita de Compartilhamento de Instalações:** As empresas componentes do Consórcio, por decorrência da autorização outorgada pelo Ministério de Minas e Energia, instalaram, operam e mantêm a Subestação Coletoira de sua propriedade, localizada na Fazenda Lapa, Estrada Guirapá a Tanque - zona rural do município de Pindai/BA ("SE GPEXPAN") e demais instalações de transmissão. O acionista majoritário CHESF, indicou, por razões técnicas e jurídicas, a realização de consulta pública às empresas situadas na área coberta pelo raio de 20 Km (vinte quilômetros) da SE GPEXPAN, a fim de identificar eventual interesse na utilização das mencionadas entradas de linha. Processada a consulta pública, as Eólicas PINDAI demonstraram interesse na cessão de uso remunerada das 4 (quatro) entradas de linha da SE GPEXPAN, bem como no compartilhamento dos custos de operação e manutenção das instalações compartilhadas. As Eólicas PINDAI irão realizar as obras de implantação das suas Instalações de Conexão, arcando com os investimentos e demais custos associados, e posteriormente firmando o Termo de Transferência Não Onerosa - TTNO, para transferência dos ativos incorporados à SE GPEXPAN ao GPEXPAN. Assim, em 03.07.2019, foi firmado Contrato estabelecendo as condições, procedimentos, responsabilidades técnico-operacionais e comerciais que irão regular o assunto. Pela cessão de uso das Instalações Compartilhadas as Eólicas PINDAI pagarão ao GPEXPAN o valor de R\$ 17.994.345 dividido da seguinte forma: a) R\$ 3.000.000 na data de assinatura do instrumento; b) R\$ 3.000.000 na data de formalização do Acordo Operativo, o qual deverá preceder a entrada do primeiro aerogerador para operação em teste; c) R\$ 5.000.000 na data de entrada em operação em teste do primeiro aerogerador de propriedade das Eólicas PINDAI; d) R\$ 6.994.345 divididos em 10 (dez) parcelas anuais, corrigidas pela variação do IPCA verificada entre a data de assinatura do instrumento e a data do efetivo pagamento, vencendo a primeira parcela na data de entrada em operação comercial do último aerogerador de propriedade das Eólicas PINDAI. Aos valores serão adicionados os correspondentes tributos, taxas setoriais, PIS/PASEP, COFINS, P&D, sem, contudo, se restringir a estes. A apropriação da receita por SPE obedece ao critério da potência instalada de cada uma. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros e estão registrados pelos valores de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **c) Imobilizado:** é demonstrado ao custo de aquisição e, quando aplicável, ajustado ao valor recuperável (impairment). As depreciações são calculadas pelo método linear com base em taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. O custo dos ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. **d) Intangível:** é demonstrado ao custo de

aquisição, o qual não excede o seu valor justo ou de realização. **e) Tributação:** (i) Programa de Integração Social - PIS - 1,65% sobre faturamento e 0,65% sobre receitas financeiras; (ii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS - 7,6% sobre faturamento e 4,0% sobre as receitas financeiras; (iii) Imposto de Renda e Contribuição Social - a forma de tributação adotada é a do Lucro Real. A Contribuição Social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável e o Imposto de Renda calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% nos termos da legislação em vigor. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações às quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado. **f) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação. **g) Outros ativos e passivos:** um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **h) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo, e os de curto prazo quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. **i) Principais mudanças nas políticas contábeis:** A Companhia analisou as principais políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis anuais. Uma série de novas normas foram efetivas para exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019. Entre elas destacamos como principais: **CPC 06 (R2) - Arrendamentos** - O CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil, substituiu o CPC 06 (R1)/IAS 17 - Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2)/IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17. A Companhia e as demais empresas do Complexo adotaram o CPC 06 (R2) retrospectivamente com efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro de 2019, somente para arrendamentos de terras com vigência superior a 12 meses a partir da data da adoção inicial (curto prazo). Aluguéis administrativos, por seu valor abaixo do mínimo estabelecido, não foram incluídos nesta mensuração. Anualmente os critérios serão revisados. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo, pelo reconhecimento do direito do uso dos ativos arrendados e o respectivo aumento do passivo, conforme demonstrado: **Ativo de direito de uso - Intangível** 691.500 **Passivo de arrendamento:** - Circulante 25.500 - Não circulante 666.000 691.500 **ICPC 22 - Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro:** O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer o tratamento contábil para os tributos sobre o lucro. A questão principal na contabilização dos tributos sobre o lucro é como contabilizar os efeitos fiscais atuais e futuros de (i) futura recuperação (liquidação) do valor contábil dos ativos (passivos) que são reconhecidos no balanço patrimonial da entidade; e (ii) operações e outros eventos do período atual que são reconhecidos nas demonstrações contábeis da entidade. É inerente ao reconhecimento de ativo ou passivo que a entidade espera recuperar ou liquidar o valor contábil daquele ativo ou passivo. Se for provável que a recuperação ou a liquidação desse valor contábil tornará futuros pagamentos de tributos maiores (menores) do que eles seriam se tal recuperação ou liquidação não tivessem efeitos fiscais, este Pronunciamento exige que a entidade reconheça um passivo fiscal diferido (ativo fiscal diferido), com certas limitadas exceções. A Companhia avaliou e não identificou incertezas sobre o tratamento dos tributos IRPJ e CSLL, consequentemente, não tem impacto em suas demonstrações contábeis. **4. Caixa e equivalentes de caixa**

	31.12.2019	31.12.2018
Fundos de caixa	1.920	1.920
Bancos conta movimento	7.424	29.371
Aplicações financeiras	5.069.732	4.670.359
	5.079.076	4.701.650

 As aplicações financeiras estão representadas por recursos aplicados, substancialmente, em fundos de investimento de renda fixa, cujas rentabilidades tendem a se igualar à taxa DI, sem vencimento pré-determinado, podendo ser resgatados a qualquer momento pela Companhia. **5. Tributos a compensar**

	31.12.2019	31.12.2018
Imposto de renda retido na fonte - IRRF sem aplicações financeiras	19.814	18.745
Imposto de renda da pessoa jurídica - IRPJ	283.807	265.062
Contribuição social sobre o lucro líquido	26.946	26.946
- CSLL	330.567	310.753

6. Saldos com partes relacionadas: Conforme mencionado nas Notas Explicativas 1 e 3ª), a Companhia, juntamente com outras 10 (dez) SPE é membro de consórcio constituído com a finalidade de construção, operação, manutenção e uso compartilhado de subestação coletoira e da linha de transmissão de interesse entre as SPE e, por esse motivo, incorrem em gastos comuns, que são rateados conforme contrato de compartilhamento. As operações refletem saldos assim demonstrados:

	31.12.2019	31.12.2018
• Saldo ativo	16.935	1.707
• Saldo passivo	81.596	24.871

 De acordo com o contrato de compartilhamento, o reembolso dos gastos ocorre mensal ou quinzenalmente mediante emissão de notas de débitos, não havendo geração de lucro ou de qualquer

forma de remuneração a qualquer das partes.

7. Imobilizado em serviço

	31.12.2019	31.12.2018
Imobilizado em Serviço		
Administração:		
Benfeitorias em propriedade de terceiros	-	11.679
Móveis e utensílios	-	4.778
Equipamentos de informática	-	986
	-	17.443

Imobilizado em Curso

	31.12.2019	31.12.2018
Parque eólico - Custos incorridos com serviços e aquisição de materiais	63.985.750	23.531.571
Adiantamentos a fornecedores	2.289.565	32.639.903
Gastos rateados - CT. CHESF CCT 006/2016	-	-
- Instalação de conexão à SE Pindai II - PND	49.327	49.327
	66.324.642	56.220.801
	66.324.642	56.238.244

Os ativos imobilizados e intangíveis da administração foram transferidos (reclassificados) para a empresa líder do Consórcio, conforme comentado na Nota 3 a). A Companhia elaborou teste de Recuperabilidade de seus ativos para a data base de 31.12.2019, cujos estudos não indicaram a necessidade de se proceder ajuste ao valor registrado (impairment).

8. Intangível

	31.12.2019	31.12.2018
Direitos e registro Aneel	1.750.000	1.750.000
Ativo de direito de uso - CPC 06 (R2)	691.500	-
Softwares	-	4.924
	2.441.500	1.754.924

9. Obrigações tributárias

	31.12.2019	31.12.2018
ICMS - Diferencial de alíquota	-	20.627
PIS	89	78
COFINS	522	454
ISS Terceiros	4.877	4.023
IRRF	3.688	4.204
Contribuição Social	1.537	720
INSS Terceiros	4.946	2.888
Retenções PIS/COFINS e CSLL	5.061	1.179
	20.720	34.173

10. Contingências: A Companhia está exposta a contingências de natureza cível decorrentes do curso normal de suas operações. A política de provisão adotada pela Companhia leva em consideração as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da própria Companhia, amparada na opinião de seus assessores legais. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía processos com risco de perda avaliados como provável. Os processos com probabilidade possível de perda montavam R\$ 8.456 (trabalhistas), envolvendo todas as empresas consorciadas, e R\$ 417.104 (fiduciárias) envolvendo algumas outras empresas do Complexo. Com possibilidade de perda possível, a Companhia é parte integrante como autora de ação ordinária onde busca provimento jurisdicional que impeça terceiros (demandados) de requerer remuneração para permitirem o livre trânsito nas vias de acesso ao parque eólico em fase de implantação. Em audiência de conciliação de 25.04.2018, a Justiça Federal de 1ª Instância na Bahia, determinou depósito judicial a título de caução pela autora. O saldo do depósito está registrado no ativo circulante tendo em vista a expectativa de solução final em curto prazo.

11. Capital social: O capital social integralizado, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está representado por ações ordinárias sem valor nominal e está assim composto:

	31.12.2019	Total	31.12.2018	Total
CHESF	77.773.878	31.122	77.805.000	65.133.936
SEQUOIA			26.064	65.160.000

12. Despesas operacionais - Regulatórias. a) Ressarcimento de energia - despesa oriunda de obrigação perante o contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para garantia de entrega da energia contratada, tendo em vista o atraso na entrada em operação comercial da unidade geradora; **b) Penalidades contratuais** - despesa decorrente do descumprimento do cronograma de implantação da usina, cujo processo administrativo foi instaurado pela ANEEL.

13. Receitas (despesas) f

	Receitas	Inanceiras	31.12.2019	31.12.2018
Renda de aplicações financeiras	91.563		87.938	
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(4.243)		(4.069)	
Descontos obtidos	2		4	
			87.322	83.873
Despesas				
Juros	(9.687)		(16.242)	
IOF, Comissões e Taxas	(20.107)		(10.944)	
Taxas bancárias (*)	(16.961)		(205.569)	
Multas	(3.087)		(4.050)	
	(49.842)		(236.805)	
			37.480	(152.932)

(*) - O saldo elevado em 2018 decorre de pagamento de tarifa de análise de viabilidade econômico financeira para captação de recursos. **14. Cobertura de seguros:** A Companhia adota como política a busca de seguros cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria externa das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram objeto de exame pelos nossos auditores independentes. **15. Instrumentos financeiros:** A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros de acordo com a sua classificação. Os valores dos instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 são equivalentes aos seus valores de mercado, considerando os critérios de mensuração de cada um. Nessa data, a Companhia não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. **Técnicas de avaliação e informações utilizadas para determinação do valor justo:** • Caixa e equivalentes de caixa: contas correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis. • Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis. • Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias. **Fatores de risco financeiro:** A atividade da Companhia expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez. • Risco de crédito: Salvo pelas aplicações financeiras com bancos e eventuais créditos, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo. • Risco de capital: A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patri-

mônio. • Risco de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado está relacionado às taxas de juros. A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. • Risco de liquidez: A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros. • Análise de sensibilidade: A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros. **Classificação e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. • Empréstimos e recebíveis: Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa. • Passivos financeiros: São inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. Em 31 de dezembro de 2019, passivos financeiros da Companhia classificados nessa categoria compreendiam as contas a pagar aos fornecedores e contas a pagar para partes relacionadas. **Sandro Inácio Carneiro da Cruz - Diretor. Rejane Costa de Lima - Contador(a) - CRC PE- 15.736-O/8**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da **Corruptão 3 Energia S.A. Recife - PE. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Corruptão 3 Energia S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Corruptão 3 Energia S.A.** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme comentado na Nota Explicativa 1 às demonstrações contábeis, a Companhia, juntamente com outras 10 (dez) Sociedades de Propósito Específico - SPE, é membro do Consórcio GPEXpan, com a finalidade de construção e operação de subestação coletoira e da linha de transmissão de interesse restrito entre as SPE, cujo objeto é a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica. A Companhia possui obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais, que serão estimados a incorrer na desmontagem e remoção dos aerogeradores e obras civis, quando do término do contrato de arrendamento das terras rurais. A provisão para desmobilização de ativos imobilizados deve ser contabilizada de acordo com a NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e a ITR 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Companhia optou por constituir tal provisão quando da conclusão de todos os projetos componentes do Complexo. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, continua...

...continuação - CORRUPÇÃO 3 ENERGIA S/A.

mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evi-

dência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante,

devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Recife - PE, 14 de fevereiro de 2020. PHF – AUDITORES INDEPENDENTES S/S - CRC-PE – 000680/O-0. Hugo Ferreira da Silva Júnior - Contador – CRC-PE – 0011620/O.

Leve poesia para a sua vida. Conheça nossa coleção.



Pedidos pelo 0800 081 1201
editora.cepe.com.br

CePe
 EDITORA

COQUEIRINHO 2 ENERGIA S/A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019: MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO: Com eficiência e foco nos resultados, a Coqueirinho 2 Energia S.A. realizou grandes feitos no exercício de 2019. Dentre todos os grandes desafios enfrentados, destaque para a entrada em operação comercial do Parque Eólico, principal objetivo da sociedade, que deverá gerar resultados econômicos, financeiros e sociais bastante positivos em 2020 e nos exercícios seguintes. Em conformidade com as diretrizes de suas acionistas, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf e Sequoia Capital Ltda, a Coqueirinho 2 Energia S.A realiza seus investimentos, prioritariamente, no segmento de energias renováveis, por se tratar de uma fonte de energia limpa com impactos altamente positivos para o meio ambiente. Suas instalações se encontram localizadas em uma região com expressivo potencial de aproveitamento eólico, com excelentes perspectivas de consolidação da meta estabelecida no seu plano estratégico para a geração e comercialização de energia eólica. A expectativa é muito positiva em termos de novas conquistas em 2020, certo de sua contribuição para o desenvolvimento do Setor Elétrico e do Brasil, especialmente no que diz respeito à consolidação de uma matriz energética com base em fontes limpas e renováveis. Também em 2020, com a consolidação do início de seu processo de geração e comercialização de energia, os resultados financeiros para os próximos exercícios deverão ser positivos possibilitando, assim, o início do retorno dos capitais investidos por seus acionistas. **1. PERFIL DA EMPRESA:** A Coqueirinho 2 Energia S. A. é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE, por ações de capital fechado, constituída pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf (99,98%) e pela Sequoia Capital Ltda (0,02%), cujo objetivo é a estruturação, o desenvolvimento, a implantação e a exploração de energia elétrica por fonte eólica. A comercialização de sua energia é na modalidade de Produtor Independente de Energia Elétrica – PIE, para a qual a outorga da Central Geradora Eólica EOL Coqueirinho 2, no município de Pindaí, no estado da Bahia, com potência total de 16,0 MW, foi autorizada pelo Poder Concedente por meio da Portaria MME nº 219 de 26 de maio de 2014. Sua sede está localizada na Av. Engenheiro Abdias de Carvalho, nº 1111, 4º andar, sala 405, no bairro Prado, na cidade de Recife, estado de Pernambuco. A Coqueirinho 2 Energia S. A., juntamente com outras 10 (dez) Sociedades de Propósito Específico – SPE, é membro do Consórcio GPEXpan, com a finalidade de construção e operação de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse restrito entre as SPE. Com uma estrutura organizacional compartilhada com as demais sociedades que compõem o Consórcio GPEXpan, tem um quadro operacional adequado ao cenário de negócio atual e focado no melhor desempenho de implantação e operação de suas instalações. **2. NOSSO NEGÓCIO:** Com um modelo operacional integrado e compartilhado com outras SPEs integrantes do Consórcio GPEXpan, a Companhia estrutura e executa a implementação dos projetos, e consequentemente assume a operação e manutenção dos parques. Nesse contexto, o Parque Eólico é composto atualmente por 08 (oito) aerogeradores, com capacidade unitária de 2MW e potencial de geração anual certificada de 57.400,0 MWh. Participante do leilão 17º LEN (09/2013), tem contrato firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE de 7,3 MW médios, por meio de tarifa regulada e corrigida pelo IPCA. Com a conclusão das inversões físicas previstas para o Projeto, a empresa tem como meta principal a geração e comercialização de energia nos patamares previstos em seus orçamentos. O exercício de 2020 se apresenta como o marco da consolidação dos processos de geração e comercialização da energia, com reflexos positivos importantes na geração de caixa e de resultados econômicos e financeiros para a Companhia. **3. GESTÃO CORPORATIVA:** A gestão da Companhia conta com a seguinte estrutura: Assembleia Geral dos Acionistas; Conselho de Administração; e Diretoria. Cada um desses órgãos tem o seu papel e responsabilidades claramente definidos, garantindo o respeito às normas e regulamentos internos e à legislação vigente no país, sempre buscando adotar as melhores práticas de mercado e os mais elevados níveis de governança corporativa. A Assembleia Geral, instância máxima de decisão da Companhia, delibera sobre os assuntos mais relevantes para a Companhia, emitindo recomendações para o Conselho de Administração. A reunião anual da Assembleia ocorre até o quarto primeiro mês após o término do exercício social e com participação exclusiva dos acionistas ou seus representantes devidamente constituídos. **3.2. Conselho de Administração:** O Conselho de Administração (CA), atuando em sintonia com as estratégias estabelecidas pelos acionistas, é responsável por administrar a Companhia, estabelecendo diretrizes, planos e metas e monitorando os resultados alcançados, bem como a performance da Diretoria Executiva. As reuniões do Conselho são realizadas mensalmente ou extraordinariamente, quando necessário. A atuação do Conselho envolve a análise de cenários riscos e oportunidades relevantes, a fim de proteger o patrimônio da Companhia e assegurar a maximização dos recursos aplicados pelos acionistas.

Composição do Conselho de Administração

Titular	Suplente	Indicação
Armando José Pereira de Barros	Eduardo Boudoux Jatobá	Chesf
Sérgio Sarguis Attié	Ângelo Coelho de Andrade	Chesf
	Frederico Junqueira de Andrade Prado	Sequoia

3.3. Diretoria Executiva: A execução das diretrizes de negócios e a gestão das atividades operacionais, em conformidade com as definições do Conselho de Administração, estão a cargo da Diretoria, que deve ainda garantir que os processos decisórios sejam organizados adequadamente, sendo responsável por assegurar o correto funcionamento da Companhia.

Composição da Diretoria

Nome	Cargo	Data 1ª eleição	Prazo do Mandato	Término do Mandato
Humberto Maribondo de Moraes	Diretor Técnico	24/10/2018	07/05/2020	09/10/2019
Ricardo José Jucá Pimentel	Diretor Financeiro - administrativo	01/11/2017	07/05/2020	09/10/2019
Denilson Veronese da Costa	Diretor Financeiro - administrativo	15/10/2019	07/05/2020	23/12/2019
Sandro Inácio Carneiro Cruz	Diretor Técnico	15/10/2019	07/05/2020	Em exercício

3.4. Governança Interna: Objetivando estruturar a empresa nos aspectos de governança corporativa, de acordo com as melhores práticas, foi instituída a função de Governança corporativa e controladoria com as seguintes atribuições: • aprimorar os processos de controles para redução dos riscos e monitorar o cumprimento de planos de ação definidos junto às áreas envolvidas; • disseminar a cultura de controles internos e de gestão de riscos na Companhia; • coordenar a realização de estudos de possibilidades para cumprimento das obrigações financeiras pela própria SPE, incluindo a análise detalhada do fluxo de caixa, redução de custos e novas captações; • dotar a alta administração com informações estratégicas nos temas de integridade corporativa (Compliance), de gestão de riscos corporativos e do ambiente de controle internos; • coordenar o encaminhamento das informações financeiras para os acionistas, permitindo a avaliação e consistência entre as premissas e os resultados apresentados pela SPE; • monitorar o cumprimento dos prazos e assegurar a conformidade no atendimento às demandas internas e externas; • revisar o conteúdo dos documentos relativos ao Plano Negócios da SPE; • implementar na SPE o fluxo e a análise prévia das matérias passíveis de aprovações na governança dos acionistas e seus controladores; • analisar a documentação interna para aprovação de matérias na Diretoria e no Conselho da SPE. **4. PLANEJAMENTO EMPRESARIAL:** O Planejamento Empresarial é um processo dinâmico, que envolve a constante avaliação dos fatores internos e externos que influenciam o desempenho empresarial e a consequente adequação dos objetivos estratégicos, visando a aprimorar a gestão e atingir as metas e resultados propostos. A fim de consolidar o Planejamento Empresarial da Companhia, em outubro de 2019, foi aprovado pelos acionistas e Conselho de Administração a Revisão do Plano de Negócio. Esse Plano está focado nos 3 (três) processos mais importantes da Companhia, quais sejam: Geração; Transmissão; e Comercialização de Energia. Regularmente, a Companhia efetua reuniões de monitoramento de desempenho dos indicadores de realização orçamentária. **4.1. Geração:** Coqueirinho 2 Energia S.A entrou em operação teste a partir de maio de 2019 e em operação comercial na data 19/09/2019, conforme o despacho da ANEEL 2.580/2019. Em 2019 a SPE gerou 40.500,0 MWh (sendo 21.400,0 MWh em teste e 19.100,0 MWh em comercial), equivalente a 63,33% do montante anual contratado. Com uma garantia física de 7,4 MW médios, conforme portaria 219/2014 do MME, tem um Contrato para fornecimento e comercialização de energia no ambiente regulado de 63.948,0 MWh por ano, até o ano de 2035. **4.2. Transmissão:** O sistema de transmissão é composto pelo sistema de interligação em média tensão (34,5kV), com uma extensão de 16.864m, dos aerogeradores até a Subestação Coletora/Elevadora de 34,5/230kV. Em complemento e por meio da uma Linha de Transmissão em 230kV, com extensão de 3.435m, o parque eólico se conecta ao Sistema Interligado Nacional – SIN através da ICG – PND, Subestação Pindaí II, da concessionária Chesf. **5. GESTÃO SOCIAL E AMBIENTAL:** Os programas socioambientais desenvolvidos pela Companhia e as demais SPE que compõem o

Consórcio GPEXpan, ao longo dos quase cinco anos de implantação, atingiram diretamente cerca de 10.000 pessoas, por meio dos programas desenvolvidos, sendo: cursos; palestras; debates; campanhas ambientais; campanhas de preservação patrimonial; campanhas de segurança no trânsito; programa de sinalização das vias de acesso; e, oficinas de formação profissional. Os empreendimentos conseguiram gerar cerca de 2.100 postos de trabalhos diretos e 4.000 postos indiretos. Com uma estratégia de construção focada no menor impacto ambiental, as principais atividades de montagem do parque foram retomadas e concluídas neste ano de 2019. Com pontos de estocagem em locais estratégicos dentro da logística de implantação, os equipamentos foram transportados gerando o menor impacto para as comunidades, tanto sob o aspecto de emissão de particulados, como também para a segurança de uso das vias. Em 2019, também foram desenvolvidas todas as demais atividades exigidas pela Licença de Instalação – LI, ora estabelecida pelo INEMA, por meio da Portaria no 9.633/2015. Em 30/01/2019, foi obtida a Licença de Operação por meio da Portaria Inema nº 17.723/2019, com prazo de validade até 30/01/2024 e com previsão de renovações sucessivas em conformidade com a legislação e sinergia com a vigência da outorga de autorização. Os Programas Ambientais exigidos na etapa de Operação do empreendimento continuarão a ser desenvolvidos durante o período de operação da central eólica, conforme os condicionantes ambientais solicitadas na referida Portaria do Inema.

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6.1. Balanço Patrimonial

RELATÓRIO AUDITADO COQUEIRINHO 2	Equivalência Patrimonial COQUEIRINHO 2		
	CHEF 99,98%	SEQUOIA 0,02%	COQUEIRINHO 2 100,00%
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5.923.970	5.922.785	1.185
Contas a receber	19.255	19.251	4
Tributos e contribuições sociais a compensar	560.493	560.381	112
Despesas antecipadas - Prêmios de seguros	7.997	7.995	2
Demais ativos circulantes	61.887	61.875	12
Créditos com partes relacionadas	151.264	-	-
Depósitos judiciais e cauções	298.930	298.870	60
	7.023.796	6.871.157	1.375
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado em serviço - Administração	-	-	-
Imobilizado em serviço - Geração de energia	102.938.416	102.917.828	20.588
Imobiliz. em andamento - curso Intangível	2.907.959	2.907.377	582
	994.000	993.801	199
	106.840.375	106.819.007	21.368
TOTAL DO ATIVO	113.864.171	113.690.164	22.743
PASSIVO E PATR. LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores e contas a pagar	1.025.765	1.025.560	205
Obrigações tributárias	208.849	208.807	42
Obrigações c/partes relacionadas	151.033	-	-
Arrendamentos	38.500	38.492	8
Demais passivos circulantes	16.978	16.975	3
	1.441.125	1.289.834	258
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Arrendamentos	955.500	955.309	191
	955.500	955.309	191
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social integralizado	118.935.000	118.911.213	23.787
Reserva de lucros	-	-	-
Prejuízos acumulados	(7.467.454)	(7.466.191)	(1.494)
	111.467.546	111.445.022	22.293
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	113.864.171	113.690.164	22.743

6.2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO, em 31.12.2019

RELATÓRIO AUDITADO COQUEIRINHO 2	Equivalência Patrimonial COQUEIRINHO 2		
	CHEF 99,98%	SEQUOIA 0,02%	COQUEIRINHO 2 100,00%
Receita operacional líquida			
Receita de operação c/ energia	3.225.571	3.224.926	645
Receita de compartilhamento de instalações	480.842	480.746	96
Outras receitas	67.504	67.490	14
Tributos diretos - PIS e COFINS	(844.737)	(844.568)	(169)
	2.929.180	2.928.594	586
Custo dos Serviços Prestados			
Materiais	(45.800)	(45.791)	(9)
Serviços de Terceiros	(1.079.929)	(1.079.713)	(216)
Depreciação	(1.656.079)	(1.655.748)	(331)
Arrendamentos e Aluguéis	-	-	-
Recuperação de despesas	682.922	682.785	137
	(2.098.886)	(2.098.466)	(420)
Receitas (desp.) operacionais			
- Pessoal	(888.040)	(887.862)	(178)
- Serviços de terceiros	(442.397)	(442.309)	(88)
- Arrendamentos e aluguéis	(46.899)	(46.890)	(9)
- Depreciações e amortizações	(1.986)	(1.986)	-
- Demais desp. administrativas	(421.797)	(421.713)	(84)
Outras receitas	-	-	-
	(1.801.119)	(1.800.759)	(360)
Despesas regulatórias:			
- Suprimento de energia	(1.845.969)	(1.845.600)	(369)
- Penalidades contratuais	-	-	-
	(1.845.969)	(1.845.600)	(369)
Resultado financeiro			
Receitas	263.467	263.414	53
Despesas	(38.039)	(38.031)	(8)
	225.428	225.383	45
Prejuízo do exercício	(2.591.366)	(2.590.848)	(518)
Prejuízo por ação – R\$	-0,02	(0,02)	(0,02)
Notas da Administração. Nota 1: A Companhia tem a expectativa de recebimento de créditos retidos na CCEE na ordem aproximada de R\$ 3,9 milhões, cujo reconhecimento foi confirmado em fevereiro/2020 por parte da CCEE e a evolução das discussões estão associadas ao equacionamento da inadimplência do setor, decorrente de fatores externos à gestão da SPE. Nota 2: A companhia encerrou o exercício de 2019 com disponibilidades da ordem de R\$ 5,9 milhões. Esses recursos irão fazer face aos compromissos em negociação final junto aos fornecedores, decorrentes da execução da implantação do parque eólico. Em função das incertezas na discussão dos valores, estas despesas serão consideradas nas demonstrações financeiras do próximo trimestre de 2020. 6.3. Auditores Independentes: Nos termos da Instrução CVM nº 381 a SPE firmou contrato com a PHF – Auditores Independentes S/S para prestação do serviço de auditoria das demonstrações financeiras da empresa, conforme parecer em anexo 01 (um). 6.4. Demonstrações Financeira: Segue no anexo 02 (dois) o relatório das demonstrações financeiras realizada através da contabilidade. Recife, 23 de março de 2020. A Administração. Sandro Inácio Carneiro da Cruz - Diretor.			

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)

Nota Explicativa	31.12.2019	31.12.2018	
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.923.970	
Contas a receber	5	19.255	
Tributos e contribuições sociais a compensar	6	560.493	
Despesas antecipadas - Prêmios de seguros		7.997	
Demais ativos circulantes		61.887	
Créditos com partes relacionadas	7	151.264	
Depósitos judiciais e cauções	10	298.930	
		7.023.796	
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	8	105.846.375	
Intangível	3 h) e 8	994.000	
		106.840.375	
TOTAL DO ATIVO		113.864.171	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores e contas a pagar		1.025.765	
Obrigações tributárias	9	208.849	
Obrigações com partes relacionadas	7	151.033	
Arrendamentos	3 h)	38.500	
Outras obrigações		16.978	
		1.441.125	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Arrendamentos	3 h)	955.500	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	11	118.935.000	
Prejuízos acumulados		(7.467.454)	
		111.467.546	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		113.864.171	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)			
Nota Explicativa	31.12.2019	31.12.2018	
Receita operacional líquida	3a) e 12	2.929.180	
Custos dos serviços	13	(2.098.886)	
Lucro bruto		830.294	
Despesas operacionais	3a) e 14	(1.801.119)	
Despesas regulatórias – Compra de energia	15	(1.845.969)	
		(3.647.088)	
Resultado financeiro	16	263.467	
Receitas		(38.039)	
Despesas		225.428	
		(2.591.366)	
Prejuízo do exercício		(2.591.366)	
Prejuízo por ação – R\$		(0,02)	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)			
31.12.2019	31.12.2018		
Resultado do exercício	(2.591.366)	(1.279.971)	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente do exercício	(2.591.366)	(1.279.971)	
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)			
Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	104.515.000	(3.596.117)	100.918.883
Aumento de capital	3.050.000	-	3.050.000
Prejuízo do exercício	-	(1.279.971)	(1.279.971)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	107.565.000	(4.876.088)	102.688.912
Aumento de capital	11.370.000	-	11.370.000
Prejuízo do período	-	(2.591.366)	(2.591.366)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	118.935.000	(7.467.454)	111.467.546
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)			
31.12.2019	31.12.2018		
Atividades operacionais			
Resultado do exercício	(2.591.366)	(1.279.971)	
Ajustes para conciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:			
- Depreciações e amortizações	1.658.065	2.152	
	(933.301)	(1.277.819)	
Variações nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber	(14.571)	-	
Tributos e contribuições sociais a compensar	(66.190)	(51.409)	
Créditos com partes relacionadas (ativo)	(148.534)	192.649	
Depósitos judiciais e cauções	(10.698)	(288.232)	
Demais ativos circulantes	(63.337)	25.072	
Fornecedores e contas a pagar	(40.504)	(246.284)	
Obrigações tributárias	194.531	(1.474)	
Obrigações com partes relacionadas (passivo)	109.719	(8.034)	
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	994.000	-	
Demais passivos circulantes	1.675	1.199	
	956.093	(376.513)	
	22.792	(1.654.332)	
Atividades de financiamento			
Integralização de capital	11.370.000	3.050.000	
	11.392.792	1.395.668	
Atividades de investimentos			
Imobilizado – Administração	(11.396)	-	
Imobilizado – Geração	(10.649.959)	(5.014.187)	
Intangível (Arrendamentos – CPC 06 R2)	(994.000)	-	
- Transferência de Imobilizados e Intangíveis à empresa líder do consórcio	43.301	-	
	(11.612.054)	(5.014.187)	
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(219.262)	(3.618.519)	
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	6.143.232	9.761.751	
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5.923.970	6.143.232	
Variação líquida no caixa	(219.262)	(3.618.519)	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em Reais)

1. Contexto operacional e informações gerais: A Coqueirinho 2 Energia S.A. é uma sociedade de propósito específico (SPE), por ações de capital fechado, oriunda de consórcio entre a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf (99,98%) e a Sequoia Capital Ltda. (0,02%), vencedoras do Leilão nº 09/2013 (A-3) promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel em 18.11.2013, cujo objeto é a estruturação, o desenvolvimento, a implantação e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica localizado no Estado da Bahia, com 16 MW de potência instalada. Foi constituída em 03.02.2014, porém, a primeira integralização de capital ocorreu em 29.07.2014. Tem sua sede e foro jurídico na Av. Engenheiro Abdias de Carvalho, 1111, sala 405, Bairro do Prado - CEP 50751-000, na cidade de Recife-PE. A Coqueirinho 2 Energia S.A., juntamente com outras 10 (dez) Sociedades de Propósito Específico – SPE, é membro do Consórcio GPEXpan constituído em 20.01.2015 (com efeitos retroativos a 30.04.2

...continuação - **COQUEIRINHO 2 ENERGIA S/A.**

pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter-se uma garantia razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de

distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da

empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Recife - PE, 14 de fevereiro de 2020. PHF – AUDITORES INDEPENDENTES S/S - CRC-PE – 000680/O-0. **Hugo Ferreira da Silva Júnior** - Contador – CRC-PE – 0011620/O.

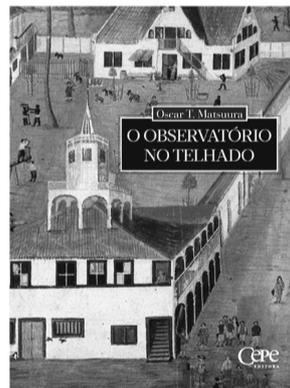
História, astronomia, arte e literatura



ONDE ESTÁ MEU FILHO?

Vários autores
R\$ 25,00

O livro narra o desespero de Elzita de Santa Cruz Oliveira, que teve seu filho Fernando Augusto desaparecido durante a ditadura, em 1974. Quase 40 anos depois, ela continua cobrando das autoridades a verdade sobre o paradeiro do jovem estudante de Direito.



O OBSERVATÓRIO NO TELHADO

Oscar T. Matsuura
R\$ 25,00

Biografia de Jorge Marcgrave, astrônomo alemão trazido ao Recife por Maurício de Nassau, no século 17. Ele introduziu o estudo da Astronomia no Brasil, a partir do observatório construído no Palácio de Friburgo em 1643, o primeiro do Novo Mundo.



PEQUENO ELUCIDÁRIO

Fernando Cerqueira Lemos
R\$ 90,00

Este guia com cerca de 400 verbetes, em linguagem acessível e ricamente ilustrado, é destinado à consulta de profissionais, estudantes e curiosos que desejam conhecer com precisão os nomes de objetos e termos relacionados às artes e às antiguidades em geral.



OS OLHOS DA TREVA

Gilvan Lemos
R\$ 30,00

Segunda edição do romance lançado em 1975 pela Editora Civilização Brasileira com o Instituto Nacional do Livro. A narrativa é dominada por Mila, uma velha índia. Seu filho Jomo, suspeito de um crime, retorna depois de muito vagar pelo mundo.

PAPAGAIO ENERGIA S/A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO: Com eficiência e foco nos resultados, a Papagaio Energia S.A. realizou grandes feitos no exercício de 2019. Dentre todos os grandes desafios enfrentados, destaque para a entrada em operação comercial do Parque Eólico, principal objetivo da sociedade, que deverá gerar resultados econômicos, financeiros e sociais bastante positivos em 2020 e nos exercícios seguintes. Em conformidade com as diretrizes de suas acionistas, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf e Sequoia Capital Ltda, a Papagaio Energia S.A. realiza seus investimentos, prioritariamente, no segmento de energias renováveis, por se tratar de uma fonte de energia limpa com impactos altamente positivos para o meio ambiente. Suas instalações se encontram localizadas em uma região com expressivo potencial de aproveitamento eólico, com excelentes perspectivas de consolidação da meta estabelecida no seu plano estratégico para a geração e comercialização de energia eólica. A expectativa é muito positiva em termos de novas conquistas em 2020, certo de sua contribuição para o desenvolvimento do Setor Elétrico e do Brasil, especialmente no que diz respeito à consolidação de uma matriz energética com base em fontes limpas e renováveis. Também em 2020, com a consolidação do início de seu processo de geração e comercialização de energia, os resultados financeiros para os próximos exercícios deverão ser positivos possibilitando, assim, o início do retorno dos capitais investidos por seus acionistas. 1. **PERFIL DA EMPRESA:** A Papagaio Energia S.A. é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE, por ações de capital fechado, constituída pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf (99,98%) e pela Sequoia Capital Ltda (0,02%), cujo objetivo é a estruturação, o desenvolvimento, a implantação e a exploração de energia elétrica por fonte eólica. A comercialização de sua energia é na modalidade de Produtor Independente de Energia Elétrica – PIE, para a qual a outorga da Central Geradora Eólica EOL Papagaio, no município de Pindaí, no estado da Bahia, com potência total de 10,0 MW, foi autorizada pelo Poder Concedente por meio da Portaria MME nº 213 de 22 de maio de 2014. Sua sede está localizada na Av. Engenheiro Abdias de Carvalho, nº 1111, 4º andar, sala 405, no bairro Prado, na cidade de Recife, estado de Pernambuco. A Papagaio Energia S.A., juntamente com outras 10 (dez) Sociedades de Propósito Específico – SPE, é membro do Consórcio GPEXpan, com a finalidade de construção e operação de subestação coletoira e da linha de transmissão de interesse restrito entre as SPE. Com uma estrutura organizacional compartilhada com as demais sociedades que compõem o Consórcio GPEXpan, tem um quadro operacional adequado ao cenário de negócio atual e focado no melhor desempenho de implantação e operação de suas instalações. 2. **NOSSO NEGÓCIO:** Com um modelo operacional integrado e compartilhado com outras SPEs integrantes do Consórcio GPEXpan, a Companhia estrutura e executa a implementação dos projetos, e consequentemente assume a operação e manutenção dos parques. Nesse contexto, o Parque Eólico é composto atualmente por 05 (cinco) aerogeradores, com capacidade unitária de 2MW e potencial de geração anual certificada de 44.100,0 MW.h. Participante do leilão 17º LEN (09/2013), tem contrato firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE de 4,7 MW médios, por meio de tarifa regulada e corrigida pelo IPCA. Com a conclusão das inversões físicas previstas para o Projeto, a empresa tem como meta principal a geração e comercialização de energia nos patamares previstos em seus orçamentos. O exercício de 2020 se apresenta como o marco da consolidação dos processos de geração e comercialização da energia, com reflexos positivos importantes na geração de caixa e de resultados econômicos e financeiros para a Companhia. 3. **GESTÃO CORPORATIVA:** A gestão da Companhia conta com a seguinte estrutura: Assembleia Geral dos Acionistas; Conselho de Administração; e Diretoria. Cada um desses órgãos tem o seu papel e responsabilidades claramente definidos, garantindo o respeito às normas e regulamentos internos e à legislação vigente no país, sempre buscando adotar as melhores práticas de mercado e os mais elevados níveis de governança corporativa. A Assembleia Geral, instância máxima de decisão da Companhia, delibera sobre os assuntos mais relevantes para a Companhia, emitindo recomendações para o Conselho de Administração. A reunião anual da Assembleia ocorre até o quarto primeiro mês após o término do exercício social e com participação exclusiva dos acionistas ou seus representantes devidamente constituídos. 3.2. **Conselho de Administração:** O Conselho de Administração (CA), atuando em sintonia com as estratégias estabelecidas pelos acionistas, é responsável por administrar a Companhia, estabelecendo diretrizes, planos e metas e monitorando os resultados alcançados, bem como a performance da Diretoria Executiva. As reuniões do Conselho são realizadas mensalmente ou extraordinariamente, quando necessário. A atuação do Conselho envolve a análise de cenários riscos e oportunidades relevantes, a fim de proteger o patrimônio da Companhia e assegurar a maximização dos recursos aplicados pelos acionistas.

Composição do Conselho de Administração

Titular	Suplente	Indicação
-	Eduardo Boudoux Jatobá	Chesf
Armando José Pereira de Barros	Ângelo Coelho de Andrade	Chesf
Sérgio Sarquis Attié	Frederico Junqueira de Andrade Prado	Sequoia

3.3. **Diretoria Executiva:** A execução das diretrizes de negócios e a gestão das atividades operacionais, em conformidade com as definições do Conselho de Administração, estão a cargo da Diretoria, que deve ainda garantir que os processos decisórios sejam organizados adequadamente, sendo responsável por assegurar o correto funcionamento da Companhia.

Composição da Diretoria

Nome	Cargo	Data 1ª eleição	Prazo do Mandato	Término do Mandato
Humberto Maribondo de Moraes	Diretor Técnico	24/10/2018	07/05/2020	09/10/2019
Ricardo José Jucá Pimentel	Diretor Financeiro - administrativo	01/11/2017	07/05/2020	09/10/2019
Denilson Veronese da Costa	Diretor Financeiro - administrativo	15/10/2019	07/05/2020	23/12/2019
Sandro Inácio Carneiro Cruz	Diretor Técnico	15/10/2019	07/05/2020	Em exercício

3.4. **Governança Interna:** Objetivando estruturar a empresa nos aspectos de governança corporativa, de acordo com as melhores práticas, foi instituída a função de Governança corporativa e controladoria com as seguintes atribuições: • aprimorar os processos de controles para redução dos riscos e monitorar o cumprimento de planos de ação definidos junto às áreas envolvidas; • disseminar a cultura de controles internos e de gestão de riscos na Companhia; • coordenar a realização de estudos de possibilidades para cumprimento das obrigações financeiras pela própria SPE, incluindo a análise detalhada do fluxo de caixa, redução de custos e novas captações; • dotar a alta administração com informações estratégicas nos temas de integridade corporativa (Compliance), de gestão de riscos corporativos e do ambiente de controle internos; • coordenar o encaminhamento das informações financeiras para os acionistas, permitindo a avaliação e consistência entre as premissas e os resultados apresentados pela SPE; • monitorar o cumprimento dos prazos e assegurar a conformidade no atendimento às demandas internas e externas; • revisar o conteúdo dos documentos relativos ao Plano Negócios da SPE; • implementar na SPE o fluxo e a análise prévia das matérias passíveis de aprovações na governança dos acionistas e seus controladores; • analisar a documentação interna para aprovação de matérias na Diretoria e no Conselho da SPE. 4. **PLANEJAMENTO EMPRESARIAL:** O Planejamento Empresarial é um processo dinâmico, que envolve a constante avaliação dos fatores internos e externos que influenciam o desempenho empresarial e a consequente adequação dos objetivos estratégicos, visando a aprimorar a gestão e atingir as metas e resultados propostos. A fim de consolidar o Planejamento Empresarial da Companhia, em outubro de 2019, foi aprovado pelos acionistas e Conselho de Administração a Revisão do Plano de Negócio. Esse Plano está focado nos 3 (três) processos mais importantes da Companhia, quais sejam: Geração; Transmissão; e Comercialização de Energia. Regularmente, a Companhia efetua reuniões de monitoramento de desempenho dos indicadores de realização orçamentária.

4.1. **Geração:** Papagaio Energia S.A. entrou em operação teste a partir de junho de 2019 e em operação comercial na data 04/10/2019, conforme o despacho da ANEEL 2.730/2019. Em 2019 a SPE gerou 18.600,0 MWh (sendo 7.800,0 MWh em teste e 10.800,0 MWh em comercial), equivalente a 45,18% do montante anual contratado. Com uma garantia física de 4,9 MW médios, conforme portaria 213/2014 do MME, tem um Contrato para fornecimento e comercialização de energia no ambiente regulado de 41.172,0 MWh por ano, até o ano de 2035. 4.2. **Transmissão:** O sistema de transmissão é composto pelo sistema de interligação em média tensão (34,5kV), com uma extensão de 11.720m, dos aerogeradores até a Subestação Coletoira/Elevadora de 34,5/230kV. Em complemento e por meio da uma Linha de Transmissão em 230kV, com extensão de 3,435m, o parque eólico se conecta ao Sistema Interligado Nacional – SIN através da ICG – PND, Subestação Pindaí II, da concessionária Chesf. 5. **GESTÃO SOCIAL E AMBIENTAL:** Os programas socioambientais desenvolvidos pela Companhia e

as demais SPE que compõe o Consórcio GPEXpan, ao longo dos quase cinco anos de implantação, atingiram diretamente cerca de 10.000 pessoas, por meio dos programas desenvolvidos, sendo: cursos; palestras; debates; campanhas ambientais; campanhas de preservação patrimonial; campanhas de segurança no trânsito; programa de sinalização das vias de acesso; e, oficinas de formação profissional. Os empreendimentos conseguiram gerar cerca de 2.100 postos de trabalhos diretos e 4.000 postos indiretos. Com uma estratégia de construção focada no menor impacto ambiental, as principais atividades de montagem do parque foram retomadas e concluídas neste ano de 2019. Com pontos de estocagem em locais estratégicos dentro da logística de implantação, os equipamentos foram transportados gerando o menor impacto para as comunidades, tanto sob o aspecto de emissão de particulados, como também para a segurança de uso das vias. Em 2019, também foram desenvolvidas todas as demais atividades exigidas pela Licença de Instalação – LI, ora estabelecida pelo INEMA, por meio da Portaria no 9.598/2015. Em 09/08/2019, foi obtida a Licença de Operação por meio da Portaria Inema nº 18.873/2019, com prazo de validade até 09/08/2024 e com previsão de renovações sucessivas em conformidade com a legislação e sinergia com a vigência da outorga de autorização. Os Programas Ambientais exigidos na etapa de Operação do empreendimento continuarão a ser desenvolvidos durante o período de operação da central eólica, conforme os condicionantes ambientais solicitadas na referida Portaria do Inema.

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6.1. Balanço Patrimonial

	RELATÓRIO AUDITADO		Equivalência Patrimonial	
	PAPAGAIO		PAPAGAIO	
	CHESF	SEQUIOA	PAPAGAIO	100,00%
ATIVO				
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	10.913.502	10.909.137	4.365	10.913.502
Contas a receber	21.341	21.332	9	21.341
Tributos e contrib. sociais a compensar	599.425	599.185	240	599.425
Desp. antecipadas - Prém. de seguros	8.131	8.128	3	8.131
Demais ativos circulantes	6.842	6.839	3	6.842
Créditos com partes relacionadas	248.016	-	-	-
Depósitos judiciais e cauções	205.582	205.500	82	205.582
ATIVO NÃO CIRCULANTE	12.002.839	11.750.121	4.702	11.754.823
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Imobilizado em serviço - Administração	-	-	-	-
Imobilizado em serviço - Geração de energia	68.977.580	68.949.989	27.591	68.977.580
Imobilizado em andamento - curso	1.955.547	1.954.765	782	1.955.547
Intangível	610.500	610.256	244	610.500
TOTAL DO ATIVO	83.546.466	83.265.131	33.319	83.298.450
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores e contas a pagar	1.853.770	1.853.028	742	1.853.770
Obrigações tributárias	136.722	136.667	55	136.722
Obrigações com partes relacionadas	103.693	-	-	-
Arrendamentos	23.500	23.491	9	23.500
Demais passivos circulantes	29.134	29.122	12	29.134
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.146.819	2.042.309	817	2.043.126
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Arrendamentos	587.000	586.765	235	587.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	587.000	586.765	235	587.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social integralizado	83.670.000	83.636.532	33.468	83.670.000
Reserva de lucros	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	(2.857.353)	(3.000.475)	(1.201)	(3.001.676)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	80.812.647	80.636.057	32.267	80.668.324

6.2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO, em 31.12.2019

	RELATÓRIO AUDITADO		Equivalência Patrimonial	
	PAPAGAIO		PAPAGAIO	
	CHESF	SEQUIOA	PAPAGAIO	100,00%
Receita operacional líquida				
Receita de operação com energia	2.169.467	2.168.599	868	2.169.467
Receita de compartilhamento de instalações	300.526	300.406	120	300.526
Outras receitas	13.178	13.173	5	13.178
Tributos diretos - PIS e COFINS	(555.462)	(555.240)	(222)	(555.462)
Custo dos Serviços Prestados	1.927.709	1.926.938	771	1.927.709
Material	(28.625)	(28.614)	(11)	(28.625)
Serviços de Terceiros	(605.828)	(605.586)	(242)	(605.828)
Depreciação	(828.952)	(828.620)	(332)	(828.952)
Arrendamentos e Aluguéis	(7.225)	(7.222)	(3)	(7.225)
Recuperação de despesas	452.802	452.621	181	452.802
Receitas (despesas) operacionais	(1.017.828)	(1.017.421)	(407)	(1.017.828)
Despesas gerais e administrativas:				
- Pessoal	(544.693)	(544.475)	(218)	(544.693)
- Serviços de terceiros	(306.209)	(306.087)	(122)	(306.209)
- Arrendamentos e alugueis	(36.805)	(36.790)	(15)	(36.805)
- Depreciações e amortizações	(1.313)	(1.312)	-	(1.312)
- Demais despesas administrativas	(297.045)	(296.926)	(119)	(297.045)
Outras receitas	-	-	-	-
Despesas regulatórias:				
- Suprimento de energia	(1.301.701)	(1.301.180)	(521)	(1.301.701)
- Penalidades contratuais	-	-	-	-
Resultado financeiro	(1.301.701)	(1.301.180)	(521)	(1.301.701)
Prejuízo do exercício	(1.577.885)	(1.577.254)	(631)	(1.577.884)
Prejuízo por ação – R\$	-0,02	(0,02)	(0,02)	(0,02)

Notas da Administração. Nota 1: A Companhia tem a expectativa de recebimento de créditos retidos na CCEE na ordem aproximada de R\$ 2,0 milhões, cujo reconhecimento foi confirmado em fevereiro/2020 por parte da CCEE e a evolução das discussões estão associadas ao equacionamento da inadimplência do setor, decorrente de fatores externos à gestão da SPE. Nota 2: A companhia encerrou o exercício de 2019 com disponibilidades da ordem de R\$ 10,9 milhões. Esses recursos irão fazer face aos compromissos em negociação final junto aos fornecedores, decorrentes da execução da implantação do parque eólico. Em função das incertezas na discussão dos valores, estas despesas serão consideradas nas demonstrações financeiras do primeiro trimestre de 2020. 6.3. **Auditor Independente:** Nos termos da Instrução CVM nº 381 a SPE firmou contrato com a PHF – Auditores Independentes S/S para prestação do serviço de auditoria das demonstrações financeiras da empresa, conforme parecer em anexo 01 (um). 6.4. **Demonstrações Financeira:** Segue no anexo 02 (dois) o relatório das demonstrações financeiras realizada através da contabilidade.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)			
Nota Explicativa	31.12.2019	31.12.2018	
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.913.502	2.187.360
Contas a receber	5	21.341	2.276
Tributos a compensar	6	599.425	559.970
Despesas antecipadas - Prêmios de seguros		8.131	8.665
Demais ativos circulantes		6.842	7.178
Créditos com partes relacionadas	7	248.016	1.706
Depósitos judiciais e cauções	12	205.582	198.895
		12.002.839	2.966.050
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	8	70.933.127	65.826.823
Intangível	3 h) e 8	610.500	1.755.254
		71.543.627	67.582.077
TOTAL DO ATIVO		83.546.466	70.548.127
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores e contas a pagar		1.853.770	2.091.188
Obrigações tributárias	9	136.722	15.846
Obrigações com partes relacionadas	7	103.693	24.804
Arrendamentos	3 h)	23.500	-
Demais passivos circulantes		29.134	25.872
		2.146.819	2.157.710
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Arrendamentos	3 h)	587.000	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social integralizado	11	83.670.000	69.789.440
Prejuízos acumulados		(2.857.353)	(1.399.023)
		80.812.647	68.390.417
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		83.546.466	70.548.127

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)			
Nota Explicativa	31.12.2019	31.12.2018	
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.913.502	2.187.360
Contas a receber	5	21.341	2.276
Tributos a compensar	6	599.425	559.970
Despesas antecipadas - Prêmios de seguros		8.131	8.665
Demais ativos circulantes		6.842	7.178
Créditos com partes relacionadas	7	248.016	1.706
Depósitos judiciais e cauções	12	205.582	198.895
		12.002.839	2.966.050
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	8	70.933.127	65.826.823
Intangível	3 h) e 8	610.500	1.755.254
		71.543.627	67.582.077
TOTAL DO ATIVO		83.546.466	70.548.127
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores e contas a pagar		1.853.770	2.091.188
Obrigações tributárias	9	136.722	15.846
Obrigações com partes relacionadas	7	103.693	24.804
Arrendamentos	3 h)	23.500	-
Demais passivos circulantes		29.134	25.872
		2.146.819	2.157.710
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Arrendamentos	3 h)	587.000	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social integralizado	11	83.670.000	69.789.440
Prejuízos acumulados		(2.857.353)	(1.399.023)
		80.812.647	68.390.417
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		83.546.466	70.548.127
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)			
Nota Explicativa	31.12.2019	31.12.2018	
Resultado do exercício	3a) e 12	1.927.709	4.311
Custos dos serviços	13	(1.017.828)	-
Lucro bruto		909.881	4.311
Despesas operacionais	3a) e 14	(1.186.065)	(612.592)
Despesas regulatórias – Compra de energia	15	(1.301.701)	(323.715)
		(2.477.766)	(936.307)
		(1.577.885)	(931.996)
Resultado financeiro	16	150.295	98.694
Receitas		(30.740)	(145.638)
Despesas		119.555	(46.944)
Prejuízo do exercício		(1.458.330)	(978.940)
Prejuízo por ação – R\$		(0,02)	(0,01)
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)			
Nota Explicativa	31.12.2019	31.12.2018	
Resultado do exercício	31.12.2019		

...continuação - PAPAGAIO ENERGIA S/A																
04.10.2019. 2. Apresentação das demonstrações contábeis. a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, cujas principais aplicadas estão descritas na nota explicativa 3. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 14 de fevereiro de 2020. b) Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. d) Uso de estimativas e julgamento: A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado contabilmente. Itens significativos sujeitos à estimativa incluem, entre outros, (i) a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; (ii) a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e (iii) provisão para recuperação de ativos. A liquidação das transações dessas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. 3. Resultado das principais políticas contábeis. a) Apuração do resultado: o resultado é apurado com base no regime de competência: Conforme comentado na Nota Explicativa 1, a Companhia é parte integrante de consórcio constituído com a finalidade de construção, operação, manutenção e uso compartilhado de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse entre as SPE, bem como quaisquer outras instalações, equipamentos e materiais que aproveitem indistintamente a todos os parques eólicos, em conformidade com os procedimentos do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Dessa forma, foi celebrado contrato objetivando regular a relação das consorciadas no âmbito dos contratos celebrados para construção, manutenção e operação dos bens que venham a integrar os "ativos comuns", bem como dos "ativos próprios" mas que venham, eventualmente, a interferir na operação dos "ativos comuns". Outrossim, o contrato regula as condições de rateio de todos os custos e despesas comuns, incluindo as administrativas, incorridas por quaisquer consorciadas em relação à implantação de todos os parques eólicos. Para tanto, foi escolhida e estabelecida uma empresa "líder do consórcio" a quem cabe, entre outros, coordenar e fiscalizar o cumprimento dos pagamentos de gastos relacionados aos contratos de ativos comuns e pelo rateio (participações proporcionais) dos pagamentos de gastos comuns. Para atendimento a Cláusula 3ª do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR por disponibilidade, que estipula que o suprimento de energia deveria ter se iniciado em 1º de maio de 2018, a Companhia, face a sua condição de pré-operação, foi obrigada a comprar energia no "mercado de curto prazo" para dar lastro a esta condicionante contratual. Receta de Compartilhamento de Instalações: As empresas componentes do Consórcio, por decorrência da autorização outorgada pelo Ministério de Minas e Energia, instalaram, operam e mantêm a Subestação Coletora de sua propriedade, localizada na Fazenda Lapa, Estrada Guirapá a Tanque - zona rural do município de Pindal/BA ("SE GPXPAN") e demais instalações de transmissão. O acionista majoritário CHESF, indica, por razões técnicas e jurídicas, a realização de consulta pública às empresas situadas na área coberta pelo raio de 20 Km (vinte quilômetros) da SE GPXPAN, a fim de identificar eventual interesse na utilização das mencionadas entradas de linha. Processada a consulta pública, as Eólicas PINDAL demonstraram interesse na cessão de uso remunerada das 4 (quatro) entradas de linha da SE GPXPAN, bem como no compartilhamento dos custos de operação e manutenção das instalações compartilhadas. As Eólicas PINDAL irão realizar as obras de implantação das suas Instalações de Conexão, arcando com os investimentos e demais custos associados, e posteriormente firmando o Termo de Transferência Não Onerosa - TTNO, para transferência dos ativos incorporados à SE GPXPAN ao GPXPAN. Assim, em 03.07.2019, foi firmado Contrato estabelecendo as condições, procedimentos, responsabilidades técnico-operacionais e comerciais que irão regular o assunto. Pela cessão de uso das Instalações Compartilhadas as Eólicas PINDAL pagarão ao GPXPAN o valor de R\$ 17.994.345 dividido da seguinte forma: a) R\$ 3.000.000 na data de assinatura do instrumento; b) R\$ 3.000.000 na data de formalização do Acordo Operativo, o qual deverá preceder a entrada do primeiro aerogerador para operação em teste; c) R\$ 5.000.000 na data de entrada em operação em teste do primeiro aerogerador de propriedade das Eólicas PINDAL; d) R\$ 6.994.345 divididos em 10 (dez) parcelas anuais, corrigidas pela variação do IPCA verificada entre a data de assinatura do instrumento e a data do efetivo pagamento, vencendo a primeira parcela na data de entrada em operação comercial do último aerogerador de propriedade das Eólicas PINDAL. Aos valores serão adicionados os correspondentes tributos, taxas setoriais, PIS/PASEP, COFINS, P&D, sem, contudo, se restringir a estes. A apropriação da receita por SPE obedece ao critério da potência instalada de cada uma. b) Caixa e equivalentes de caixa: incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros e estão registrados pelos valores de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. c) Imobilizado: é demonstrado ao custo de aquisição e, quando aplicável, ajustado ao valor recuperável (impairment). As depreciações são calculadas pelo método linear com base em taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. O custo dos ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. d) Tributação: (i) Programa de Integração Social - PIS - 1,65% sobre faturamento e 0,65% sobre receitas financeiras; (ii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS - 7,6% sobre faturamento e 4,0% sobre as receitas financeiras; (iii) Imposto de Renda e Contribuição Social - a forma de tributação adotada é a do Lucro Real. A Contribuição Social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável e o Imposto de Renda calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% nos termos da legislação em vigor. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado. e) Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação. f) Outros ativos e passivos: um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. g) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo, e os de curto prazo quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. h) Principais mudanças nas políticas contábeis: A Companhia analisou as principais políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis anuais. Uma série de novas normas foram efetivas para exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019. Entre elas destacamos como principais: CPC 06 (R2) - Arrendamentos - O CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil, substituiu o CPC 06 (R1)/IAS 17 - Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2)/IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17. A Companhia e demais empresas do Complexo adotaram o CPC 06 (R2) retrospectivamente com efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro de 2019, somente para arrendamentos de terras com vigência superior a 12 meses a partir data da adoção inicial (curto prazo). Aluguéis administrativos, por seu valor abaixo do mínimo estabelecido, não foram incluídos nesta mensuração. Anualmente os critérios serão revisados. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo, pelo reconhecimento do direito do uso dos ativos arrendados e o respectivo aumento do passivo, conforme demonstrado a seguir: Ativo de direito de uso - Intangível 610.500 Passivo de arrendamento: - Circulante 23.500 - Não circulante 587.000 ICPC 22 - Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro: O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer o tratamento contábil para os tributos sobre o lucro. A questão principal na contabilização dos tributos sobre o lucro é como contabilizar os efeitos fiscais atuais e futuros de (i) futura recuperação (liquidação) do valor contábil dos ativos (passivos) que são reconhecidos no balanço patrimonial da entidade; e (ii) operações e outros eventos do período atual que são reconhecidos nas demonstrações contábeis da entidade. É inerente ao reconhecimento de ativo ou passivo que a entidade espera recuperar ou liquidar o valor contábil daquele ativo ou passivo. Se for provável que a recuperação ou a liquidação desse valor contábil tornará futuros pagamentos de tributos maiores (menores) do que eles seriam se tal recuperação ou liquidação não tivessem efeitos fiscais, este Pronunciamento exige que a entidade reconheça um passivo fiscal diferido (ativo fiscal diferido), com certas limitadas exceções. A Companhia avaliou e não identificou incertezas sobre o tratamento dos tributos IRPJ e CSLL, consequentemente, não tem impacto em suas demonstrações contábeis. 4. Caixa e equivalentes de caixa 31.12.2019 31.12.2018 Fundos de caixa 1.920 1.920 Bancos conta movimento 3.059 37.142 Aplicações financeiras 10.908.523 2.148.298 10.913.502 2.187.360 As aplicações financeiras estão representadas por recursos aplicados, substancialmente, em fundos de investimento de renda fixa, cujas rentabilidades tendem a ser igual à taxa DI, sem vencimento pré-determinado, podendo ser resgatados a qualquer momento pela Companhia. 5. Contas a receber: O saldo de R\$ 21.341 em 31.12.2019 (R\$ 2.276 em 31.12.2018) é oriundo da venda de energia por atendimento a Cláusula 3ª do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, conforme comentado na Nota Explicativa 3a). 6. Tributos a compensar 31.12.2019 31.12.2018 Imposto de renda retido na fonte - IRRF sem aplicações financeiras 30.691 23.947 Imposto de renda da pessoa jurídica - IRPJ 458.329 434.382 Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL 101.641 101.641 ISS 8.764 - 599.425 559.970 7. Saldos com partes relacionadas: Conforme mencionado nas Notas Explicativa 1 e 3a), a Companhia, juntamente com outras 10 (dez) SPE é membro de consórcio constituído com a finalidade de construção, operação, manutenção e uso compartilhado de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse entre as SPE e, por esse motivo, incorrem em gastos comuns, que são rateados conforme contrato de compartilhamento. As operações refletem saldos assim demonstrados: Saldo ativo 31.12.2019 31.12.2018 Saldo passivo 248.016 1.706 103.693 24.804 De acordo com o contrato de compartilhamento, o reembolso dos gastos ocorre mensal ou quinzenalmente mediante emissão de notas de débitos, não havendo geração de lucro ou de qualquer forma de remuneração a qualquer das partes. No saldo ativo estão incluídos R\$ 230.000 decorrente de operação de mútuo firmado com a empresa Teiú 2 Energia S.A. empresa membro do Consórcio GPXPAN, conforme comentado na Nota Explicativa 1. As condições contratuais da operação de mútuo prevêm encargos da variação da Taxa SELIC. 8. Imobilizado em serviço 31.12.2019 31.12.2018 Imobilizado em Serviço Administração: Beneficiárias em propriedade de terceiros - 11.632 Móveis e utensílios - 4.723 Equipamentos de informática - 1.750				<p>Geração: Máquinas e equipamentos 69.806.532 Depreciação acumulada (828.952) 68.977.580</p> <p>Imobilizado em Curso: Parque eólico - Custos incorridos com serviços e aquisição de materiais - 26.577.862 Adiantamentos a fornecedores 1.955.547 39.181.528 Gastos rateados - CT. CHESF CCT 006/2016 - Instal. de conexão à SE Pindal II - PND - 49.328 1.955.547 65.808.718 70.933.127 65.826.823</p> <p>Os ativos imobilizados e intangíveis da administração foram transferidos (reclassificados) para a empresa líder do Consórcio, conforme comentado na Nota 3 a). A Companhia elaborou teste de Recuperabilidade de seus ativos para a data base de 31.12.2019, cujos estudos não indicaram a necessidade de se proceder ajuste ao valor registrado (impairment).</p> <p>9. Obrigações tributárias 31.12.2019 31.12.2018 PIS 19.722 44 COFINS 91.328 252 ISS Terceiros 4.508 4.793 IRRF 4.782 2.713 Contribuição Social 1.420 720 INSS Terceiros 4.934 2.324 Retenção de PIS/COFINS/CSLL 9.101 1.179 ICMS 927 3.821 136.722 15.846</p> <p>10. Contingências: A Companhia está exposta a contingências de natureza cível decorrentes do curso normal de suas operações. A política de provisão adotada pela Companhia leva em consideração as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da própria Companhia, amparada na opinião de seus assessores legais. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía processos com risco de perda avaliados como provável. Os processos com probabilidade possível de perda montavam R\$ 8.456 (trabalhistas), envolvendo todas as empresas consorciadas, e R\$ 417.104 (fundárias) envolvendo algumas outras empresas do Complexo. Com possibilidade de perda possível, a Companhia é parte integrante como autora de ação ordinária onde busca provimento jurisdicional que impeça terceiros (demandados) de requerer remuneração para permitirem o livre trânsito nas vias de acesso ao parque eólico em fase de implantação. Em audiência conciliatória de 25.04.2018, a Justiça Federal de 1ª Instância na Bahia, determinou depósito judicial a título de caução pela autora. O saldo do depósito está registrado no ativo circulante tendo em vista a expectativa de solução final em curto prazo.</p> <p>11. Capital social: O capital social integralizado, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 está representado por ações ordinárias sem valor nominal e está assim composto:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31.12.2019</th> <th>31.12.2018</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>CHESF</td> <td>83.636.532</td> <td>83.670.000</td> </tr> <tr> <td>SEQUOIA</td> <td>33.468</td> <td>27.356</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>69.762.084</td> <td>69.789.440</td> </tr> </tbody> </table> <p>12. Receita operacional líquida 31.12.2019 31.12.2018 Receita de geração de energia 2.169.467 - Receita de compartilhamento de instalações 300.526 - Outras receitas 13.178 4.311 Tributos diretos - PIS e COFINS (555.462) - 1.927.709 4.311</p> <p>13. Custo dos serviços prestados 31.12.2019 31.12.2018 Materiais 28.625 - Serviços de terceiros 605.828 - Arrendamentos e aluguéis 7.225 - Depreciação 828.952 - 1.470.630 - (-) Recuperação de crédito PIS/COFINS (*) (452.802) - 1.017.828</p> <p>(*) - Por ter entrado em operação comercial em 2019, a Companhia procedeu à revisão das apurações desses tributos em anos anteriores, tendo constatado não ter se beneficiado de crédito fiscal referente à compra de energia.</p> <p>14. Despesas operacionais 31.12.2019 31.12.2018 Despesas gerais e administrativas: - Pessoal 544.693 325.871 - Serviços de terceiros 306.209 157.664 - Arrendamentos e aluguéis 36.805 26.460 - Depreciações e amortizações 1.313 1.416 - Demais despesas administrativas 297.045 101.181 1.186.065 612.592</p> <p>15. Despesas operacionais - Regulatórias 31.12.2019 31.12.2018 Compra de energia: - Garantia contratual (a) 505.143 323.270 - Lastro de leilão A-5 CCEAR (b) 796.558 445 1.301.701 323.715</p> <p>(a) - Despesa oriunda de obrigação perante o contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para garantia de entrega da energia contratada, tendo em vista o atraso na entrada em operação comercial da unidade geradora. (b) - Compra de energia no "mercado de curto prazo" para dar lastro à Cláusula 3ª do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, conforme comentado na Nota Explicativa 3a).</p> <p>16. Receitas (despesas) financeiras 31.12.2019 31.12.2018 Receitas Renda de aplicações financeiras 142.863 102.583 PIS e COFINS sobre receitas financeiras (6.628) (4.735) Outros 14.060 846 150.295 98.694</p> <p>Despesas Juros (1.879) (5.389) IOF, Comissões e Taxas (11.633) (7.643) Taxas bancárias (*) (116.632) (126.282) Multas (5.596) (6.324) (30.740) (145.638) 119.555 (46.944)</p> <p>(*) - O saldo elevado em 2018 decorre de pagamento de tarifa de análise de viabilidade econômico financeira para captação de recursos. 17. Cobertura de seguros: A Companhia adota como política a busca de seguros cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria externa das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram objeto de exame pelos nossos auditores independentes. 18. Instrumentos financeiros: A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 são equivalentes aos seus valores de mercado, considerando os critérios de mensuração de cada um. Nessa data, a Companhia não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. Técnicas de avaliação e informações utilizadas para determinação do valor justo: - Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis. - Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis. - Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias. Fatores de risco financeiro: A atividade da Companhia expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez. - Risco de crédito: Salvo pelas aplicações financeiras com bancos e eventuais créditos, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo. - Risco de capital: A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. - Risco de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado está relacionado às taxas de juros. A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. - Risco de liquidez: A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros. - Análise de sensibilidade: A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros. Classificação e mensuração: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. - Empréstimos e recebíveis: Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa. - Passivos financeiros: São inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. Em 31 de dezembro de 2019, passivos financeiros da Companhia classificados nessa categoria compreendem as contas a pagar aos fornecedores e contas a pagar para partes relacionadas. Sandro Inácio Carneiro da Cruz - Diretor. Rejane Costa de Lima - Contador(a) - CRC PE- 15.736-O/8</p>		31.12.2019	31.12.2018	CHESF	83.636.532	83.670.000	SEQUOIA	33.468	27.356	Total	69.762.084	69.789.440
	31.12.2019	31.12.2018														
CHESF	83.636.532	83.670.000														
SEQUOIA	33.468	27.356														
Total	69.762.084	69.789.440														

...continuação - PAPAIAO ENERGIA S/A

operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam in-

fluenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base

contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Recife - PE, 14 de fevereiro de 2020. PHF – AUDITORES INDEPENDENTES S/S - CRC-PE – 000680/O-0. **Hugo Ferreira da Silva Júnior** - Contador – CRC-PE – 0011620/O.

Cepe

EDITORA

A coleção Infantojuvenil da Cepe Editora tem livros para todas as idades.

FAÇA SEU PEDIDO
0800 081 1201

livros@cepe.com.br

CAITITU 2 ENERGIA S/A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019: MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO: Com eficiência e foco nos resultados, a Caititu 2 Energia S.A realizou grandes feitos no exercício de 2019. Dentre todos os grandes desafios enfrentados, destaque para a entrada em operação teste do Parque Eólico, principal objetivo da sociedade, com previsão de ser autorizado a entrada em operação comercial na primeira quinzena de Janeiro, que deverá gerar resultados econômicos, financeiros e sociais bastante positivos em 2020 e nos exercícios seguintes. Em conformidade com as diretrizes de suas acionistas, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf e Sequoia Capital Ltda, a Caititu 2 Energia S.A realiza seus investimentos, prioritariamente, no segmento de energias renováveis, por se tratar de uma fonte de energia limpa com impactos altamente positivos para o meio ambiente. Suas instalações se encontram localizadas em uma região com expressivo potencial de aproveitamento eólico, com excelentes perspectivas de consolidação da meta estabelecida no seu plano estratégico para a geração e comercialização de energia eólica. A expectativa é muito positiva em termos de novas conquistas em 2020, certo de sua contribuição para o desenvolvimento do Setor Elétrico e do Brasil, especialmente no que diz respeito à consolidação de uma matriz energética com base em fontes limpas e renováveis. Também em 2020, com a consolidação do início de seu processo de geração e comercialização de energia, os resultados financeiros para os próximos exercícios deverão ser positivos possibilitando, assim, o início do retorno dos capitais investidos por seus acionistas. **1. PERFIL DA EMPRESA:** A Caititu 2 Energia S. A. é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE, por ações de capital fechado, constituída pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf (99,96%) e pela Sequoia Capital Ltda (0,04%), cujo objetivo é a estruturação, o desenvolvimento, a implantação e a exploração de energia elétrica por fonte eólica. A comercialização de sua energia é na modalidade de Produtor Independente de Energia Elétrica – PIE, para a qual a outorga da Central Geradora Eólica EOL Caititu 2, no município de Pindai, no estado da Bahia, com potência total de 10,0 MW, foi autorizada pelo Poder Concedente por meio da Portaria MME nº 154 de 10 de abril de 2014. Sua sede está localizada na Av. Engenheiro Abdias de Carvalho, nº 1111, 4º andar, sala 405, no bairro Prado, na cidade de Recife, estado de Pernambuco. A Caititu 2 Energia S. A., juntamente com outras 10 (dez) Sociedades de Propósito Específico – SPE, é membro do Consórcio GPEXPAN, com a finalidade de construção e operação de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse restrito entre as SPE. Com uma estrutura organizacional compartilhada com as demais sociedades que compõem o Consórcio GPEXPAN, tem um quadro operacional adequado ao cenário de negócio atual e focado no melhor desempenho de implantação e operação de suas instalações. **2. NOSSO NEGÓCIO:** Com um modelo operacional integrado e compartilhado com outras SPEs integrantes do Consórcio GPEXPAN, a Companhia estrutura e executa a implementação dos projetos, e consequentemente assume a operação e manutenção dos parques. Nesse contexto, o Parque Eólico é composto atualmente por 05 (cinco) aerogeradores, com capacidade unitária de 2MW e potencial de geração anual certificada de 41.300,0 MW.h. Participante do leilão 5º LER (005/2013), tem contrato firmado com a Camara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE de 5,1 MW médios, por meio de tarifa regulada e corrigida pelo IPCA. Com a conclusão das inversões físicas previstas para o Projeto, a empresa tem como meta principal a geração e comercialização de energia nos patamares previstos em seus orçamentos. O exercício de 2020 se apresenta como o marco da consolidação dos processos de geração e comercialização da energia, com reflexos positivos importantes na geração de caixa e de resultados econômicos e financeiros para a Companhia. **3. GESTÃO CORPORATIVA:** A gestão da Companhia conta com a seguinte estrutura: Assembleia Geral dos Acionistas; Conselho de Administração; e Diretoria. Cada um desses órgãos tem o seu papel e responsabilidades claramente definidos, garantindo o respeito às normas e regulamentos internos e à legislação vigente no país, sempre buscando adotar as melhores práticas de mercado e os mais elevados níveis de governança corporativa. A Assembleia Geral, instância máxima de decisão da Companhia, delibera sobre os assuntos mais relevantes para a Companhia, emitindo recomendações para o Conselho de Administração. A reunião anual da Assembleia ocorre até o quarto primeiro mês após o término do exercício social e com participação exclusiva dos acionistas ou seus representantes devidamente constituídos. **3.2. Conselho de Administração:** O Conselho de Administração (CA), atuando em sintonia com as estratégias estabelecidas pelos acionistas, é responsável por administrar a Companhia, estabelecendo diretrizes, planos e metas e monitorando os resultados alcançados, bem como a performance da Diretoria Executiva. As reuniões do Conselho são realizadas mensalmente ou extraordinariamente, quando necessário. A atuação do Conselho envolve a análise de cenários riscos e oportunidades relevantes, a fim de proteger o patrimônio da Companhia e assegurar a maximização dos recursos aplicados pelos acionistas.

Composição do Conselho de Administração

Titular	Suplente	Indicação
-	Eduardo Boudoux Jatobá	Chesf
Armando José Pereira de Barros	Ângelo Coelho de Andrade	Chesf
Sérgio Sarquis Attié	Frederico Junqueira de Andrade Prado	Sequoia

3.3. Diretoria Executiva: A execução das diretrizes de negócios e a gestão das atividades operacionais, em conformidade com as definições do Conselho de Administração, estão a cargo da Diretoria, que deve ainda garantir que os processos decisórios sejam organizados adequadamente, sendo responsável por assegurar o correto funcionamento da Companhia.

Composição da Diretoria

Nome	Cargo	Data 1ª eleição	Prazo do Mandato	Término do Mandato
Humberto Maribondo de Moraes	Diretor Técnico	24/10/2018	07/05/2020	09/10/2019
Ricardo José Jucá Pimentel	Diretor Financeiro - administrativo	01/11/2017	07/05/2020	09/10/2019
Denilson Veronese da Costa	Diretor Financeiro - administrativo	15/10/2019	07/05/2020	23/12/2019
Sandro Inácio Carneiro Cruz	Diretor Técnico	15/10/2019	07/05/2020	Em exercício

3.4. Governança Interna: Objetivando estruturar a empresa nos aspectos de governança corporativa, de acordo com as melhores práticas, foi instituída a função de Governança corporativa e controladoria com as seguintes atribuições: • aprimorar os processos de controles para redução dos riscos e monitorar o cumprimento de planos de ação definidos junto às áreas envolvidas; • disseminar a cultura de controles internos e de gestão de riscos na Companhia; • coordenar a realização de estudos de possibilidades para cumprimento das obrigações financeiras pela própria SPE, incluindo a análise detalhada do fluxo de caixa, redução de custos e novas captações; • dotar a alta administração com informações estratégicas nos temas de integridade corporativa (Compliance), de gestão de riscos corporativos e do ambiente de controle internos; • coordenar o encaminhamento das informações financeiras para os acionistas, permitindo a avaliação e consistência entre as premissas e os resultados apresentados pela SPE; • monitorar o cumprimento dos prazos e assegurar a conformidade no atendimento às demandas internas e externas; • revisar o conteúdo dos documentos relativos ao Plano Negócios da SPE; • implementar na SPE o fluxo e a análise prévia das matérias passíveis de aprovações na governança dos acionistas e seus controladores; • analisar a documentação interna para aprovação de matérias na Diretoria e no Conselho da SPE. **4. PLANEJAMENTO EMPRESARIAL:** O Planejamento Empresarial é um processo dinâmico, que envolve a constante avaliação dos fatores internos e externos que influenciam o desempenho empresarial e a consequente adequação dos objetivos estratégicos, visando a aprimorar a gestão e atingir as metas e resultados propostos. A fim de consolidar o Planejamento Empresarial da Companhia, em outubro de 2019, foi aprovado pelos acionistas e Conselho de Administração a Revisão do Plano de Negócio. Esse Plano está focado nos 3 (três) processos mais importantes da Companhia, quais sejam: Geração; Transmissão; e Comercialização de Energia. Regularmente, a Companhia efetua reuniões de monitoramento de desempenho dos indicadores de realização orçamentária. **4.1. Geração:** Caititu 2 Energia S.A entrou em operação teste a partir de novembro de 2019 e em operação comercial na data 28/01/2020, conforme o despacho da ANEEL 185/2020. Em 2019 a SPE gerou 2.600,0 MWh (em teste), equivalente a 5,82% do montante anual contratado. Com uma garantia física de 5,1 MW médios, conforme portaria 154/2014 do MME, tem um Contrato para fornecimento e comercialização de energia no ambiente regulado de 44.676,0 MWh por ano, até o ano de 2035. **4.2. Transmissão:** O sistema de transmissão é composto pelo sistema de interligação em média tensão (34,5kV), com uma extensão de 10,674m, dos aerogeradores até a Subestação Coletora/Elevadora de 34,5/230kV. Em

complemento e por meio de uma Linha de Transmissão em 230kV, com extensão de 3.435m, o parque eólico se conecta ao Sistema Interligado Nacional – SIN através da ICG – PND, Subestação Pindai II, da concessionária Chesf. **5. GESTÃO SOCIAL E AMBIENTAL:** Os programas socioambientais desenvolvidos pela Companhia e as demais SPE que compõem o Consórcio GPEXPAN, ao longo dos quase cinco anos de implantação, atingiram diretamente cerca de 10.000 pessoas, por meio dos programas desenvolvidos, sendo: cursos; palestras; debates; campanhas ambientais; campanhas de preservação patrimonial; campanhas de segurança no trânsito; programa de sinalização das vias de acesso; e, oficinas de formação profissional. Os empreendimentos conseguiram gerar cerca de 2.100 postos de trabalhos diretos e 4.000 postos indiretos. Com uma estratégia de construção focada no menor impacto ambiental, as principais atividades de montagem do parque foram retomadas e concluídas neste ano de 2019. Com pontos de estocagem em locais estratégicos dentro da logística de implantação, os equipamentos foram transportados gerando o menor impacto para as comunidades, tanto sob o aspecto de emissão de particulados, como também para a segurança de uso das vias. Em 2019, também foram desenvolvidas todas as demais atividades exigidas pela Licença de Instalação – LI, ora estabelecida pelo INEMA, por meio da Portaria no 9.633/2015. Em 10/01/2020, foi obtida a Licença de Operação por meio da Portaria Inema nº 19.914/2020, com prazo de validade até 10/01/2025 e com previsão de renovações sucessivas em conformidade com a legislação e sinergia com a vigência da outorga de autorização. Os Programas Ambientais exigidos na etapa de Operação do empreendimento continuarão a ser desenvolvidos durante o período de operação da central eólica, conforme os condicionantes ambientais solicitadas na referida Portaria do Inema.

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6.1. Balanço Patrimonial

RELATÓRIO AUDITADO CAITITU 2	Eq uivalência Patrimonial CAITITU 2		
	CHESF 99,96%	SEQUIOIA 0,04%	CAITITU 2 100,00%
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3.872.150	3.870.601	1.549 3.872.150
Contas a receber	-	-	-
Tributos e contribuições sociais a compensar	307.893	307.770	123 307.893
Despesas antecipadas - Prêmios de seguros	6.475	6.472	3 6.475
Demais ativos circulantes	11.893	11.888	5 11.893
Créditos com partes relacionadas	17.962	-	-
Depósitos judiciais e cauções	155.582	155.520	62 155.582
4.371.955	4.352.251	1.742	4.353.993
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado em serviço - Administração	-	-	-
Imobilizado em serviço - Geração de energia	-	-	-
Imobilizado em andamento - curso	64.850.072	64.824.132	25.940 64.850.072
Intangível	2.455.000	2.454.018	982 2.455.000
67.305.072	67.278.150	26.922	67.305.072
71.677.027	71.630.401	28.664	71.659.065
TOTAL DO ATIVO			
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores e contas a pagar	486.480	486.285	195 486.480
Obrigações tributárias	27.071	27.060	11 27.071
Obrigações com partes relacionadas	107.008	-	-
Arrendamentos	26.000	25.990	10 26.000
Demais passivos circulantes	2.306	2.305	1 2.306
648.865	541.640	217	541.857
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Arrendamentos	679.000	678.728	272 679.000
679.000	678.728	272	679.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social integralizado	76.020.000	75.989.592	30.408 76.020.000
Reserva de lucros	-	-	-
Prejuízos acumulados	(5.670.838)	(5.579.559)	(2.233) (5.581.792)
70.349.162	70.410.033	28.175	70.438.208
71.677.027	71.630.401	28.664	71.659.065

6.2. Demonstração de Resultados

RELATÓRIO AUDITADO CAITITU 2	Eq uivalência Patrimonial CAITITU 2		
	CHESF 99,96%	SEQUIOIA 0,04%	CAITITU 2 100,00%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			
Receita de operação com energia	-	-	-
Receita de compartilhamento de instalações	300.526	300.406	120 300.526
Outras receitas	73	73	73
Tributos diretos - PIS e COFINS	(27.799)	(27.788)	(11) (27.799)
272.800	272.691	109	272.800
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Materiais	-	-	-
Serviços de Terceiros	-	-	-
Depreciação	-	-	-
Arrendamentos e Aluguéis	-	-	-
Recuperação de despesas	-	-	-
(1.278.878)	(1.278.366)	(512)	(1.278.878)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas:			
- Pessoal	(544.724)	(544.506)	(218) (544.724)
- Serviços de terceiros	(326.033)	(325.903)	(130) (326.033)
- Arrendamentos e aluguéis	(97.106)	(97.067)	(39) (97.106)
- Depreciações e amortizações	(1.432)	(1.431)	(1) (1.432)
- Demais despesas administrativas	(309.583)	(309.459)	(124) (309.583)
(1.278.878)	(1.278.366)	(512)	(1.278.878)
Despesas regulatórias:			
- Suprimento de energia	(346.673)	(346.534)	(139) (346.673)
- Penalidades contratuais	(1.237.039)	(1.236.544)	(495) (1.237.039)
(1.583.712)	(1.583.079)	(633)	(1.583.712)
(2.589.790)	(2.588.754)	(1.036)	(2.589.790)
Resultado financeiro			
Receitas	80.201	80.169	32 80.201
Despesas	(58.471)	(58.448)	(23) (58.471)
21.730	21.721	9	21.730
Prejuízo do exercício	(2.568.060)	(2.567.033)	(1.027) (2.568.060)
Prejuízo por ação – R\$	-0,03	(0,03)	(0,03)

Notas da Administração. Nota 1: A Companhia tem a expectativa de recebimento de créditos revidos na CCEE na ordem aproximada de R\$ 0,5 milhão, cujo reconhecimento foi confirmado em fevereiro/2020 por parte da CCEE e a evolução das discussões estão associadas ao equacionamento da inadimplência do setor, decorrente de fatores externos à gestão da SPE. Nota 2: A companhia encerrou o exercício de 2019 com disponibilidades da ordem de R\$ 3,8 milhões. Esses recursos irão fazer face aos compromissos em negociação final junto aos fornecedores, decorrentes da execução da implantação do parque eólico. Em função das incertezas na discussão dos valores, estas despesas serão consideradas nas demonstrações financeiras do primeiro trimestre de 2020. **6.3. Auditores Independentes:** Nos termos da Instrução CVM nº 381 a SPE firmou contrato com a PHF – Auditores Independentes S/S para prestação do serviço de auditoria das demonstrações financeiras da empresa, conforme parecer em anexo 01 (um). **6.4. Demonstrações Financeiras:** Segue no anexo 02 (dois) o relatório das demonstrações financeiras realizada através da contabilidade.

Recife, 23 de março de 2020

A Administração
Sandro Inácio Carneiro da Cruz - Diretor.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em Reais)			
Nota Explicativa	31.12.2019	31.12.2018	
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.872.150	4.108.834
Tributos e contribuições sociais a compensar	5	307.893	289.560
Despesas antecipadas - Prêmios de seguros		6.475	3.588
Demais ativos circulantes		11.893	7.177
Créditos com partes relacionadas	6	17.962	1.706
Depósitos judiciais e cauções	11	155.582	148.895
4.371.955	4.559.760		
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	7	64.850.072	57.243.821
Intangível	8	2.455.000	1.754.924
67.305.072	58.998.745		
71.677.027	63.558.505		
TOTAL DO ATIVO			
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores e contas a pagar		486.480	361.492
Obrigações tributárias	9	27.071	115.743
Obrigações com partes relacionadas	6	107.008	24.048
Arrendamentos	3 i)	26.000	-
Outros		2.306	-
648.865	501.283		
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Arrendamentos	3 i)	679.000	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	11	76.020.000	66.160.000
Prejuízos acumulados		(5.670.838)	(3.102.778)
70.349.162	63.057.222		
71.677.027	63.558.505		

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM

31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018			
(Em Reais)			
Nota Explicativa	31.12.2019	31.12.2018	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			
Receita de compartilhamento de instalações	3 a)	300.526	-
Outras receitas		73	446
Tributos diretos - PIS e COFINS		(27.799)	-
272.800	446		
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas:	3 a)		
- Pessoal		(544.724)	(325.909)
- Serviços de terceiros		(326.033)	(155.832)
- Arrendamentos e aluguéis		(97.106)	(23.307)
- Depreciações e amortizações		(1.432)	(1.416)
- Demais despesas administrativas		(309.583)	(127.282)
(1.278.878)	(633.746)		
Despesas regulatórias:			
- Ressarcimento de energia	13	(346.673)	(325.083)
- Penalidades contratuais		(1.237.039)	(1.080.645)
(1.583.712)	(1.405.728)		
(2.862.590)	(2.039.474)		
(2.589.790)	(2.039.028)		
Resultado financeiro			
Receitas		80.201	141.095
Despesas		(58.471)	(224.730)
21.730	(83.635)		
Prejuízo do período		(2.568.060)	(2.122.663)
Prejuízo por ação – R\$		(0,03)	(0,03)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em Reais)			
	31.12.2019	31.12.2018	
Resultado do exercício	(2.568.060)	(2.122.663)	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente do exercício	(2.568.060)	(2.122.663)	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em Reais)				
	Capital Social	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2017	51.780.000	343.443	(1.323.558)	50.799.885
Aumento de capital	14.380.000	-	-	14.380.000
Prejuízo do exercício	-	-	(2.122.663)	(2.122.663)
Absorção de prej. acumulados	-	(343.443)	343.443	-
Saldos em 31/12/2018	66.160.000	-	(3.102.778)	63.057.222
Aumento de Capital	9.860.000	-	-	9.860.000
Prejuízo do exercício	-	-	(2.568.060)	(2.568.060)
Saldos em 31/12/2019	76.020.000	-	(5.670.838)	70.349.162

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em Reais)			
------------	--	--	--

...continuação - CAIITU 2 ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em Reais)

1. Contexto operacional e informações gerais: A Caiitu 2 Energia S.A. é uma sociedade de propósito específico (SPE), por ações de capital fechado, oriunda de consórcio entre a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf (99,96%) e a Sequoia Capital Ltda. (0,04%), vencedoras do 5º Leilão de Energia de Reserva (LER/2013) promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel em 23.08.2013, cujo objeto é a estruturação, o desenvolvimento, a implantação e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica localizado no Estado da Bahia, com 10 MW de potência instalada. Foi constituída em 14.11.2013, porém, a primeira integralização de capital ocorreu em 14.01.2014. Tem sua sede e foro jurídico na Av. Engenheiro Abdias de Carvalho, 1111, sala 405, Bairro Prado - CEP 50751-000, na cidade de Recife-PE. A Caiitu 2 Energia S.A., juntamente com outras 10 (dez) Sociedades de Propósito Específico - SPE, é membro do Consórcio GPExpan constituído em 20.01.2015 (com efeitos retroativos a 30.04.2014), com a finalidade de construção e operação de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse restrito entre as SPE. **2. Apresentação das demonstrações contábeis. a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, cujas principais aplicadas estão descritas na nota explicativa 3. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 14 de fevereiro de 2020. **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação.** Apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. **d) Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado contabilmente. Itens significativos sujeitos à estimativa incluem, entre outros, (i) a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; (ii) a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e (iii) a provisão para recuperação de ativos. A liquidação das transações dessas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. **3. Resumo das principais políticas contábeis. a) Apuração do resultado:** o resultado é apurado com base no regime de competência. Conforme comentado na Nota Explicativa 1, a Companhia é parte integrante de consórcio constituído com a finalidade de construção, operação, manutenção e uso compartilhado de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse entre as SPE, bem como quaisquer outras instalações, equipamentos e materiais que aproveitem indistintamente a todos os parques eólicos, em conformidade com os procedimentos do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Dessa forma, foi celebrado contrato objetivando regular a relação das consorciadas no âmbito dos contratos celebrados para construção, manutenção e operação dos bens que venham a integrar os "ativos comuns", bem como dos "ativos próprios" mas que venham, eventualmente, a interferir na operação dos "ativos comuns". Outrossim, o contrato regula as condições de rateio de todos os custos e despesas comuns, incluindo as administrativas, incorridas por quaisquer consorciadas em relação à implantação de todos os parques eólicos. Para tanto, foi escolhida e estabelecida uma empresa "líder do consórcio" a quem cabe, entre outros, coordenar e fiscalizar o cumprimento dos pagamentos de gastos relacionados aos contratos de ativos comuns e pelo rateio (participações proporcionais) dos pagamentos de gastos comuns. A previsão de entrada em operação da Companhia é 28.01.2020. **Receita de Compartilhamento de Instalações:** As empresas componentes do Consórcio, por decorrência da autorização outorgada pelo Ministério de Minas e Energia, instalaram, operam e mantêm a Subestação Coletora de sua propriedade, localizada na Fazenda Lapa, Estrada Guirapá a Tanque - zona rural do município de Pindal/BA ("SE GPExPAN") e demais instalações de transmissão. O acionista majoritário CHESF, indicou, por razões técnicas e jurídicas, a realização de consulta pública às empresas situadas na área coberta pelo raio de 20 Km (vinte quilômetros) da SE GPExPAN, a fim de identificar eventual interesse na utilização das mencionadas entradas de linha. Processada a consulta pública, as Eólicas PINDAÍ demonstraram interesse na cessão de uso remunerada das 4 (quatro) entradas de linha da SE GPExPAN, bem como no compartilhamento dos custos de operação e manutenção das instalações compartilhadas. As Eólicas PINDAÍ irão realizar as obras de implantação das suas Instalações de Conexão, arcando com os investimentos e demais custos associados, e posteriormente firmando o Termo de Transferência Não Onerosa - TTNO, para transferência dos ativos incorporados à SE GPExPAN ao GPExPAN. Assim, em 03.07.2019, foi firmado Contrato estabelecendo as condições, procedimentos, responsabilidades técnico-operacionais e comerciais que irão regular o assunto. Pela cessão de uso das Instalações Compartilhadas as Eólicas PINDAÍ pagarão ao GPExPAN o valor de R\$ 17.994.345 dividido da seguinte forma: a) R\$ 3.000.000 na data de assinatura do instrumento; b) R\$ 3.000.000 na data de formalização do Acordo Operativo, o qual deverá preceder a entrada do primeiro aerogerador para operação em teste; c) R\$ 5.000.000 na data de entrada em operação em teste do primeiro aerogerador de propriedade das Eólicas PINDAÍ; d) R\$ 6.994.345 divididos em 10 (dez) parcelas anuais, corrigidas pela variação do IPCA verificada entre a data de assinatura do instrumento e a data do efetivo pagamento, vencendo a primeira parcela na data de entrada em operação comercial do último aerogerador de propriedade das Eólicas PINDAÍ. Aos valores serão adicionados os correspondentes tributos, taxas setoriais, PIS/PASEP, COFINS, P&D, sem, contudo, se restringir a estes. A apropriação da receita por SPE obedece ao critério da potência instalada de cada uma. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros e estão registrados pelos valores de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **c) Imobilizado:** é demonstrado ao custo de aquisição e, quando aplicável, ajustado ao valor recuperável (impairment). As depreciações são calculadas pelo método linear com base em taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. O custo dos ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. **d) Intangível:** é demonstrado ao custo de aquisição, o qual não excede o seu valor justo ou de realização. **e) Tributação:** (i) Programa de Integração Social - PIS - 1,65% sobre faturamento e 0,65% sobre receitas financeiras; (ii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS - 7,6% sobre faturamento e 4,0% sobre as receitas financeiras; (iii) Imposto de Renda e Contribuição Social - a forma de tributação adotada é a do Lucro Real. A Contribuição Social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável e o Imposto de Renda calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% nos termos da legislação em vigor. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações às quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado. **f) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação. **g) Outros ativos e passivos:** um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **h) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo, e os de curto prazo quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. **i) Principais mudanças nas políticas contábeis:** A Companhia analisou as principais políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis anuais. Uma série de novas normas foram efetivas para exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019. Entre elas destacamos como principais: **CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil, substituiu o CPC 06 (R1)/IAS 17 - Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2)/IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17. A Companhia e as demais empresas do Complexo adotaram o CPC 06 (R2) retrospectivamente com efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro de 2019, somente para arrendamentos de terras com vigência superior a 12 meses a partir da data da adoção inicial (curto prazo). Aluguéis administrativos, por seu valor abaixo do mínimo estabelecido, não foram incluídos nesta mensuração. Anualmente os critérios serão reavaliados. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo, pelo reconhecimento do direito do uso dos ativos arrendados e o respectivo aumento do passivo, conforme demonstrado:

	31.12.2019	31.12.2018
Ativo de direito de uso - Intangível	705.000	
Passivo de arrendamento:		
- Circulante	26.000	
- Não circulante	679.000	
	705.000	
ICPC 22 - Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro: O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer o tratamento contábil para os tributos sobre o lucro. A questão principal na contabilização dos tributos sobre o lucro é como contabilizar os efeitos fiscais atuais e futuros de (i) futura recuperação (liquidação) do valor contábil dos ativos (passivos) que são reconhecidos no balanço patrimonial da entidade; e (ii) operações e outros eventos do período atual que são reconhecidos nas demonstrações contábeis da entidade. É inerente ao reconhecimento de ativo ou passivo que a entidade espera recuperar ou liquidar o valor contábil daquele ativo ou passivo. Se for provável que a recuperação ou a liquidação desse valor contábil tornará futuros pagamentos de tributos maiores (menores) do que eles seriam se tal recuperação ou liquidação não tivessem efeitos fiscais, este Pronunciamento exige que a entidade reconheça um passivo fiscal diferido (ativo fiscal diferido), com certas limitadas exceções. A Companhia avaliou e não identificou incertezas sobre o tratamento dos tributos IRPJ e CSLL, consequentemente, não tem impacto em suas demonstrações contábeis.		
4. Caixa e equivalentes de caixa	31.12.2019	31.12.2018
Fundos de caixa	1.920	1.920
Bancos conta movimento	5.125	11.804
Aplicações financeiras	3.865.105	4.095.110
	3.872.150	4.108.834
As aplicações financeiras estão representadas por recursos aplicados, substancialmente, em fundos de investimento de renda fixa, cujas rentabilidades tendem a se igualar à taxa DI, sem vencimento pré-determinado, podendo ser resgatados a qualquer momento pela Companhia.		
5. Tributos a compensar	31.12.2019	31.12.2018
Imposto de renda retido na fonte - IRRF sem aplicações financeiras	18.333	33.302
Imposto de renda da pessoa jurídica - IRPJ - Saldo negativo	268.138	234.836
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	21.422	21.422
6. Saldos com partes relacionadas: Conforme mencionado nas Notas Explicativas 1 e 3a), a Companhia, juntamente com outras 10 (dez) SPE é membro de consórcio constituído com a finalidade de construção, operação, manutenção e uso compartilhado de subestações coletoras e da linha de transmissão de interesse entre as SPE e, por esse motivo, incorrem em gastos comuns, que são rateados conforme contrato de compartilhamento. As operações refletem saldos assim demonstrados:		
	31.12.2019	31.12.2018
• Saldo ativo	17.962	1.706
• Saldo passivo	107.008	24.048
De acordo com o contrato de compartilhamento, o reembolso dos gastos ocorre mensal ou quinzenalmente mediante emissão de notas de débitos, não havendo geração de lucro ou de qualquer forma de remuneração a qualquer das partes.		

	31.12.2019	31.12.2018			
7. Imobilizado em serviço					
Imobilizado em Serviço					
Administração:					
Benefetórias em propriedade de terceiros	-	11.632			
Móveis e utensílios	-	4.728			
Equipamentos de informática	-	1.750			
		18.110			
Imobilizado em Curso					
Parque eólico - Custos incorridos com serviços e aquisição de materiais	62.773.377	21.665.496			
Adiantamentos a fornecedores	2.027.368	35.510.888			
Gastos rateados - CT. CHESF CCT 006/2016 - Instal. de conexão à SE Pindai II - PND	49.327	49.327			
	64.850.072	57.225.711			
	64.850.072	57.243.821			
Os ativos imobilizados e intangíveis da administração foram transferidos (reclassificados) para a empresa líder do Consórcio, conforme comentado na Nota 3 a). A Companhia elaborou teste de Recuperabilidade de seus ativos para a data base de 31.12.2019, cujos estudos não indicaram a necessidade de se proceder ajuste ao valor registrado (impairment).					
8. Intangível	31.12.2019	31.12.2018			
Direitos e registro Aneel	1.750.000	1.750.000			
Ativo de direito de uso - CPC 06 (R2)	705.000	-			
Softwares	-	4.924			
	2.455.000	1.754.924			
9. Obrigações tributárias	31.12.2019	31.12.2018			
PIS	93	93			
COFINS	532	535			
Contribuição social	2.222	1.233			
ISS Terceiros	5.796	61.754			
INSS Terceiros	4.934	41.843			
IRRF	5.508	5.521			
Retenções PIS/COFINS e CSLL	7.986	1.179			
ICMS - Diferencial de alíquota	-	3.585			
	27.071	115.743			
10. Contingências: A Companhia está exposta a contingências de natureza civil decorrentes do curso normal de suas operações. A política de provisão adotada pela Companhia leva em consideração as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da própria Companhia, amparada na opinião de seus assessores legais. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía processos com risco de perda avaliados como provável. Os processos com probabilidade possível de perda montavam R\$ 8.456 (trabalhistas), envolvendo todas as empresas consorciadas, e R\$ 417.104 (fundárias) envolvendo algumas outras empresas do Complexo. Com possibilidade de perda possível, a Companhia é parte integrante como autora de ação ordinária onde busca provimento jurisdicional que impeça terceiros (demandados) de requerer remuneração para permitirem o livre trânsito nas vias de acesso ao parque eólico em fase de implantação. Em audiência de conciliação de 25.04.2018, a Justiça Federal de 1ª Instância na Bahia, determinou depósito judicial a título de caução pela autora. O saldo do depósito está registrado no ativo circulante tendo em vista a expectativa de solução final em curto prazo.					
11. Capital social: O capital social integralizado, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está representado por ações ordinárias sem valor nominal e está assim composto:					
	31.12.2019	31.12.2018			
CHESF	SEQUOIA	Total	CHESF	SEQUOIA	Total
75.989.592	30.408	76.020.000	66.133.536	26.464	66.160.000
12. Despesas operacionais - Regulatórias. a) Ressarcimento de energia - despesa oriunda de obrigação perante o contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para garantia de entrega da energia contratada, tendo em vista o atraso na entrada em operação comercial da unidade geradora; b) Penalidades contratuais - despesa decorrente do descumprimento do cronograma de implantação da usina, cujo processo administrativo foi instaurado pela ANEEL.					
	31.12.2019	31.12.2018			
Receitas					
Renda de aplicações financeiras	84.093	147.967			
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(3.896)	(6.872)			
Outras	4	-			
	80.201	141.095			
Despesas					
Juros	(15.163)	(12.829)			
IOF, Comissões e Taxas	(23.426)	(6.784)			
Taxas bancárias (*)	(12.210)	(204.558)			
Multas	(7.672)	(559)			
	(58.471)	(224.730)			
	21.730	(83.635)			
(*) - O saldo elevado em 2018 decorre de pagamento de tarifa de análise de viabilidade econômica financeira para captação de recursos. 14. Cobertura de seguros: A Companhia adota como política a busca de seguros cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria externa das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram objeto de exame pelos nossos auditores independentes. 15. Instrumentos financeiros: A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros de acordo com a sua classificação. Os valores dos instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 são equivalentes aos seus valores de mercado, considerando os critérios de mensuração de cada um. Nessa data, a Companhia não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. Técnicas de avaliação e informações utilizadas para determinação do valor justo. • Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis. • Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis. • Fornecedores e outras obrigações: o valor justo apropria-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias. Fatores de risco financeiro: A atividade da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez. • Risco de crédito: Salvo pelas aplicações financeiras com bancos e eventuais créditos, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo. • Risco de capital: A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. • Risco de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado está relacionado às taxas de juros. A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. • Risco de liquidez: A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros. • Análise de sensibilidade: A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros. Classificação e mensuração: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. • Empréstimos e recebíveis: Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa. • Passivos financeiros: São inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. Em 31 de dezembro de 2019, passivos financeiros da Companhia classificados nessa categoria compreendiam as contas a pagar aos fornecedores e contas a pagar para partes relacionadas. Sandro Inácio Carneiro da Cruz - Diretor. Rejane Costa de Lima - Contador(a) - CRC PE- 15.736-O/8.					

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da Caiitu 2 Energia S.A. Recife - PE. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Caiitu 2 Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caiitu 2 Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme comentado na Nota Explicativa 1 às demonstrações contábeis, a Companhia, juntamente com outras 10 (dez) Sociedades de Propósito Específico - SPE, é membro do Consórcio GPExpan, com a finalidade de construção e operação de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse restrito entre as SPE, cujo objeto é a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica. A Companhia possui obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais, que serão estimados a incorrer na desmontagem e remoção dos aerogeradores e obras civis, quando do término do contrato de arrendamento das terras rurais. A provisão para desmobilização de ativos imobilizados deve ser contabilizada de acordo com a NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e a ITG 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Companhia optou por constituir tal provisão quando da conclusão de todos os projetos componentes do Complexo. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de

...continuação - CAITITU 2 ENERGIA S/A.

auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identifi-

camos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressar-

mos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a

data de nosso relatório. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Recife - PE, 14 de fevereiro de 2020. PHF – AUDITORES INDEPENDENTES S/S - CRC-PE – 000680/O-0. **Hugo Ferreira da Silva Júnior** - Contador – CRC-PE – 0011620/O.



A CEPE DOC É RESPONSÁVEL
PELA DIGITALIZAÇÃO,
GUARDA E GESTÃO DOS
SEUS DOCUMENTOS.

FALE COM A GENTE.
doc@cepe.com.br

81 3183 2747
cepe.com.br

Cepe
DOC

CAITITU 3 ENERGIA S/A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019: MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO: Com eficiência e foco nos resultados, a Caititu 3 Energia S.A realizou grandes feitos no exercício de 2019. Dentre todos os grandes desafios enfrentados, destaca para a entrada em operação teste do Parque Eólico, principal objetivo da sociedade, com previsão de ser autorizado a entrada em operação comercial na primeira quinzena de Janeiro, que deverá gerar resultados econômicos, financeiros e sociais bastante positivos em 2020 e nos exercícios seguintes. Em conformidade com as diretrizes de suas acionistas, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf e Sequoia Capital Ltda, a Caititu 3 Energia S.A realiza seus investimentos, prioritariamente, no segmento de energias renováveis, por se tratar de uma fonte de energia limpa com impactos altamente positivos para o meio ambiente. Suas instalações se encontram localizadas em uma região com expressivo potencial de aproveitamento eólico, com excelentes perspectivas de consolidação da meta estabelecida no seu plano estratégico para a geração e comercialização de energia eólica. A expectativa é muito positiva em termos de novas conquistas em 2020, certo de sua contribuição para o desenvolvimento do Setor Elétrico e do Brasil, especialmente no que diz respeito à consolidação de uma matriz energética com base em fontes limpas e renováveis. Também em 2020, com a consolidação do início de seu processo de geração e comercialização de energia, os resultados financeiros para os próximos exercícios deverão ser positivos possibilitando, assim, o início do retorno dos capitais investidos por seus acionistas. **1. PERFIL DA EMPRESA:** A Caititu 3 Energia S. A. é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE, por ações de capital fechado, constituída pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf (99,96%) e pela Sequoia Capital Ltda (0,04%), cujo objetivo é a estruturação, o desenvolvimento, a implantação e a exploração de energia elétrica por fonte eólica. A comercialização de sua energia é na modalidade de Produtor Independente de Energia Elétrica – PIE, para a qual a outorga da Central Geradora Eólica EOL Caititu 3, no município de Pindai, no estado da Bahia, com potência total de 10,0 MW, foi autorizada pelo Poder Concedente por meio da Portaria MME nº 177 de 28 de abril de 2014. Sua sede está localizada na Av. Engenheiro Abdias de Carvalho, nº 1111, 4º andar, sala 405, no bairro Prado, na cidade de Recife, estado de Pernambuco. A Caititu 3 Energia S. A., juntamente com outras 10 (dez) Sociedades de Propósito Específico – SPE, é membro do Consórcio GPExpan, com a finalidade de construção e operação de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse restrito entre as SPE. Com uma estrutura organizacional compartilhada com as demais sociedades que compõe o Consórcio GPExpan, tem um quadro operacional adequado ao cenário de negócio atual e focado no melhor desempenho de implantação e operação de suas instalações. **2. NOSSO NEGÓCIO:** Com um modelo operacional integrado e compartilhado com outras SPEs integrantes do Consórcio GPExpan, a Companhia estrutura e executa a implementação dos projetos, e consequentemente assume a operação e manutenção dos parques. Nesse contexto, o Parque Eólico é composto atualmente por 05 (cinco) aerogeradores, com capacidade unitária de 2MW e potencial de geração anual certificada de 37.500,0 MWh. Participante do leilão 5º LER (005/2013), tem contrato firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE de 4,7 MW médios, por meio de tarifa regulada e corrigida pelo IPCA. Com a conclusão das inversões físicas previstas para o Projeto, a empresa tem como meta principal a geração e comercialização de energia nos patamares previstos em seus orçamentos. O exercício de 2020 se apresenta como o marco da consolidação dos processos de geração e comercialização da energia, com reflexos positivos importantes na geração de caixa e de resultados econômicos e financeiros para a Companhia. **3. GESTÃO CORPORATIVA:** A gestão da Companhia conta com a seguinte estrutura: Assembleia Geral dos Acionistas; Conselho de Administração; e Diretoria. Cada um desses órgãos tem o seu papel e responsabilidades claramente definidos, garantindo o respeito às normas e regulamentos internos e à legislação vigente no país, sempre buscando adotar as melhores práticas de mercado e os mais elevados níveis de governança corporativa. A Assembleia Geral, instância máxima de decisão da Companhia, delibera sobre os assuntos mais relevantes para a Companhia, emitindo recomendações para o Conselho de Administração. A reunião anual da Assembleia ocorre até o quarto primeiro mês após o término do exercício social e com participação exclusiva dos acionistas ou seus representantes devidamente constituídos. **3.2. Conselho de Administração:** O Conselho de Administração (CA), atuando em sintonia com as estratégias estabelecidas pelos acionistas, é responsável por administrar a Companhia, estabelecendo diretrizes, planos e metas e monitorando os resultados alcançados, bem como a performance da Diretoria Executiva. As reuniões do Conselho são realizadas mensalmente ou extraordinariamente, quando necessário. A atuação do Conselho envolve a análise de cenários riscos e oportunidades relevantes, a fim de proteger o patrimônio da Companhia e assegurar a maximização dos recursos aplicados pelos acionistas.

Composição do Conselho de Administração

Titular	Suplente	Indicação
-	Eduardo Boudoux Jatobá	Chesf
Armando José Pereira de Barros	Ângelo Coelho de Andrade	Chesf
Sérgio Sarquis Attié	Frederico Junqueira de Andrade Prado	Sequoia

3.3. Diretoria Executiva: A execução das diretrizes de negócios e a gestão das atividades operacionais, em conformidade com as definições do Conselho de Administração, estão a cargo da Diretoria, que deve ainda garantir que os processos decisórios sejam organizados adequadamente, sendo responsável por assegurar o correto funcionamento da Companhia.

Composição da Diretoria

Nome	Cargo	Data 1ª eleição	Prazo do Mandato	Término do Mandato
Humberto Maribondo de Moraes	Diretor Técnico	24/10/2018	07/05/2020	09/10/2019
Ricardo José Jucá Pimentel	Diretor Financeiro - administrativo	01/11/2017	07/05/2020	09/10/2019
Denilson Veronese da Costa	Diretor Financeiro - administrativo	15/10/2019	07/05/2020	23/12/2019
Sandro Inácio Carneiro Cruz	Diretor Técnico	15/10/2019	07/05/2020	Em exercício

3.4. Governança Interna: Objetivando estruturar a empresa nos aspectos de governança corporativa, de acordo com as melhores práticas, foi instituída a função de Governança corporativa e controladoria com as seguintes atribuições: • aprimorar os processos de controles para redução dos riscos e monitorar o cumprimento de planos de ação definidos junto às áreas envolvidas; • disseminar a cultura de controles internos e de gestão de riscos na Companhia; • coordenar a realização de estudos de possibilidades para cumprimento das obrigações financeiras pela própria SPE, incluindo a análise detalhada do fluxo de caixa, redução de custos e novas captações; • dotar a alta administração com informações estratégicas nos temas de integridade corporativa (Compliance), de gestão de riscos corporativos e do ambiente de controle internos; • coordenar o encaminhamento das informações financeiras para os acionistas, permitindo a avaliação e consistência entre as premissas e os resultados apresentados pela SPE; • monitorar o cumprimento dos prazos e assegurar a conformidade no atendimento às demandas internas e externas; • revisar o conteúdo dos documentos relativos ao Plano Negócios da SPE; • implementar na SPE o fluxo e a análise prévia das matérias passíveis de aprovações na governança dos acionistas e seus controladores; • analisar a documentação interna para aprovação de matérias na Diretoria e no Conselho da SPE. **4. PLANEJAMENTO EMPRESARIAL:** O Planejamento Empresarial é um processo dinâmico, que envolve a constante avaliação dos fatores internos e externos que influenciam o desempenho empresarial e a consequente adequação dos objetivos estratégicos, visando a aprimorar a gestão e atingir as metas e resultados propostos. A fim de consolidar o Planejamento Empresarial da Companhia, em outubro de 2019, foi aprovado pelos acionistas e Conselho de Administração a Revisão do Plano de Negócio. Esse Plano está focado nos 3 (três) processos mais importantes da Companhia, quais sejam: Geração; Transmissão; e Comercialização de Energia. Regularmente, a Companhia efetua reuniões de monitoramento de desempenho dos indicadores de realização orçamentária. **4.1. Geração:** Caititu 3 Energia S.A entrou em operação teste a partir de novembro de 2019 e em operação comercial na data 29/01/2020, conforme o despacho da ANEEL 191/2020. Em 2019 a SPE gerou 1.000,0 MWh (em teste), equivalente a 2,43% do montante anual contratado. Com uma garantia física de 4,7 MW médios, conforme portaria 177/2014 do MME, tem um Contrato para fornecimento e comercialização de energia no ambiente regulado de 41.172,0 MWh por ano, até o ano de 2035. **4.2. Transmissão:** O sistema de transmissão é composto pelo sistema de interligação em média tensão (34,5kV), com uma extensão de 10.440m, dos aerogeradores até a Subestação Coletora/Elevadora de 34,5/230kV. Em complemento e por meio de uma Linha de Transmissão em 230kV, com extensão de 3.435m, o parque eólico se conecta ao Sistema Interligado Nacional – SIN através da ICG – PND, Subestação Pindai II, da concessionária Chesf. **5. GESTÃO SOCIAL E AMBIENTAL:** Os programas socioambientais desenvolvidos pela Companhia e as demais SPE que compõe o Consórcio GPExpan, ao longo dos quase cinco anos de implantação,

atingiram diretamente cerca de 10.000 pessoas, por meio dos programas desenvolvidos, sendo: cursos; palestras; debates; campanhas ambientais; campanhas de preservação patrimonial; campanhas de segurança no trânsito; programa de sinalização das vias de acesso; e, oficinas de formação profissional. Os empreendimentos conseguiram gerar cerca de 2.100 postos de trabalhos diretos e 4.000 postos indiretos. Com uma estratégia de construção focada no menor impacto ambiental, as principais atividades de montagem do parque foram retomadas e concluídas neste ano de 2019. Com pontos de estocagem em locais estratégicos dentro da logística de implantação, os equipamentos foram transportados gerando o menor impacto para as comunidades, tanto sob o aspecto de emissão de particulados, como também para a segurança de uso das vias. Em 2019, também foram desenvolvidas todas as demais atividades exigidas pela Licença de Instalação – LI, ora estabelecida pelo INEMA, por meio da Portaria no 9.633/2015. Em 14/01/2020, foi obtida a Licença de Operação por meio da Portaria Inema nº 19.927/2020, com prazo de validade até 14/01/2025 e com previsão de renovações sucessivas em conformidade com a legislação e sinergia com a vigência da outorga de autorização. Os Programas Ambientais exigidos na etapa de Operação do empreendimento continuarão a ser desenvolvidos durante o período de operação da central eólica, conforme os condicionantes ambientais solicitadas na referida Portaria do Inema.

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6.1. Balanço Patrimonial

	RELATÓRIO AUDITADO		Equivalência Patrimonial	
	CAITITU 3		CAITITU 3	
	CHESF	SEQUOIA	CAITITU 3	CAITITU 3
	99,96%	0,04%	100,00%	
ATIVO				
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	8.528.497	8.525.086	3.411	8.528.497
Contas a receber	-	-	-	-
Tributos e contrib. sociais a compensar	232.999	232.906	93	232.999
Desp. antecipadas - Prêmios de seguros	6.712	6.709	3	6.712
Demais ativos circulantes	7.251	7.248	3	7.251
Créditos com partes relacionadas	17.643	-	-	-
Depósitos judiciais e cauções	155.581	155.519	62	155.581
	8.948.683	8.927.468	3.572	8.931.040
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Imobilizado em serviço - Administração	-	-	-	-
Imobiliz. em serviço - Geração de energia	-	-	-	-
Imobilizado em andamento - curso	63.768.460	63.742.953	25.507	63.768.460
Intangível	2.455.000	2.454.018	982	2.455.000
	66.223.460	66.196.971	26.489	66.223.460
	75.172.143	75.124.438	30.062	75.154.500
TOTAL DO ATIVO				
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores e contas a pagar	547.122	546.903	219	547.122
Obrigações tributárias	36.744	36.729	15	36.744
Obrigações com partes relacionadas	229.910	-	-	-
Arrendamentos	26.000	25.990	10	26.000
Demais passivos circulantes	1.197	1.197	0	1.197
	840.973	610.819	244	611.063
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Arrendamentos	679.000	678.728	272	679.000
	679.000	678.728	272	679.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social integralizado	79.505.000	79.473.198	31.802	79.505.000
Reserva de lucros	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	(5.852.830)	(5.638.307)	(2.256)	(5.640.563)
	73.652.170	73.834.891	29.546	73.864.437
	75.172.143	75.124.438	30.062	75.154.500

6.2. Demonstração de Resultados

	RELATÓRIO AUDITADO		Equivalência Patrimonial	
	CAITITU 3		CAITITU 3	
	CHESF	SEQUOIA	CAITITU 3	CAITITU 3
	99,96%	0,04%	100,00%	
Receita operacional líquida				
Receita de operação com energia	-	-	-	-
Receita de compartilhamento de instalações	269.063	268.955	108	269.063
Outras receitas	66	66	-	66
Tributos diretos - PIS e COFINS	(27.798)	(27.787)	(11)	(27.798)
	241.331	241.234	97	241.331
Despesas operacionais				
- Pessoal	(543.727)	(543.510)	(217)	(543.727)
- Serviços de terceiros	(330.710)	(330.578)	(132)	(330.710)
- Arrendamentos e alugueis	(35.941)	(35.927)	(14)	(35.941)
- Depreciações e amortizações	(1.432)	(1.431)	(1)	(1.432)
- Demais despesas administrativas	(315.179)	(315.053)	(126)	(315.179)
Outras despesas	-	-	-	-
	(1.226.989)	(1,226.498)	(491)	(1,226.989)
Despesas regulatórias:				
- Suprimento de energia	(365.744)	(365.598)	(146)	(365.744)
- Penalidades contratuais	(1.127.530)	(1,127.079)	(451)	(1,127.530)
	(1,493.274)	(1,492.677)	(597)	(1,493.274)
	(2,478.932)	(2,477.940)	(992)	(2,478.932)
Resultado financeiro				
Receitas	83.275	83.242	33	83.275
Despesas	(39.288)	(39.272)	(16)	(39.288)
	43.987	43.969	18	43.987
Prejuízo do exercício	(2,434.945)	(2,433.971)	(974)	(2,434.945)
Prejuízo por ação – R\$	-0,03	(0,03)	(0,03)	(0,03)

Notas da Administração. Nota 1: A Companhia tem a expectativa de recebimento de créditos retidos na CCEE na ordem aproximada de R\$ 0,2 milhão, cujo reconhecimento foi confirmado em fevereiro/2020 por parte da CCEE e a evolução das discussões estão associadas ao equacionamento da inadimplência do setor, decorrente de fatores externos à gestão da SPE. Nota 2: A companhia encerrou o exercício de 2019 com disponibilidades da ordem de R\$ 8,5 milhões. Esses recursos irão fazer face aos compromissos em negociação final junto aos fornecedores, decorrentes da execução da implantação do parque eólico. Em função das incertezas na discussão dos valores, estas despesas serão consideradas nas demonstrações financeiras do primeiro trimestre de 2020. **6.3. Auditores Independentes:** Nos termos da Instrução CVM nº 381 a SPE firmou contrato com a PHF – Auditores Independentes S/S para prestação do serviço de auditoria das demonstrações financeiras da empresa, conforme parecer em anexo 01 (um). **6.4. Demonstrações Financeira:** Segue no anexo 02 (dois) o relatório das demonstrações financeiras realizada através da contabilidade.

Recife, 23 de março de 2020.

A Administração

Sandro Inácio Carneiro da Cruz
Diretor

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Nota Explicativa	(Em Reais)			
	31.12.2019	31.12.2018		
ATIVO				
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4 8.528.497	4.387.131		
Tributos a compensar	5 232.999	189.908		
Despesas antecipadas - Prêmios de seguros	6 7.112	3.588		
Demais ativos circulantes	7 7.251	7.177		
Créditos com partes relacionadas	6 17.643	1.707		
Depósitos judiciais e cauções	10 155.581	148.895		
	8.948.683	4.738.406		
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Imobilizado	7 63.768.460	54.414.327		
Intangível	8 2.455.000	1.754.924		
	66.223.460	56.169.251		
	75.172.143	60.907.657		
TOTAL DO ATIVO				
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores e contas a pagar	547.122	333.989		
Obrigações tributárias	9 36.744	37.112		
Obrigações com partes relacionadas	6 229.910	11.466		
Arrendamentos	3 i) 26.000	-		
Demais passivos circulantes	1.197	2.975		
	840.973	385.542		
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Arrendamentos	3 i) 679.000	-		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social integralizado	11 79.505.000	63.940.000		
Prejuízos acumulados	(5.852.830)	(3.417.885)		
	73.652.170	60.522.115		
	75.172.143	60.907.657		
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018				
	(Em reais)			
Nota Explicativa	31.12.2019	31.12.2018		
Receita operacional líquida				
Receita de compartilhamento de instalações	3 a) 269.063	-		
Outras receitas	66	419		
Tributos diretos - PIS e COFINS	(27.798)	-		
	241.331	419		
Despesas operacionais				
- Pessoal	3 a) (543.727)	(325.909)		
- Serviços de terceiros	(330.710)	(155.356)		
- Arrendamentos e alugueis	(35.941)	(23.307)		
- Depreciações e amortizações	(1.432)	(1.416)		
- Demais despesas administrativas	(315.179)	(127.306)		
	(1.226.989)	(633.294)		
Despesas regulatórias:				
- Ressarcimento de energia	13 (365.744)	(333.121)		
- Penalidades contratuais	(1.127.530)	(995.911)		
	(1.493.274)	(1.329.032)		
	(2,720.263)	(1,962.326)		
	(2,478.932)	(1,961.907)		
Resultado financeiro				
Receitas	14 83.275	134.982		
Despesas	(39.288)	(217.096)		
	43.987	(82.114)		
Prejuízo do período	(2,434.945)	(2,044.021)		
Prejuízo por ação – R\$	(0,03)	(0,03)		
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018				
	(Em Reais)			
	31.12.2019	31.12.2018		
Prejuízo do exercício	(2,434.945)	(2,044.021)		
Outros resultados abrangentes	-	-		
Resultado abrangente do exercício	(2,434.945)	(2,044.021)		
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018				
	(Em reais)			
	Capital Social	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2017	50.340.000	140.071	(1.513.935)	48.966.136
Aumento de capital	13.600.000	-	-	13.600.000
Prejuízo do exercício	-	-	(2.044.021)	(2.044.021)
Absorção de prej. acumulados	-	(140.071)	140.071	-
Saldos em 31/12/2018	63.940.000	-	(3,417.885)	60.522.115
Aumento de Capital	15.565.000	-	-	15.565.000
Prejuízo do exercício	-	-	(2.434.945)	(2.434.945)
Saldos em 31/12/2019	79.505.000	-	(5,852.830)	73.652.170
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018				
	(Em reais)			
	31.12.2019	31.12.2018		
Atividades operacionais				
Resultado do exercício	(2.434.945)	(2.044.021)		
Ajustes para conciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:				
- Depreciações e amortizações	1.432	1.416		
	(2,433.513)	(2,042.605)		
Variações nos ativos e passivos operacionais				
Tributos e contribuições sociais a compensar				

...continuação - CAIITU 3 ENERGIA S/A.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em Reais)

1. Contexto operacional e informações gerais: A Caiitu 3 Energia S.A. é uma sociedade de propósito específico (SPE), por ações de capital fechado, oriunda de consórcio entre a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf (99,96%) e a Sequoia Capital Ltda. (0,04%), vencedoras do 5º Leilão de Energia de Reserva (LER/2013) promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel em 23.08.2013, cujo objeto é a estruturação, o desenvolvimento, a implantação e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica localizado no Estado da Bahia, com 10 MW de potência instalada. Foi constituída em 14.11.2013, porém, a primeira integralização de capital ocorreu em 14.01.2014. Tem sua sede e foro jurídico na Av. Engenheiro Abdias de Carvalho, 1111, sala 405, Bairro Prado - CEP 50751-000, na cidade de Recife, PE. A Caiitu 3 Energia S.A., juntamente com outras 10 (dez) Sociedades de Propósito Específico - SPE, é membro do Consórcio GPExpan constituído em 20.01.2015 (com efeitos retroativos a 30.04.2014), com a finalidade de construção e operação de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse restrito entre as SPE. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, cujas principais aplicadas estão descritas na nota explicativa 3. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 14 de fevereiro de 2020. **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. **d) Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado contabilmente. Itens significativos sujeitos à estimativa incluem, entre outros, (i) a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; (ii) a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e (iii) a provisão para recuperação de ativos. A liquidação das transações dessas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. **3. Resumo das principais políticas contábeis. a) Apuração do resultado:** o resultado é apurado com base no regime de competência. Conforme comentado na Nota Explicativa 1, a Companhia é parte integrante de consórcio constituído com a finalidade de construção, operação, manutenção e uso compartilhado de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse entre as SPE, bem como quaisquer outras instalações, equipamentos e materiais que aproveitem indistintamente a todos os parques eólicos, em conformidade com os procedimentos do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Dessa forma, foi celebrado contrato objetivando regular a relação das consorciadas no âmbito dos contratos celebrados para construção, manutenção e operação dos bens que venham a integrar os "ativos comuns", bem como dos "ativos próprios" mas que venham, eventualmente, a interferir na operação dos "ativos comuns". Outrossim, o contrato regula as condições de rateio de todos os custos e despesas comuns, incluindo as administrativas, incorridas por quaisquer consorciadas em relação à implantação de todos os parques eólicos. Para tanto, foi escolhida e estabelecida uma empresa "líder do consórcio" a quem cabe, entre outros, coordenar e fiscalizar o cumprimento dos pagamentos de gastos relacionados aos contratos de ativos comuns e pelo rateio (participações proporcionais) dos pagamentos de gastos comuns.

A previsão de entrada em operação comercial da Companhia é 29.01.2020. **Receita de Compartilhamento de Instalações:** As empresas componentes do Consórcio, por decorrência da autorização outorgada pelo Ministério de Minas e Energia, instalaram, operam e mantêm a Subestação Coletora de sua propriedade, localizada na Fazenda Lapa, Estrada Guirapá a Tanque - zona rural do município de Pindai/BA ("SE GPExpan") e demais instalações de transmissão. O acionista majoritário CHESF, Indício, por razões técnicas e jurídicas, a realização de consulta pública às empresas situadas na área coberta pelo raio de 20 Km (vinte quilômetros) da SE GPExpan, a fim de identificar eventual interesse na utilização das mencionadas entradas de linha. Processada a consulta pública, as Eólicas PINDAI demonstraram interesse na cessão de uso remunerada das 4 (quatro) entradas de linha da SE GPExpan, bem como o compartilhamento dos custos de operação e manutenção das instalações compartilhadas. As Eólicas PINDAI irão realizar as obras de implantação das suas Instalações de Conexão, arcando com os investimentos e demais custos associados, e posteriormente firmando o Termo de Transferência Não Onerosa - TTNO, para transferência dos ativos incorporados à SE GPExpan ao GPExpan. Assim, em 03.07.2019, foi firmado Contrato estabelecendo as condições, procedimentos, responsabilidades técnico-operacionais e comerciais que irão regular o assunto. Pela cessão de uso das Instalações Compartilhadas as Eólicas PINDAI pagarão ao GPExpan o valor de R\$ 17.994.345 dividido da seguinte forma: a) R\$ 3.000.000 na data de assinatura do instrumento; b) R\$ 3.000.000 na data de formalização do Acordo Operativo, o qual deverá preceder a entrada do primeiro aerogerador para operação em teste; c) R\$ 5.000.000 na data de entrada em operação em teste do primeiro aerogerador de propriedade das Eólicas PINDAI; d) R\$ 6.994.345 divididos em 10 (dez) parcelas anuais, corrigidas pela variação do IPCA verificada entre a data de assinatura do instrumento e a data do efetivo pagamento, vencendo a primeira parcela na data de entrada em operação comercial do último aerogerador de propriedade das Eólicas PINDAI. Aos valores serão adicionados os correspondentes tributos, taxas setoriais, PIS/PASEP, COFINS, P&D, sem, contudo, se restringir a estes. A apropriação da receita por SPE obedece ao critério da potência instalada de cada uma. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros e estão registrados pelos valores de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **c) Imobilizado:** é demonstrado ao custo de aquisição e, quando aplicável, ajustado ao valor recuperável (impairment). As depreciações são calculadas pelo método linear com base em taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. O custo dos ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. **d) Intangível:** é demonstrado ao custo de

aquisição, o qual não excede o seu valor justo ou de realização. **e) Tributação:** (i) Programa de Integração Social - PIS - 1,65% sobre faturamento e 0,65% sobre receitas financeiras; (ii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS - 7,6% sobre faturamento e 4,0% sobre as receitas financeiras; (iii) Imposto de Renda e Contribuição Social - a forma de tributação adotada é a do Lucro Real. A Contribuição Social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável e o Imposto de Renda calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% nos termos da legislação em vigor. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações às quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado. **f) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. **g) Outros ativos e passivos:** um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **h) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo, e os de curto prazo quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. **i) Principais mudanças nas políticas contábeis:** A Companhia analisou as principais políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis anuais. Uma série de novas normas foram efetivas para exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019. Entre elas destacamos como principais: **CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil, substituiu o CPC 06 (R1)/IAS 17 - Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2)/IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17. A Companhia e demais empresas do Complexo adotaram o CPC 06 (R2) retrospectivamente com efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro de 2019, somente para arrendamentos de terras com vigência superior a 12 meses a partir da data da adoção inicial (curto prazo). Aluguéis administrativos, por seu valor abaixo do mínimo estabelecido, não foram incluídos nesta mensuração. Anualmente os critérios serão revisados. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo, pelo reconhecimento do direito do uso dos ativos arrendados e o respectivo aumento do passivo, conforme demonstrado:

	31.12.2019	31.12.2018
Ativo de direito de uso - Intangível	705.000	
Passivo de arrendamento:		
- Circulante	26.000	
- Não circulante	679.000	
	705.000	

ICPC 22 - Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro: O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer o tratamento contábil para os tributos sobre o lucro. A questão principal na contabilização dos tributos sobre o lucro é como contabilizar os efeitos fiscais atuais e futuros de (i) futura recuperação (liquidação) do valor contábil dos ativos (passivos) que são reconhecidos no balanço patrimonial da entidade; e (ii) operações e outros eventos do período atual que são reconhecidos nas demonstrações contábeis da entidade. É inerente ao reconhecimento de ativo ou passivo que a entidade espera recuperar ou liquidar o valor contábil daquele ativo ou passivo. Se for provável que a recuperação ou a liquidação desse valor contábil tornará futuros pagamentos de tributos maiores (menores) do que eles seriam se tal recuperação ou liquidação não tivessem efeitos fiscais, este Pronunciamento exige que a entidade reconheça um passivo fiscal diferido (ativo fiscal diferido), com certas limitadas exceções. A Companhia avaliou e não identificou incertezas sobre o tratamento dos tributos IRPJ e CSLL, consequentemente, não tem impacto em suas demonstrações contábeis. **4. Caixa e equivalentes de caixa**

	31.12.2019	31.12.2018
Fundos de caixa	1.920	1.920
Bancos conta movimento	6.290	9.255
Aplicações financeiras	8.520.287	4.375.956
	8.528.497	4.387.131

As aplicações financeiras estão representadas por recursos aplicados, substancialmente, em fundos de investimento de renda fixa, cujas rentabilidades tendem a ser igualar à taxa DI, sem vencimento pré-determinado, podendo ser resgatados a qualquer momento pela Companhia. **5. Tributos a compensar**

	31.12.2019	31.12.2018
Imposto de renda retido na fonte - IRRF sem aplicações financeiras	17.187	31.323
Imposto de renda da pessoa jurídica - IRPJ	176.772	145.449
Contribuição social sobre o lucro líquido	13.136	13.136
- CSLL	25.904	-
ISS	232.999	189.908

6. Saldos com partes relacionadas: Conforme mencionado nas Notas Explicativas 1 e 3), a Companhia, juntamente com outras 10 (dez) SPE é membro de consórcio constituído com a finalidade de construção, operação, manutenção e uso compartilhado de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse entre as SPE e, por esse motivo, incorrem em gastos comuns, que são rateados conforme contrato de compartilhamento. As operações refletem saldos assim demonstrados:

	31.12.2019	31.12.2018
Saldo ativo	17.643	1.707
Saldo passivo	229.910	11.466

De acordo com o contrato de compartilhamento, o reembolso dos gastos ocorre mensal ou quinzenalmente mediante emissão de

notas de débitos, não havendo geração de lucro ou de qualquer forma de remuneração a qualquer das partes. No saldo passivo estão incluídos R\$ 125.744 decorrente de operação de mútuo firmado com a empresa Coqueirinho 2 Energia S.A., empresa membro do Consórcio GPExpan, conforme comentado na Nota Explicativa 1. As condições contratuais da operação de mútuo prevêm encargos da variação da Taxa SELIC. **7. Imobilizado em serviço**

	31.12.2019	31.12.2018
Imobilizado em Serviço		
Administração:		
Beneficentários em propriedade de terceiros	-	11.678
Móveis e utensílios	-	4.723
Equipamentos de informática	-	1.750
	-	18.151

	31.12.2019	31.12.2018
Imobilizado em Curso		
Parque eólico - Custos incor. com serviços e aquisição de materiais	61.644.136	19.228.097
Adiantamentos a fornecedores	2.074.997	35.118.752
Gastos rateados - CT. CHESF CCT 006/2016		
- Instal. de conexão à SE Pindai II - PND	49.327	49.327
	63.768.460	54.396.176
	63.768.460	54.414.327

Os ativos imobilizados e intangíveis da administração foram transferidos (reclassificados) para a empresa líder do Consórcio, conforme comentado na Nota 3 a). A Companhia elaborou teste de Recuperabilidade de seus ativos para a data base 31.12.2019, cujos estudos não indicaram a necessidade de se proceder ajuste ao valor registrado (impairment). **8. Intangível**

	31.12.2019	31.12.2018
Estudos e projetos	1.750.000	1.750.000
Ativo de direito de uso - CPC 06 (R2)	705.000	-
Softwares	-	4.924
	2.455.000	1.754.924

	31.12.2019	31.12.2018
9. Obrigações tributárias		
ICMS - Diferencial de alíquota	-	6.478
PIS	145	85
COFINS	797	485
ISS Terceiros	19.019	11.460
IRRF Terceiros	4.626	2.927
Retenções PIS/Cofins/Csll	5.106	1.179
Contribuição social	2.118	1.233
INSS Terceiros	4.933	13.265
	36.744	37.112

10. Contingências: A Companhia está exposta a contingências de natureza cível decorrentes do curso normal de suas operações. A política de provisão adotada pela Companhia leva em consideração as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da própria Companhia, amparada na opinião de seus assessores legais. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía processos com risco de perda avaliados como provável. Os processos com probabilidade possível de perda montavam R\$ 8.456 (trabalhistas), envolvendo todas as empresas consorciadas, e R\$ 417.104 (fundárias) envolvendo algumas outras empresas do Complexo. Com possibilidade de perda possível, a Companhia é parte integrante como autora de ação ordinária onde busca provimento jurisdicional que impeça terceiros (demandados) de requerer remuneração para permitir o livre trânsito nas vias de acesso ao parque eólico em fase de implantação. Em audiência de conciliação de 25.04.2018, a Justiça Federal de 1ª Instância na Bahia, determinou depósito judicial a título de caução pela autora. O saldo do depósito está registrado no ativo circulante tendo em vista a expectativa de solução final em curto prazo.

11. Capital social: O capital social integralizado, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está representado por ações ordinárias sem valor nominal e está assim composto:

	31.12.2019	Total	31.12.2018	Total
CHESF SEQUOIA	79.473.198	31.802	79.505.000	63.914.424
				25.576
				63.940.000

12. Despesas operacionais - Regulatórias. a) Ressarcimento de energia - despesa oriunda de obrigação perante o contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para garantia de entrega da energia contratada, tendo em vista o atraso na entrada em operação comercial da unidade geradora; **b) Penalidades contratuais** - despesa decorrente do descumprimento do cronograma de implantação da usina, cujo processo administrativo foi instaurado pela ANEEL. **13. Receitas (despesas) financeiras**

	31.12.2019	31.12.2018
Receitas		
Renda de aplicações financeiras	87.254	141.389
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(3.982)	(6.566)
Descontos Obtidos	3	159
	83.275	134.982
Despesas		
IOF, Comissões e Taxas	(14.981)	(6.999)
Taxas bancárias (*)	(16.425)	(206.517)
Juros	(7.882)	(2.618)
Multas	-	(962)
	(39.288)	(217.096)
	43.987	(82.114)

(*) - O saldo elevado em 2018 decorre de pagamento de tarifa de análise de viabilidade econômico financeira para captação de recursos. **14. Cobertura de seguros:** A Companhia adota como política a busca de seguros cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria externa das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram objeto de exame pelos nossos auditores independentes. **15. Instrumentos financeiros:** A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros de acordo com a sua classificação. Os valores dos instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 são equivalentes aos seus valores de mercado, considerando os critérios de mensuração de cada um. Nessa data, a Companhia não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. **Técnicas de avaliação e informações utilizadas para determinação do valor justo.** • Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis. • Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI à data das demonstrações contábeis. • Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias. **Fatores de risco financeiro:** A atividade da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez. • Risco de crédito: Salvo pelas aplicações financeiras com bancos e eventuais créditos, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo. • Risco de capital: A Companhia administra seu capital

para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. • Risco de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado está relacionado às taxas de juros. A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. • Risco de liquidez: A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros. • Análise de sensibilidade: A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros. **Classificação e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. • Empréstimos e recebíveis: Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa. • Passivos financeiros: São inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. Em 31 de dezembro de 2019, passivos financeiros da Companhia classificados nessa categoria compreendiam as contas a pagar aos fornecedores e contas a pagar para partes relacionadas. **Sandro Inácio Carneiro da Cruz - Diretor. Rejane Costa de Lima - Contador(a) - CRC PE- 15.736-0/8.**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da Caiitu 3 Energia S.A. Recife - PE. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Caiitu 3 Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caiitu 3 Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme comentado na Nota Explicativa 1 às demonstrações contábeis, a Companhia, juntamente com outras 10 (dez) Sociedades de Propósito Específico - SPE, é membro do Consórcio GPExpan, com a finalidade de construção e operação de subestação coletora e da linha de transmissão de interesse restrito entre as SPE, cujo objeto é a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica. A Companhia possui obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais, que serão estimados a incorrer na desmontagem e remoção dos aerogeradores e obras civis, quando do término do contrato de arrendamento das terras rurais. A provisão para desmobilização de ativos imobilizados deve ser contabilizada de acordo com a NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e a ITG 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Companhia optou por constituir tal provisão quando da conclusão de todos os projetos componentes do Complexo. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e continua...

...continuação - CAITITU 3 ENERGIA S/A.

emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos

controles internos da empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências

de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Recife - PE, 14 de fevereiro de 2020. PHF – AUDITORES INDEPENDENTES S/S - CRC-PE – 000680/O-0. Hugo Ferreira da Silva Júnior - Contador – CRC-PE – 0011620/O.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.				Demonstração do resultado abrangente (Valores expressos em milhares de reais)		Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de reais)						
Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)				2020	2019	Capital social	Reserva legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Reserva especial de dividendos	Lucros (prejuízos) acumul.	Total
Ativo	31/12/20	31/12/19	01/01/19	2020	2019							
Ativo												
Circulante												
Caixa e equiv de caixa	14.595	3.770	4.187			570.000	14.605	7.426	72.484	35.030	-42.383	657.162
Aplicações financeiras	-	14.720	33.303			-	-	-	-	-12.034	-	-12.034
Concessionárias e permissionárias	9.751	7.675	9.308			-	-	-	-	-	-3.723	-
Tributos a recuperar	2.205	8.182	2.870			-	-	3.415	-	-	-3.415	-
Estoques	2.779	2.894	2.894			-	-	-	-	16.830	-	-16.830
Ativo da concessão	83.569	87.415	87.414			-	-	-	50.490	-	-50.490	-
Despesas antecipadas	20	29	2			-	-	-	-	-	-	-
Outros créditos	302	102	96			-	-	-	-	-	-	-
113.221	124.787	140.074				570.000	18.328	10.841	122.974	39.826	-41.542	720.427
Não circulante												
Realizável a longo prazo						-	-	-	-	-38.616	-	-38.616
Caixa restrito	10.873	11.560	12.560			-	-	29	-	-	-29	-
Ativo da concessão	994.365	965.154	951.453			-	-	-	-	-	-	-
Ativo de direito de uso	93	322	-			-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	2.681	2.652	1.260			-	-	-	-	-	-	-
Intangível	-	-	1			-	-	-	-	-	-	-
1.008.012	979.688	965.274				570.000	22.095	16.678	130.720	1.210	-	740.703
Total do ativo	1.121.234	1.104.475	1.105.348									
Passivo												
Circulante												
Fornecedores	9.968	10.842	13.155			-	-	-	-	-	-	-
Emprést e financiamentos	33.294	33.399	33.400			-	-	-	-	-	-	-
Arrendamentos a pagar	100	279	-			-	-	-	-	-	-	-
Tributos a recolher	1.214	2.168	1.185			-	-	-	-	-	-	-
Obrigações estimadas	828	808	778			-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	16.439	-	17.134			-	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	9.250	8.715	11.840			-	-	-	-	-	-	-
71.093	56.211	77.492										
Não circulante												
Emprést e financiamentos	153.431	186.232	218.523			-	-	-	-	-	-	-
Arrendamentos a pagar	-	30	-			-	-	-	-	-	-	-
PIS e Cofins diferidos	99.709	97.363	96.095			-	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contrib. social diferidos	56.298	44.212	56.076			-	-	-	-	-	-	-
309.438	327.837	370.694										
Patrimônio líquido												
Capital social	570.000	570.000	570.000									
Reservas de lucros	170.703	150.427	87.162									
740.703	720.427	657.162										
Total do passivo e patrimônio líquido	1.121.234	1.104.475	1.105.348									
Demonstração do resultado do exercício (Valores expressos em milhares de reais)												
				2020	2019							
				(reapresentado)	(reapresentado)							
Receita operacional líquida		114.343	93.034									
Custos dos serviços de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção		-10.971	-14.329									
Lucro operacional bruto		103.372	78.705									
Receitas (despesas) operacionais		-4.421	-4.214									
Despesas gerais e administrativas		1.031	7.978									
Outras receitas operacionais. Líquidas		-3.390	3.764									
Lucro oper antes do result. financeiro		99.982	82.469									
Resultado financeiro		-	-									
Receita financeira		1.487	4.556									
Despesa financeira		-12.583	-17.972									
		-11.096	-13.416									
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		88.886	69.052									
Impostos sobre o lucro:												

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se demonstrada na Nota 9. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis Declaratórias de conformidade. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 12 de fevereiro de 2021. Base de mensuração. As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto por determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 23. Moeda funcional e de apresentação. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

Moacir Biazzo Aversi
Diretor Técnico
Roberto Sampaio Pires Ferreira
Diretor Administrativo e Financeiro
Gabriela Cavalcanti de Souza
Contadora CRC-PE 024006/O-0
As demonstrações contábeis na íntegra, auditadas pela Ernst Young Auditores Independentes, devidamente acompanhadas de parecer, encontram-se à disposição na sede da sociedade

SE DEPENDER DA GENTE, NÃO VAI FALTAR LIVRO NA SUA ESTANTE.

CONFIRA OS LANÇAMENTOS
EDITORA.CEPE.COM.BR

Facebook: /cepeeditora

Instagram: @cepeeditora

CERTIFICADO DIGITAL É NA CEPE



FAÇA SEU AGENDAMENTO
81 31832720 | 31832745
cepe.com.br

Um documento eletrônico com
os dados da sua empresa para
transações ainda mais seguras.

Cepe
DIGITAL